



PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO CADERNO DE CONSULTA PÚBLICA

PLANO MUNICIPAL
DE CULTURA DE SÃO PAULO
CADERNO DE
CONSULTA PÚBLICA

SMC
2016

REALIZAÇÃO



CORREALIZAÇÃO



APOIO

Ministério da
Cultura



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Fernando Haddad

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Secretário

Nabil Bonduki

Secretária Adjunta

Maria do Rosário Ramalho

Chefe de Gabinete

Maurício de Góis Dantas

Assessores

Airton José Marangon

Alexandre Roberto de Oliveira

Aurélio Eduardo do Nascimento

Fabio Maleronka Ferron

Luciana Piazzon Barbosa Lima

Luis Eduardo Trevisan de Leon

Roberta Souza Silva

Sueli Nemen Rocha

Thais de Almeida Ruiz

NÚCLEO GESTOR EXECUTIVO

DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA

Arquivo Histórico de São Paulo

José Hermes Martins Pereira

Leonardo de Sá Miranda

Assessoria de Comunicação

Giovanna Longo

Carolina Bressane

Assessoria Jurídica

Thomas Américo de Almeida Rossi

Marcelo Rodrigues Costa

Assessoria Técnica do Gabinete

Luciana Piazzon Barbosa Lima

Alexandre Roberto de Oliveira

Biblioteca Mário de Andrade

Luiz Armando Bagolin

Fabício Reiner de Andrade

Centro Cultural da Juventude

Ricardo Ponzio Scardoelli

Stela Regina de Oliveira Damato

Centro Cultural São Paulo

Augusto José Botelho Schmidt

Luciana Schwinden

Coordenação de Administração e Finanças

Alexandre Piero

Roberto Alves Batalha

Coordenação de Programação

Karen Cunha de Oliveira

Gabriela Fontana Junqueira Pereira

Departamento de Patrimônio Histórico

Nadia Somekh

Mariana de Lima Falqueiro

Fundação Theatro Municipal de São Paulo

Paulo Massi Dallari

Carolina Paes Simão

Gerenciamento Técnico de Obras (GTO)

Olga Maria Biaggioni Diniz

Melina Furuta Kuroiva

Departamento de Museus Municipais

Beatriz Cavalcanti de Arruda

Andrea Dias Vial

Núcleo de CEUs e Casas de Cultura

Renato Souza de Almeida

Lúcia Ágata

Núcleo de Cidadania Cultural

Vera Lucia Cardim Cerqueira

James Lemos Abreu

Núcleo de Fomento às Linguagens

Marisabel Lessi de Melo

Marcus Vinicius Moreno Nascimento

Núcleo de Projetos de Equipamentos

Culturais (NUPEC)

Marcos Cartum

Leon Yajima

Sistema Municipal de Bibliotecas

Waltemir Jango Belli Nalles

Jamile Salibe Ribeiro de Faria

SPCine

Alfredo Manevy

Renato Nery de Souza

FUNDAÇÃO SÃO PAULO

Pontifícia Universidade Católica

de São Paulo Núcleo de Estudos

Avançados do Terceiro Setor - NEATS

Coordenação Administrativa

Pedro Aguerre

Coordenação Executiva

Américo José Córdula Teixeira

Equipe

André Reinach

Aurelio Prates

Binho Perinotto

Bruna Mantese

Carolina Gutierrez

Elaine Mineiro

Heloize Helena de Campos

Jacira Berlinck

João Amorim Neto

João Francisco Branco

Lara Teixeira

Marcela Varconte

Maria Amelia Jundurian Cora

Neide Aparecida da Silva

Paula Del Olmo

Pedro Matarazzo Aquin

Rita de Cássia Alves

Créditos da Publicação

Coordenação editorial

Luciana Piazzon Barbosa Lima

Elaboração do diagnóstico

Bianca dos Santos

Daniela Tunes Zilio

Elaboração das diretrizes, ações e metas

Núcleo Gestor Executivo do PMC

Fundação São Paulo

Produção editorial e projeto gráfico

Editora Limiar/Michaella Pivetti Design

Imagens

Sylvia Masini

Realização

Secretaria Municipal de Cultura

de São Paulo

Correalização

FundaSP - PUC

Apoio

Ministério da Cultura

Apresentação por Nabil Bonduki	10	
A hora e a vez do Plano Municipal de Cultura de São Paulo		
1. O Plano Municipal de Cultura de São Paulo	16	3. Diretrizes, ações e metas para a consulta pública
1.1. O que é	18	META 1: Secretaria de Gestão e Secretaria Municipal de Cultura
1.2. Histórico	18	META 2: Coordenações Regionais de Cultura em funcionamento em cada terri
1.3. Etapas de elaboração	19	META 3: Plano de formação continuada implantado junto a 100% dos ges- tores
1.4. Eixos	22	META 4: Conselho Municipal de Política Cultural implantado e Conferên- cias
2. Diagnóstico: panorama atual das políticas culturais no município	24	META 5: Sistema de financiamento à cultura criado e implantado com base no Fundo Municipal de Cultura e no Programa Municipal de Apoio a Pro- jetos Cultu
2.1 A cidade de São Paulo: aspectos econômicos, demográficos e territoriais	26	META 6: 100% dos espaços culturais municipais com canais ou dispositivos de participação implantados.
2.2 A cidade e a cultura	28	META 7: Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais im- planta
2.3 EIXO I. Do Estado e da participação social	31	META 8: 100% dos espaços culturais atendendo às normas de acessibilidade
2.3.1. Estrutura de gestão da Secretaria Municipal de Cultura	32	META 9: 100% dos espaços culturais reformados e requalificados.
2.3.2 Financiamento	34	META 10: 100% dos distritos com ao menos um espaço cultural multiuso im
2.3.3 Participação social	36	.
2.3.4 Informações e indicadores culturais	43	.
2.3.5 Marcos legais	46	.
2.4 EIXO II. Da infraestrutura cultural	51	4. Referências
2.4.1 A rede municipal de espaços culturais	52	
2.4.2 Estrutura física dos espaços culturais municipais	66	
2.4.3 Expansão da rede: espaços culturais municipais planejados	69	
2.4.4 Distribuição territorial dos espaços culturais no município	73	
2.5 EIXO III. Do patrimônio cultural e da memória	85	
2.5.1 Preservação do patrimônio histórico e cultural	86	
2.5.2 Documentação: o Arquivo Histórico Municipal	91	
2.5.3 Acervos e exposições: o Departamento de Museus Municipais	92	
2.5.4 Acervos da Secretaria Municipal de Cultura	95	
2.6 EIXO IV. Da diversidade cultural	112	
2.6.1 Formação artística e cultural	113	
2.6.2 Programação e fruição cultural	126	
2.6.3 Fomento à cultura	145	

O CADERNO DE CONSULTA PÚBLICA DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO FOI CRIADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (SMC) COM O OBJETIVO DE SUBSIDIAR A CONSULTA PÚBLICA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA, QUE TERÁ DURAÇÃO DE 10 ANOS E SERÁ TRANSFORMADO EM PROJETO DE LEI, A SER ENCAMINHADO À CÂMARA DOS VEREADORES DA CIDADE DE SÃO PAULO.

ESTE CADERNO ESTÁ DIVIDIDO EM TRÊS PARTES: A INTRODUÇÃO APRESENTA O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO, SEU HISTÓRICO, SUAS ETAPAS DE ELABORAÇÃO E PRINCIPAIS EIXOS; A SEGUNDA, O DIAGNÓSTICO, APRESENTA UM PANORAMA DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO MUNICÍPIO, RELACIONADAS AOS ESPAÇOS CULTURAIS, AO PATRIMÔNIO E À MEMÓRIA, À FORMAÇÃO ARTÍSTICA, À OFERTA DE PROGRAMAÇÃO CULTURAL E ÀS AÇÕES DE FOMENTO E CIDADANIA CULTURAL. A TERCEIRA PARTE É DEDICADA ÀS DIRETRIZES, AÇÕES E METAS PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS, QUE SÃO O OBJETO FUNDAMEN-

TAL DESTA CONSULTA PÚBLICA. AS DIRETRIZES, AÇÕES E METAS FORAM ELABORADAS COM BASE NO DIAGNÓSTICO, NA SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSTAS ORIUNDAS DAS TRÊS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE CULTURA (2004, 2009, 2013) E A PARTIR DE OFICINAS QUE ENVOLVERAM GESTORES E TÉCNICOS RESPONSÁVEIS PELOS ESPAÇOS, PROGRAMAS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.

O RESULTADO DESSE PROCESSO, EXPRESSO NESSE CADERNO, É PORTANTO A PROPOSTA INICIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA PARA SER DEBATIDA COM A SOCIEDADE, POR MEIO DE CONSULTA PÚBLICA QUE SERÁ REALIZADA EM AUDIÊNCIAS PRESENCIAIS NAS CINCO REGIÕES DA CIDADE, EM 19 AUDIÊNCIAS TEMÁTICAS E DE FORMA DIGITAL PELA PLATAFORMA [HTTP://PLANOMUNICIPALDECULTURA.PREFEITURA.SP.GOV.BR](http://planomunicipaldecultura.prefeitura.sp.gov.br)

CONTAMOS COM A COLABORAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DE TOD@S!

APRESENTAÇÃO

“O que apresentamos é resultado de um grande esforço que vem sendo realizado pela Secretaria Municipal de Cultura há cerca de um ano”



A HORA E A VEZ DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO

No Brasil, as políticas públicas têm sido formuladas e implementadas, na maior parte das vezes, sem a preocupação de se proceder a uma adequada leitura e diagnóstico da situação em que se pretende interferir, sem processos participativos em que os atores envolvidos possam opinar e decidir e sem considerar um planejamento de médio e longo prazo, que garanta o melhor resultado com o menor investimento.

Ao sabor de circunstâncias, imediatismo, improvisação e ideias brilhantes, mas geralmente insustentáveis, os governantes - incluindo aí também o legislativo - vão colocando em prática propostas sem medir seus desdobramentos (administrativos, financeiros, jurídicos, operacionais) futuros e sem ter clareza das prioridades para alcançar os objetivos estratégicos de determinado campo de intervenção do Estado.

Por essa razão, tem se difundido no país a necessidade de se formular planos setoriais, nos três níveis de governo, geralmente articulados à criação de sistemas federativos de políticas públicas. A cultura não foge a essa preocupação, que foi enfrentada em nível federal com a formulação e aprovação do Plano Nacional de Cultura e a criação do Sistema Nacional de Cultura. Dentre as obrigações legais do município para integrar o Sistema Nacional de Cultura, impõe-se a necessidade de se construir o Plano Municipal de Cultura.

Em São Paulo, a premência do plano de cultura, no entanto, vai muito além de uma obrigação legal. Metrópole de vinte milhões de habitantes, dos quais quase 12 milhões vivendo em nosso município, a cidade é um dos polos culturais do planeta e, certamente, o maior do hemisfério sul. A cidade vive cotidianamente manifestações artísticas diversas e se inventa em múltiplos e simultâneos arranjos culturais: dia e noite, centro e periferia, pontos de cultura e bibliotecas, tvs e cinemas de rua, caixas-pretas cênicas e blocos de carnaval, gruas e tambores.

Lidando com diferentes facetas e linguagens, a política de cultura exige um planejamento que possa orientar os investimentos, organizar a rede de equipamentos e estabelecer as diferentes conexões entre os vários campos de atuação do poder público. A cultura, como toda política social, tem suas especificidades. Mas é também um campo estruturante das políticas públicas. Cabe à política cultural a parte mais sofisticada da formação dos indivíduos e do campo simbólico de representação da sociedade.

Faz parte do senso comum dizer que cultura é fundamental. Porém, os mecanismos de apoio às dinâmicas culturais, na prática, em geral não são prioritários. O Plano Municipal de Cultura pretende dar um norte a esse debate, efetivando instrumentos para a promoção da cultura e sedimentando institucionalmente as metas e preocupações da coletividade.

Além disso, como acontece em diversos segmentos, a cultura também convive com a imensa desigualdade de renda e de direitos. A desigualdade não é só econômica. É territorial, é de acesso a bens e serviços de qualidade, é de oportunidades e molda as inúmeras identidades culturais. Como diz a letra do mais importante grupo de rap do país, Racionais MCs, “Tem que ser, tem que pá. O mundo é diferente da ponte pra cá. Não adianta querer ser, tem que ter pra trocar”. É função da política pública reverter esse cenário, seja do ponto de vista territorial como do social.

Da imagem dos bandeirantes escravizando índios à antropofagia cultural da Semana de Arte Moderna de 1922. Da metrópolis automobilística dos anos 50 às ciclovias dessa década. Do filme São Paulo S/A à ocupação dos espaços públicos pela arte e pela cultura, a cidade vive suas contradições. O estereótipo criticado pela música tema do tropicalismo nascido em São Paulo, perpetuada pelos Mutantes, já apontava para novas dimensões do papel da cultura, redimensionando esteticamente o *Panis et Circenses*.

Nesse contexto, ganha cada vez maior importância a cidadania cultural. O paulistano não quer ser mero observador ou expectador de eventos culturais, mas anseia ser um dos seus

protagonistas. Esse é o sentido e o papel do Plano Municipal de Cultura, que deverá ser amplamente debatido a partir do diagnóstico, diretrizes, ações e metas para os próximos 10 anos apresentadas nesse caderno de consulta pública.

O que apresentamos é resultado de um grande esforço que vem sendo realizado pela Secretaria Municipal de Cultura há cerca de um ano. Mas incorpora também um amplo processo de debate realizado com a sociedade e com os agentes culturais, expresso nas três conferências municipais de cultura e nos diálogos que vem se processando desde 2013.

Em 2016, a cidade de São Paulo vive assim uma etapa muito importante de sua história no campo da cultura – a institucionalização do Plano Municipal de Cultura. O plano deve estabelecer caminhos claros para a política cultural do município, implementando, na área de sua competência, os objetivos e as diretrizes previstas no Plano Diretor de São Paulo, aprovado em 2014, e no Plano Nacional de Cultura.

Frente à imensidão que constitui a área de atuação da Secretaria Municipal de Cultura – que abrange quase 200 equipamentos (bibliotecas, casas de cultura, centros culturais, casas históricas, cinemas, espaços museológicos e teatros municipais) e ações diversificadas desde os programas de cidadania e fomentos (VAI, Fomento à Dança e ao Teatro, Cultura Viva, Circo etc.) até eventos culturais de grande dimensão (entre outros, o Carnaval de Rua, a Virada Cultural, Mês do hip-hop, exposições de arte e o Circuito Municipal de Cultura), passando pela preservação da memória e do patrimônio histórico – o planejamento é indispensável para se estabelecer os rumos que devem ser trilhados pela gestão municipal, qualquer que venha a ser o governante.

Mas é fundamental ressaltar que o Plano Municipal de Cultura não é só do poder público municipal. Ele compreende uma série de outras instituições que atuam na cidade, bem como todos os agentes culturais e cidadãos que nela vivem, que precisam também se mobilizar para essa construção que se quer coletiva

e representativa das multifacetadas linguagens e interesses que formam a realidade cultural da cidade. Só um amplo processo participativo no debate, aperfeiçoamento e aprovação do plano trará consistência e o transformará em uma política de Estado, que se mantenha independentemente de quem estará no poder. Sabemos que o controle social é a chave para garantir a permanência das políticas públicas, mas ele não pode ser refém de interesses corporativos e particulares de grupos e setores específicos. Deve ser suficientemente aberto para garantir a participação ampla de todos os que esperam do poder público uma política de cultura democrática e transparente.

Quando Mário de Andrade criou o Departamento Municipal de Cultura em 1935, disse em carta à Câmara Cascudo:

“Ah, você nem imagina o que está sendo minha vida, uma ferocidade deslumbrante, um delírio, um turbilhão sublime, um trabalho incessante, dia e noite, noite e dia, me esqueci já da minha língua literária, a humanidade me fez até voltar para uma língua menos pessoal, já me esqueci completamente de mim. Não sou, sou um departamento da Prefeitura Municipal de São Paulo. Me apaixonei completamente.”

Que essa vontade original criadora sirva, oitenta anos depois, de inspiração para esse novo marco da cultura na cidade, o Plano Municipal de Cultura.

Nabil Bonduki

Secretário Municipal de Cultura

Só um amplo processo participativo no debate, aperfeiçoamento e aprovação do plano trará consistência e o transformará em uma política de Estado

1. O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO

Construído a partir de amplo debate com a sociedade, o Plano Municipal de Cultura irá orientar as políticas culturais da cidade de São Paulo pelos próximos dez anos



1.1. O QUE É. O Plano Municipal de Cultura (PMC) é o instrumento de planejamento que irá orientar as políticas culturais no município de São Paulo pelos próximos dez anos. Construído a partir de amplo processo de participação social, o PMC indicará as prioridades para a cultura na cidade, a partir da aprovação de diretrizes, ações e metas a serem efetivadas no próximo decênio.

Compromisso gerado pela adesão do município ao Sistema Nacional de Cultura (SNC)¹, o Plano Municipal de Cultura é a principal ferramenta para a gestão compartilhada das políticas públicas de cultura. Integrado ao novo Conselho Municipal de Política Cultural e ao Fundo Municipal de Cultura, permitirá a institucionalização do Sistema Municipal de Cultura, garantindo a continuidade das políticas e a ampliação da cidadania cultural.

Estruturado para o período de dez anos e formalizado por meio de Lei Municipal, o Plano Municipal de Cultura possibilitará ao setor cultural e demais áreas implantar políticas integradas que contribuam para o desenvolvimento do campo cultural. Como documento orientador das políticas culturais no município, estabelecerá as ações necessárias para alavancar as dinâmicas culturais locais e garantir a ampliação dos direitos culturais na cidade de São Paulo.

1.2. Histórico

Nos últimos anos, uma série de iniciativas buscou a ampliação da participação da sociedade civil na formulação e implementação das políticas públicas. Com a cultura não foi diferente: a realização de conferências, a composição de conselhos, a efetivação de consultas públicas e a criação de diversos espaços de diálogo permitiram aos cidadãos incidir sobre as políticas culturais - seja em nível municipal, estadual ou federal.

Teve destaque no município de São Paulo a realização de três Conferências Municipais de Cultura – em 2004, 2009 e 2013. O processo de discussão e construção participativa realizada nas conferências resultou em

¹O Sistema Nacional de Cultura é um mecanismo institucional de integração entre os níveis federal, estadual e municipal para o planejamento, articulação, execução e avaliação das políticas públicas de cultura, de forma contínua e participativa.

propostas relacionadas à qualificação e expansão da rede de equipamentos culturais, à formação e inclusão de diferentes públicos no campo da cultura, à criação de políticas específicas para segmentos artísticos e culturais, à descentralização das ações culturais pelos diferentes territórios da cidade, à ampliação do orçamento destinado à cultura e, em especial, ao fortalecimento da gestão participativa das políticas culturais no município.

Além de realizar a III Conferência Municipal de Cultura, a Prefeitura de São Paulo firmou, em 26 de julho de 2013, com o Ministério da Cultura (MinC), o Acordo de Cooperação Federativa para adesão ao Sistema Nacional de Cultura, dando início ao processo de construção das ferramentas necessárias à implantação do Sistema Municipal de Cultura. A reformulação do Conselho Municipal de Políticas Culturais com a participação da sociedade civil na construção de um novo projeto de lei, a aprovação do Fundo Municipal de Cultura e a elaboração do Plano Municipal de Cultura respondem às demandas históricas discutidas e aprovadas nesses espaços de participação. Além disso, as diretrizes, ações e metas apresentadas neste caderno foram elaboradas a partir do conjunto de propostas resultantes das Conferências Municipais de Cultura. O Plano Municipal de Cultura leva em conta, portanto, este acúmulo de reivindicações.

1.3. Etapas de elaboração do Plano Municipal de Cultura

A elaboração do Plano Municipal de Cultura segue as principais orientações indicadas pelo Ministério da Cultura², tendo como premissa a construção de um processo participativo, político e técnico, que parte de uma análise da situação atual da cultura no município para elaboração do cenário que se quer alcançar nos próximos dez anos. O Plano Municipal de Cultura será elaborado com ampla participação de cidadãos, agentes, coletivos, instituições e gestores culturais, garantindo a contribuição de todos os interessados na promoção da cidadania cultural na cidade de São Paulo.

² “Como fazer um Plano de Cultura” (Brasília: MinC, 2013).

Etapa	Descrição
Etapa 1	Diagnóstico
Etapa 2	Elaboração das diretrizes, ações e metas para consulta pública
Etapa 3	Lançamento Audiências públicas regionais e temáticas, Consulta pública online
Etapa 4	Sistematização de Minuta de Projeto de Lei

O diagnóstico (**Quadro 1**) das políticas culturais no município foi a etapa inicial desse processo (Etapa 1), e possibilitou o mapeamento, sistematização e análise das informações acerca dos equipamentos públicos de cultura, dos serviços e atendimentos prestados pela Secretaria Municipal de Cultura, das ações de preservação do patrimônio, das políticas e programas voltados à formação artístico-cultural, à oferta de programação cultural e ao fomento de agentes, coletivos e organizações fazedoras de cultura, dos instrumentos legais das políticas culturais municipais, do orçamento da cultura, do histórico de participação nos fóruns e conferências municipais de cultura, entre outras informações relevantes para subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Cultura.

A partir desse diagnóstico, foram elaboradas as diretrizes, ações e metas que servirão de base para consulta e debate público, com apoio de uma assessoria técnica selecionada por meio de chamamento público e das áreas internas à Secretaria Municipal de Cultura, articuladas em torno de um Núcleo Gestor Executivo (Etapa 2). As diretrizes, ações e metas inicialmente propostas tiveram como base o resultado das Conferências Municipais de Cultura anteriormente realizadas e deverão passar por amplo processo de discussão e revisão, que tem como fundamento a participação popular.

A etapa que se segue incorpora a dimensão participativa central para elaboração do Plano Municipal de Cultura, por meio de consulta pública online e da realização de audiências públicas regionais e temáticas (Etapa 3). As audiências públicas regionais acontecem nas cinco regiões da cidade – Leste, Oeste, Norte, Sul e Centro – e as audiências temáticas contemplam as diversas linguagens e segmentos culturais (**Quadro 2**). Por fim, será feita a sistematização de todas as contribuições da etapa participativa para redação da

Seminário de lançamento			
25/fev	17h–22h	Centro Cultural São Paulo – Sala Adoniran Barbosa (Rua Vergueiro, 1000 – Paraíso)	
Oficinas regionais			
Região	Data	Hora	Local
Norte	27/fev	9h30-19h	Centro Cultural da Juventude (Av. Dep. Emílio Carlos, 3641, Vila Nova Cachoeirinha)
Sul	28/fev	9h30-19h	Biblioteca Prestes Maia (Av. João Dias, 822 - Santo Amaro)
Centro	05/mar	9h30-19h	Galeria Olido (Av. São João, 473, Sé)
Oeste	06/mar	9h30-19h	Tendal da Lapa (Rua Guaicurus, 1000, Lapa)
Leste	12/mar	9h30-19h	Centro Cultural da Penha (Largo do Rosário, 20, Penha)
Oficinas temáticas			
Áreas	Data	Hora	Local
Dança	01/mar	18h-22h	Galeria Olido (Av. São João, 473, Sé)
Economia da cultura			
Idosos			
Juventude			
Pessoas com deficiência	03/mar	18h-22h	Galeria Olido (Av. São João, 473, Sé)
Cultura Digital			
Gênero e sexualidade			
Imigrantes			
Música	08/mar	18h-22h	Galeria Olido (Av. São João, 473, Sé)
Patrimônio e memória			
Audiovisual			
Circo			
Culturas indígenas	10/mar	18h-22h	Galeria Olido (Av. São João, 473, Sé)
Culturas negras			
Literatura, livro e leitura			
Artes visuais			
Cultura da infância	10/mar	18h-22h	Galeria Olido (Av. São João, 473, Sé)
Culturas populares			
Teatro			
Consulta pública online de 18 fev a 08 mar www.planomunicipaldecultura.prefeitura.sp.gov.br			

minuta do Projeto de Lei do Plano Municipal de Cultura, a ser encaminhada à Câmara dos Vereadores (Etapa 4). O esforço de compreender a amplitude das políticas culturais, a diversidade cultural do município e as dinâmicas existentes nos vários territórios da cidade constituem assim a base para um planejamento amplo e efetivo para a cultura em São Paulo, baseado na participação de todos os interessados.

1.4. Eixos do Plano Municipal de Cultura

A elaboração de um instrumento de planejamento pressupõe a organização e sistematização das informações em eixos definidores. A proposta dos eixos do Plano Municipal de Cultura foi constituída a partir da elaboração do diagnóstico e das diretrizes, ações e metas do PMC, partindo das especificidades da política cultural no município e, ao mesmo tempo, considerando outros instrumentos já existentes, em especial o Plano Nacional de Cultura.

O Plano Nacional de Cultura (Lei nº 12.343/2010)³ se estrutura com base em três dimensões da cultura – simbólica, cidadã e econômica – e se organiza em cinco capítulos: (i) Do Estado; (ii) Da Diversidade; (iii) Do Acesso; (iv) Do Desenvolvimento Sustentável, e (v) Da Participação Social.

A organização inicialmente proposta para o Plano Municipal de Cultura de São Paulo (**Quadro 3**) estabelece dois eixos que podem ser considerados bases para o desenvolvimento da política cultural, e que se referem à estrutura de gestão (Eixo I – Do Estado e da participação social) e à infraestrutura de espaços culturais (Eixo II). Além destes, estabelece eixos-finalísticos que dialogam com as diferentes modalidades de políticas culturais, relacionadas ao patrimônio (Eixo III), à produção e difusão da diversidade cultural (Eixo IV) e à economia da cultura (Eixo V).

³ Ver: “As metas do Plano Nacional de Cultura” (Brasília, MinC: 2011).

Quadro 3 EIXOS DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA	
EIXO I. Do Estado e da participação social	Gestão administrativa
	Financiamento
	Participação social
	Informações e indicadores culturais
	Marcos legais
EIXO II. Da infraestrutura cultural	Tipos de espaços e aspectos físicos
	Distribuição territorial e escala de abrangência
	Gestão compartilhada, redes e articulação
EIXO III. Do patrimônio cultural e da memória	Acervos e bens culturais
	Reconhecimento, salvaguarda e difusão
	Sistemas de informação, inventário e catalogação
EIXO IV. Da diversidade cultural	Formação cultural e artística
	Programação e fruição cultural
	Fomento à cultura
EIXO V. Da economia da cultura	Cadeias e arranjos produtivos
	Promoção da sustentabilidade
	Mercado e instituições culturais



Conferência Municipal de Cultura

2. DIAGNÓSTICO: PANORAMA ATUAL DAS POLÍTICAS CULTURAIS DO MUNICÍPIO



Este diagnóstico sistematiza de maneira abrangente as políticas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Cultura

A ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO PARA O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA buscou superar a ausência de informações sistematizadas sobre as políticas culturais desenvolvidas na cidade de São Paulo, partindo do universo da Secretaria Municipal de Cultura. Ainda que o diagnóstico represente um importante avanço para a compreensão e planejamento das políticas culturais, é preciso reconhecer que a análise da gestão municipal de cultura não abranja a totalidade da dinâmica cultural do município, em suas mais diversas manifestações e em constante transformação. O processo participativo de elaboração do Plano Municipal de Cultura tem a incumbência de ampliar o olhar sobre a diversidade cultural e territorial da cidade de São Paulo e traduzir seus desafios e oportunidades em ações concretas. O diagnóstico que aqui se apresenta serve de base para essa elaboração, evidenciando os avanços e limites impostos por uma realidade ainda desigual de criação e acesso à cultura na cidade de São Paulo e fornecendo subsídios para que esta seja transformada.

2.1. A cidade de São Paulo – aspectos econômicos, demográficos e territoriais

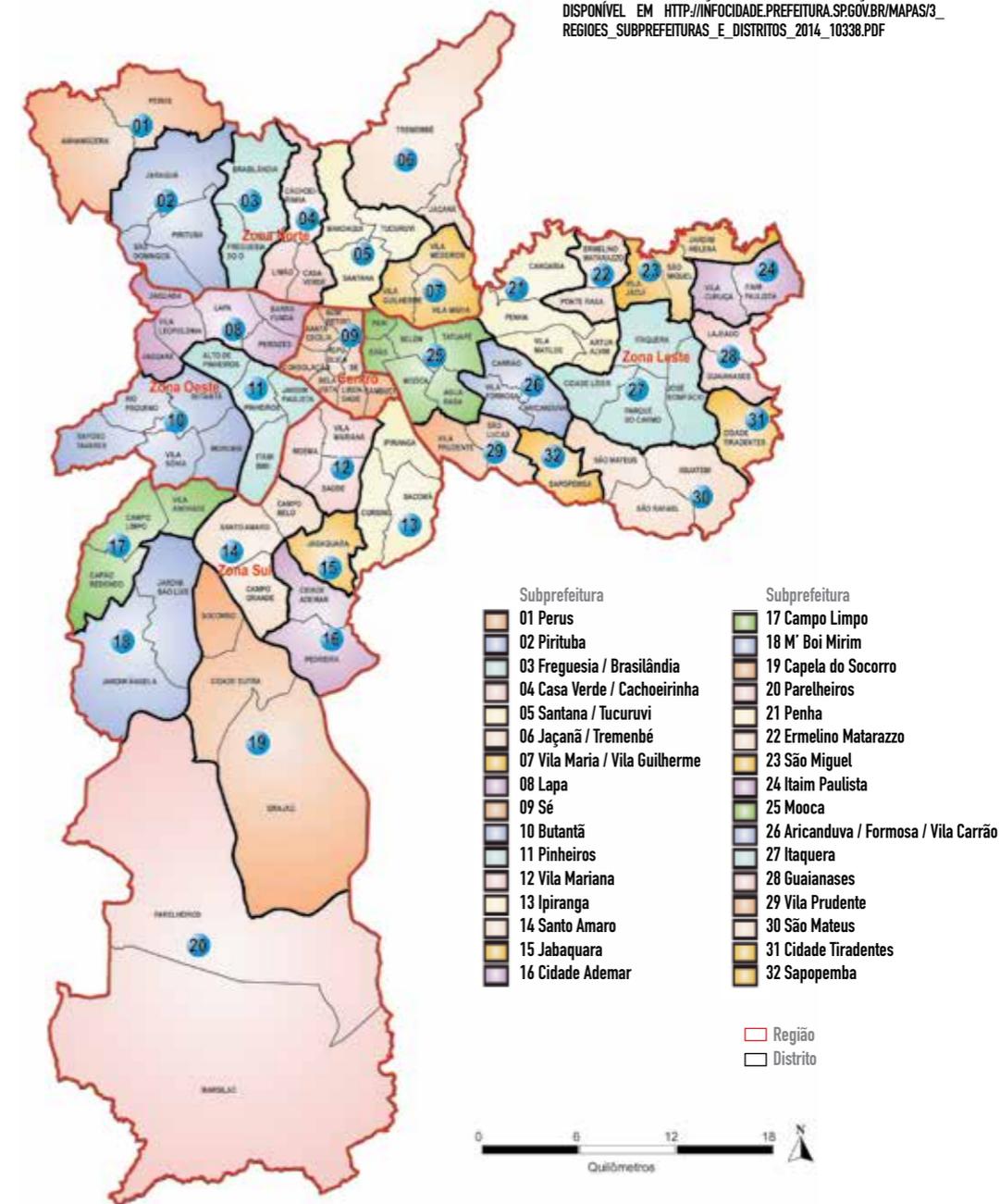
O Município de São Paulo possui cerca de 11,4 milhões de habitantes⁴ e representa o terceiro maior PIB do país, atrás somente da União e do estado de São Paulo. Com um orçamento municipal anual de cerca de 50 bilhões de reais⁵, a cidade possuía uma dívida que comprometia grande parte de seus recursos disponíveis para ampliação dos serviços e equipamentos. A renegociação da dívida com a União, celebrada em 2015, representou um importante passo na retomada da capacidade de investimento da Prefeitura. Em termos da organização territorial e administrativa, o município está dividido em 32 subprefeituras e 96 distritos. As subprefeituras constituem referência importante quanto ao sentido de pertencimento local dos munícipes e os distritos representam a menor unidade administrativa municipal (Mapa 1).

⁴ Em 2014 a população do Município de São Paulo era de 11.403.873 habitantes, segundo a projeção populacional realizada pelo Departamento de Produção e Análise de Informação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (Deinfo-SMDU).

⁵ Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de São Paulo: <http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/>.

Mapa 1 DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA CIDADE DE SÃO PAULO POR DISTRITOS E SUBPREFEITURAS

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – SMDU/ DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO E ANÁLISE DE INFORMAÇÃO – DEINFO/ DISPONÍVEL EM [HTTP://INFOCIDADE.PREFEITURA.SP.GOV.BR/MAPAS/3_REGIOES_SUBPREFEITURAS_E_DISTRITOS_2014_10338.PDF](http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/mapas/3_REGIOES_SUBPREFEITURAS_E_DISTRITOS_2014_10338.PDF)



Historicamente a população do município apresenta-se distribuída de forma heterogênea e se organiza no território de maneira bastante desigual – seja do ponto de vista da densidade populacional (Gráfico 1), seja da renda, para citar duas variáveis. Ao contrário da população que habita as áreas mais centrais, a população com menor renda (Gráfico 2) reside em áreas periféricas com precariedade de infraestrutura urbana e de acesso a bens e serviços públicos como educação, saúde, transporte e cultura.

2.2. A cidade e a cultura

A cidade de São Paulo teve um acelerado crescimento entre os anos de 1870 e 1920, sobretudo por conta do acúmulo de capital proveniente da lavoura cafeeira paulista, que a transformou em um centro político e econômico. Em 1900, a cidade contava com 239 mil habitantes. O Theatro Municipal foi o primeiro equipamento municipal de cultura, inaugurado em 1911 para abrigar óperas europeias. Elevado à categoria de “monumento”, o equipamento em si era a cultura e refletia o progresso e a modernidade da época.

Extrapolando a ideia inicial do equipamento como política cultural, o Departamento Municipal de Cultura e de Recreação foi criado em 30 de maio de 1935 por meio do ato nº 861, e foi assumido por Mário de Andrade de 1935 a 1938. Ampliando a concepção de cultura que norteava as políticas culturais, nesse período basicamente centrada nas belas-artes, foram criadas bibliotecas e parques infantis, e um acervo público popular e erudito com a constituição de discotecas e a organização de uma missão de pesquisas folclóricas, cujos acervos são preservados até hoje no Centro Cultural São Paulo.

O Departamento de Cultura passou por reformas administrativas entre 1945 e 1947. O município contava, então, com 1.326.261 habitantes e ampliava as demandas cada vez mais distantes do centro. Ainda assim, a Secretaria Municipal de Cultura foi criada apenas em 1975, caracterizando uma mudança de status na estrutura administrativa responsável pela área cultural.

Foi somente na década de 1980, com o processo de redemocratização, que a cultura passou a ser considerada como um direito social, inserido na Constituição Brasileira de 1988. No Município de São Paulo, a cultura como direito entrou em pauta com a concepção de política cultural centrada na ideia de cidadania cultural e formulada pela então secretária de cultura Marilena Chauí (1989-1992).

Gráfico 1 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO POR SUBPREFEITURA

FONTE: IBGE, CENSO 2010 - PESQUISA AMOSTRAL

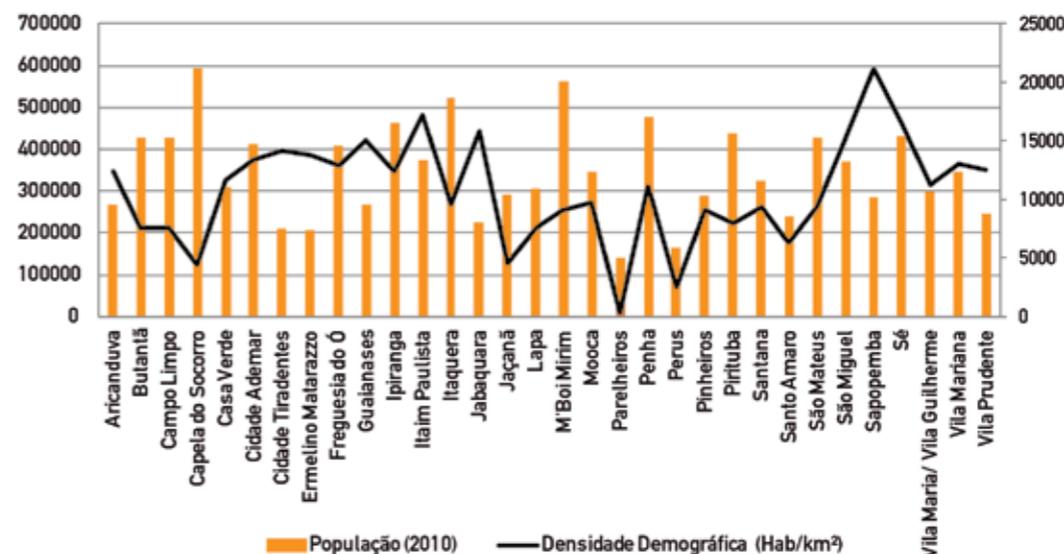
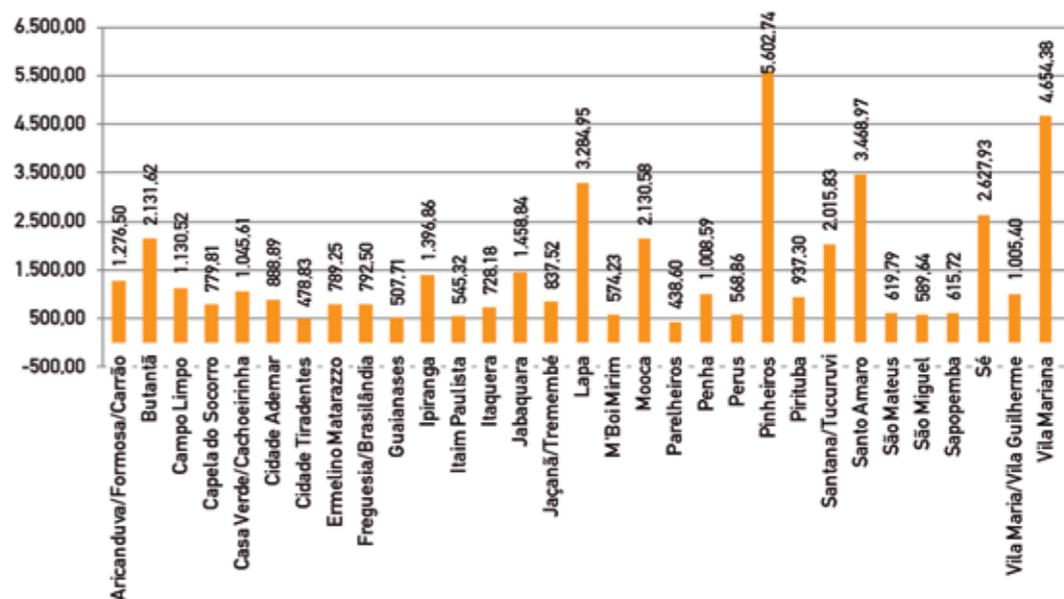


Gráfico 2 RENDA DOMICILIAR PER CAPITA POR SUBPREFEITURA

FONTE: IBGE, CENSO 2010. ELABORAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, DEINFO



Com isso, ampliou-se a atuação da Secretaria Municipal de Cultura na luta pela efetivação dos direitos culturais, afirmando o direito de produzir cultura, de participar das decisões quanto ao fazer cultural, de usufruir dos bens da cultura, o direito à formação cultural e artística, à experimentação, à reflexão e à informação⁶. Há, portanto, uma mudança de paradigma no desenvolvimento das políticas culturais municipais, extinguindo a visão do Estado como produtor de cultura, fomentando a criação cultural de todos os segmentos da população. A criação das Casas de Cultura – oficialmente em 1992 – expressou parte significativa desta política.

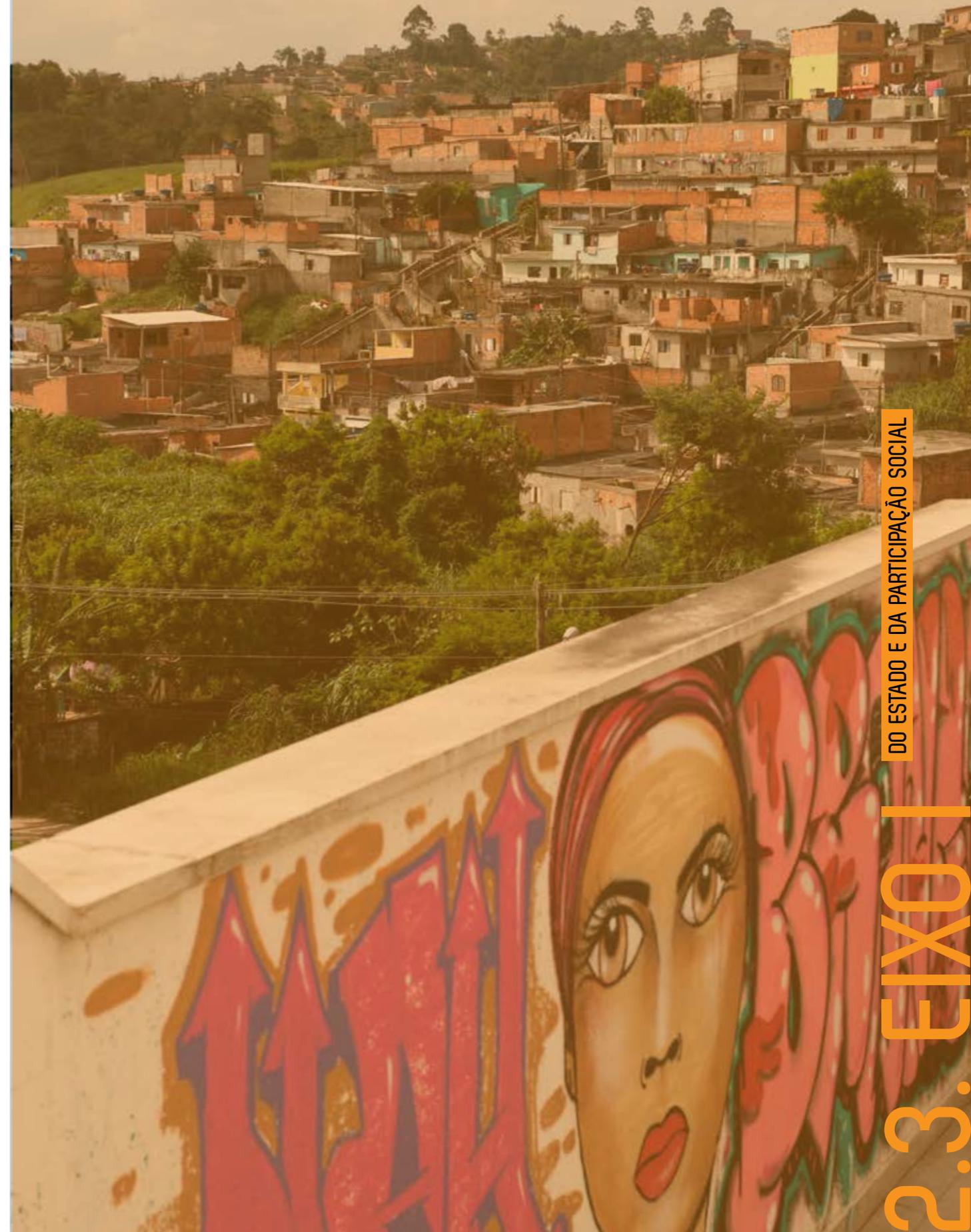
No entanto, foi somente nos primeiros anos do século XXI que um novo tipo de equipamento foi proposto para atender as demandas culturais das regiões mais vulneráveis. A concepção dos CEUs (Centros Educacionais Unificados) foi um resgate do conceito dos parques infantis de Mário de Andrade, ao articular cultura, recreação, formação e assistência⁷, mas também se caracterizou como uma possibilidade de fazer chegar as políticas culturais às áreas mais remotas e carentes do município.

Em linhas gerais, os preceitos de cidadania cultural e da descentralização sobrevivem na Secretaria Municipal de Cultura como reflexos da inovação desses períodos, com avanços e retrocessos nas mudanças de governo. A atual gestão do prefeito Fernando Haddad vem retomando diretrizes culturais progressistas na cidade de São Paulo, propondo resgatar os espaços públicos por meio da cultura e ampliar o apoio à ação cultural autônoma. A significativa ampliação dos projetos fomentados nas linguagens artísticas e dentro do escopo da cidadania cultural, bem como a ampliação da oferta de programação nos espaços públicos são ações paradigmáticas nesse sentido.

A distribuição dos equipamentos culturais na cidade, contudo, ainda é bastante desigual. Além da ampliação da rede de equipamentos, é preciso articular os existentes entre si e com os coletivos e agentes culturais existentes no território. Essa é a perspectiva de territorialização apontada pela atual gestão e que orienta o Plano Municipal de Cultura.

⁶ Ver: “Cidadania cultural em ação – 1989/1992. Prestação de contas da Secretaria Municipal de Cultura aos cidadãos”. São Paulo: SMC, 1992.

⁷ Ver: BONDUKI, Nabil. “Secretaria Municipal de Cultura, 80”. Folha de S.Paulo, São Paulo, 17 jun. 2015.



EIXO QUE TRATA DAS PRINCIPAIS QUESTÕES RELACIONADAS À GESTÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO MUNICÍPIO E AOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL. IDENTIFICA OS INSTRUMENTOS E FERRAMENTAS EXISTENTES E NECESSÁRIOS PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS CULTURAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO.

2.3.1. Estrutura de gestão da Secretaria Municipal de Cultura

A Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo foi criada em 1975, por meio da Lei nº 8.204, com o objetivo de promover o desenvolvimento de atividades, instituições e iniciativas de natureza artística e cultural no âmbito do Município. Os seus objetivos são:

- Planejar, coordenar e supervisionar atividades e iniciativas que propiciem a oportunidade de acesso da população aos benefícios da educação artística e cultural;
- Manter e administrar teatros, museus e outras instituições culturais de propriedade do Município;
- Criar, organizar e manter rede de bibliotecas gerais e especializadas, zelando pela atualização e ampliação do acervo bibliográfico, de acordo com o desenvolvimento da ciência, da técnica, da arte e da cultura em geral;
- Organizar e manter documentação relacionada com a história da cidade;
- Planejar e executar medidas necessárias ao levantamento, ao tombamento e à defesa do patrimônio artístico e cultural do município;
- Desenvolver mediante programação própria ou convênios com entidades públicas ou particulares, atividades relacionadas aos setores de sua área de atuação;
- Promover, organizar, patrocinar e executar programas visando à difusão e ao aperfeiçoamento da arte em geral e, especialmente, da música, do canto, da dança e da arte dramática;
- Incentivar e prestar assistência artística, técnica e financeira a iniciativas particulares ou de caráter comunitário, que possam contribuir para a elevação do nível educacional, artístico e cultural da população.

Há muito a estrutura da SMC não corresponde às demandas culturais do município e à ampliação do escopo de sua atuação, tanto no que diz respeito ao seu organograma quanto no que se refere ao incipiente quadro de funcionários, em queda vertiginosa nos últimos anos.

O **Gráfico 3** aponta que apenas no período desta gestão – comparando os da-

Gráfico 3 NÚMERO DE SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (2005–2016)⁸

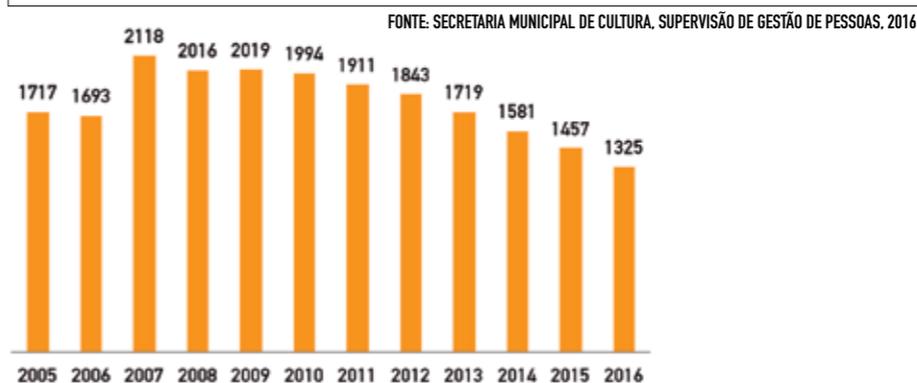
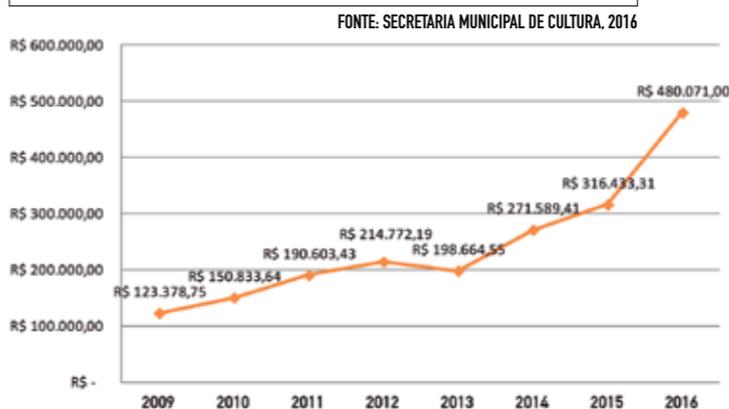


Gráfico 4 RECURSO EXECUTADO POR SERVIDOR (2009–2016)⁹



dos de 2012 e 2016 – haverá uma redução de cerca de 30% do quadro de funcionários da SMC. Em paralelo houve enorme ampliação do número de equipamentos culturais, programas e ações realizadas, como veremos ao longo deste diagnóstico. Como expressão deste quadro, houve enorme ampliação dos recursos orçamentários executados por servidor (**Gráfico 4**).

⁸ O dado referente a 2016 considera o número de funcionários com previsão de aposentadoria durante o ano.
⁹ Os valores consideram o orçamento executado a cada ano, incluindo restos a pagar – exceto no caso de 2016, que considera o orçamento aprovado. O valor referente a 2015 inclui restos a pagar executados até o dia 04/02/2016.

Outro indicativo relevante do gargalo no arcabouço administrativo da cultura no município é que a reestruturação da Secretaria Municipal de Cultura foi a proposta mais votada da III Conferência Municipal de Cultura, totalizando 215 votos, indicando que membros do poder público e da sociedade civil reconhecem e referendam a necessidade de fortalecimento do órgão gestor das políticas culturais no município.

Em resposta a essa demanda, há uma reforma administrativa em processo de implantação e um projeto em elaboração que visa atualizar a estrutura de SMC para melhor atender a dinâmica das políticas culturais contemporâneas e a necessidade de institucionalização de suas diferentes áreas de atuação.

2.3.2. Financiamento

2.3.2.1. Orçamento Público

O orçamento público é a modalidade de financiamento público direto, que tem como base os recursos estabelecidos pela Lei Orçamentária Anual (LOA). É aplicado em iniciativas realizadas diretamente pelo órgão gestor da cultura – no caso, a Secretaria Municipal de Cultura – ou em projetos escolhidos por meio de seleção pública, via editais.

O orçamento público destinado à cultura no município foi de mais de R\$ 400 milhões em 2014 e em 2015, o que corresponde a cerca de 1,5% do orçamento total do município (Gráfico 5).

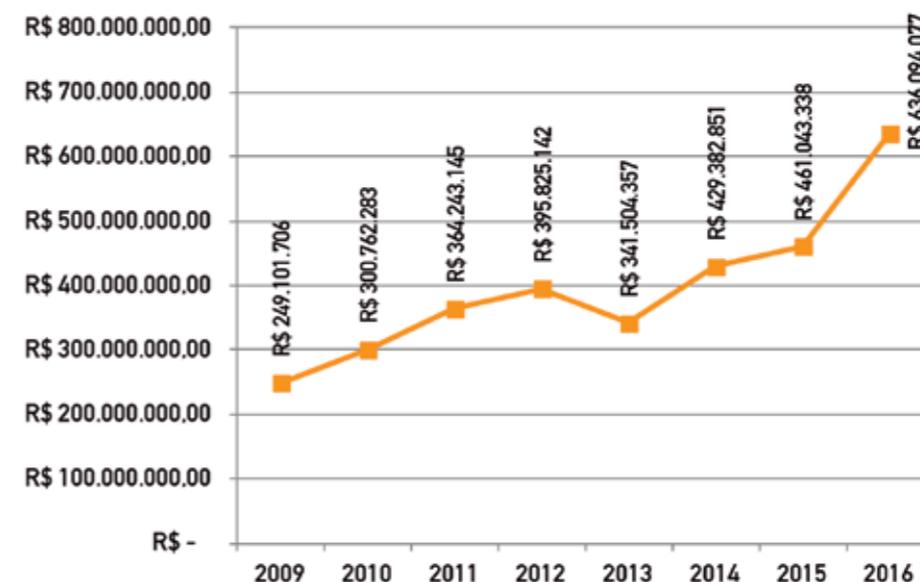
2.3.2.2. Fundos

Os fundos são modalidades de financiamento por meio dos quais os recursos são, em geral, aplicados no apoio a projetos da sociedade civil, sem expectativa de retorno.

Criado pela lei nº 10.923/1990, o Fundo Especial de Promoção das Atividades Culturais (Fepac) tem por finalidade “a captação de recursos para aplicação na promoção, organização, patrocínio e execução de iniciativas de natureza artístico-cultural”, servindo para a promoção de eventos da própria secretaria ou de entidades parceiras, contribuindo em especial para a realização de mostras, seminários e encontros promovidos por associações da sociedade civil.

Gráfico 5 EVOLUÇÃO ANUAL DO ORÇAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA¹⁰

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, 2016



Recentemente, foi aprovada lei no âmbito do município que cria o Fundo Municipal de Cultura, “destinado a apoiar e suportar financeiramente projetos culturais” (Lei Nº 16.278, de 5 de outubro de 2015). O projeto prevê que os recursos sejam aplicados na “criação, produção, manutenção, conservação do patrimônio material e imaterial, divulgação e distribuição de bens e projetos artísticos e/ou culturais” (art. 7º), podendo contemplar as seguintes áreas:

- Teatro, dança, circo, ópera e congêneres;
- Produção cinematográfica, videográfica, fotográfica, discográfica e congêneres;
- Literatura;
- Música;

¹⁰ Os valores consideram o orçamento executado a cada ano, incluindo restos a pagar – exceto no caso de 2016, que considera o orçamento aprovado. O valor referente a 2015 inclui restos a pagar executados até o dia 04/02/2016.

- Artes plásticas, artes gráficas, gravuras, cartazes, filatelia e outras congêneres;
- Culturas populares, tradicionais e artesanato;
- Patrimônio cultural, inclusive histórico, arquitetônico, arqueológico, bibliotecas, museus, arquivos e demais acervos;
- Humanidades;
- Cultura digital;
- Cultura afro-brasileira;
- Cultura indígena;
- Toda forma de expressão cultural e artística não destacada expressamente no texto da lei, porém de conotação empírica para esta finalidade.

2.3.2.3. Incentivo Fiscal

Modalidade de financiamento público cujo recurso é originário de renúncia fiscal, os incentivos fiscais são instrumentos por meio dos quais o Estado estimula o investimento privado, abrindo mão de parte de sua arrecadação. Em São Paulo, a principal lei de incentivo existente foi a Lei Mendonça (Lei nº 10.923/1990), recentemente substituída pelo Pro-Mac – Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais (Lei nº 15.948/2013). Publicada em dezembro de 2013, a lei que originou o Pro-Mac estabelece que os contribuintes do Imposto Sobre Serviços (ISS) e do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) poderão utilizar o valor destinado a projetos culturais até o limite de 20% do valor devido a cada incidência dos tributos. Atualmente, a lei que cria o Pro-Mac encontra-se em processo de regulamentação.

Além do Pro-Mac, no âmbito da legislação municipal há duas formas de isenção relacionadas à cultura. Uma se refere à isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto sobre Serviços (ISS) aos cinemas cujo acesso se dá por logradouro público (Lei nº 13.712/2004). A segunda, mais recente, concede isenção de IPTU aos teatros e espaços culturais (Lei nº 16.173/2015), regulamentada pelo Decreto nº 56.765, de 12 de janeiro de 2016.

2.3.3. Participação social

O período recente de redemocratização do país fez com que se multiplicassem os canais e instâncias de participação social que tem buscado interferir nas políticas públicas. No que tange às políticas culturais, diversos

mecanismos institucionais (conferências, conselhos, fóruns e audiências públicas, entre outros) delinearam esta forma de diálogo e deliberação entre o Estado e a sociedade civil. A seguir, são apresentadas as instâncias por meio das quais a participação se dá na cidade de São Paulo, no âmbito da gestão municipal da cultura.

2.3.3.1. Conferências Municipais de Cultura

As conferências de cultura são instâncias de articulação entre o poder público e a sociedade civil, instituídas para dinamizar a participação na elaboração e gestão das políticas públicas de cultura nos diversos níveis de governo. Criadas como mecanismos de participação e controle social, as conferências têm como objetivo a formulação e a priorização de propostas que possam orientar o poder público em sua atuação. Na cidade de São Paulo, foram realizadas três conferências municipais de cultura (**Quadro 4**).

As propostas relacionadas à gestão participativa e ao controle público das políticas culturais apareceram como as mais votadas nas três conferências de cultura realizadas na cidade. Tal fato indica um amplo desejo de ampliação dos atuais mecanismos de participação no campo cultural, colocando-se como princípio fundamental a permear toda a estrutura de gestão municipal da cultura. A elaboração do Plano Municipal de Cultura e a estruturação do Sistema Municipal de Cultura respondem de modo estruturante a essas demandas.

2.3.3.2. Conselhos

2.3.3.2.1. Conselho Municipal de Políticas Culturais

O Conselho Municipal de Cultura institucionaliza a relação entre a Administração Pública e os setores da sociedade civil ligados à cultura. Criado em 1975 pela lei nº 8.204, o Conselho Municipal de Cultura foi reorganizado em 1992 (Lei nº 11.287) e, posteriormente, em 2009 (Lei nº 14.874). Atualmente, o Conselho encontra-se em processo de reformulação, com um projeto de lei enviado pelo Poder Executivo Municipal tramitando na Câmara dos Vereadores.

Embora o Conselho Municipal de Cultura existisse formalmente, não chegou a se efetivar após a sua última revisão, uma vez

Quadro 4 COMPARATIVO DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE CULTURA			
Conferência	I Conferência Municipal de Cultura	II Conferência Municipal de Cultura	III Conferência Municipal de Cultura ¹¹
Ano de realização	2004	2009	2013
Tema	A cultura em São Paulo: diversidade e direitos culturais	Cultura, diversidade, cidadania e desenvolvimento	Uma política de Estado para a cultura: desafios do Sistema Municipal de Cultura
Organização	Conselho Municipal de Cultura e técnicos da Secretaria Municipal de Cultura	Comissão de funcionários da Secretaria Municipal de Cultura e lideranças do cenário cultural da cidade	Comissão organizadora paritária com representantes do poder público e sociedade civil
Pré-conferências	Duas temáticas (Memória e Patrimônio Cultural; Instituições culturais) Nove territoriais (Sul; Leste 1; Leste 2; Centro Sul; Nordeste; Sul; Noroeste; Oeste; Norte)	Não houve	Cinco territoriais (Centro; Oeste; Leste; Norte e Sul)
Eixos temáticos	i) Gestão cultural ii) Memória e patrimônio cultural iii) Cultura como atividade econômica iv) Globalização e metrópole v) Interfaces da cultura com a educação vi) Cidadão e cultura	i) Produção simbólica e diversidade cultural ii) Cultura, cidade e cidadania iii) Cultura e desenvolvimento sustentável iv) Cultura e economia criativa v) Gestão e institucionalidade da cultura	i) Sistema Municipal de Cultura ii) Produção simbólica e diversidade cultural. iii) Cidadania e Direitos Culturais. iv) Cultura e Desenvolvimento
Número de propostas	658, sendo 131 prioritárias	171, sendo eleitas 75 prioritárias (15 por eixo temático).	60 propostas (15 por eixo), sendo eleitas 30 prioritárias
Principais propostas	Gestão participativa e controle público das políticas culturais; Qualificação e expansão da rede de equipamentos culturais; Formação e inclusão de diferentes públicos no campo da cultura; Estruturação administrativa das políticas culturais no município.	Gestão participativa das políticas culturais; Políticas específicas para os segmentos artísticos; Transversalidade da cultura e articulação com a educação; Ampliação do orçamento da cultura.	Gestão participativa e controle público das políticas culturais; Inclusão de diferentes segmentos no âmbito das políticas culturais; Descentralização das ações culturais pela cidade; Otimização e ocupação dos espaços públicos.
Número participantes	3600	292	784

que a sua composição pressupunha critérios que inviabilizaram a participação de boa parcela dos envolvidos no debate sobre as políticas públicas de cultura na cidade, sobretudo por restringir a participação a personalidades jurídicas – isto é, organizações culturais detentoras de CNPJ.

Considerando que a promoção da participação social é um dos objetivos fundamentais da atual gestão, o anteprojeto da nova lei que regulamenta o Conselho foi objeto de amplo debate público, tanto por meio de audiências presenciais quanto de consulta pública online, realizadas entre dezembro de 2013 e março de 2014. Com a aprovação da lei, o conselho passará a denominar-se Conselho Municipal de Política Cultural, sendo “órgão de caráter consultivo, deliberativo e propositivo em questões referentes à política cultural municipal”¹². Entre suas atribuições, deverá:

- Propor diretrizes para a política municipal de cultura;
- Acompanhar a implementação do Plano Municipal de Cultura;
- Opinar sobre a formulação do orçamento da Secretaria Municipal de Cultura e acompanhar sua execução;
- Acompanhar a avaliação de programas existentes, apresentar propostas de aprimoramento e opinar na formulação de novos programas, projetos, ações e editais;
- Colaborar na convocação e organização das Conferências Municipais de Cultura e estabelecer relações com os demais conselhos de política cultural existentes, entre outras atribuições.

Com relação à sua composição, o Conselho contará com ampla representação da sociedade civil, por meio de representantes setoriais e regionais, e do poder público, conforme a seguinte distribuição (**Quadro 5**).

¹¹Ver: “Participação e cidadania cultural: a experiência da III Conferência Municipal de Cultura (São Paulo: SMC, 2014). Além disso, toda documentação referente às três conferências municipais de cultura pode ser encontrada no site da Secretaria Municipal de Cultura, na aba “Participação Social”.

¹² Projeto de Lei 01-00248/2015 do Executivo.

Quadro 5 COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL	
SOCIEDADE CIVIL	
Setorial	Regional
Artes de rua	Centro
Artes visuais	Sudoeste
Audiovisual	Noroeste
Circo	Norte
Cultura da infância	Sudeste
Cultura digital	Sul 1
Cultura dos idosos	Sul 2
Cultura dos imigrantes	Leste 1
Cultura dos jovens	Leste 2
Culturas afro-brasileiras	Leste 3
Culturas indígenas	Leste 4
Culturas populares e tradicionais	
Dança	
Expressões culturais de pessoas com deficiência	
LGBT	
Literatura, livro e leitura	
Música	
Organizações de estudos, pesquisas e formação cultural	
Patrimônio material e imaterial	
Teatro	
Imprensa cultural	
Institutos e fundações culturais empresariais	
SESC	
2 personalidades proeminentes da cultura na cidade	
TOTAL	36 representantes
PODER PÚBLICO	
6 representantes da Secretaria Municipal de Cultura	
1 representante dos servidores da Secretaria Municipal de Cultura	
Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	
Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	
Secretaria Municipal de Educação	

Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão	
Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres	
Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial	
Secretaria Municipal Direitos Humanos e Cidadania	
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	
Secretaria Estadual da Cultura	
Câmara dos Vereadores (Comissão de Educação, Cultura e Esportes ou Frente Parlamentar de Cultura)	
TOTAL	19 representantes
TOTAL GERAL	55 representantes

Além dos conselheiros que irão compor o Conselho Geral, o Conselho Municipal de Política Cultural contará com comissões setoriais e regionais, ampliando a participação dos interessados no debate das políticas públicas de cultura. Por fim, a plenária será o espaço de deliberação e efetivação da participação no âmbito do Conselho, composta por todos os membros do Conselho Geral e das comissões setoriais e regionais.

2.3.3.2.2. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP)

O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP foi criado em dezembro de 1985 pelas leis nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985 e nº 10.236, de 16 de dezembro de 1986 como um “órgão colegiado de assessoramento cultural integrante da estrutura da Secretaria Municipal de Cultura” (Lei nº 10.032/1985, art. 1º). O Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo tem entre suas atribuições:

- Deliberar sobre o tombamento de bens móveis e imóveis;
- Definir a área envoltória desses bens e promover a preservação da paisagem, ambientes e espaços ecológicos importantes para a cidade, instituindo áreas de proteção ambiental;
- Formular diretrizes que visem à preservação e à valorização dos bens culturais;

- Comunicar o tombamento aos órgãos assemelhados nas outras instâncias de governo e aos cartórios de registro – de imóveis ou de documentos;
- Pleitear benefícios aos proprietários desses bens;
- Solicitar apoio a organizações de fomento para obtenção de recursos e cooperação técnica, visando à revitalização do conjunto protegido;
- Fiscalizar o uso apropriado desses bens, arbitrando e aplicando as sanções previstas na forma da legislação.

Apesar de sua criação ter se dado em 1985, a instalação definitiva do Conselho só ocorreu em outubro de 1988. Atualmente, o CONPRESP é composto por nove conselheiros (um presidente e oito membros representantes da administração pública e da sociedade civil) nomeados para um mandato de três anos, prorrogáveis por mais três. Dentre os membros da administração pública, tem-se um de cada órgão: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos, Secretaria Municipal de Licenciamento e Câmara Municipal. Dentre os representantes da sociedade civil, tem-se um de cada órgão: Instituto dos Arquitetos do Brasil, Ordem dos Advogados do Brasil e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

2.3.3.2.3. Conselho Consultivo do Arquivo Histórico de São Paulo

O Conselho Consultivo do Arquivo Histórico de São Paulo, criado pela Lei Municipal n.º 15.608 de 2012, é um órgão colegiado, de caráter consultivo e funcionamento permanente. Tem por finalidade assessorar a Diretoria do Arquivo Histórico de São Paulo na implementação da política cultural e dos planos, programas, projetos e atividades dela derivados.

O Conselho Consultivo do Arquivo Histórico de São Paulo é composto por cinco membros, sendo, do poder público municipal, o Diretor do Arquivo Histórico de São Paulo, que o presidirá, e um representante dos servidores do Arquivo Histórico de São Paulo, eleito pelos seus pares; da sociedade civil, um representante da Associação Amigos do Arquivo Histórico Municipal Washington Luis, indicado pelo Secretário Municipal de Cultura, e dois representantes da comunidade arquivística, publicamente reconhecidos e de notório saber nessa área, indicados pelo Diretor do Arquivo Histórico de São Paulo.

2.3.3.2.4. Fórum e Conselho do Centro Cultural da Juventude

O Centro Cultural da Juventude possui um Conselho Consultivo que conta com a participação da comunidade local e um Fórum Participativo de Gestão. Realizado semestralmente, trata-se de um espaço de diálogo entre grupos, entidades, coletivos, frequentadores e moradores da região interessados em construir os processos de gestão participativa do Centro Cultural. A partir de 2014, foi lançado também o Orçamento Participativo da Programação, projeto que estabelece metodologias participativas para a definição de programações ao longo do ano.

2.3.4. Informações e indicadores culturais

2.3.4.1. SP Cultura

Lançado em agosto de 2014, o SP Cultura é uma plataforma de mapeamento dos espaços, agentes, projetos e eventos culturais na cidade, que consiste na experiência piloto de desenvolvimento e implantação do software Mapas Culturais¹³. A ferramenta permite o aprimoramento da gestão e o fortalecimento da integração local a partir do georreferenciamento dos equipamentos, das ações e dos agentes culturais em cada território.

De caráter colaborativo, a plataforma é alimentada pelo poder público e por agentes culturais da sociedade civil, sejam artistas, coletivos ou instituições formalizadas. A plataforma adota uma tipologia comum para categorização das áreas/ linguagens e tipos de espaços, baseada no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC)¹⁴. Como ferramenta de gestão e comunicação, o SP Cultura tem múltiplas funcionalidades:

- Disponibiliza a agenda cultural da cidade de forma integrada, permitindo a divulgação dos eventos e da programação dos espaços culturais e a busca interativa de informações por data, linguagem e território por parte do público interessado;
- Permite maior articulação territorial das ações, ampliando a possibilidade de identificação e troca entre os espaços e agentes culturais atuantes em cada território e entre os diferentes territórios da cidade;

¹³ Para saber mais sobre o software Mapas Culturais, ver: <http://institutotim.org.br/project/mapas-culturais/>.

¹⁴ Saiba mais em: <http://sniic.cultura.gov.br/>.

- Contribui com o planejamento das políticas culturais, colaborando com o processo de territorialização e descentralização das ações;
- Possibilita a realização de inscrições online nos editais lançados pela Secretaria Municipal de Cultura, contribuindo com a modernização dos procedimentos e sistematização das informações.

Ao agregar os dados de agentes, espaços, eventos e projetos culturais que ocorrem na cidade, a ferramenta dos Mapas Culturais fortalece o acesso à informação pública, sendo de interesse tanto da própria secretaria, quanto dos agentes culturais e cidadãos do município.

O endereço para acesso ao SP Cultura é: <http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/>



2.3.4.2. ObservaSampa – Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo

O ObservaSampa é uma plataforma online, lançada em dezembro de 2014, que reúne indicadores georreferenciados, em dados abertos, capazes de mensurar a qualidade de vida dos paulistanos, o acesso aos equipamentos, assim como indicadores de desempenho da Prefeitura Municipal de São Paulo. São monitorados os seguintes indicadores relacionados à cultura:

- Equipamentos públicos municipais de cultura por 100 mil habitantes;
- Acervo de livros disponível em equipamentos públicos municipais de leitura por habitante;
- Número de projetos contemplados em programas de fomento à cultura;

- Vagas disponíveis em programas de formação cultural continuada por 100 mil habitantes.

O endereço para acesso ao ObservaSampa é <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br/>

2.3.4.3. Planeja Sampa

O Planeja Sampa é um canal eletrônico que permite ao cidadão o acompanhamento das metas relacionadas ao ciclo da gestão do município. O Programa de Metas estabelece as prioridades do governo pelo período de quatro anos, tornando-se o principal instrumento de planejamento que orienta a gestão da Prefeitura de São Paulo. A instituição do Programa de Metas na Lei Orgânica do Município, em 2008, representou um avanço do planejamento público, da transparência e do controle social. A disponibilização da plataforma online a partir de 2013 consolidou esse avanço, permitindo acompanhar o passo a passo de sua execução.

No âmbito da cultura, estão relacionadas as seguintes metas no Programa de Metas da atual gestão (2013-2016):

- Meta 27 – Construir, requalificar ou reformar 16 equipamentos culturais;
- Meta 28 – Alcançar um calendário anual de programação cultural que inclua uma Virada Cultural no centro, duas descentralizadas e outros pequenos e médios eventos em diferentes temáticas e regiões da cidade;
- Meta 29 – Viabilizar três Centros Culturais de Referência;
- Meta 30 – Criar o Programa Cultura Viva Municipal com a ativação de 300 Pontos de Cultura;
- Meta 31 – Adaptar e consolidar o Fundo Municipal de Cultura;
- Meta 32 – Conceder 300 Bolsas Cultura para agentes culturais da cidade;
- Meta 33 – Atingir 160 projetos anuais de fomento às linguagens artísticas;
- Meta 34 – Atingir 500 projetos fomentados pelo Programa para Valorização das Iniciativas Culturais –VAI, nas modalidades 1 e 2.

É possível acompanhar o andamento da execução das metas no endereço: <http://planejasampa.prefeitura.sp.gov.br/metas/>

2.3.5. Marcos legais

Quadro 6 PROJETOS DE LEI, LEIS E DECRETOS REFERENTES ÀS POLÍTICAS CULTURAIS MUNICIPAIS

Eixo	Tema	Norma	Ano	Ementa
I. Do Estado e da participação social	Secretaria Municipal de Cultura	Lei nº 8.204	1975	Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Cultura, e dá outras providências.
	Conselho Municipal de Cultura	Lei nº 8.204	1975	Como parte constitutiva da Secretaria Municipal de Cultura, cria o Conselho Municipal de Cultura, órgão colegiado de natureza consultiva.
		Lei nº 11.287	1992	Reorganiza o Conselho Municipal de Cultura, e dá outras providências.
		Lei nº 14.874	2009	Confere nova normatização ao Conselho Municipal de Cultura e revoga a lei nº 11.287/1992.
		Projeto de lei 01-00248	2015	Confere nova disciplina ao Conselho Municipal de Cultura, criado pela Lei nº 8.204, de 13 de janeiro de 1975, e reorganizado pelas Leis nº 11.287, de 23 de novembro de 1992, e nº 14.874, de 5 de janeiro de 2009, alterando-se a sua denominação para Conselho Municipal de Política Cultural.
	Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais (Fepac)	Decreto nº 29.683	1991	Tem por finalidade “a captação de recursos para aplicação na promoção, organização, patrocínio e execução de iniciativas de natureza artístico-cultural, respeitados os interesses públicos, administrativo e das instituições”.
	Fundo Municipal de Cultura	Lei Nº 16.278	2015	Institui o Fundo Municipal de Cultura de São Paulo, destinado a apoiar e suportar financeiramente projetos.
	Incentivos fiscais	Lei nº 13.712	2004	Permite a concessão de incentivo fiscal para os imóveis utilizados exclusiva ou predominantemente como cinema, cujo acesso direto seja por logradouro público ou em espaços semi-públicos em galerias, que cumpram contrapartidas de caráter sociocultural.
		Lei nº 15.948	2013	Institui o Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais - Pro-MacAC, dispõe sobre incentivo fiscal para realização de projetos culturais e dá outras providências. Permite ao contribuinte do ISS e do IPTU utilizar, para pagamento desses impostos, o valor destinado a projetos culturais, até o limite de 20% do valor devido a cada incidência dos tributos.
		Lei nº 16.173	2015	Concede isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU aos imóveis em que se estabelecem teatros e espaços culturais nas condições que especifica.

Eixo	Tema	Norma	Ano	Ementa
II. Da infraestrutura cultural	Biblioteca Mário de Andrade	Lei nº 15.052	2009	Dispõe sobre a reorganização da Biblioteca Mário de Andrade – BMA, da Secretaria Municipal de Cultura, e de seu respectivo quadro de cargos de provimento em comissão.
	Centro Cultural São Paulo	Lei nº 9467	1982	Cria, na Secretaria Municipal de Cultura, o Centro Cultural São Paulo e dá outras providências.
		Decreto nº 49.492	2008	Dispõe sobre a reorganização do Centro Cultural São Paulo – CCSP, da Secretaria Municipal de Cultura, bem como altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica.
	Centro Cultural da Juventude	Decreto nº 46.994	2006	Cria o Centro de Cidadania da Juventude.
		Decreto nº 50.121	2008	Dispõe sobre a denominação do Centro Cultural da Juventude, criado pelo Decreto nº 46.994, de 10 de fevereiro de 2006, com alterações posteriores.
		Lei nº 14.875	2009	Dispõe sobre a criação do Centro Cultural da Juventude – CCJ, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, e de seu respectivo quadro de cargos de provimento em comissão.
	Centro Cultural da Penha	Decreto nº 3.155	2012	Dispõe sobre a criação do Centro Cultural da Penha, no Departamento de Expansão Cultural, transfere equipamento da Subprefeitura do Jabaquara para a Secretaria Municipal de Cultura, estabelecendo sua organização e funcionamento.
	Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes	Lei nº 16.115	2015	Dispõe sobre a estrutura organizacional da Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia, altera sua denominação para Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura; cria o respectivo Quadro de Pessoal Permanente, institui o plano de carreiras e salários; concede aos servidores da entidade as vantagens pecuniárias que especifica e cria o Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes.
	Casas de Cultura	Lei nº 11.325	1992	Dispõe sobre a criação de Casas de Cultura na Secretaria Municipal de Cultura, e dá outras providências.
		Decreto nº 42.772	2003	Dispõe sobre a transferência de equipamentos da Secretaria Municipal de Cultura para as Subprefeituras e dá outras providências.
		Decreto nº 55.547	2014	Dispõe sobre a transferência de equipamentos culturais das Subprefeituras para a Secretaria Municipal de Cultura, cria Casas de Cultura e altera a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica.
	CEUs	Decreto nº 42832	2003	Cria os Centros Educacionais Unificados.
		Decreto nº 54.823	2014	Dispõe sobre a gestão compartilhada dos Centros Educacionais Unificados – CEUs entre as Secretarias Municipais de Educação, de Cultura e de Esportes, Lazer e Recreação.

Quadro 6 (Cont.)					
Eixo	Tema	Norma	Ano	Ementa	
	Sistema Municipal Bibliotecas	Decreto nº 42.772	2003	Dispõe sobre a transferência de equipamentos da Secretaria Municipal de Cultura para as Subprefeituras e dá outras providências.	
		Decreto nº 46.434	2005	Dispõe sobre a reorganização parcial da Secretaria Municipal de Cultura; institui o Sistema Municipal de Bibliotecas; transfere os equipamentos culturais que especifica das subprefeituras para a Secretaria Municipal de Cultura.	
		Decreto nº 48.166	2007	Dispõe sobre a transferência de bibliotecas das subprefeituras, para a Secretaria Municipal de Cultura, altera a lotação de cargos de provimento em comissão que especifica e cria a Coordenação Regional Leste II, na supervisão de bibliotecas, da coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas.	
		Decreto nº 49.172	2008	Dispõe sobre a requalificação de equipamentos culturais da coordenadoria do sistema municipal de bibliotecas, da secretaria municipal de cultura, bem como transfere os acervos municipais que especifica e altera o decreto nº 48.166, de 2 de março de 2007	
		Lei nº 15.380	2011	Autoriza o poder executivo a instituir a Fundação Theatro Municipal de São Paulo; cria cargos de provimento efetivo e em comissão; extingue o Departamento Theatro Municipal; e dá outras providências.	
	Theatro Municipal	Decreto nº 3.225	2011	Regulamenta a Lei nº 15.380/2011	
		Decreto nº 53.225	2012	Aprova o Estatuto da Fundação Theatro Municipal de São Paulo; dispõe sobre o início de funcionamento da Fundação Theatro Municipal de São Paulo e a extinção do Departamento Theatro Municipal.	

Quadro 6 (Cont.)				
Eixo	Tema	Norma	Ano	Ementa
III. Do patrimônio cultural e da memória	Departamento de Patrimônio Histórico	Lei nº 8.252	1975	Dispõe sobre a criação do departamento de informação e documentação artísticas, e dá outras providências.
		Lei nº 10.032	1985	Dispõe sobre a criação de um Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Paulo.
		Lei nº 10.236	1986	Altera dispositivos da lei 10.032/85, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de São Paulo – CONPRESP.
		Decreto nº 41.853	2002	Cria a comissão permanente de análise de assuntos concernentes a obras e monumentos artísticos em espaços públicos.
		Lei nº 14.406	2007	Institui o Programa permanente de proteção e conservação do patrimônio imaterial do município de São Paulo.
		Decreto nº 51.478	2010	Dispõe sobre a reorganização do Departamento do Patrimônio Histórico - DPH, da Secretaria Municipal de Cultura, cria, em caráter experimental, o Centro de Memória do Circo, altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica e introduz alterações nos Decretos nº 41.853, de 1º de abril de 2002, e nº 48.166, de 2 de março de 2007.
		Decreto nº 56.725	2015	Regulamenta disposições da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 - Plano Diretor Estratégico relativas às Zonas Especiais de Preservação Cultural - Área de Proteção Cultural - ZEPEC/ APC.
	Arquivo Histórico	Lei nº 15.608	2012	Dispõe sobre a criação do Arquivo Histórico de São Paulo, na Secretaria Municipal de Cultura, e de seu respectivo quadro de cargos de provimento em comissão; cria, no Departamento do Patrimônio Histórico, os cargos em comissão que especifica.
		Decreto nº 29.745	1991	Estabelece normas de avaliação e destinação para os documentos da Administração Pública do Município de São Paulo, e dá outras providências.
	Museu da Cidade	Decreto nº 33.400	1993	Cria o Museu da Cidade de São Paulo, e dá outras providências.
		Decreto nº 44.470	2004	Dispõe sobre a criação do Museu da Cidade.

Quadro 6 (Cont.)

Eixo	Tema	Norma	Ano	Ementa
IV. Da diversidade cultural	Escola de Dança de São Paulo	Decreto nº 30.593	1991	Institui o regimento da Escola Municipal de Bailado; e dá outras providências.
	Escola Municipal de Música	Decreto nº 41.826	2002	Institui o novo regimento da Escola Municipal de Música – EMM, e dá outras providências.
	Escola Municipal de Iniciação Artística	Lei nº 15.372	2011	Dispõe sobre a organização da Escola Municipal de Iniciação Artística – EMIA, do Departamento de Expansão Cultural, da Secretaria Municipal de Cultura, e de seu respectivo quadro de cargos de provimento em comissão.
	Programa Jovem Monitor Cultural	Lei nº 14.968	2009	Dispõe sobre a qualificação do turismo no município de São Paulo através da capacitação de jovens e adultos.
		Decreto nº 51121	2009	Regulamenta o Programa Jovem Monitor Cultural, instituído pela Lei nº 14.968, de 30 de julho de 2009.
	Fomento ao Teatro	Lei nº 13.279	2002	Institui o “Programa Municipal de Fomento ao Teatro para a Cidade de São Paulo” e dá outras providências.
	Fomento à Dança	Lei nº 14.071	2005	Institui o Programa Municipal de Fomento à Dança para a cidade de São Paulo e dá outras providências.
	Spicine	Lei nº 15.929	2013	Autoriza a constituição da Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo.
	Prêmio Zé Renato	Lei nº 15.951	2014	Institui o Prêmio Zé Renato de apoio à produção e ao desenvolvimento da atividade teatral para a cidade de São Paulo, e dá outras providências.
	Programa VAI	Lei nº 13.540	2003	Institui o Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais – VAI – no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura.
Decreto nº 43.823		2003	Regulamenta a Lei nº 13.540, de 24 de março de 2003, que institui o Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais – VAI no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura.	
Lei nº 15.897		2013	Altera a Lei nº 13.540, de 24 de março de 2003, que criou o Programa para Valorização de Iniciativas Culturais – VAI instituindo duas modalidades de apoio às atividades artístico-culturais, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura.	



DA INFRAESTRUTURA CULTURAL

2.4. EIXO II

EIXO QUE TRATA DA ATUAL REDE DE ESPAÇOS CULTURAIS MUNICIPAIS EXISTENTES NA CIDADE. A INFRAESTRUTURA CULTURAL COMPREENDE O CONJUNTO DOS DIVERSOS TIPOS DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS CULTURAIS E A SUA DISTRIBUIÇÃO NO TERRITÓRIO. ABARCA, PORTANTO, A INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CULTURAIS, SEJA PARA REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS E EXPOSIÇÕES OU PARA AÇÕES DE FORMAÇÃO OU ACESSO À LEITURA. REPRESENTA A DISPONIBILIDADE DE LOCAIS PARA A EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS, TANTO POR MEIO DE AÇÕES REALIZADAS PELO PODER PÚBLICO, QUANTO PELA CESSÃO DE ESPAÇOS A AGENTES, COLETIVOS E INSTITUIÇÕES CULTURAIS.

2.4.1. A rede municipal de espaços culturais

A rede de espaços culturais da Prefeitura de São Paulo inclui diversos equipamentos sob gestão ou cogestão da Secretaria Municipal de Cultura, incluindo bibliotecas, casas de cultura, centros culturais, espaços museológicos, teatros, entre outros.

A Secretaria Municipal de Cultura conta, portanto, com 104 espaços sob sua gestão, que totalizam 178 quando considerados os equipamentos sob ges-

Quadro 7 ESPAÇOS CULTURAIS MUNICIPAIS, POR TIPO	
Tipo	Número
Arquivo Histórico Municipal	1
Bibliotecas	53
Casas de Cultura	17
Centros Culturais	6
Escola	1
Espaço cultural (Galeria Formosa)	1
Espaços museológicos	15
Teatros	10
Subtotal SMC	104
Auditório	1
Bosques da Leitura	13
Pontos de Leitura	14
CEUs	46
Total	178

FONTE: SMC, GERENCIAMENTO TÉCNICO DE OBRAS, 2015

tão compartilhada e em parceria, como os CEUs e os serviços de extensão das bibliotecas, incluindo os Pontos e Bosques de Leitura.

2.4.1.1. Arquivo Histórico Municipal

O Arquivo Histórico Municipal reúne documentos da administração pública municipal classificados como de valor permanente. O Arquivo Histórico está instalado em três edificações situadas na Praça Coronel Fernando Prestes, próximo ao metrô Tiradentes. A edificação denominada Torre da Memória foi oficialmente inaugurada em julho de 2015.

A instituição tem um acervo de cerca de 1.000 metros lineares, ou 4.000.000 de documentos textuais, iconográficos e sonoros. Atualmente, os edifícios do Arquivo Histórico abrigam os processos e documentos desde 1555 até 1922. Os documentos que datam entre 1922 e 1934 também irão se instalar no complexo arquitetônico existente.

Contudo, mesmo após a inauguração da Torre da Memória, há uma demanda constante por mais espaços de reserva técnica, sendo imperativa a necessidade de constituir um espaço adequado para o armazenamento, conservação, preservação e difusão do acervo do Arquivo, bem como a previsão de um plano de ampliação que acompanhe a geração de novos documentos públicos.

2.4.1.2. Bibliotecas

As bibliotecas foram os primeiros espaços públicos de cultura implantados na cidade. A primeira biblioteca pública de São Paulo foi a Mário de Andrade, inaugurada em 1925. A Biblioteca Infantil Municipal – posteriormente denominada Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato – foi criada em 1936, sendo a mais antiga biblioteca infantil em funcionamento no Brasil e referência nacional na área. A partir da década de 1940, foram construídas as bibliotecas de bairro, que visavam a atender também as populações residentes fora das áreas então centrais. A biblioteca circulante – que se tornou o ônibus-biblioteca – foi criada por Mário de Andrade ainda na década de 1930, sob gestão do Departamento de Cultura.

O Sistema Municipal de Bibliotecas foi criado pelo Decreto nº 46.434/2005 com o intuito de unificar as bibliotecas públicas do município.

A SMC conta com 104 espaços sob sua gestão, que totalizam 178 quando considerados os equipamentos sob gestão compartilhada

A Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas (CSMB) faz a gestão de 52 bibliotecas públicas e dos serviços de extensão, que abrigam os Pontos de Leitura, os Bosques da Leitura e os Ônibus-biblioteca. Além dessas, fazem parte do Sistema Municipal de Bibliotecas a Biblioteca Mário de Andrade, as bibliotecas que integram os centros culturais e o Arquivo Histórico Municipal e as bibliotecas dos Centros de Educação Unificados (CEUs), sob gestão da Secretaria Municipal de Educação – totalizando 146 espaços públicos municipais dedicados ao livro e à leitura (Quadro 8).

As bibliotecas, de maneira geral, contam com acervos de livros, audiovisual e periódicos, disponíveis para consulta e empréstimo por meio de banco de dados unificado e informatizado.

A Mário de Andrade, a maior e mais antiga biblioteca do município, conta com uma área construída de 19.000 m² dividida em três pavimentos e uma torre destinada ao acervo e reserva técnica, restaurados até 2011. Trata-se da segunda maior biblioteca do Brasil em acervos, totalizando cerca de 4 milhões de itens, incluindo acervo circulante, hemeroteca, obras raras e especiais, coleção de arte, coleção geral de monografias e mapoteca, en-

Bibliotecas	Número
Arquivo Histórico Municipal	1
Biblioteca Mário de Andrade	1
Bibliotecas da CSMB	52
Pontos de Leitura	14
Bosques da Leitura	13
Ônibus-biblioteca	12
Centro Cultural São Paulo	4
Centro Cultural da Juventude	1
Centro Cultural da Penha	1
Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes	1
Bibliotecas dos CEUs	46
TOTAL	146

tre outros. O equipamento abriga, também, área de exposição e um auditório com capacidade para 175 lugares, onde são desenvolvidas diversas atividades culturais.

As bibliotecas públicas municipais constituem uma rede capilarizada de equipamentos de livro e leitura, presentes em quase todas as subprefeituras do município (Quadro 9).

Além de espaços de leitura, as bibliotecas oferecem acesso à informação, debate e atividades culturais, sendo entendidas, cada vez mais, como espaço público cultural e de convívio. A ação em rede e a integração com o território são fatores estratégicos que cativam o público a frequentar tais espaços, potencializando o uso das bibliotecas por meio de projetos de cidadania cultural e da ocupação por coletivos locais.

Biblioteca Pública	Endereço	Subprefeitura	Região
Adelpha Figueiredo	Pça. Ilo Otoni, 146 – Pari	Mooca	Leste
Afonso Taunay	R. Taquari, 549 – Mooca	Mooca	Leste
Afonso Schmidt	AV. Elísio Teixeira Leite, 1.470 – Freguesia do Ó	Freguesia do Ó/ Brasilândia	Norte
Alceu Amoroso Lima	Av. Henrique Schaumann, 777 – Pinheiros	Pinheiros	Oeste
Álvares de Azevedo	Pça. Joaquim José da Nova, s/nº – Vila Maria	Vila Maria/Vila Guilherme	Norte
Álvaro Guerra	Rua Pedroso de Moraes, 1.919 – Pinheiros	Pinheiros	Oeste
Amadeu Amaral	R. José C. Castro s/n – Jd. da Saúde	Ipiranga	Sul
Anne Frank	Rua Cojuba, 45 – Itaim Bibi	Pinheiros	Oeste
Aureliano Leite	R. Otto Schubart, 196 – Parque São Lucas	Vila Prudente	Leste
Belmonte	Rua Paulo Eiró, 525 – Santo Amaro	Santo Amaro	Sul
Brito Broca	Av. Mutinga, 1.425 – Pirituba	Pirituba	Norte
Camila Cerqueira César	Rua Waldemar Sanches, 41 – Butantã	Butantã	Oeste

Quadro 9 (Cont.)			
Biblioteca Pública	Endereço	Subprefeitura	Região
Cassiano Ricardo	Av. Celso Garcia, 4200 – Tatuapé	Mooca	Leste
Castro Alves	R. Abrahão Mussa, s/nº. – Jardim Patente	Ipiranga	Sul
Chácara do Castelo	R. Brás Lourenço, 333 – Jardim da Glória	Vila Mariana	Sul
Clarice Lispector	Rua Jaricunas, 458 – Siciliano	Lapa	Oeste
Cora Coralina	R. Otelo Augusto Ribeiro, 113 – Guaianazes	Guaianases	Leste
Érico Veríssimo	R. Diógenes Dourado, 101 – COHAB de Taipas	Pirituba	Norte
Gilberto Freyre	R. José Joaquim, 290 – Sapopemba	Sapopemba	Leste
Hans Christian Andersen	Av. Celso Garcia, 4142 – Tatuapé	Mooca	Leste
Helena Silveira	R. José Viriato de Castro, 78 – Campo Limpo	Campo Limpo	Sul
Jamil Almansur Haddad	R. Andes, 491-A – Guaianazes	Guaianases	Leste
José Mauro de Vasconcelos	Pça. Com. Eduardo Oliveira, s/nº – Parque Edu Chaves	Tremembé/Jaçanã	Norte
Jovina Rocha Álvares Pessoa	Av. Pe. Francisco de Toledo, 331 – Artur Alvim	Penha	Leste
Lenyra Fraccaroli	Pça. Haroldo Daltro, 451 – Vila Nova Manchester	Aricanduva	Leste
Malba Tahan	R. Brás Pires Meira, 100 – Veleiros	Capela do Socorro	Sul
Marcos Rey	Av. Anacê, 92 – Jardim Umaizal	Campo Limpo	Sul
Mário Schenberg	Rua Catão, 611 – Lapa	Lapa	Oeste
Menotti Del Picchia	R. São Romualdo, 382 – Limão	Casa Verde/Cachoeirinha	Norte
Milton Santos	Av. Aricanduva, 5777 – Jardim Aricanduva	Aricanduva	Leste
Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato	R. General Jardim, 485 – Vila Buarque	Sé	Centro
Narbal Fontes	Av. Cons. Moreira de Barros, 170 – Santana	Santana/Tucuruvi	Norte
Nuto Sant'Anna	Pça. Tenório Aguiar, 32 – Santana	Santana/Tucuruvi	Norte
Padre José de Anchieta	R. Antonio Maia, 651 – Perus	Perus	Norte
Paulo Duarte	R. Arsênio Tavollieri, 45 – Jabaquara	Jabaquara	Sul

Quadro 9 (Cont.)			
Biblioteca Pública	Endereço	Subprefeitura	Região
Paulo Sérgio Duarte Milliet	Pça. Ituzaingó, s/nº. – Tatuapé	Mooca	Leste
Paulo Setúbal	Av. Renata, 163 – Vila Formosa	Aricanduva	Leste
Pedro Nava	R. Helena do Sacramento, 1000 – Mandaqui	Santana/Tucuruvi	Norte
Prefeito Prestes Maia	Av. João Dias, 822 – Santo Amaro	Santo Amaro	Sul
Professor Arnaldo Magalhães Giácomo	R. Restinga, 136 – Tatuapé	Mooca	Leste
Raimundo de Menezes	Av. Nordestina, 780 – São Miguel Paulista	São Miguel Paulista	Leste
Raul Bopp	Rua Muniz de Sousa, 1155 – Aclimação	Sé	Centro
Ricardo Ramos	Pça. Centenário de Vila Prudente, 25 Vila Prudente	Vila Prudente	Leste
Roberto Santos	Rua Cisplatina, 505 – Ipiranga	Ipiranga	Sul
Rubens Borba de Moraes	R. Sampei Sato, 440 – Ermelino Matarazzo	Ermelino Matarazzo	Leste
Sergio Buarque de Holanda	R. Vitória Santim, 44 – Itaquera	Itaquera	Leste
Sylvia Orthof	Av. Tucuruvi, 808 – Tucuruvi	Santana/Tucuruvi	Norte
Thales Castanho de Andrade	R. Dr. Artur Fajardo, 447 – Freguesia do Ó	Freguesia do Ó/ Brasilândia	Norte
Vicente de Carvalho	R. Guilherme Valência, 210 – Itaquera	Itaquera	Leste
Vicente Paulo Guimarães	R. Jaguar, 225 – Vila Curuçá	Itaim Paulista	Leste
Vinícius de Moraes	Av. Jardim Tamoio, 1119 – COHAB José Bonifácio	Itaquera	Leste
Viriato Correa	R. Sena Madureira, 298 – Vila Mariana	Vila Mariana	Sul

A partir de 2006, foram criados espaços temáticos em algumas bibliotecas, abrigando, além do acervo geral, um específico. (Quadro 10).

Há, também, outros serviços de leitura que integram o Sistema Municipal de Bibliotecas:

- Pontos de leitura: instalados em espaços públicos, em parceria com subprefeituras e instituições privadas, permitem que a população de regiões desprovidas de equipamentos culturais tenha acesso a livros de literatura e informação, além de jornais, revistas, gibis e mangás.

- Bosques da leitura: ambiente cultural alternativo em parques municipais da cidade visando incentivar a leitura e facilitar o acesso à informação. Dispõe acervo de literatura, informação e lazer, para leitura no local.

- Ônibus-biblioteca: são 12 Ônibus-Biblioteca que atendem 72 roteiros fixos semanais (de terça-feira a domingo) distribuídos por todas as regiões periféricas da cidade, onde não há bibliotecas públicas municipais. O cidadão pode consultar livros, revistas e gibis e também efetuar empréstimo deste material.

2.4.1.3 Casas de Cultura

As primeiras Casas de Cultura foram implantadas na década de 1980 como espaços para garantir o acesso da população à cultura, reflexão, debate e crítica, oferecendo oficinas culturais, espaço de leitura, cessão de espaço para atividades afins, acervo histórico da região etc. (Lei nº 11.325/1992). As Casas de Cultura têm em sua vocação a natureza de pontos de encontro culturais, sociais, reflexivos, técnicos e de lazer para formação e experimentações livres em áreas que respeitem a diversidade das linguagens artísticas e que difundam e potencializem os modos de produção, fruição, criação e cogestão nos territórios em que se encontram.

As Casas de Cultura foram criadas na gestão de Luiza Erundina, tendo sido transferidas para as subprefeituras em 2003. Após um período sob gestão das subprefeituras, a atual administração do prefeito Fernando Haddad devolveu à Secretaria Municipal de Cultura a gestão das Casas de Cultura por meio do Decreto nº 55.547/2014, respondendo a uma das demandas prioritárias apontadas pela III Conferência Municipal de Cultura.

Integradas à gestão da Secretaria Municipal de Cultura e requalificadas por meio de reformas e ações de manutenção e conservação dos imóveis, as Casas de Cultura têm potencial para abrigar programação

Nome da Biblioteca	Temática	Inauguração do espaço temático	Acervo Temático	Quantidade acervo temático (2015)
Alceu Amoroso Lima	Poesia	2006	Poesia brasileira e estrangeira, teoria poética, história e crítica literária, entre outros	4.374
Belmonte	Cultura Popular	2007	Literatura de cordel, folclore, história das culturas africana e afro-brasileira	3.052
Cora Coralina	Feminista	2015	Feminismo, direito das mulheres, mulheres na política, entre outros e Coleção Rosângela Rigo	1.667
Cassiano Ricardo	Música	2007	Crônicas e biografias, livros de partituras e songbooks, teoria e prática musical e acervo sonoro	3.217 impressos 30 mil fonogramas
Hans Christian Andersen	Contos de Fada	2007	Contos de fadas e DVDs de filmes infantis	2.192
Maria Firmina dos Reis (CFCCT)	Direitos Humanos	2013	Direitos da criança, da mulher, do idoso, violência urbana, discriminação racial, imigração, entre outros	512
Mário Schenberg	Ciências	2008	Ciências exatas, biológicas, da saúde, da terra	2.663
Paulo Duarte	Cultura Afro-brasileira	2012	Cultura negra, escravidão no Brasil, civilizações africanas, literatura africana e afro-brasileira, poesia negra, entre outros	2.008
Paulo Setúbal	Literatura Policial	2012	Literatura policial inglesa, americana, francesa, italiana e brasileira	1.468
Prefeito Prestes Maia	Arquitetura e Urbanismo	2012	Coleção Prestes Maia: Arquitetura, urbanismo, estética, relatórios, plantas, objetos pessoais do ex-prefeito Prestes Maia	12.000
Raul Bopp	Meio Ambiente	2009	Aquecimento global, desenvolvimento sustentável, Amazônia, preservação ambiental, entre outros	2.082
Roberto Santos	Cinema	2008	Livros sobre cinema e filмотeca representativa da evolução da história do cinema mundial e nacional	3.722
Viriato Corrêa	Literatura Fantástica	2008	Gothic novel, ficção científica, realismo mágico e terror	5.264

FONTE: SMC, COORDENADORIA DO SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS, 2015

Quadro 11 CASAS DE CULTURA, POR LOCALIZAÇÃO

Nome	Endereço	Subprefeitura	Região
Casa de Cultura Chico Science	Av. Tancredo Neves, 1265	Ipiranga	Sul
Casa de Cultura Cidade Tiradentes	Av. Sarah Kubitschek, 165	Cidade Tiradentes	Leste
Casa de Cultura Cora Coralina	Rua Sant'ana, 201	Santo Amaro	Sul
Casa de Cultura da Brasilândia	Pç Benedita Cavalheiro, s/nº	Freguesia do Ó/ Brasilândia	Norte
Casa de Cultura de São Mateus	Rua José Francisco dos Santos 502	São Mateus	Leste
Casa de Cultura de São Miguel - Antonio Marcos	Rua Irineu Bonardi, 169	São Miguel Paulista	Leste
Casa de Cultura do Butantã	Rua Junta Mizumoto, 13	Butantã	Oeste
Casa de Cultura do Campo Limpo	Rua Aroldo de Azevedo, 100	Campo Limpo	Sul
Casa de Cultura do Itaim Paulista	Rua Barão de Alagoas, 340	Itaim Paulista	Leste
Casa de Cultura do M'Boi Mirim	Av. Inácio Dias da Silva, s/nº	M'Boi Mirim	Sul
Casa de Cultura do Tremembé	Rua Maria Amália Lopes de Azevedo, 190	Jaçanã/ Tremembé	Norte
Casa de Cultura Manoel Cardoso de Mendonça	Pç Dr Francisco Ferreira Lopes, 434	Santo Amaro	Sul
Casa de Cultura Paço Cultural Júlio Guerra	Pç Floriano Peixoto, 130	Santo Amaro	Sul
Casa de Cultura Palhaço Carequinha	Rua Prof. Oscar Barreto Filho, 252	Capela Do Socorro	Sul
Casa de Cultura Raul Seixas	Rua Murmúrios da Tarde, 211	Itaquera	Leste
Casa de Cultura Salvador Ligabue	Largo da Matriz, 215	Freguesia do Ó/ Brasilândia	Norte
Casa de Cultura Tendal da Lapa	Rua Guaicurus, 1000	Lapa	Oeste

FONTE: SMC, DEPARTAMENTO DE EXPANSÃO CULTURAL, 2015

cultural diversificada e ações de formação, entre outras iniciativas locais de coletivos e da sociedade em geral (Quadro 11).

2.4.1.4. Centros Culturais

A Prefeitura de São Paulo conta com seis equipamentos que funcionam como centros culturais (Quadro 12).

O Centro Cultural São Paulo – CCSP é um dos maiores da América Latina, contando com 46.500 m² de área construída, que abrigam cinco espaços de apresentação, quatro bibliotecas – entre elas a Sérgio Milliet, segunda maior biblioteca pública da cidade –, espaços de exposição, espaços livres e jardins. Também abriga importantes coleções de acervos, como a Coleção de Arte da Cidade, a Discoteca Oneyda Alvarenga e a Missão de Pesquisas Folclóricas de Mário de Andrade.

O Centro Cultural da Penha – CCP é composto pelo Espaço Cultural Mário Zan, pela Biblioteca José Paulo Paes, pelo Teatro Martins Pena e por estúdios de gravação e salas de estudos. O CCP é fruto da aglutinação de espaços complementares que funcionavam na mesma edificação, tendo sido inaugurado como tal em 2002.

A Galeria Olido passou a funcionar como centro cultural a partir de 2004. O conjunto é composto pelos seguintes espaços: Cine Olido; Sala Olido; Centro de Dança Umberto da Silva – incluindo uma sala de espetáculos (Sala Paissandu) e três salas de ensaio; Vitrine da Dan-

Quadro 12 CENTROS CULTURAIS MUNICIPAIS

Nome	Endereço	Subprefeitura	Região	Ano de inauguração
Centro Cultural São Paulo	Rua Vergueiro, 1.000	Vila Mariana	Sul	1982
Centro Cultural da Penha	Largo do Rosário, 20	Penha	Leste	2002
Galeria Olido	Avenida São João, 473	Sé	Centro	2004
Centro Cultural da Juventude	Avenida Deputado Emílio Carlos, 3.641	Casa Verde	Norte	2006
Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes	Rua Inácio Monteiro, 6.900	Cidade Tiradentes	Leste	2012
Praça das Artes	Avenida São João, 281	Sé	Centro	2012

FONTE: SMC, 2015

ça; Centro de Memória do Circo; Ponto de Leitura da Olido e um telecentro, transformado recentemente em FabLab. A edificação é também sede da Secretaria Municipal de Cultura e de outras secretarias municipais.

O Centro Cultural da Juventude – CCJ é dedicado aos interesses da juventude da cidade de São Paulo. Com uma área construída de aproximadamente 7.600 m², abriga biblioteca, brinquedoteca, anfiteatro, teatro de arena, sala de projetos, laboratório de idiomas, laboratório de pesquisas, estúdio para gravações musicais, ilhas de edição de vídeo e de áudio, ateliê de artes plásticas, sala de oficinas e galeria para exposições, além de uma ampla área de convivência e computadores com acesso à internet.

O Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes – CFCCT é o terceiro maior equipamento cultural do município com 23.600 m². Dotado de salas de aula, bibliotecas, estrutura laboratorial e espaços multifuncionais, o local oferece um espaço qualificado para programação cultural e artística, de lazer e esporte. Em fase de implantação, conta com infraestrutura para o desenvolvimento de atividades nas áreas de leitura, teatro, cinema, circo e artes visuais, com grande potencial de se tornar um centro de referência para formação cultural na cidade.

A Praça das Artes – apesar de não ser nomeada como tal – tem funções e características de um centro cultural, compreendido como um equipamento que reúne diversos espaços destinados à apresentação, formação, exposição e salvaguarda de bens, além de abrigar os corpos artísticos do Theatro Municipal de São Paulo, ser sede da Escola Municipal de Música, da Escola de Dança de São Paulo, da administração da Fundação Theatro Municipal e da Spcine.

2.4.1.5. CEUs

Os Centros Educacionais Unificados – CEUs são um complexo educacional, esportivo e cultural. Contemplam, na área educacional, o centro de Educação Infantil (CEI), a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) e Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e, nas áreas esportiva e cultural, quadra poliesportiva, teatro, playground, piscinas, biblioteca, telecentro e espaços para oficinas, ateliês e reuniões.

Ao todo são 46 espaços localizados em regiões afastadas do centro, com maior vulnerabilidade social e carência de equipamentos públicos. O caráter multidisci-

plinar pensado para os CEUs se refletiu na proposta, inicialmente implantada, de gestão compartilhada pelas secretarias municipais de Educação, Esportes e Cultura. A Secretaria Municipal de Educação ficou responsável pelo setor de ensino e pelo Núcleo de Ação Educativa; a Secretaria Municipal de Esportes pelas quadras, piscinas e pelo Núcleo de Ação Esportiva; e a Secretaria Municipal de Cultura pelas bibliotecas, teatros, ateliês, espaços multifuncionais e pelo Núcleo de Ação Cultural.

Cada Núcleo era o responsável pelas ações de formação e programação de cada área. Entretanto, a gestão compartilhada foi interrompida em 2005, deixando a cargo da Secretaria Municipal de Educação a gestão completa de cada equipamento. O atual prefeito Fernando Haddad buscou reestabelecer a gestão compartilhada por meio do decreto nº 58.823/2014. A partir de então, algumas medidas buscam reintegrar a gestão dos CEUs pela cultura, através, sobretudo, da realização de programação nos teatros em eventos como a Virada Cultural e o Mês do Hip Hop e por meio do Circuito Municipal de Cultura. Além disso, a Spcine irá implantar 15 salas de cinema nos CEUs. Em junho de 2015 foi anunciada a destinação de verbas federais para a construção de 20 novos equipamentos desse tipo, chamados de “Territórios CEUs” (Mapa 2).

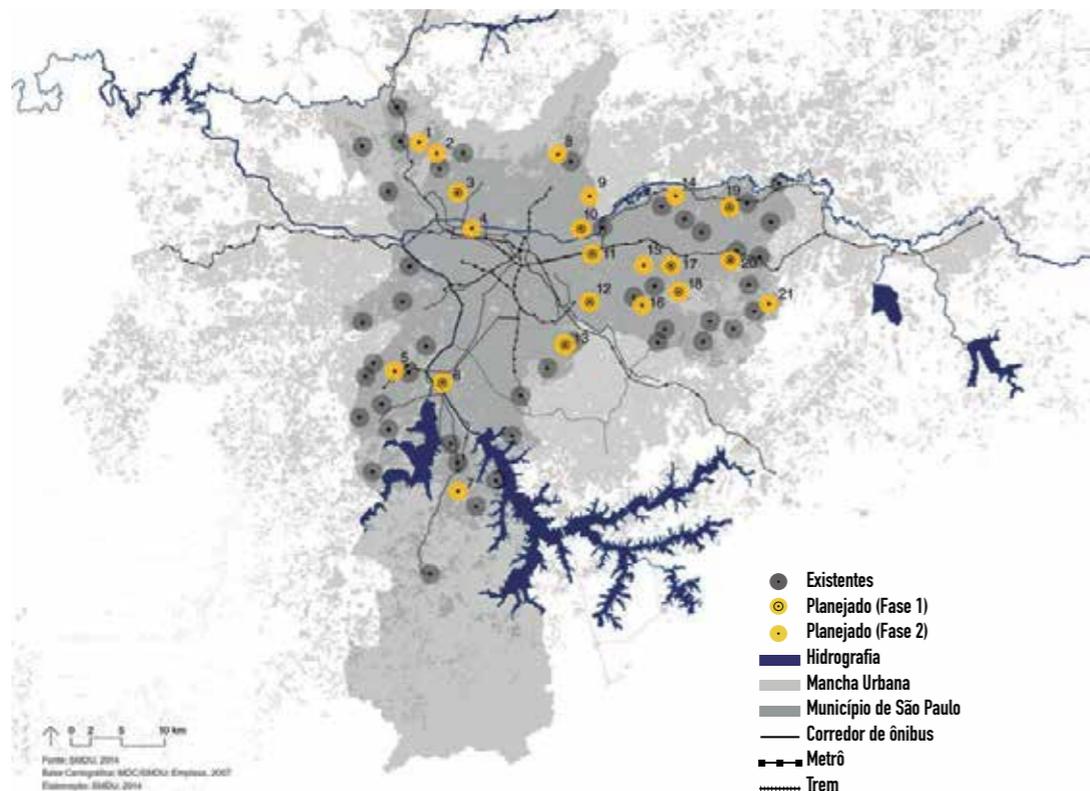
2.4.1.6. Espaços museológicos

Os espaços museológicos sob gestão da Secretaria Municipal de Cultura compõem o patrimônio arquitetônico do Departamento de Museus Municipais, responsável pelo Museu da Cidade de São Paulo (composto por um monumento, um logradouro e dez casas históricas); a Casa da Imagem (que fica na Casa n. 1); o Pavilhão das Culturas Brasileiras; e a OCA. Trata-se de 15 edificações de interesse histórico, arquitetônico e cultural com uso museológico (Quadro 13).

As edificações que compõem os espaços museológicos destacam-se, em especial, por reunir exemplares arquitetônicos representativos, muitos deles tombados, desde construções remanescentes do período colonial a importantes projetos da arquitetura moderna brasileira. Para além de sua importância arquitetônica, cada uma dessas edificações funciona como espaço de exposição.

Mapa 2 LOCALIZAÇÃO DOS CEUS EXISTENTES E DOS TERRITÓRIOS CEUS PLANEJADOS

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (SMDU), 2014



2.4.1.7. Teatros

Os teatros são o tipo de equipamento cultural mais antigo na cidade de São Paulo, sendo o Theatro Municipal o primeiro teatro público construído, inaugurado em 1911. A Prefeitura dispõe de outros nove teatros nos bairros, além do Auditório do Ibirapuera e dos teatros dos centros culturais e dos CEUs.

O Theatro Municipal encontra-se sob a gestão da Fundação Theatro Municipal de São Paulo, instituída pela Lei 15.380 de 27 de maio de 2011 e regulamentada pelo decreto nº 53.225/2011. É de responsabilidade da Fundação a gestão e administração do edifício histórico do Theatro Municipal

Quadro 13 ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS MUNICIPAIS, POR TIPO E LOCALIZAÇÃO

Nome	Tipo	Endereço	Subprefeitura	Região
Beco do Pinto	Logradouro	Rua Roberto Simonsen, 136B	Sé	Centro
Capela do Morumbi	Casa histórica	Av. Morumbi, 5.387	Butantã	Oeste
Casa do Bandeirante	Casa histórica	Praça Monteiro Lobato, s/n	Butantã	Oeste
Casa do Grito	Casa histórica	Praça do Monumento	Ipiranga	Sul
Casa do Sertanista	Casa histórica	Praça Dr. Enio Barbato, s/nº	Butantã	Oeste
Casa do Tatuapé	Casa histórica	Rua Guabijú, 49	Mooca	Leste
Casa Modernista	Casa histórica	Rua Santa Cruz, 325	Vila Mariana	Sul
Casa nº 1 - Casa da Imagem	Casa histórica	Rua Roberto Simonsen, 136B	Sé	Centro
Chácara Lane	Casa histórica	Rua da Consolação, 1024	Sé	Centro
OCA - Pavilhão Lucas Nogueira Garcez	Edificação histórica	Avenida Pedro Álvares Cabral, s/n	Vila Mariana	Sul
Monumento à Independência	Monumento	Praça do Monumento, s/n	Ipiranga	Sul
Pavilhão das Culturas Brasileiras - Engenheiro Armando de Arruda Pereira	Edificação histórica	Avenida Pedro Álvares Cabral, s/n	Vila Mariana	Sul
Sítio Morrinhos	Casa histórica	Rua Santo Anselmo, 102	Santana/Tucuruvi	Norte
Sítio da Ressaca	Casa histórica	Rua Nadra Raffoul Mokodsi, 3	Jabaquara	Sul
Solar da Marquesa de Santos	Casa histórica	Rua Roberto Simonsen, 136	Sé	Centro

FONTE: SMC, DEPARTAMENTO DE MUSEUS MUNICIPAIS, 2016

de São Paulo, da Praça das Artes e da Central Técnica de Produção do Theatro Municipal, localizada no bairro do Pari, onde são confeccionados e armazenados os figurinos e cenários das óperas e demais produções artísticas.

Os teatros municipais são equipamentos públicos destinados à apresentação de espetáculos, com o intuito de possibilitar aos moradores das diversas regiões de São Paulo o acesso à produção cultural da cidade. Ao todo são 10 teatros sob gestão da Secretaria Municipal de Cultura, além do Auditório Ibirapuera – Oscar Niemeyer, cedido onerosamente à administração do Itaú Cultural desde 2011 (Quadro 14).

A Prefeitura de São Paulo conta ainda com uma série de espaços qualificados para a apresentação de espetáculos nas bibliotecas, centros culturais, casas de cultura e CEUs – totalizando mais de uma centena de espaços de apresentação.

Quadro 14 TEATROS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Nome	Endereço	Subprefeitura	Região	Ano de inauguração	Capacidade (lugares)
Theatro Municipal de São Paulo	Praça Ramos de Azevedo, s/n	Sé	Centro	1911	1.523
Teatro Municipal da Vila Mariana João Caetano	Rua Borges Lagoa, 650	Vila Mariana	Sul	1952	440
Teatro Municipal da Mooca Artur de Azevedo	Avenida Paes de Barros, 955	Mooca	Leste	1952	349
Teatro Municipal de Santo Amaro Paulo Eiró	Av. Adolfo Pinheiro, 765	Santo Amaro	Sul	1957	467
Teatro Municipal de Santana Alfredo Mesquita	Avenida Santos Dumont, 1770	Santana	Norte	1988	198
Teatro Municipal da Lapa Cacilda Becker	Rua Tito, 295	Lapa	Oeste	1988	198
Teatro Municipal da Cangaíba Flávio Império	Rua Professor Alves Pedroso, 600	Penha	Leste	1992	211
Teatro Municipal do Itam Bibi Décio de Almeida Prado	Rua Cojuba, 45 B	Pinheiros	Sul	2008	145
Teatro Municipal da Vila Formosa Zanon Ferrite	Av. Renata, 163	Aricanduva	Leste	2010	210
Teatro Municipal de Santo Amaro Leopoldo Fróes	Rua Antonio Bandeira, 114	Santo Amaro	Leste	2012	118

FONTE: SMC, 2015

2.4.2. Estrutura física dos espaços culturais municipais

Considerando a estrutura física dos espaços municipais de cultura existentes, há diferenças tanto entre os tipos de equipamentos quanto dentre cada um deles, uma vez que foram construídos em diferentes períodos e com diferentes objetivos. No entanto, é possível realizar algumas abordagens comuns, notadamente quanto à acessibilidade e à necessidade de reformas e readequações.

2.4.2.1. Acessibilidade

Quanto à acessibilidade arquitetônica, tem havido um esforço nos últimos anos em adequar as edificações dos espaços culturais às normas. Não foi possível obter informações acerca de todos os espaços culturais municipais, ficando esse levantamento restrito aos equipamentos sob gestão direta da Secretaria Municipal de Cultura (Quadro 15).

O levantamento aponta que 48% dos espaços culturais sob gestão da Secretaria Municipal de Cultura encontra-se em situação considerada adequada do ponto de vista de atendimento às normas de acessibilidade arquitetônica. Quanto aos espaços em que ainda não foram realizadas obras de adequação, há um planejamento com calendário de execução em fases, de acordo com as metas do Plano Municipal de Cultura (Gráfico 6).

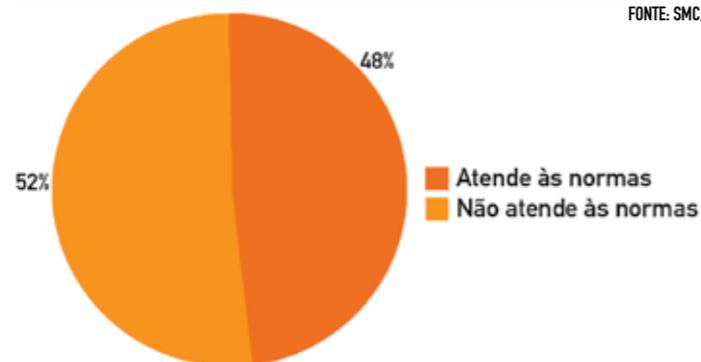
Quadro 15 ACESSIBILIDADE NOS ESPAÇOS CULTURAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Tipo de espaço	Atende às normas	Não atende às normas	Total
Arquivo Histórico Municipal	1	0	1
Bibliotecas	31	22	53
Casas de Cultura	1	16	17
Centros Culturais	4	2	6
Escola	0	1	1
Espaço cultural (Galeria Formosa)	0	1	1
Espaços museológicos	5	10	15
Teatros	7	3	10
Total	49	55	104

FONTE: SMC, GERENCIAMENTO TÉCNICO DE OBRAS, 2015

Gráfico 6 ACESSIBILIDADE NOS ESPAÇOS CULTURAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

FONTE: SMC, GERENCIAMENTO TÉCNICO DE OBRAS, 2015



2.4.2.2. Manutenção, reforma e requalificação

Os equipamentos sob a gestão da Secretaria Municipal de Cultura encontram-se, de maneira geral, em bom estado de conservação. Das bibliotecas públicas municipais, 20 foram reformadas entre 2009 e 2012 e três foram entregues recentemente (Cora Coralina, Vinicius de Moraes e Camila Cerqueira Cesar). Os teatros municipais passaram nos últimos anos por reformas importantes, tendo sido o Teatro Municipal Flávio Império reinaugurado em janeiro de 2015, o Arthur de Azevedo em agosto de 2015 e o Paulo Eiró em setembro de 2015.

No que se refere à situação arquitetônica especificamente das Casas de Cultura, a atual condição física das edificações é heterogênea. Após a retomada da gestão pela Secretaria Municipal de Cultura foi feito um levantamento minucioso das condições de manutenção das edificações, de modo a estabelecer prioridades e metas para a realização de reformas. As Casas de Cultura estão, assim, entre os equipamentos prioritários para requalificação. Além destas, necessitam de requalificação as bibliotecas não reformadas recentemente, algumas edificações históricas do Departamento de Museus Municipais, incluindo o Pavilhão das Culturas Brasileiras, o Centro Cultural São Paulo (CCSP) e o Centro Cultural da Juventude (CCJ), a Escola Municipal de Iniciação Artística (EMIA) e os Teatros Municipais Décio de Almeida Prado e João Caetano.

O Programa de Metas prevê a construção, requalificação ou reforma de 16 equipamentos culturais, dos quais 9 já foram entregues, incluindo as três bibliotecas e os três teatros citados, a Casa do Bandeirante (Museu da Cidade) e a Torre da Memória e o Edifício Ramos de Azevedo, pertencentes ao Arquivo

Histórico Municipal. Além destes, outros projetos de requalificação encontram-se em andamento, sobretudo tendo em vista a adequação estrutural dos espaços e a ampliação de seu escopo, como é o caso da Biblioteca Prestes Maia, da Biblioteca Paulo Setúbal e do Teatro Zanon Ferrite (Vila Formosa), do Centro Cultural do Jabaquara (Biblioteca Paulo Duarte e Sítio da Ressaca), da Casa de Cultura Palhaço Carequinha e do Tendal da Lapa, a serem consolidados como centros culturais (Quadro 16).

Quadro 16 ESPAÇOS CULTURAIS REQUALIFICADOS E COM NECESSIDADE DE REFORMA, POR TIPO

Tipo de espaço	Requalificados	Necessidade de reforma	Total
Arquivo Histórico Municipal	1	0	1
Bibliotecas	23	30	53
Casas de Cultura	0	17	17
Centros Culturais	4	2	6
Escola	0	1	1
Espaço cultural (Galeria Formosa)	1	0	1
Espaços museológicos	9	6	15
Teatros	8	2	10
Total	46	58	104

FONTE: SMC, GERENCIAMENTO TÉCNICO DE OBRAS, 2015

2.4.3. Expansão da rede: espaços culturais municipais planejados

Além da reforma e requalificação dos espaços atualmente existentes, há a previsão de criação de novos equipamentos culturais, tendo sido planejadas a construção e/ou requalificação de espaços para Casas de Cultura, centros culturais, escolas, cinemas e CEUs (Quadro 17).

Há, ainda, a previsão da construção da última fase da Praça das Artes, cujo processo licitatório encontra-se em andamento. Além da criação de novos espaços culturais municipais, a Spcine prevê a instalação de 20 salas de cinema nos equipamentos existentes, por meio da adequação de espaços de apresentação com projetor e tela capazes de garantir qua-

Quadro 17 ESPAÇOS CULTURAIS MUNICIPAIS PLANEJADOS

Nome	Tipo	Região	Subprefeitura	Etapa
Casa de Cultura de Cidade Ademar	Casa de Cultura	Sul	Cidade Ademar	Em estudo
Casa de Cultura de Ermelino Matarazzo	Casa de Cultura	Leste	Ermelino Matarazzo	Projeto executivo em andamento
Casa de Cultura de Guaianases	Casa de Cultura	Leste	Guaianases	Em estudo
Casa de Cultura de Parelheiros	Casa de Cultura	Sul	Parelheiros	Projeto
Casa de Cultura de Pirituba	Casa de Cultura	Norte	Pirituba	Projeto
Casa de Cultura São Rafael / Quaresma Delgado	Casa de Cultura	Leste	São Mateus	Em implantação
Casa de Cultura da Vila Maria/ Vila Guilherme	Casa de Cultura	Norte	Vila Maria/ Vila Guilherme	Em reforma
Casarão da Celso Garcia	Casa de Cultura	Leste	Mooca	Projeto executivo
Sacolão das Artes	Casa de Cultura	Sul	M'Boi Mirim	Projeto executivo em andamento
Casa do Hip Hop	Casa de Cultura	Centro	Sé	Projeto
Centro Cultural do M'Boi Mirim	Centro cultural	Sul	M'Boi Mirim	Desapropriação
CEU Água Branca	CEU	Oeste	Lapa	Projeto
CEU Carrão	CEU	Leste	Mooca	Projeto
CEU Cidade Tiradentes	CEU	Leste	Cidade Tiradentes	Projeto
CEU Ermelino	CEU	Leste	Ermelino Matarazzo	Projeto
CEU Freguesia do Ó	CEU	Norte	Freguesia do Ó/ Brasilândia	Projeto

CEU Grajaú	CEU	Sul	Capela Do Socorro	Projeto
CEU Imperador	CEU	Leste	Sapopemba	Projeto
CEU José de Anchieta	CEU	Leste	Penha	Projeto
CEU Novo Mundo	CEU	Norte	Vila Maria/ Vila Guilherme	Projeto
CEU Parque do Carmo	CEU	Leste	Itaquera	Projeto
CEU Pinheirinho D'Água	CEU	Norte	Pirituba/ Jaraguá	Projeto
CEU Piracuama	CEU	Sul	Campo Limpo	Projeto
CEU Santo Amaro	CEU	Sul	Santo Amaro	Projeto
CEU São Miguel	CEU	Leste	São Miguel Paulista	Projeto
CEU São Pedro	CEU	Leste	Itaquera	Projeto
CEU Taipas	CEU	Norte	Pirituba/ Jaraguá	Projeto
CEU Tremembé	CEU	Norte	Jaçanã/ Tremembé	Projeto
CEU Vila Alpina	CEU	Leste	Vila Prudente	Projeto
CEU Vila Matilde	CEU	Leste	Vila Matilde	
CEU Vila Medeiros	CEU	Norte	Vila Maria/ Vila Guilherme	Projeto
Chácara do Jockey	Centro cultural	Oeste	Butantã	Em obra
Circo Escola Piolim	Escola de circo	Centro	Sé	Projeto em revisão
Edifício Art Palácio	Cinema	Centro	Sé	Projeto em revisão
Edifício Marrocos	Cinema	Centro	Sé	Estudo preliminar
Edifício Sampaio Moreira	Administrativo	Centro	Sé	Em obra
Galeria Prestes Maia	Museu	Centro	Sé	Em estudo
Praça do Circo	Circo	Centro	Sé	Estudo preliminar
Vila Itororó	Centro Cultural	Centro	Sé	Projeto e obra

FONTE: SMC, NÚCLEO DE PROJETOS DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E SMDU, 2015

Quadro 18 SALAS DE CINEMA PLANEJADAS

Equipamento	Tipo de espaço	Distrito	Subprefeitura	Região	Capacidade da sala
Galeria Olido	Centro Cultural (sala exclusiva)	República	Sé	Centro	236
Centro Cultural São Paulo (CCSP): Sala Lima Barreto	Centro Cultural (sala exclusiva)	Vila Mariana	Vila Mariana	Sul	99
Centro Cultural São Paulo (CCSP): Sala Paulo Emílio	Centro Cultural (sala exclusiva)	Vila Mariana	Vila Mariana	Sul	99
Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes	Centro Cultural (sala exclusiva)	Cidade Tiradentes	Cidade Tiradentes	Leste	150
Biblioteca Roberto Santos – Temática de Cinema	Biblioteca (sala exclusiva)	Ipiranga	Ipiranga	Sul	68
CEU Aricanduva	CEU (sala compartilhada)	Aricanduva	Aricanduva	Leste	445
CEU Butantã	CEU (sala compartilhada)	Butantã	Butantã	Oeste	450
CEU Caminho do Mar	CEU (sala compartilhada)	Jabaquara	Jabaquara	Sul	184
CEU Feitiço da Vila	CEU (sala compartilhada)	Capão Redondo	Campo Limpo	Sul	180
CEU Jaçanã	CEU (sala compartilhada)	Pirituba	Pirituba/Jaraguá	Norte	399
CEU Jembeiro	CEU (sala compartilhada)	Guaianases	Guaianases	Leste	450
CEU Meninos	CEU (sala compartilhada)	Sacomã	Ipiranga	Sul	450
CEU Parque Veredas	CEU (sala compartilhada)	Itaim Paulista	Itaim Paulista	Leste	450
CEU Paz	CEU (sala compartilhada)	Brasilândia	Freguesia do Ó/ Brasilândia	Norte	450
CEU Perus	CEU (sala compartilhada)	Perus	Perus	Norte	449
CEU Quinta do Sol	CEU (sala compartilhada)	Cangaíba	Penha	Leste	400
CEU São Rafael	CEU (sala compartilhada)	São Rafael	São Miguel Paulista	Leste	450
CEU Três Lagos	CEU (sala compartilhada)	Grajaú	M'Boi Mirim	Sul	430
CEU Vila Atlântica	CEU (sala compartilhada)	Jaraguá	Lapa	Oeste	450
CEU Vila do Sol	CEU (sala compartilhada)	Jardim Ângela	M'Boi Mirim	Sul	188

FONTE: SPCINE, 2015

lidade de cinema. As 20 salas serão implantadas em 19 equipamentos, contemplando 17 subprefeituras e 19 distritos (Quadro 18).

2.4.4. Distribuição territorial dos espaços culturais no município

Uma das questões centrais para o desenvolvimento da política cultural no Município de São Paulo é o olhar para os diferentes territórios da cidade, de fundamental importância para compreender a diversidade do cenário cultural e ampliar o acesso à cultura. A questão territorial é abordada aqui na relação entre os espaços culturais, a cidade e a população que nela habita.

2.4.4.1. Distribuição territorial por ente responsável e por tipo de equipamento

O histórico de expansão dos espaços culturais municipais aponta para uma descentralização cada vez maior, passando de alguns poucos equipamentos centrais – como o Theatro Municipal e a Biblioteca Mário de Andrade – para uma rede de equipamentos que se forma e se expande em anéis cada vez mais afastados do centro e que incluíram, em um primeiro momento, as bibliotecas nos bairros (década de 1940-50) e os teatros (a partir da década de 1950) e, em um segundo momento, as Casas de Cultura (anos 1980-90) e os CEUs (anos 2000) (Quadro 19).

Quadro 19 EXPANSÃO TERRITORIAL DA REDE DE ESPAÇOS CULTURAIS MUNICIPAIS

TIPO DE EQUIPAMENTO	PERÍODO DE SURGIMENTO
Theatro Municipal	1911
Biblioteca Mário de Andrade	1925
Bibliotecas dos bairros	Anos 40-50
Teatros distritais	Anos 50 em diante
Centro Cultural São Paulo	Anos 80
Casas de Cultura	Anos 90
Centros culturais	Anos 2000
Centros de Educação Unificados (CEUs)	Anos 2000

Apesar do histórico de descentralização dos equipamentos culturais municipais, o mapa geral dos espaços culturais existentes na cidade de São Paulo – que inclui os equipamentos de cultura municipais, estaduais, federais e particulares – aponta ainda uma considerável desigualdade territorial, com maior oferta de espaços culturais nas áreas mais centrais do município, frente a áreas com grande carência de equipamentos (Mapa 3).

O mapa aponta que os equipamentos municipais de cultura abrangem todo o território da cidade, apresentando ao menos um equipamento por subprefeitura (Quadro 20), enquanto os equipamentos pertencentes aos demais entes apresentam concentração acentuada no chamado centro expandido.

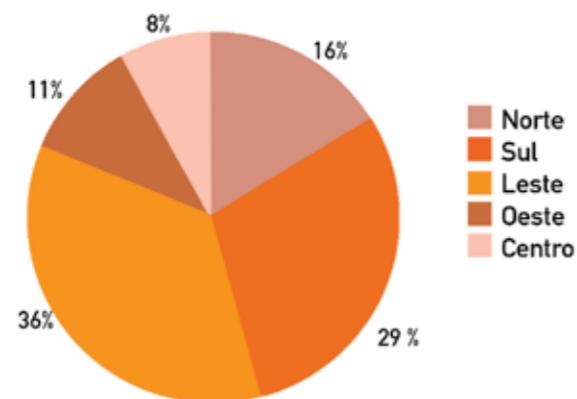
Considerando as subprefeituras, a Sé apresenta o maior número de equipamentos culturais, seguida do Butantã, Campo Limpo, Mooca e Vila Mariana. Por outro lado, Cidade Ademar e Parelheiros apresentam somente um CEU e Ermelino Matarazzo uma biblioteca.

Em termos regionais, os espaços culturais municipais existentes apresentam a distribuição destacada no Quadro 21 (p. 77).

A distribuição territorial dos espaços culturais municipais corresponde, aproximadamente, ao percentual populacional existente nas regiões, sendo a região Leste a que possui maior número de espaços, correspondente a 35% do total (Gráfico 7). Ainda assim, a rede se mostra insuficiente para atender as demandas em todos os territórios, havendo ainda subprefeituras parcialmente atendidas e distritos absolutamente desprovidos de equipamentos culturais públicos.

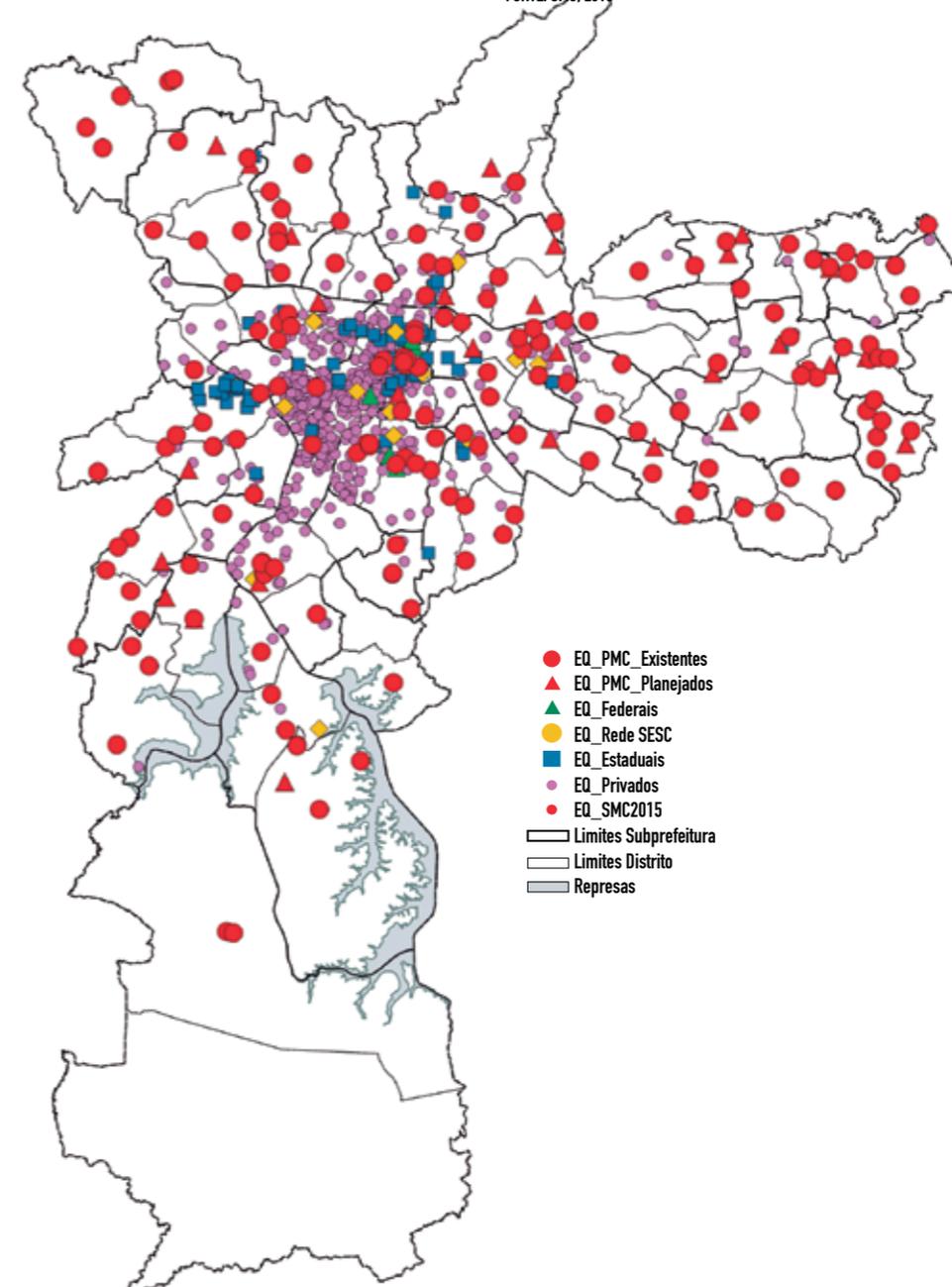
Gráfico 7 DISTRIBUIÇÃO DOS ESPAÇOS CULTURAIS MUNICIPAIS EXISTENTES, POR REGIÃO

FONTE: SMC, 2015



MAPA 3 ESPAÇOS CULTURAIS, POR ENTE RESPONSÁVEL

FONTE: SMC, 2015



Quadro 20 ESPAÇOS CULTURAIS MUNICIPAIS EXISTENTES, POR SUBPREFEITURA

Tipo de equipamento	Arquivo Histórico Municipal	Auditório	Biblioteca	Bosques da Leitura	Casa de Cultura	Centro Cultural	CEU	Escola	Espaços museológicos	Pontos de Leitura	Teatro	Espaço Cultural	Total
Aricanduva	0	0	3	1	0	0	2	0	0	0	1	0	7
Butantã	0	0	1	1	1	0	2	0	3	1	0	0	9
Campo Limpo	0	0	2	1	1	0	5	0	0	0	0	0	9
Capela Do Socorro	0	0	1	1	1	0	3	0	0	1	0	0	7
Casa Verde	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2
Cidade Ademar	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Cidade Tiradentes	0	0	0	0	1	1	2	0	0	3	0	0	7
Ermelino Matarazzo	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Freguesia do Ó/ Brasilândia	0	0	2	0	2	0	2	0	0	0	0	0	6
Guaianases	0	0	2	1	0	0	2	0	0	0	0	0	5
Ipiranga	0	0	3	0	1	0	3	0	2	0	0	0	9
Itaim Paulista	0	0	1	0	1	0	2	0	0	1	0	0	5
Itaquera	0	0	3	1	1	0	0	0	0	0	0	0	5
Jabaquara	0	0	1	0	0	0	1	1	1	0	0	0	4
Jaçanã/ Tremembé	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Lapa	0	0	2	0	1	0	3	0	0	0	1	0	7
M'Boi Mirim	0	0	0	0	1	0	4	0	0	1	0	0	6
Mooca	0	0	6	0	0	0	0	0	1	1	1	0	9
Parelheiros	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Penha	0	0	1	0	0	1	3	0	0	0	1	0	6
Perus	0	0	1	1	0	0	2	0	0	1	0	0	5
Pinheiros	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	1	0	4
Pirituba/ Jaraguá	0	0	2	2	0	0	1	0	0	0	0	0	5
Santana/ Tucuruvi	0	0	4	1	0	0	0	0	1	0	1	0	7

Quadro 20 (Cont.)

Tipo de equipamento	Arquivo Histórico Municipal	Auditório	Biblioteca	Bosques da Leitura	Casa de Cultura	Centro Cultural	CEU	Escola	Espaços museológicos	Pontos de Leitura	Teatro	Espaço Cultural	Total
Santo Amaro	0	0	2	0	3	0	0	0	0	0	2	0	7
São Mateus	0	0	0	0	1	0	2	0	0	1	0	0	4
São Miguel Paulista	0	0	1	0	1	0	3	0	0	3	0	0	8
Sapopemba	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	3
Sé	1	0	3	1	0	2	0	0	4	1	1	1	14
V. Maria/ V. Guilherme	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Vila Mariana	0	1	2	1	0	1	0	0	3	0	1	0	9
Vila Prudente	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Total	1	1	53	13	17	6	46	1	15	14	10	1	178

Fonte: SMC, 2015

Quadro 21 ESPAÇOS CULTURAIS MUNICIPAIS EXISTENTES, POR REGIÃO

Tipo de equipamento	Regiões					Total
	Norte	Sul	Leste	Oeste	Centro	
Arquivo Histórico Municipal	0	0	0	0	1	1
Auditório do Ibirapuera	0	1	0	0	0	1
Biblioteca	12	11	21	6	3	53
Bosques da Leitura	5	3	3	1	1	13
Casas de Cultura	3	7	5	2	0	17
Centros Culturais	1	1	2	0	2	6
CEUs	5	18	18	5	0	46
Escola	0	1	0	0	0	1
Espaço cultural (Galeria Formosa)	0	0	0	0	1	1
Espaços museológicos	1	6	1	3	4	15
Pontos de Leitura	1	2	9	1	1	14
Teatros	1	3	4	1	1	10
TOTAL	29	53	63	19	14	178

Fonte: SMC, 2015

Analisando os tipos de espaços, algumas políticas se evidenciam: as bibliotecas, mais antigas, apresentam-se em número considerável e estão distribuídas em todas as regiões da cidade. Os museus, localizados em edifícios históricos, concentram-se nas porções mais centrais do território. Os teatros, em menor número, não abrangem a população que habita nas regiões do extremo Leste, Sul e Norte, sendo estas atendidas pelos teatros dos CEUs. As Casas de Cultura e os CEUs, de origem mais recente, foram planejados como equipamentos multifuncionais em áreas carentes de equipamentos e serviços públicos. Localizados, sobretudo, nas regiões mais periféricas da cidade, as Casas de Cultura e os CEUs têm papel fundamental na distribuição territorial dos espaços culturais para as populações com perfil socioeconômico mais vulnerável, uma vez que foram construídos nas subprefeituras mais distantes do centro (Mapa 4).

2.4.4.2. Escala de abrangência dos espaços culturais municipais

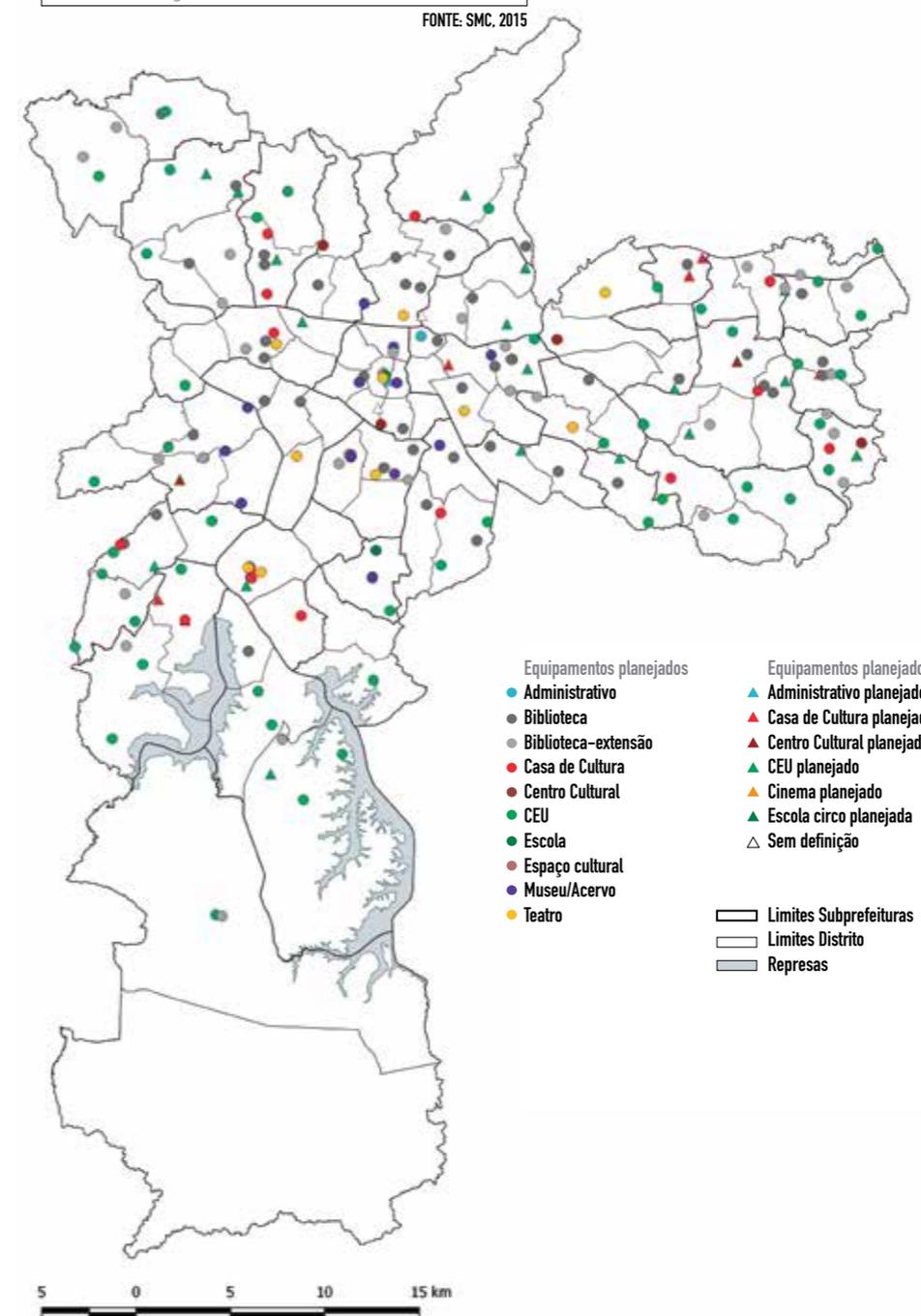
Há uma expressiva diversidade entre os espaços municipais de cultura quanto ao seu tamanho e ao público que são capazes de atingir. Alguns espaços têm a função de se disseminar no território, enquanto outros possuem especificidades que os tornam únicos na cidade. A análise dos espaços por tipo não dá conta de compreender a sua escala de abrangência no município, de modo a fornecer subsídios para a elaboração do Plano Municipal de Cultura.

Torna-se necessário o olhar para o papel que os diversos espaços cumprem atualmente e para a demanda por equipamentos culturais nos diferentes territórios da cidade. Para isso, os espaços foram classificados em:

- Espaços de escala municipal/supramunicipal: são equipamentos únicos, tanto pelo porte quanto pela especificidade das ações que desempenham;
- Espaços de escala regional: são equipamentos referenciais para uma determinada região da cidade, cujas atividades transcendem as ações locais, seja por sua capacidade de público ou pela importância, intensidade e dinâmica de suas ações;
- Espaços de escala local: são equipamentos que se multiplicam e se distribuem pelo território, capazes de, em conjunto, disseminar as ações culturais do município para toda a população, sobretudo no que diz respeito às atividades de formação, leitura e programações culturais locais.

MAPA 4 ESPAÇOS CULTURAIS MUNICIPAIS, POR TIPO

FONTE: SMC, 2015



Consideram-se espaços públicos municipais com escala de abrangência local parte das Casas de Cultura, a totalidade dos CEUs, as bibliotecas dos bairros e os serviços de extensão das bibliotecas. Com escala de abrangência regional são caracterizados os teatros municipais, algumas casas históricas pertencentes ao Museu da Cidade e algumas Casas de Cultura. Como espaços de escala municipal ou supramunicipal, por sua vez, são considerados a Biblioteca Mário de Andrade, o Centro Cultural São Paulo, o Theatro Municipal, a Praça das Artes, o Auditório do Ibirapuera e alguns espaços pertencentes ao Museu da Cidade (Gráficos 8 e 9).

O mapa permite observar a distribuição espacial dos espaços tendo em vista a escala de abrangência, apontando uma concentração dos espaços de escala municipal/supramunicipal na região central, sobretudo nas subprefeituras Sé e Vila Mariana. Já os espaços de escala regional não atendem parte da região Sul, Leste e Noroeste. Por fim, os espaços de escala local atendem 90 dos 96 distritos paulistanos (Mapa 5).

2.4.4.3. Espaços culturais municipais e os indicadores socioeconômicos

A análise dos espaços culturais municipais relacionada aos indicadores socioeconômicos tem por objetivo compreender a condição socioeconômica da população próxima à rede de equipamentos. Em relação à densidade populacional, levantada pelo Censo Demográfico de 2010, percebe-se uma distribuição ainda desigual na proporção do número de espaços e áreas com grande densidade populacional. A densidade populacional das diversas áreas da cidade constitui variável importante para a organização territorial dos equipamentos municipais, bem como para a previsão de criação de novos espaços culturais (Mapa 6).

Com relação ao Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, o mapa aponta novamente que os espaços municipais de cultura são os únicos equipamentos públicos que atingem as bordas do município, em regiões mais distantes do centro administrativo e econômico, onde se localiza a maior oferta de emprego. Os espaços municipais de cultura têm, portanto, papel fundamental na garantia de acesso à cultura nas regiões mais vulneráveis do município. Ainda assim, são insuficientes para contemplar a demanda das populações residentes nessas áreas, devendo o Plano Municipal de Cultura contemplar a expansão da rede de espaços culturais, priorizando as regiões mais periféricas (Mapa 7).

Gráfico 8 TIPOS DE ESPAÇOS, POR ESCALA DE ABRANGÊNCIA

FONTE: SMC, 2015

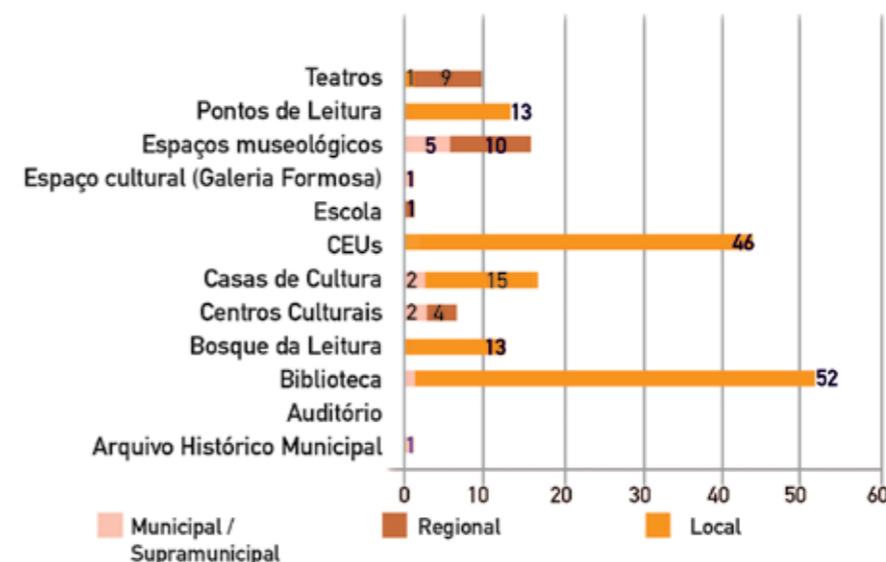
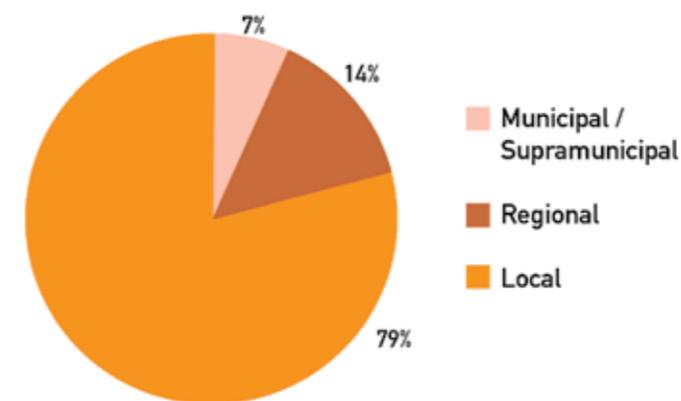


Gráfico 9 TIPOS DE ESPAÇOS, POR ESCALA DE ABRANGÊNCIA

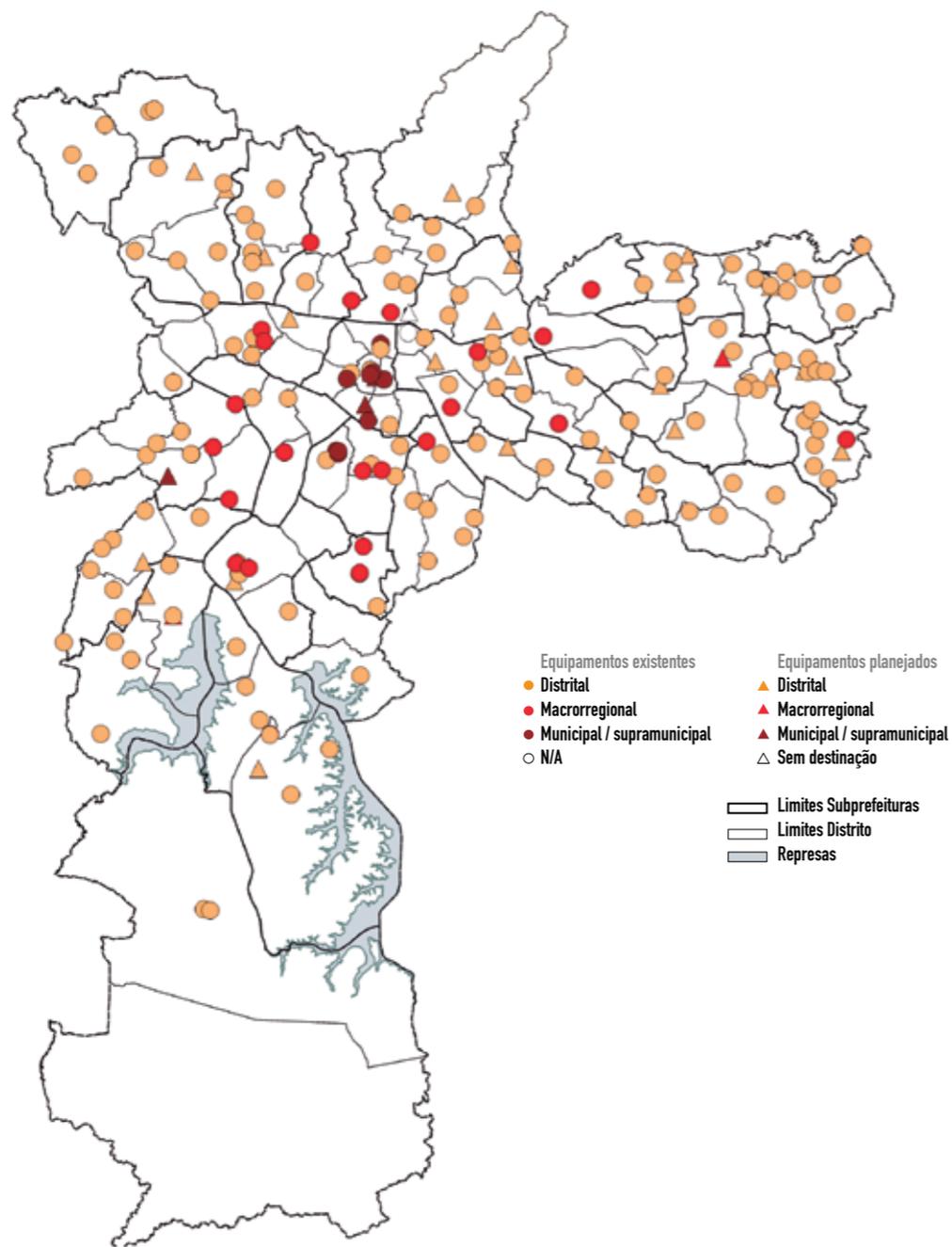
FONTE: SMC, 2015



Os espaços municipais de cultura têm papel fundamental na garantia de acesso à cultura nas regiões mais vulneráveis

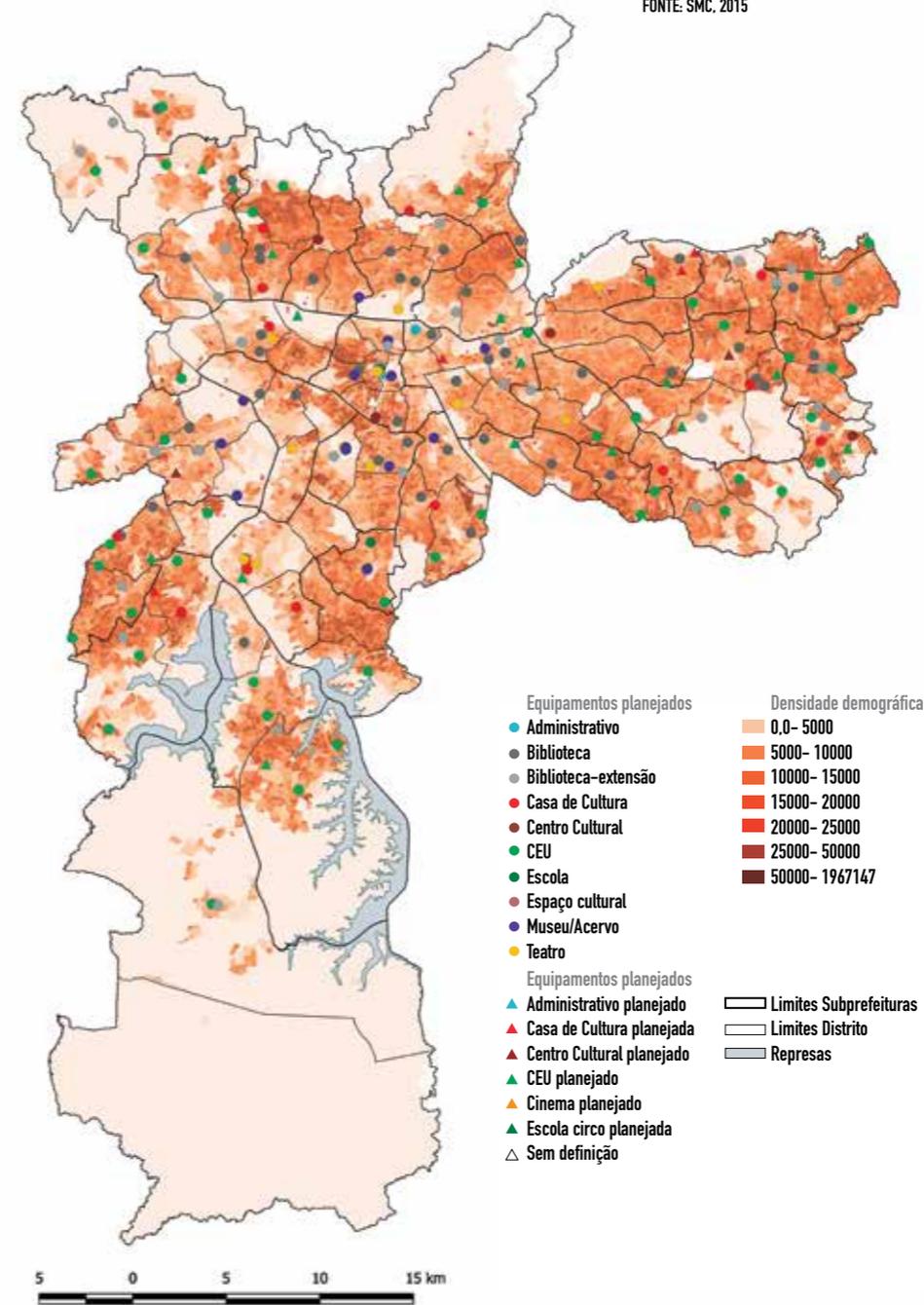
Mapa 5 ESPAÇOS CULTURAIS MUNICIPAIS POR ESCALA DE ABRANGÊNCIA

FONTE: SMC, 2015



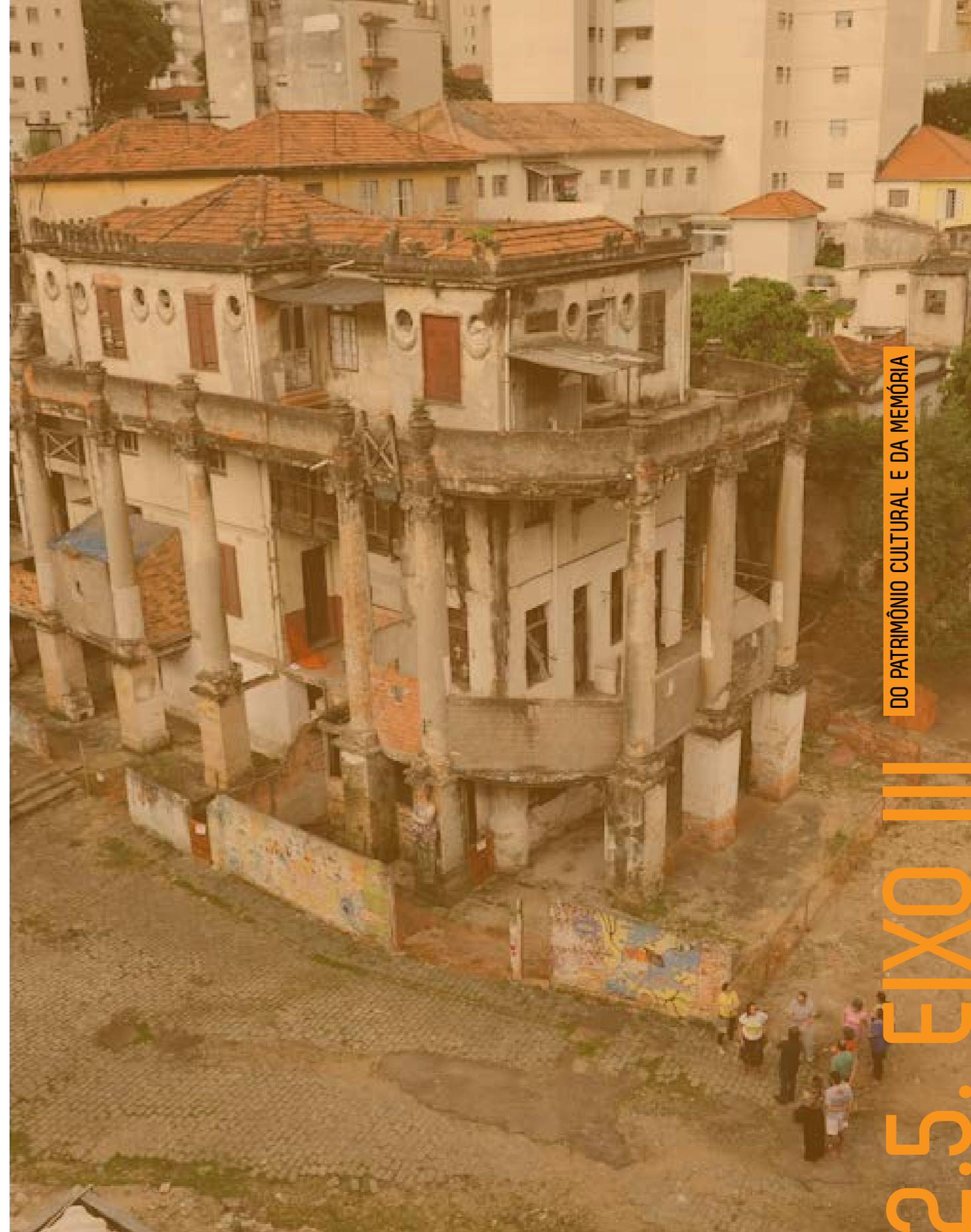
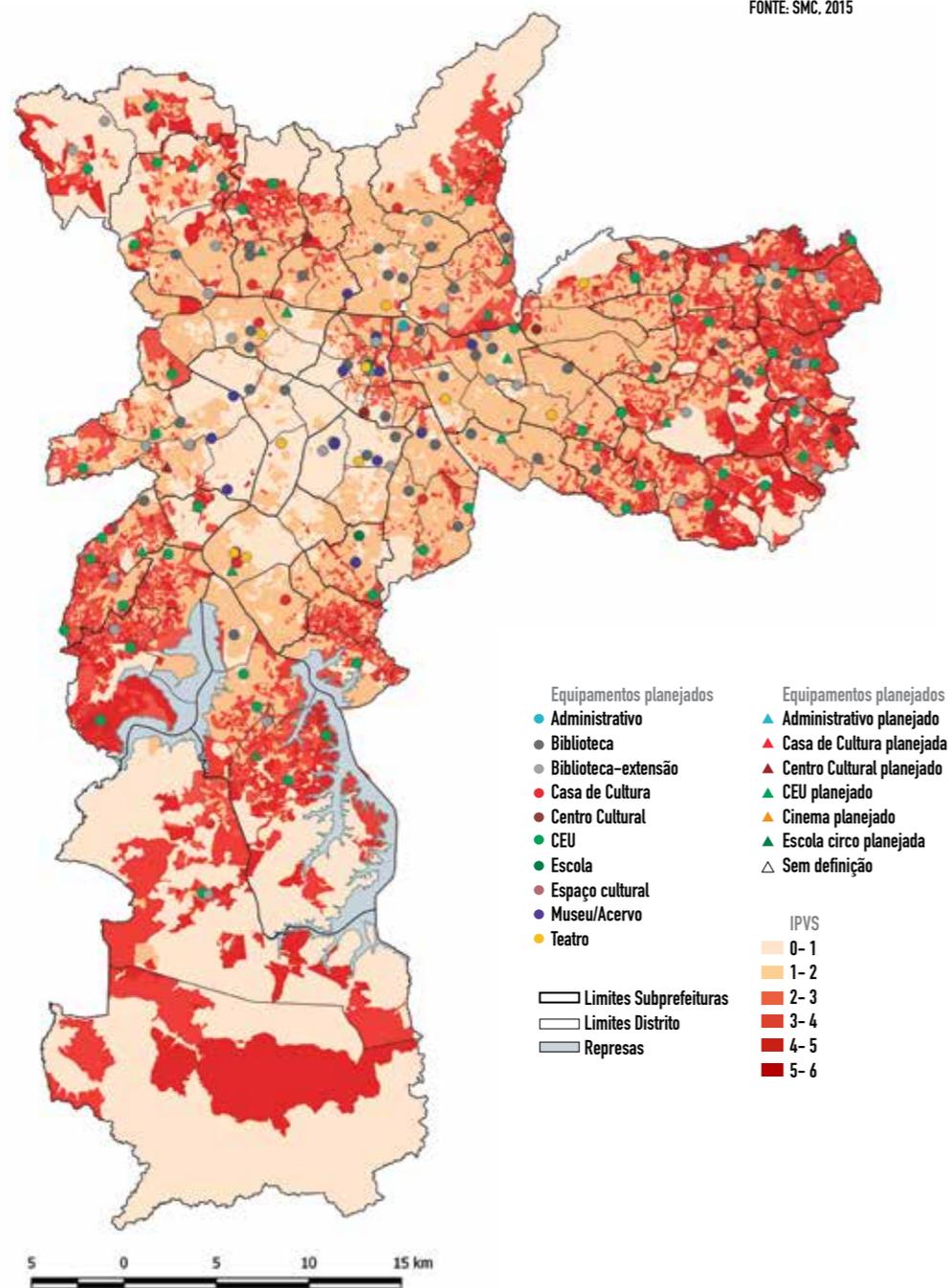
Mapa 6 ESPAÇOS CULTURAIS MUNICIPAIS X DENSIDADE DEMOGRÁFICA

FONTE: SMC, 2015



Mapa 7 ESPAÇOS CULTURAIS MUNICIPAIS X ÍNDICE PAULISTA DE VULNERABILIDADE

FONTE: SMC, 2015



DO PATRIMÔNIO CULTURAL E DA MEMÓRIA

2.5. EIXO III

EIXO QUE ABORDA AS AÇÕES REFERENTES À PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL EXISTENTE NA CIDADE DE SÃO PAULO, BEM COMO À CONSERVAÇÃO E GESTÃO DOS ACERVOS DE BENS CULTURAIS DO MUNICÍPIO. TRATA, PORTANTO, DAS POLÍTICAS DE IDENTIDADE E PATRIMÔNIO POR MEIO DE INICIATIVAS VOLTADAS À PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DA MEMÓRIA PAULISTANA.

2.5.1. Preservação do patrimônio histórico e cultural

A área de patrimônio na Secretaria Municipal de Cultura é conduzida pelo Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), que tem como principais objetivos a identificação, proteção e fiscalização do patrimônio cultural e natural da cidade de São Paulo, atuando interligada ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP. O Departamento de Patrimônio Histórico foi criado em 1975 pela Lei nº 8.252/1975. Sua principal atribuição é a salvaguarda dos bens culturais por meio de ações e instrumentos como:

- Elaboração de estudos e propostas de inventários e tombamentos de bens culturais;
- Definição e regulamentação de áreas envoltórias de bens tombados;
- Desenvolvimento de projetos de restauração de bens tombados próprios;
- Análise de projetos de intervenções em bens protegidos;
- Tutela de monumentos e obras artísticas dos espaços públicos municipais;
- Elaboração de propostas de valorização dos bens culturais protegidos como, por exemplo, através de projetos de educação patrimonial.

O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP é o responsável pela deliberação de processos de tombamento no âmbito do município e pela regulamentação da área envoltória de cada bem. Tanto o CONPRESP quanto o DPH são órgãos autônomos, interdependentes e responsáveis pela preservação cultural e ambiental no município.

O cadastro dos bens tombados pelo município de São Paulo se dá por meio da plataforma de Cadastro de Imóveis Tombados – CIT, software elaborado na década de 1980. Por conta de sua limitação tecnológica não é possível obter planilhas e relatórios por meio do sistema, o que dificulta o levantamento, com exatidão, do número de bens tombados pelo município, de processos de tombamento,

quais períodos da história do município estão salvaguardados por meio do instrumento de tombamento e quais os territórios têm preservados os bens representantes da história e memória local.

Atualmente há, pelos dados disponíveis, cerca de 2.860 edifícios e 10 bairros tombados, envolvendo cerca de 1 milhão de municípios. Ainda assim, é premente a constituição de um banco de dados geoespacializado dos bens tombados, não apenas como uma demanda da sociedade civil, mas como ferramenta de gestão. A sistematização e acesso a essas informações constituiriam um inventário para orientar a política de preservação cultural e paisagística e as decisões sobre os processos de tombamento a serem analisados pelo CONPRESP.

2.5.1.1. Monumentos tombados em áreas públicas

Atualmente, o município possui 436 monumentos e obras artísticas implantadas em espaços públicos, catalogadas no Inventário de Obras de Arte em Logradouros Públicos de São Paulo. A implantação de monumentos na cidade de São Paulo se inicia a partir da construção do Obelisco do Largo da Memória no ano de 1814.

A gestão deste acervo passou a ser uma das atribuições do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) em 1975, com a criação da Secretaria Municipal de Cultura, que desenvolve projetos para conservação, restauro e implantação de novas obras, juntamente com a anuência da Comissão de Gestão de Monumentos e Obras Artísticas, instituída pelo Decreto 41.853 de 2002 e reorganizada pelo Decreto 51.478 de 2010.

Uma vez no espaço público, a população estabelece vínculos referenciais e afetivos com as obras e elas passam a constituir a paisagem da cidade. Ter ciência dessas relações é fundamental para a gestão do acervo.

O inventário permite identificar a implantação de obras ao longo do tempo, seu autores, tipologias, materiais, técnicas e as ações de restauro e conservação realizadas. O georreferenciamento e distribuição territorial dos itens indica uma concentração desses monumentos no centro expandido da cidade (**Mapa 8**), sobretudo nas subprefeituras Sé, Pinheiros e Vila Mariana (**Gráfico 10**).

Atualmente há cerca de 2.860 edifícios e 10 bairros tombados, envolvendo cerca de 1 milhão de municípios

Mapa 8 DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS MONUMENTOS INVENTARIADOS EM ÁREAS PÚBLICAS

FONTE: SMC, DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO (DPH), 2015

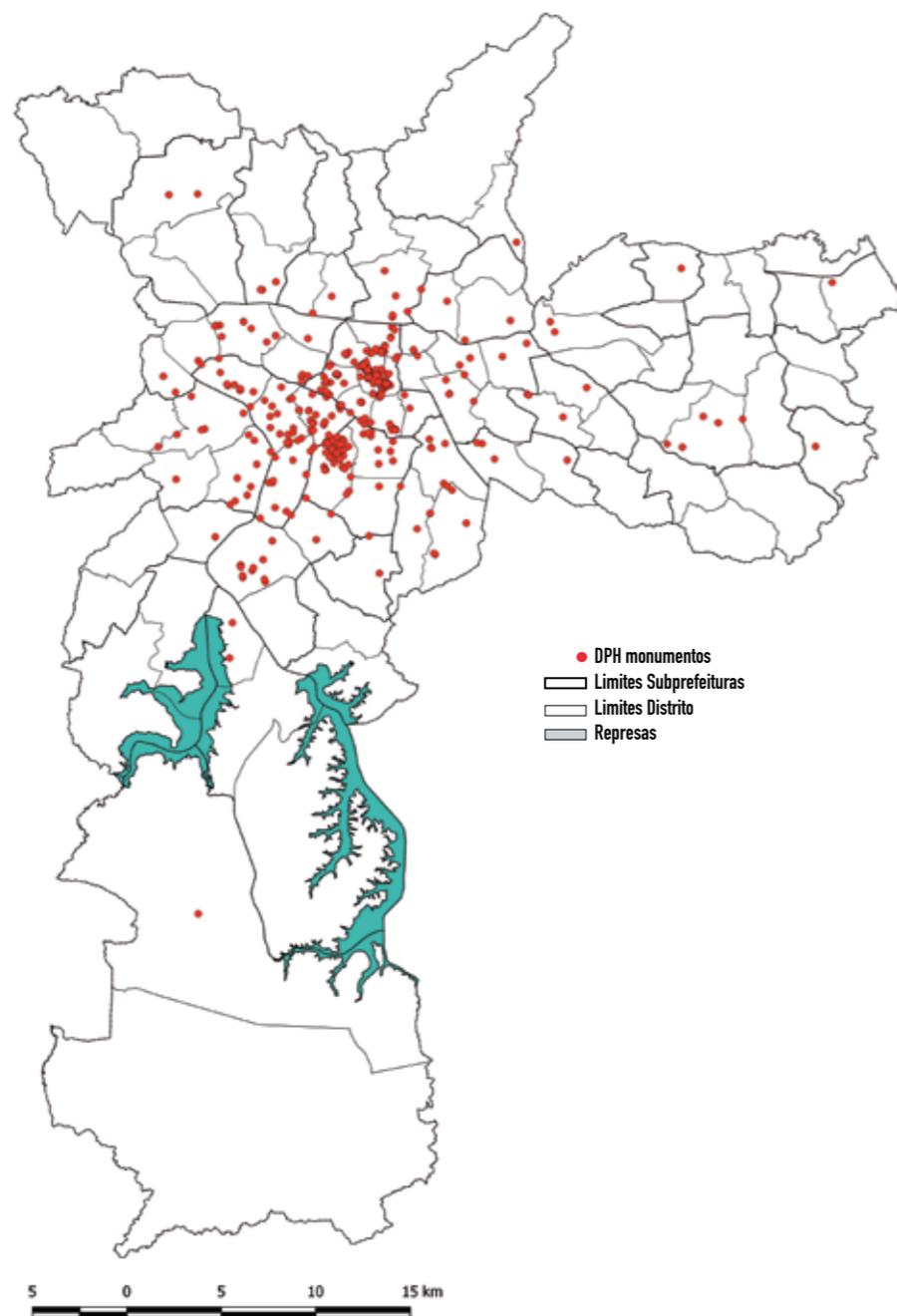
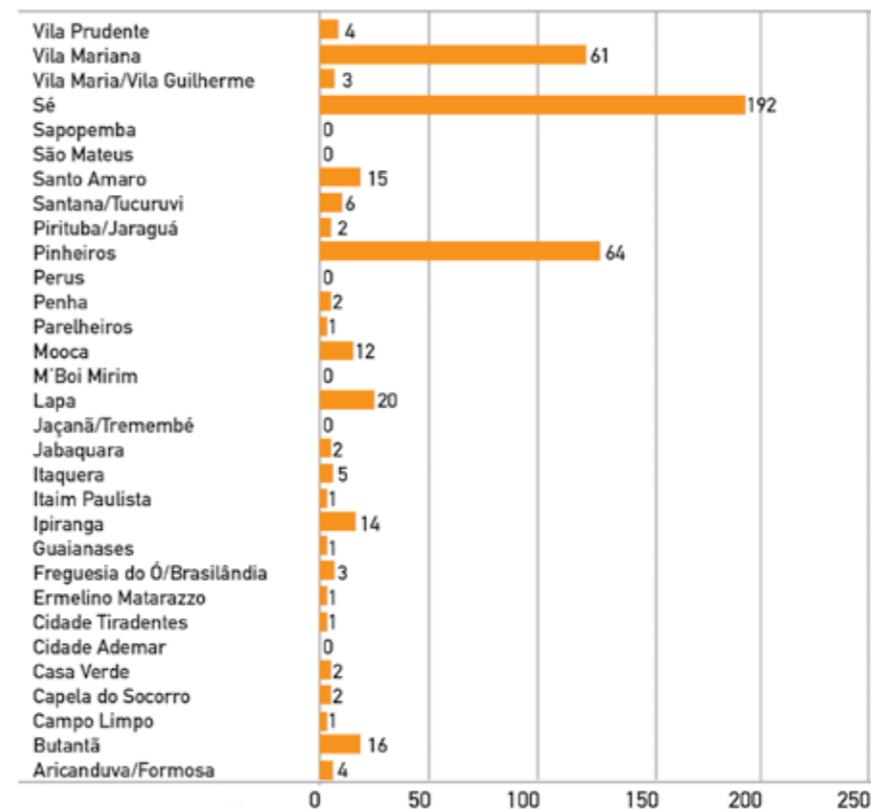


Gráfico 10 NÚMERO DE MONUMENTOS INVENTARIADOS EM ÁREAS PÚBLICAS, POR SUBPREFEITURA

FONTE: SMC, DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO (DPH), 2015



2.5.1.2. Zonas Especiais de Preservação Cultural e Áreas de Proteção Cultural

As Zonas Especiais de Preservação Cultural – ZEPECs e as Áreas de Proteção Cultural – APC são instrumentos criados com o objetivo de promover a preservação paisagística, cultural e patrimonial da cidade. Estabelecidas pelo Plano Diretor Estratégico (Lei Municipal nº 16.050/2014), as ZEPEC/APC foram regulamentadas por meio do Decreto nº 56.725, de 16 de dezembro de 2015. O Decreto estabelece que poderão ser enquadrados como ZEPEC/APC “os locais destinados à formação, produção e exibição pública de conteúdos culturais e artísticos, como teatros e cinemas de rua, circos, centros culturais, residências artísticas e assemelhados, abertas ao público, assim como espaços com significado afetivo, simbólico e religioso para a comunidade, por meio de atividades ali exercidas por período igual ou superior a 7 (sete) anos, cuja proteção é necessária para a formação e manutenção da identidade e memória do Município de São Paulo e seus habitantes, assim como para a dinamização da vida cultural, social, urbana, turística e econômica da cidade”. As ZEPEC/APC se dividem em quatro categorias:

- Bens Imóveis Representativos (BIR) – são os imóveis e edificações com valor histórico, arquitetônico, artístico, arqueológico, cultural e outros, tombados pelo CONPRESP ou pelas esferas estadual e federal. Exemplo: MASP, SESC Pompéia, Capela de São Miguel, Casa Modernista, entre outros.
- Áreas de Urbanização Especial (AUE) – são as áreas com características singulares do ponto de vista da morfologia urbana, arquitetônica e paisagística. Exemplo: Bairros Jardim;
- Áreas de Proteção Paisagística (APPa) – são os sítios e logradouros com características ambientais e naturais, como parques, jardins, praças, monumentos e outros.
- Áreas de Proteção Cultural (APC).

As ZEPEC/APC, bem como os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem – TICP são novos instrumentos urbanísticos que visam ampliar a visão de preservação no Município de São Paulo para além dos bens relevantes e das paisagens naturais, ampliando o conceito para territórios de expressiva importância do patrimônio imaterial.

2.5.1.3. Patrimônio imaterial

Instituída pela Lei 14.406 de 2007, a abordagem do patrimônio imaterial é um avanço muito recente no âmbito do município, com ações pontuais de registro realizadas pelo CONPRESP. Foram reconhecidos como patrimônio imaterial da cidade de São Paulo: em 2012, a Mercearia Godinho (localizada no Edifício Sampaio Moreira, futura sede da Secretaria Municipal de Cultura); em 2013 o Samba Paulistano, que tem sua especificidade em relação ao Samba Carioca e Baiano; e 22 teatros independentes em 2014, cujas manifestações culturais encontravam-se ameaçadas. Trata-se de uma política em elaboração, que poderá ser ampliada com o Plano Municipal de Cultura.

2.5.2. Documentação – o Arquivo Histórico Municipal

O Arquivo Histórico de São Paulo – AHSP tem por objetivo preservar a memória da administração pública municipal, assegurando o recolhimento, organização, conservação, guarda permanente, identificação, ordenação, divulgação e amplo acesso à informação do valioso conjunto documental produzido pela administração pública municipal desde a fundação da cidade. É o órgão responsável pela guarda institucional dos arquivos produzidos de forma orgânica no âmbito do executivo que, além do seu valor histórico e cultural, tem valor cartorial e jurídico.

O acervo bibliográfico do Arquivo Histórico de São Paulo, especializado em História da Cidade de São Paulo, é constituído por mais de 6.700 exemplares de livros, 2.200 exemplares de revistas, hemeroteca com recortes de jornais e revistas de grande circulação (com mais de 900 pastas/assuntos, atualizadas diariamente) e uma coleção do Diário Oficial da Cidade de São Paulo, cujos números mais antigos remontam a dezembro de 1961. Também é disponibilizado material para pesquisadores e o público em geral, interessados em recuperar a origem histórica dos nomes oficiais das ruas de São Paulo, assim como a legislação, descrição técnica de localização, autores da iniciativa e outras informações.

Todo o acervo do Arquivo Público Municipal passa por um processamento técnico que engloba ações de organização, classificação e arranjo da documentação arquivística pública e privada, custodiada pela instituição.

Atualmente, as informações do acervo estão no sistema online da rede municipal de bibliotecas públicas da cidade e os documentos podem ser consultados por meio de agendamento de visita junto ao Arquivo. A sala de consultas do Arquivo Histórico de São Paulo possibilita que qualquer pessoa requisite e examine os documentos de seu interesse, sejam os manuscritos, as fotografias, os mapas e plantas ou os livros, periódicos, folhetos e teses pertencentes ao acervo da biblioteca. Uma equipe oferece orientação quanto aos acervos disponíveis, auxilia no manuseio dos instrumentos de pesquisa (inventários, índices, catálogos em papel e em meio eletrônico) e nos procedimentos para a requisição dos documentos.

O Arquivo dispõe de um serviço educativo que atua na divulgação dos conteúdos gerados pelos documentos depositados na instituição, por meio de visitas guiadas e outras ações, principalmente para o público escolar. Também são realizadas visitas técnicas específicas, destinadas a estudantes das áreas de biblioteconomia, arquivística e história. Como parte das ações de difusão, desde 1934 é editada a Revista do Arquivo Municipal, com a intenção de publicar na íntegra os documentos históricos que constituem o acervo e discutir a história e a cultura da cidade de São Paulo. A difusão também se dá por meio de ciclos de palestras, exposições e intervenções artísticas, a partir de ações próprias ou promovidas por parceiros. Ainda que haja iniciativas voltadas à difusão da documentação sob guarda do Arquivo Histórico, é importante dar início a um processo de digitalização do acervo, garantindo infraestrutura para o armazenamento das informações e ampliando o acesso público aos documentos. Atualmente, somente parte do acervo fotográfico está digitalizado, o que faz com que a coleção de fotografias permaneça ainda hoje praticamente inédita, embora disponibilizada para consulta há pouco mais de uma década¹⁵.

2.5.3. – Acervos e exposições – o Departamento de Museus Municipais

O Museu da Cidade de São Paulo, a Casa da Imagem, o Pavilhão das Culturas Brasileiras e a OCA compõem as instituições museológicas res-

ponsáveis pela salvaguarda dos bens de interesse histórico do município. O Museu da Cidade de São Paulo abriga cinco acervos:

- Acervo edificado, composto pelos imóveis e logradouros históricos;
- Acervo de bens móveis e históricos;
- Acervo iconográfico;
- Acervo arqueológico;
- Acervo de história oral.

Para todos os acervos são realizadas ações de preservação, difusão (exposições, pesquisas, publicações) e ações educativas. De maneira geral, as casas históricas abrigam exposições com algum caráter específico de sua história ou da região em que se insere. As exposições são realizadas com os acervos das instituições museológicas ou por meio de empréstimos, da mesma maneira que a reserva técnica dos museus municipais pode ser emprestada para exposições externas. As exposições duram em média 90 dias e podem ocupar diferentes espaços.

Os espaços museológicos que integram o Departamento de Museus Municipais oferecem aos visitantes serviço educativo disponível em todas as unidades mediante agendamento e de forma permanente naqueles que abrigam exposições e eventos. O atendimento se dá ao público espontâneo, a visitas orientadas a grupos agendados de escolas e/ou organizações não governamentais e por meio de atividades diversificadas como encontros, oficinas e visitas temáticas. Em 2014, o total de público que visitou os espaços museológicos municipais foi de 126.445 pessoas (**Quadro 22**).

¹⁵As fotos podem ser consultadas pela internet, por meio do link <http://www.arquiamigos.org.br/foto/>

Quadro 22 PÚBLICO FREQUENTADOR DOS ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS MUNICIPAIS (2014)

Unidade	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total / Unid
Capela do Morumbi	114	92	283	771	981	67	65	363	1001	10	21	14	3782
Casa do Bandeirante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Casa do Grito	76	34	25	49	270	1598	1109	2294	1317	1116	1663	2453	12004
Casa do Sertanista	64	245	109	192	126	10	0	0	0	0	0	0	746
Casa do Tatuapé	143	118	171	628	1154	15	0	333	1240	464	126	83	4475
Casa Modernista	698	489	1097	666	622	158	0	0	0	0	250	420	4400
Casa Nº 1	262	416	290	1448	942	490	893	7048	564	1174	900	820	15247
Centro de Memória do Circo	1300	842	755	494	584	261	391	702	1644	2124	268	101	9466
Chácara Lane	126	109	73	132	141	101	170	80	0	0	0	0	932
Monumento à Independência	124	197	125	608	2793	3513	2091	2600	1852	2488	1359	0	17750
Pavilhão das Culturas Brasileiras/ OCA	752	1637	1368	1525	860	6382	6694	1789	1125	1174	865	1021	25192
Sítio da Ressaca	137	168	273	694	1074	297	181	583	1472	721	289	141	6030
Sítio Morrinhos	86	91	180	1348	1272	145	92	530	1304	666	77	68	5859
Solar da Marquesa de Santos	619	707	1119	2840	3446	1700	1436	1587	1902	1822	1700	1099	19977
Total Mensal /Unid	4501	5145	5868	11395	14265	14737	13211	17961	13569	11874	7677	6262	125860

FONTE: SERVIÇO EDUCATIVO DO MUSEU DA CIDADE DE SÃO PAULO, RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES, 2014

2.5.4. Acervos da Secretaria Municipal de Cultura

A Secretaria Municipal de Cultura é responsável pela preservação e manutenção de um vasto acervo público patrimonial, distribuído sob a gestão do Museu da Cidade de São Paulo, do Arquivo Histórico Municipal, do Centro Cultural São Paulo, da Biblioteca Mário de Andrade, do Sistema Municipal de Bibliotecas e da Fundação Teatro Municipal. Os acervos pertencentes aos diversos departamentos da SMC constituem uma gama diversa de materiais de interesse público e histórico. Incluem acervos bibliográficos, de bens móveis, etnográfico, fotográfico, artístico e monumental, entre outros.

Tais acervos estão unidos por uma plataforma de pesquisa de dados, o Portal de Acervos Artísticos e Culturais da Prefeitura de São Paulo¹⁶, em que os cidadãos podem ter acesso aos itens digitalizados. O portal faz uma pequena apresentação de cada tipo de acervo, modalidade, endereço físico e horários de atendimento ao público.

Há, no entanto, uma diversidade ainda muito grande de acervos pertencentes à SMC que não está catalogada ou inventariada, nem sequer digitalizada. É necessário inventariar, catalogar e disponibilizar ao público todos os acervos, e garantir condições adequadas de reserva técnica específica para cada tipo de acervo. O levantamento realizado apontou 38 acervos diferentes, geridos por 13 órgãos da Secretaria (Quadro 23).

¹⁶Disponível em <http://acervosdacidade.sp.gov.br/PORTALACERVOS/>

Quadro 23 ACERVOS SOB GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Nome do acervo	Localização	Descrição	Acervo de livros	Outros materiais bibliográficos	Acervo audiovisual		Acervo fotográfico/iconográfico	Acervo cartográfico	Acervo figurinos/indumentárias	Objetos/tridimensionais	Outros	Total de itens	Catálogo online	Gestão
Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico de São Paulo	AHSP	Imagens registram, principalmente, as atividades da administração pública da cidade. Arquivos fotográficos incluem álbuns, montagens, positivos e negativos de vidro e de película, que acompanham e complementam os fundos documentais existentes.	—	—	—		1.000.000 fotografias	—	—	—	—	1.000.000	Portal de Acervos Artísticos e Culturais de São Paulo; http://www.arquiamigos.org.br/foto/	Arquivo Histórico Municipal
Acervo textual do Arquivo Histórico de São Paulo	AHSP	Processos e documentos públicos que registram principalmente as atividades da administração pública da cidade desde 1555.	—	Documentos: Cerca de 2 mil metros lineares de acervo (não há informação em número de itens)	—		—	—	—	—	—	Não inventariado	Não possui	Arquivo Histórico Municipal
Acervo Cartográfico do Arquivo Histórico de São Paulo	AHSP	Mapas e plantas da cidade de São Paulo que integraram os processos e documentos públicos que registram principalmente as atividades da administração pública da cidade desde 1555.	—	—	—		—	Cerca de 2,4 mil metros lineares de acervo	—	—	—	Não inventariado	Não possui	Arquivo Histórico Municipal
Acervo de denominação de logradouros públicos	AHSP	Acervo com a história da denominação dos logradouros públicos do Município de São Paulo.	—	—	—		—	—	—	—	Cerca de 65 mil logradouros	65.000	http://www.dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br	Arquivo Histórico Municipal
Salas de cinema em São Paulo: 1895-1929	AHSP	Registro com a localização e histórico das primeiras salas de cinema, a partir do acervo documental do Arquivo Histórico.	—	—	—		—	—	—	—	473 registros	473	http://www.arquiamigos.org.br/bases/cine.htm	Arquivo Histórico Municipal

Quadro 23 (Cont.)

Nome do acervo	Localização	Descrição	Acervo de livros	Outros materiais bibliográficos	Acervo audiovisual		Acervo fotográfico/ iconográfico	Acervo cartográfico	Acervo figurinos/ indumentárias	Objetos/ tridimensionais	Outros	Total de itens	Catálogo online	Gestão
Coleções de fundos particulares	AHSP	Documentos doados por: Escritório Caio da Silva Prado, Visconde de Castro, Antonio Maria de Albuquerque O'Connell, Família Ribeiro Celidônio, Leopoldo Sidow, Carlos A. Gomes Cardim, Telar, Darclé Arena Daumas, Manoel L. de Oliveira (Partido Republicano Paulista), Hugo Schlesinger, Siqueira Franco, Severo e Villares S/A, Ana Maria Ruffin Godoy, João Brito da Silveira Lema, Família Teixeira Mendes, José Carlos de Macedo Soares, Família Edgard de Barros, Armando Prado, Mário Reimberg Christe.	—	—	—		—	10.200 plantas acondicionadas em 23 mapotecas (Fundos da Câmara e Prefeitura de SP, incluindo Obras Públicas e Obras Particulares: 6.200 plantas aproximadamente; Fundo IV Centenário: 1.670 Plantas; Fundo Jorge Macedo Vieira: 740 Plantas; Fundo Severo e Villares: 1.600 Plantas; Fundo Particular Caio da Silva Prado e Fundo Particular Ana Maria Ruffin de Godoy: 120 Plantas aproximadamente)	—	—	—		Não possui	Arquivo Histórico Municipal
Coleção Fundo Light	AHSP	Documentos referentes à Cia Telefônica, à Cia de Gás e à Dir. Serviço de Trânsito referente ao período 1935-1967	Sem informação	Sem informação	Sem informação		Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Não possui	Arquivo Histórico Municipal
Coleção de Obras Raras e Especiais	Biblioteca Mário de Andrade	A seção de obras raras e especiais foi criada por Rubem Borba de Moraes e aberta ao público em 1946. A formação desse acervo data dos anos 20. Dentre as principais aquisições destaca-se a compra, em 1936, da biblioteca de Félix Pacheco. Há ainda, fotografias que retratam a São Paulo antiga entre 1862 e 1922.	52 mil livros; mais de 200 livros raros – 116 sobre o Brasil e 95 sobre São Paulo	8.774 periódicos, publicações oficiais e almanaques e cerca de 3.500 outros documentos	—		4.500 fotografias	500 mapas raros, nove exemplares de incunábulo	—	1.000 gravuras desenhadas por estrangeiros que visitaram o Brasil entre os séculos XVI e XIX	—	70.694	Parcial	Biblioteca Mário de Andrade

Quadro 23 (Cont.)

Nome do acervo	Localização	Descrição	Acervo de livros	Outros materiais bibliográficos	Acervo audiovisual		Acervo fotográfico/iconográfico	Acervo cartográfico	Acervo figurinos/indumentárias	Objetos/tridimensionais	Outros	Total de itens	Catálogo online	Gestão
Coleção de Arte	Biblioteca Mário de Andrade	A coleção de arte da Biblioteca Mário de Andrade é uma das mais antigas da cidade, tendo sido inaugurada com a denominação de Seção de Arte em 1945.	Mais de 29 mil livros	10 mil periódicos e cerca de 3 mil outros documentos	—		—	—	—	—	—	42.000	Não possui	Biblioteca Mário de Andrade
Mapoteca	Biblioteca Mário de Andrade	Coleção especial com cerca de sete mil cartas geográficas e mapas políticos, históricos, físicos e geológicos e cerca de 4.300 volumes de atlas históricos e geográficos. Também estão disponíveis as plantas da cidade de São Paulo do período de 1810 a 1870.	—	—	—		—	Cerca de 7 mil cartas e mapas, 4.300 atlas históricos, 34 mapas e planos	—	-	-	11.334	Não possui	Biblioteca Mário de Andrade
Coleção geral	Biblioteca Mário de Andrade	Composta por monografias que abrangem todas as áreas do conhecimento. Desde 2007, levando-se em conta o significativo aumento na quantidade de livros publicados, o desenvolvimento de bibliotecas universitárias e especializadas na cidade e naturais limitações de espaço físico, decidiu-se que o acervo da coleção geral da Biblioteca comportaria basicamente Literatura e Humanidades.	—	Aproximadamente 205 mil volumes	—		—	—	—	-	-	205.000	Parcial	Biblioteca Mário de Andrade
Coleção São Paulo	Biblioteca Mário de Andrade	Inaugurada em julho de 2010, reúne um acervo de materiais audiovisuais e bibliográficos sobre a cidade de São Paulo, com ênfase em arte, arquitetura e história, disponíveis para consulta no local.	Sem informação	Sem informação	Sem informação		Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sistema Alexandria	Biblioteca Mário de Andrade
Coleção ONU	Biblioteca Mário de Andrade	A Coleção ONU foi iniciada em 1958, quando a Biblioteca passou a ser depositária e a receber regularmente material publicado por aquela instituição e outras organizações internacionais (Unesco, Cepal, FAO, Unicef etc.).	Sem informação	Sem informação	Sem informação		Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sistema Alexandria	Biblioteca Mário de Andrade
Coleção de Referência	Biblioteca Mário de Andrade	Coleção de dicionários, enciclopédias, guias, diretórios, dentre outras publicações	—	Cerca de 3.900	—		—	—	—	—	—	3.900	Sistema Alexandria	Biblioteca Mário de Andrade
Coleção de Periódicos	Biblioteca Mário de Andrade	O acervo de periódicos da Biblioteca Mário de Andrade é formado por jornais, revistas e publicações oficiais, com coleções que abrangem desde o final do século XIX até os dias atuais.	—	Cerca de 12 mil títulos de jornais, revistas e publicações oficiais	—		—	—	—	—	—	12.000	Sistema Alexandria	Biblioteca Mário de Andrade

Quadro 23 (Cont.)

Nome do acervo	Localização	Descrição	Acervo de livros	Outros materiais bibliográficos	Acervo audiovisual		Acervo fotográfico / iconográfico	Acervo cartográfico	Acervo figurinos/indumentárias	Objetos/tridimensionais	Outros	Total de itens	Catálogo online	Gestão
Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso	CCJ	Material resultante do estúdio público para gravações musicais e ilhas de edição de vídeo e de áudio.	—	—	Cerca de 15.000 itens representa pesquisa sonora da região.		—	—	—	—	—	15.000	Portal de Acervos Artísticos e Culturais de São Paulo	Centro Cultural da Juventude
Catálogos de Exposições de Artes – Biblioteca Alfredo Volpi	CCSP	Catálogos de exposições individuais e coletivas, de artistas nacionais e internacionais, folders, convites e cartazes.	—	Cerca de 11.000 catálogos (5.300 disponíveis).	—		—	—	—	—	—	11.000	Não possui	Centro Cultural São Paulo
Coleção de Arte da Cidade	CCSP	Inicialmente chamada Pinacoteca Municipal, Coleção de Arte da Cidade é o nome dado ao acervo artístico da Prefeitura Municipal de São Paulo, que foi adquirido aos poucos e separadamente por várias instituições municipais, desde a última década do século XIX.	375	—	—		—	—	—	Aproximadamente 2.900 obras de arte	—	3.275	Portal de Acervos Artísticos e Culturais de São Paulo	Centro Cultural São Paulo
Discoteca Oneyda Alvarenga – Fonogramas e Partituras	CCSP	Idealizada por Mário de Andrade enquanto esteve à frente do Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo, a Discoteca Oneyda Alvarenga foi criada em 1935 com o nome de Discoteca Pública Municipal e se constitui em um dos mais importantes acervos especializados em música do mundo. O acervo da Discoteca contempla música erudita, popular e folclórica, de procedência nacional e estrangeira. Os suportes variam, desde discos de 78 r.p.m. e 33 r.p.m. a Cds, partituras, dentre outros. A base de consulta aos fonogramas disponibilizados contempla todo o acervo de Cds e discos de 33 e 78rpm da Discoteca. Somente parte do acervo está disponível para audição.	11.940	4.480 periódicos; 62.000 partituras	74.500		—	—	—	—	—	152.920	Portal de Acervos Artísticos e Culturais de São Paulo.	Centro Cultural São Paulo

Quadro 23 (Cont.)

Nome do acervo	Localização	Descrição	Acervo de livros	Outros materiais bibliográficos	Acervo audiovisual		Acervo fotográfico / iconográfico	Acervo cartográfico	Acervo figurinos/indumentárias	Objetos/tridimensionais	Outros	Total de itens	Catálogo online	Gestão
Missão de Pesquisas Folclóricas	CCSP	Idealizada e organizada por Mário de Andrade com o objetivo de investigar aspectos formadores da identidade nacional, a Missão de Pesquisas Folclóricas foi realizada em 1938.	Sem informação	17.936	256 CDs; 36 DAT; 19 filmes; 79 Fitas K7		1.126 negativos	—	—	1058	—	20.510	Portal de Acervos Artísticos e Culturais de São Paulo.	Centro Cultural São Paulo
Acervo Multimeios	CCSP	Documentos produzidos no âmbito do Idarte, extinta área de pesquisa da SMC destinada à pesquisa sobre as artes no Município de São Paulo.	390	150 grandes pesquisas (cerca de 600 mil páginas de relatórios)	3896		182.399	21	—	16	—	Sem informações	Não possui	Centro Cultural São Paulo
Gibiteca Henfil	CCSP	Álbuns, revistas e livros de HQ, de RPG, fanzines e recortes de periódicos.	—	10.446 títulos e 119.124 exemplares	—		—	—	—	—	—	10.446 títulos e 119.124 exemplares	Sem informação	Centro Cultural São Paulo
Biblioteca Sérgio Milliet	CCSP	Acervo multidisciplinar com mais de 110 mil títulos, incluindo obras nas áreas de literatura latino-americana, filosofia, religião, ciências sociais e história. Possui seções especializadas em artes, hemeroteca, recursos audiovisuais e banco de peças teatrais.	Sem informação	4.582 peças teatrais	Sem informação		Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	114.582	Sistema Alexandria	Centro Cultural São Paulo
Acervo das bibliotecas públicas municipais de São Paulo	Bibliotecas Municipais	Acervo das 107 bibliotecas municipais que formam o Sistema Municipal de Bibliotecas. Os acervos somam mais de cinco milhões de itens, incluindo livros, jornais, revistas, CDs, DVDs, entre outros.	2.372.618	Sem informação	22.996		—	—	—	—	—	2.372.618	Sistema Alexandria	Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas
Obras de arte e monumentos em espaços públicos da cidade de São Paulo	Logradouros públicos MSP	Obras de arte e monumentos em espaços públicos. Conjunto começou a ser formado em 1814 com a construção do Obelisco da Memória, no Largo da Memória.	—	—	—		—	—	—	—	435 monumentos	435	Portal de Acervos Artísticos e Culturais de São Paulo	Departamento de Patrimônio Histórico
Figurinos do Theatro Municipal de São Paulo (Central Técnica de Produções Artísticas Chico Giacchieri)	Central Técnica de Serviços do Pari	Acervo de figurinos que está sendo catalogado e disponibilizado na internet para controle e pesquisa do público e que aumenta com as novas produções da temporada anual. O acervo contém figurinos entre 1948 e 2014.	—	—	—		—	—	6.713 peças (relação dos anos de 2013, 2014 e 2015)	—	—	6.713 peças (relação dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Portal de Acervos Artísticos e Culturais de São Paulo	Fundação Theatro Municipal

Quadro 23 (Cont.)

Nome do acervo	Localização	Descrição	Acervo de livros	Outros materiais bibliográficos	Acervo audiovisual		Acervo fotográfico / iconográfico	Acervo cartográfico	Acervo figurinos/indumentárias	Objetos/tridimensionais	Outros	Total de itens	Catálogo online	Gestão
Programas de espetáculos e eventos do Theatro Municipal de São Paulo	Praça das Artes - CPDOC	Acervo mantido pelo Arquivo Histórico do Theatro Municipal de São Paulo e constituído de programas de eventos e espetáculos apresentados no próprio Theatro ou em outros espaços.	—	—	—		—	—	—	—	29.776 programas de espetáculos	29.776	Portal de Acervos Artísticos e Culturais de São Paulo	Fundação Theatro Municipal
Arquivo histórico do Centro de Documentação e Memória do Theatro Municipal de São Paulo	Praça das Artes - CPDOC	Instalado em 1983, compõe-se de programas de espetáculos, material fotográfico, iconográfico, bibliográfico e audiovisual referentes à trajetória artística do Theatro Municipal de SP.	240	12.134	2.357		7.974	0	0	90	29.776 programas de espetáculos	52.571	Não possui	Fundação Theatro Municipal
Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo (Casa da Imagem)	Solar da Marquesa/ Beco do Pinto/ Casa nº 1	Coleção original do acervo que documentou o perímetro central da cidade entre 1860 a 1920, ampliado a partir da criação do Departamento de Cultura com a atuação da Seção de Iconografia que registrava as atividades e projetos.	—	—	—		Aproximadamente 84 mil negativos	—	—	—	—	84.000	Portal de Acervos Artísticos e Culturais de São Paulo	Museu da Cidade
Acervo de Bens Móveis e Históricos do Museu da Cidade de São Paulo	Solar da Marquesa de Santos (Museu da Cidade)	Foi composta pela comissão encarregada das comemorações do IV Centenário, em 1954, que teve em seu programa o restauro da Casa do Bandeirante, da Casa do Grito e a prospecção de mobiliário e objetos históricos que pudessem subsidiar as exposições organizadas para demonstrar o modo de vida dos bandeirantes, dos indígenas e dos tropeiros na era colonial e imperial.	—	—	—		—	—	—	Cerca de 700 peças	—	700	Portal de Acervos Artísticos e Culturais de São Paulo	Museu da Cidade
Acervo do Centro de Memória do Circo – Fundo Circo Nerino	Galeria Otido	Composto por documentos do início do século XX até 2004. O Circo Nerino foi fundado em 1913. O arquivo Circo Nerino contou com a colaboração de três gerações das famílias Ribolá e Avanzi, e de várias gerações de fotógrafos, jornalistas, caricaturistas e outros profissionais de diversos locais do país. Os documentos mais antigos se referem à família da matriarca e fundadora do Circo Nerino, Armandine Avanzi. São 11 metros lineares de acervo.	—	1.772 documentos textuais	72 documentos audiovisuais		5.176 documentos iconográficos	—	—	152 (inclui figurino)	—	7.172	Portal de Acervos Artísticos e Culturais de São Paulo	Museu da Cidade - Centro de Memória do Circo

Quadro 23 (Cont.)

Nome do acervo	Localização	Descrição	Acervo de livros	Outros materiais bibliográficos	Acervo audiovisual		Acervo fotográfico / iconográfico	Acervo cartográfico	Acervo figurinos/indumentárias	Objetos/tridimensionais	Outros	Total de itens	Catálogo online	Gestão
Acervo do Centro de Memória do Circo – Geral	Galeria Olido	Arquivos e coleções de documentos reunidos com o objetivo de preservar e divulgar fontes primárias fundamentais e referenciais para a pesquisa e a história do circo brasileiro	—	11.220 textos; 30.000 documentos	447 documentos de fonografia; 321 audiovisuais		18.859 iconografias	—	210 indumentárias	129 tridimensionais	—	61.186	Portal de Acervos Artísticos e Culturais de São Paulo	Museu da Cidade - Centro de Memória do Circo
Acervo do Centro de Memória do Circo – Fundo Circo Garcia	Galeria Olido	O Circo Garcia, fundado em 1928, foi o circo brasileiro de maior longevidade. O fundo é composto por documentos que datam do início do século XX até 2003. O Fundo Garcia foi constituído por Andréa Françoise Carola Garcia, viúva de Antolin Garcia. Os documentos mais antigos são relativos à sua família. Os documentos relativos ao Circo Garcia começaram a ser reunidos quando Carola chegou à companhia, em 1953. São 13 metros lineares de acervo	—	7.313 documentos textuais	154 documentos audiovisuais		8.500 documentos iconográficos	—	—	26	—	15.993	Portal de Acervos Artísticos e Culturais de São Paulo	Museu da Cidade - Centro de Memória do Circo
Acervo Etnográfico do Departamento de Patrimônio Histórico	Pavilhão de Culturas Brasileiras	Formada por doações recebidas pela Secretaria de Cultura da Cidade de São Paulo, inclui peças doadas por Orlando Villas Boas, Vilma Chiara Schultz, Lux Boelitz Vidal e José Mauro de Vasconcelos	—	—	—		—	—	—	Cerca de 700 peças.	—	700	Portal de Acervos Artísticos e Culturais de São Paulo	Museu da Cidade - Pavilhão de Culturas Brasileiras
Pavilhão das Culturas Brasileiras	Pavilhão das Culturas Brasileiras	Acervo das culturais tradicionais e contemporâneas do povo brasileiro, cuja principal coleção é proveniente do Museu de Folclore Rossini Tavares de Lima. Atualmente, o edifício encontra-se em obras e o acervo em processo de organização documental	Biblioteca específica sobre cultura popular (sem número)	—	400 registros sonoros		2.200 fotografias	—	—	3.600 objetos	—	6.200	Portal de Acervos Artísticos e Culturais de São Paulo	Museu da Cidade - Pavilhão de Culturas Brasileiras
Acervo de publicações dos grupos fomentados pelo Núcleo de Cidadania Cultural	Galeria Olido	Produtos oriundos dos projetos fomentados pelo Programa VAI desde 2004 e, desde 2014, pelos programas VAI II, Aldeias, Agentes Comunitários de Cultura e Pontos de Cultura	31	51	58		Registros variados dos projetos apoiados	—	—	—	—	Acervo inventariado apenas de 2004 a 2009	Não possui	Núcleo de Cidadania Cultural

Quadro 23 (Cont.)

Nome do acervo	Localização	Descrição	Acervo de livros	Outros materiais bibliográficos	Acervo audiovisual		Acervo fotográfico / iconográfico	Acervo cartográfico	Acervo figurinos/indumentárias	Objetos/tridimensionais	Outros	Total de itens	Catálogo online	Gestão
Acervo de publicações dos grupos fomentados pelo Núcleo de Fomentos	Galeria Olido	Publicações institucionais e produtos oriundos dos projetos apoiados pelos editais de fomento: Fomento ao Teatro (27 edições); Fomento à Dança (19 edições), Programa Redes e Ruas e Fomento ao Circo	Publicações institucionais dos programas: "Fomento à Dança - 05 Anos" (2011) e "Fomento ao Teatro - 12 Anos" (2014)	Acervo dos projetos fomentados em todas as edições dos programas de Fomento à Dança e ao Teatro com os referidos relatórios, materiais de divulgação e demais documentos de referência	Produtos audiovisuais gerados pelos projetos apoiados pelo Programa de Fomento à Dança e ao Teatro. O acervo audiovisual do Fomento ao Teatro está indexado e disponível para consulta na Biblioteca do Centro Cultural São Paulo		Acervo dos projetos fomentados em todas as edições dos programas de Fomento à Dança e ao Teatro com os referidos relatórios, materiais de divulgação e demais documentos de referência	---	—	---	—	Acervo não inventariado ou catalogado.	Não possui	Núcleo de Fomento às Línguas
Acervo de filmes da Prefeitura Municipal de São Paulo	Cinemateca	Três acervos do Município, um acervo da Guarda Civil Metropolitana e 1 acervo produto de editais de fomento da Secretaria Municipal de Cultura	—	—	Sem informação		—	—	—	—	Sem informação	1.700	Não possui	SPCine

FONTE: PORTAL DE ACERVOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2015



EIXO QUE ABORDA AS DIVERSAS POLÍTICAS, PROGRAMAS E AÇÕES DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO PARA A GARANTIA DO DIREITO AO FAZER E À FRUIÇÃO CULTURAL. ABARCA AS POLÍTICAS PARA PROMOÇÃO E APOIO À PRODUÇÃO E À DIFUSÃO CULTURAL, CONTEMPLANDO ARTISTAS, AGENTES CULTURAIS E CIDADÃOS. POR SE TRATAR DE UMA AMPLA GAMA DE INICIATIVAS, ESTE EIXO FOI DIVIDIDO EM TRÊS SUBEIXOS, QUE DIZEM RESPEITO AOS TIPOS DE AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL: I) FORMAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL, II) PROGRAMAÇÃO CULTURAL E III) FOMENTO À CULTURA.

2.6.1. Formação artística e cultural

A oferta de atividades de formação em arte e cultura pela Secretaria Municipal de Cultura ocorre em diversas frentes. Uma delas é por meio dos espaços majoritariamente dedicados a processos formativos, como a Escola Municipal de Iniciação Artística (EMIA) e a Praça das Artes, onde estão localizadas a Escola de Dança de São Paulo e a Escola Municipal de Música, da Fundação Theatro Municipal. Há, também, atividades formativas em diferentes linguagens artísticas oferecidas por meio de programas continuados, como o Vocacional e o Programa de Iniciação Artística (PIÁ). Por fim, há uma variedade de oferta de oficinas e cursos nos espaços culturais municipais, em especial nas bibliotecas, centros culturais e casas de cultura.

A plataforma ObservaSampa monitora o indicador referente às vagas oferecidas em programas municipais de formação artística e cultural continuada – PIÁ e Vocacional – e nas escolas EMIA, Escola de Dança de São Paulo e Escola Municipal de Música. Nos últimos anos mais de 9.000 vagas foram ofertadas nos programas de formação e escolas municipais. Esse número se ampliou em especial em 2015, devido ao crescimento das vagas ofertadas nos programas PIÁ e Vocacional (**Gráfico 11**).

2.6.1.1. Espaços dedicados a processos de formação

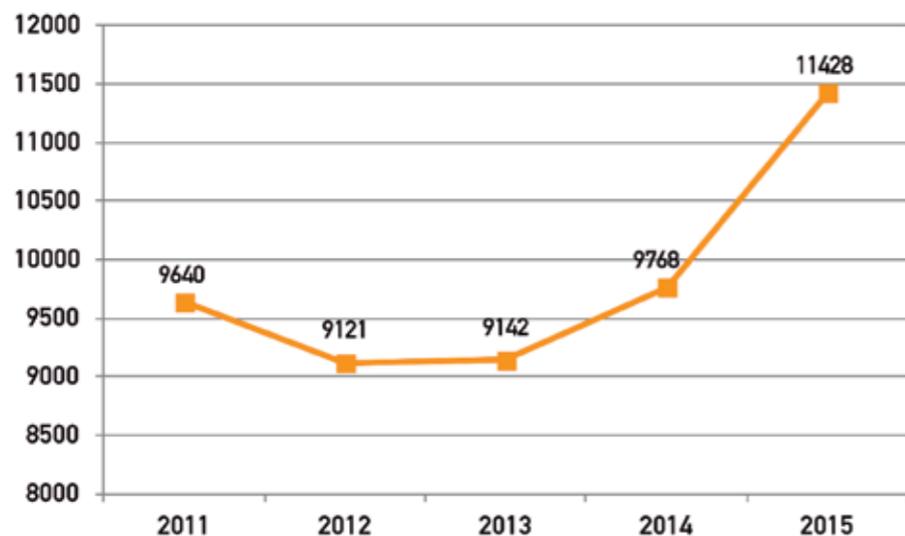
2.6.1.1.1. Praça das Artes

A Fundação Theatro Municipal é responsável pela atividade artístico-pedagógica da Escola de Dança de São Paulo, da Escola Muni-

Nos últimos anos mais de 9.000 vagas foram ofertadas nos programas de formação e escolas municipais

Gráfico 11 NÚMERO DE VAGAS EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE FORMAÇÃO CULTURAL CONTINUADA

FONTE: PLATAFORMA OBSERVASAMPA, 2015



cipal de Música de São Paulo e da Orquestra Experimental de Repertório, sediadas na Praça das Artes.

A Escola de Dança de São Paulo é o principal centro de ensino de dança do município, com cursos oferecidos sem custos a crianças, jovens e adultos. No Programa de Formação em Dança, o aluno desenvolve sua vocação artística e técnica em nove anos, até alcançar o refinamento necessário para sua autonomia profissional¹⁷. A Escola também oferece cursos livres abertos à comunidade e ministrados pelo mesmo corpo docente. Criada em 1940 com o nome de Escola Municipal de Bailado, tinha inicialmente o objetivo de formar bailarinos para suprir os bailados das grandes montagens líricas que se apresentavam no Theatro Municipal.

¹⁷ O Programa de Formação em Dança compreende três ciclos: (i) Ciclo Fundamental (1º ao 4º ano); (ii) Ciclo Intermediário (5º ao 7º ano); (iii) Ciclo Profissionalizante (8º e 9º anos). O currículo é formado pelas disciplinas: Iniciação à Dança, Música Aplicada à Dança, Jogos e Acrobacias, Danças Brasileiras, Balé Clássico, Dança Moderna/ Contemporânea, História da Dança, Composição, Consciência Corporal, Repertório, Projetos e Estágio.

A Escola Municipal de Música de São Paulo é responsável pela formação de diversas gerações de músicos em atividade profissional no Brasil e em outras partes do mundo. Fundada em 1969, seu objetivo é prover formação musical aos alunos a partir de nove anos de idade, de modo que estejam aptos a atuar como instrumentistas ou cantores profissionais em orquestras, coros, grupos camerísticos, na área de correpetição ou na carreira solo. Os alunos têm aulas individuais de instrumento e coletivas de caráter teórico, e vivenciam experiências musicais em grandes formações, junto aos grupos estáveis da escola, por meio das aulas de prática coral e de orquestra. A escola oferece, ainda, oficinas de ópera e música antiga abertas à comunidade.

A Orquestra Experimental de Repertório é um dos principais grupos de formação do Estado de São Paulo. Criada em 1990, a partir da Orquestra Jovem Municipal de São Paulo, ocupa lugar de destaque nas temporadas sinfônicas e líricas do Theatro Municipal, com programações constantes ao longo dos anos.

Em conjunto, as duas escolas e a Orquestra Experimental fazem com que a Fundação Theatro Municipal exerça importante papel na formação técnica e profissionalizante no Brasil. O **Quadro 24** resume a duração dos processos formativos oferecidos.

Quadro 24 DURAÇÃO DOS CURSOS OFERECIDOS PELA FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL

Curso	Duração
Dança	
Cursos regulares de longa duração de formação em dança	9 anos
Cursos regulares de curta duração de aperfeiçoamento em dança (oficinas)	1 semestre
Música	
Cursos regulares de longa duração de formação musical	6 a 12 anos
Cursos regulares de curta duração de aperfeiçoamento musical (oficinas)	1 semestre
Cursos esporádicos de curta duração de aperfeiçoamento musical (seminários)	1 semana
Prática orquestral (Orquestra Experimental de Repertório)	2 e 4 anos

Fonte: Fundação Theatro Municipal, 2015

Em junho de 2015, 1.937 alunos encontravam-se matriculados em cursos de formação na Escola de Dança de São Paulo, Escola Municipal de Música e Orquestra Experimental de Repertório. Em termos socioeconômicos, o perfil dos alunos das atividades das escolas de música e dança é relativamente heterogêneo, com notória ênfase para jovens da faixa etária entre nove e 18 anos de idade oriundos de nichos econômicos das chamadas classes C e D. O processo seletivo é aberto a todos os interessados a partir de nove anos de idade, de acordo com a faixa etária da série (Quadro 25).

Escola	Nº de alunos (2015)
Escola de Dança de São Paulo	1.133
Escola Municipal de Música	714
Orquestra Experimental de Repertório	90
Total	1.937

2.6.1.1.2. Escola Municipal de Iniciação Artística (EMIA)

A Escola Municipal de Iniciação Artística (EMIA) é um espaço de referência na cidade que, há 35 anos, promove para crianças de cinco aos 12 anos aprendizagem baseada no fazer artístico, na criatividade e expressividade. Projetada como uma escola de iniciação artística, que abordava duas linguagens – expressão (teatro, artes plásticas e movimento) e música –, atualmente a EMIA abrange as áreas de artes visuais, dança, música e teatro. O seu diferencial em relação à educação formal é o de poder desenvolver processos artísticos nos quais há a possibilidade da formação cultural experimental, com tempos mais alongados.

A escola oferece em torno de 1.700 vagas, que englobam alunos, ex-alunos e pessoas da comunidade local. Os educadores são como “professores-artistas”, uma vez que também desenvolvem atividades artísticas em suas áreas de atuação. As crianças podem iniciar seus cursos a partir dos cinco anos de idade e passam em torno de sete anos na escola. As aulas variam de

duas horas a três horas e meia de duração, e cada aluno vai à escola um contraturno por semana. O processo seletivo é feito a partir de alguns critérios e por meio de sorteio público (Quadro 26).

Escola	Nº de vagas/ano
EMIA	1.700

No momento atual, a EMIA busca em escolas modelo de educação infantil as formas como documentam os processos de ensino-aprendizagem em arte e cultura, de modo a desenvolver ferramentas próprias de avaliação de sua metodologia, que permitam ir além das leituras subjetivas.

2.6.1.2. Programas de formação

2.6.1.2.1. Programa de Iniciação Artística (PIÁ)

O Programa de Iniciação Artística (PIÁ) procura levar a metodologia inovadora de pedagogia artística criada na Escola Municipal de Iniciação Artística (EMIA), tendo por objetivos despertar na criança o interesse pelas linguagens artísticas e promover o aprendizado baseado no fazer artístico, na criatividade e expressividade. Aprofunda, por meio da arte, o conhecimento da história, o senso crítico e estético e o respeito à diversidade cultural. O programa é ofertado em três faixas etárias para crianças de cinco a 14 anos, organizado do seguinte modo (Quadro 27).

Faixa etária	Duração	Conteúdo
5 a 7 anos	2h aula/ semana	Adaptação, socialização e iniciação nas diversas linguagens artísticas
8 a 10 anos	3h aula/ semana	Integração das diferentes linguagens artísticas (música, teatro, dança e artes visuais).
11 a 14 anos	3h aula/ semana	Opção por música, teatro, dança ou artes visuais

O PIÁ aprofunda, por meio da arte, o conhecimento da história, o senso crítico e estético e o respeito à diversidade cultural

Nos últimos anos, em especial em 2015, houve um crescimento acentuado no número de vagas ofertadas pelo PIÁ, como demonstrado no gráfico a seguir (Gráfico 12).

Criado em 2008, o PIÁ está presente majoritariamente nos Centros Educacionais Unificados (CEUs), seguido das bibliotecas, centros culturais e escolas. A ampliação do programa em 2015 se expressa também pelo número de equipamentos onde o programa é oferecido, chamando especial atenção a ampliação da oferta nos CEUs e o início da oferta em um teatro, totalizando 31 equipamentos públicos (Gráfico 13).

A maior parte dos equipamentos que oferece o PIÁ encontra-se na região Leste da cidade, seguida das regiões Norte e Sul (Gráfico 14).

Gráfico 12 VAGAS OFERTADAS NO PROGRAMA DE INICIAÇÃO ARTÍSTICA (PIÁ)

FONTE: SMC, DEPARTAMENTO DE EXPANSÃO CULTURAL, 2015

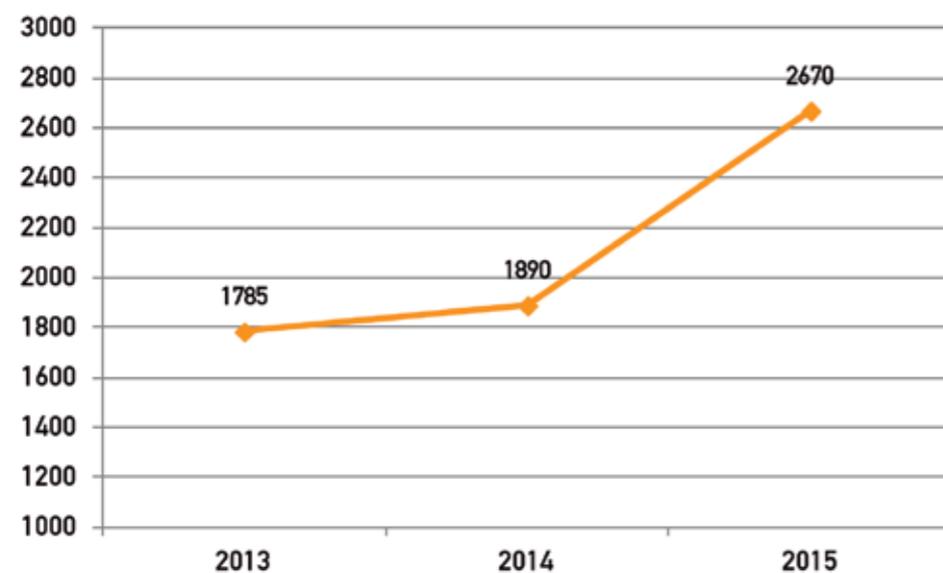


Gráfico 13 DISTRIBUIÇÃO DO PIÁ POR TIPO DE EQUIPAMENTO

FONTE: SMC, DEPARTAMENTO DE EXPANSÃO CULTURAL, 2015

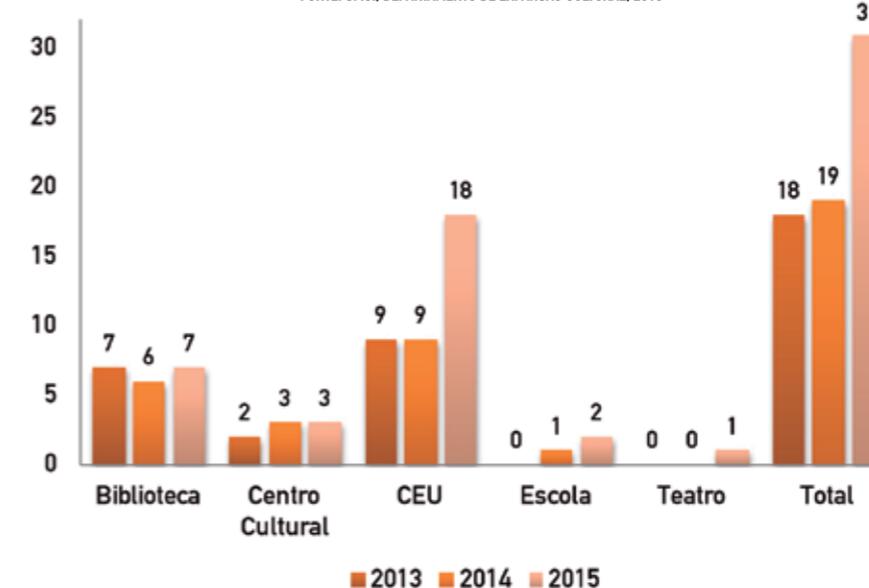
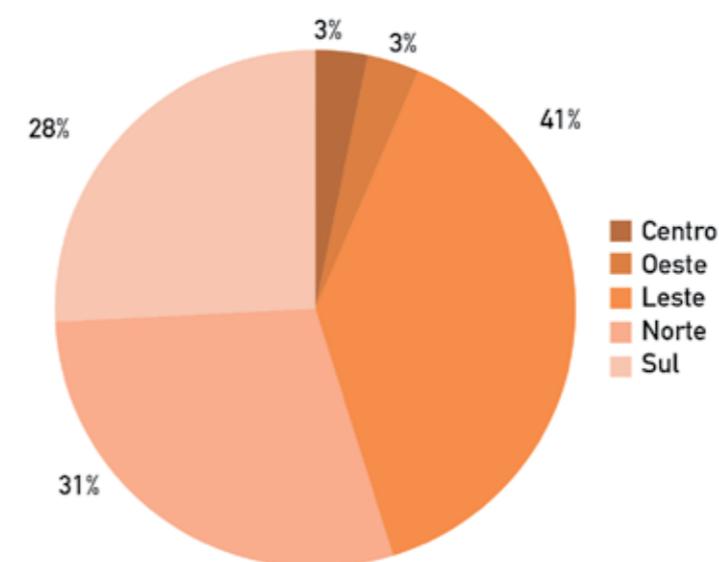


Gráfico 14 DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COM PIÁ POR REGIÃO (2015)

FONTE: SMC, DEPARTAMENTO DE EXPANSÃO CULTURAL, 2015



2.6.1.2.2. Programa Vocacional

O Vocacional teve início em 2001, com o programa Teatro Vocacional. Hoje, além do teatro, abrange artes visuais, música, dança, literatura e artes integradas. Oferecido a pessoas a partir de 14 anos, o programa tem a finalidade de promover a ação e a reflexão sobre a prática artística, a cidadania e a ocupação dos espaços públicos da cidade de São Paulo.

O Vocacional trabalha na perspectiva de formação para cidadania, ou seja, as atividades não são profissionalizantes e não têm como objetivo central o desenvolvimento técnico e a detecção de talentos, sendo o trabalho artístico-pedagógico entendido como um conhecimento adquirido por meio da prática coletiva. As atividades têm caráter intergeracional, tendo sido notado nos últimos anos o interesse crescente de pessoas da terceira idade.

Com uma equipe de coordenadores e artistas-orientadores contratados anualmente, o Vocacional atua preferencialmente em equipamentos da Secretaria Municipal de Cultura e da Secretaria Municipal de Educação. As atividades desenvolvidas pelo programa têm início em maio e se estendem até novembro ou dezembro. A oferta de vagas tem crescido nos últimos anos (Gráfico 15).

Assim como o PIÁ, o Programa Vocacional está presente majoritariamente nos Centros Educacionais Unificados (CEUs), seguido das bibliotecas, casas de cultura e teatros (Gráfico 16).

Em relação à distribuição territorial, a maior oferta encontra-se nas regiões Leste e Sul, seguida da região Norte (Gráfico 17).

O programa contempla diferentes linguagens artísticas, com destaque para a oferta de teatro, dança e música (Gráfico 18).

2.6.1.2.3. Programa Jovem Monitor Cultural

O Programa Jovem Monitor Cultural, criado pela Lei nº 14.968/09 e regulamentado pelo Decreto 51.121/09, oferece formação direcionada e experimentação profissional no campo da cultura, promovendo a inserção socioeconômica de jovens de baixa renda. O Centro Cultural da Juventude (CCJ) é responsável pela gestão do programa, em parceria com organizações da sociedade civil.

A formação inclui atividades práticas e teóricas de caráter formativo. São 30 horas semanais remuneradas, sendo 24 de formação prática, executadas em espaços da Secretaria de Cultura, e seis de formação teórica,

Gráfico 15 DVAGAS OFERECIDAS NO PROGRAMA VOCACIONAL

FONTE: SMP DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CULTURAL 2015

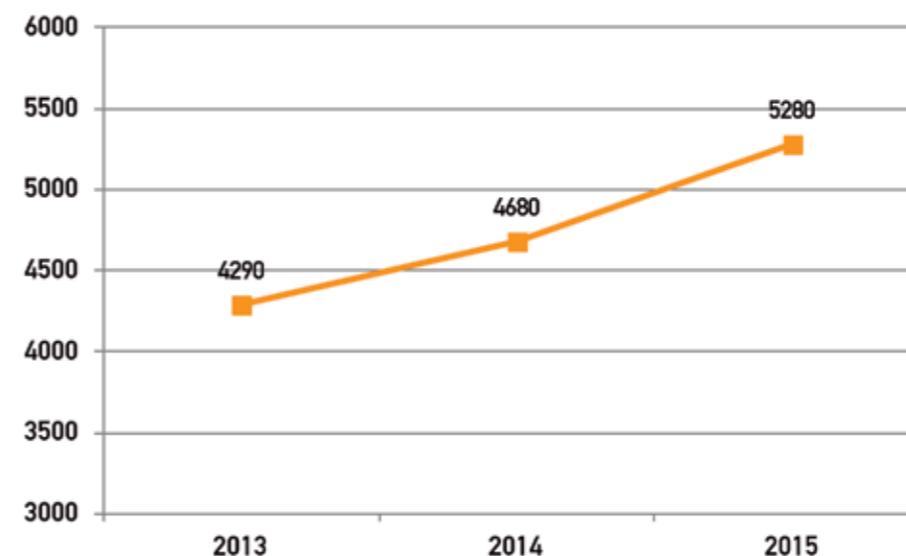


Gráfico 16 DISTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA VOCACIONAL POR TIPO DE EQUIPAMENTO

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURAL. DEC. 2015

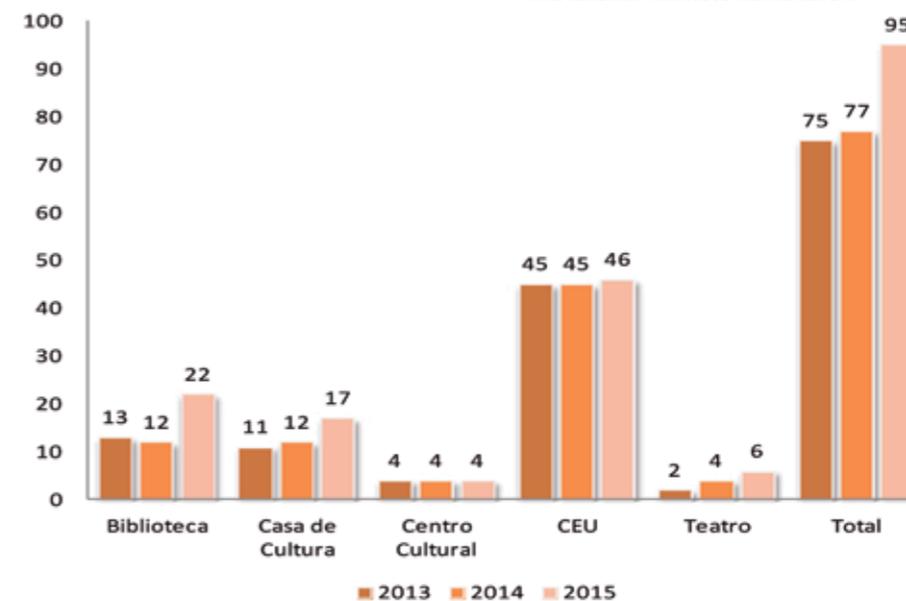


Gráfico 17 DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COM VOCACIONAL POR REGIÃO (2015)

FONTE: SMC, DEPARTAMENTO DE EXPANSÃO CULTURAL, 2015

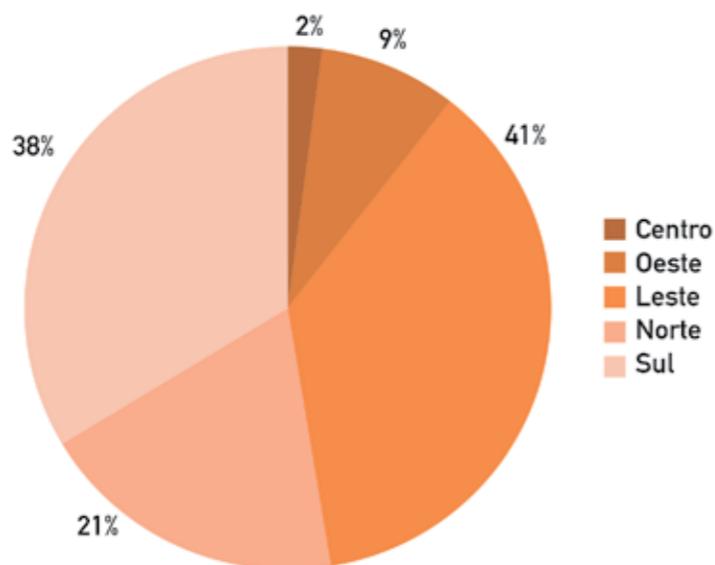
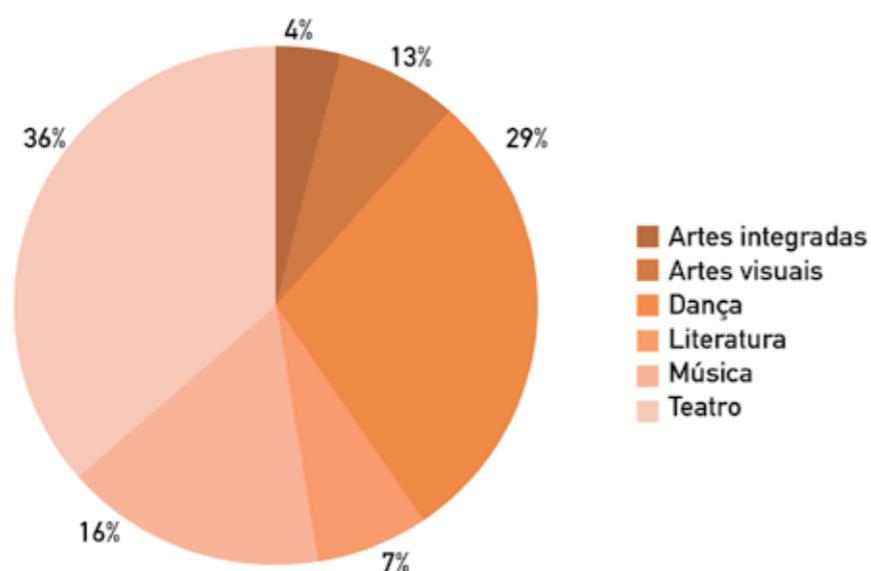


Gráfico 18 DISTRIBUIÇÃO DO VOCACIONAL POR LINGUAGEM ARTÍSTICA (2015)

FONTE: SMC, DEPARTAMENTO DE EXPANSÃO CULTURAL, 2015



na qual são promovidas palestras, leitura, discussão e produção de textos, visitas monitoradas, elaboração de projetos e participação em oficinas. Os jovens monitores recebem bolsa auxílio, auxílio alimentação por dia e Bilhete Único Mensal integrado entre ônibus e metrô.

Os participantes devem ter concluído o ensino médio, ter entre 18 e 29 anos, residir na cidade de São Paulo há pelo menos um ano, pertencer, preferencialmente, à família de baixa renda, e residir na região da subprefeitura ou das subprefeituras vizinhas do equipamento. A seleção dos jovens monitores é feita em três etapas. Na primeira, o candidato deve atender aos critérios de participação no programa, demonstrar domínio da expressão escrita e de itens básicos para atuação no processo formativo prático. A segunda fase, presencial, é realizada em grupos nos espaços da Secretaria Municipal de Cultura. Na terceira fase, o processo de seleção é presencial e individual, com caráter classificatório e eliminatório.

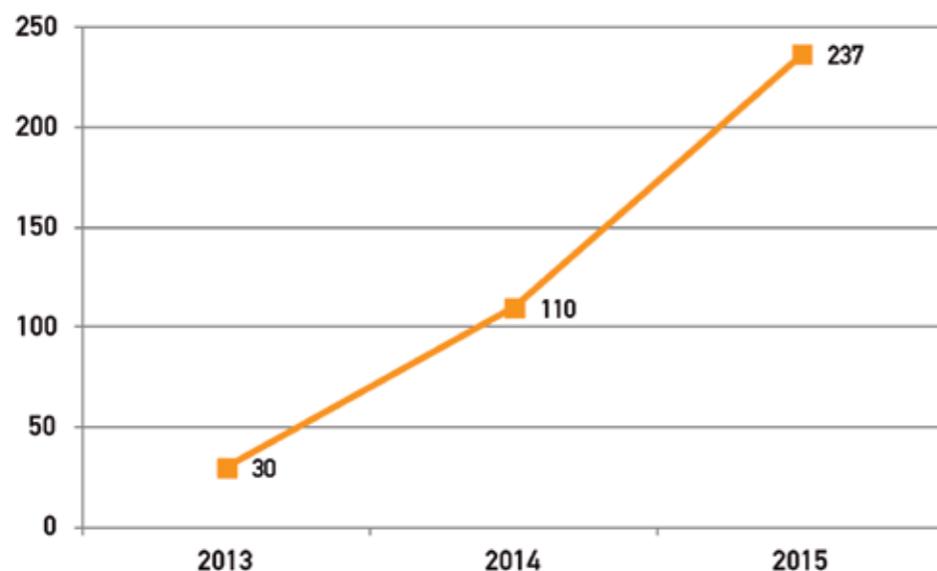
Até 2013, o programa era realizado exclusivamente no Centro Cultural da Juventude, mas foi ampliado para outras redes de equipamentos e programas a partir de 2014. Em novembro de 2013, 30 jovens participavam do programa, número que subiu para 110 em 2014 e 237 em 2015. No entanto, a demanda também tem se ampliado consideravelmente, passando de 668 inscritos na edição de 2013 para 7.724 em 2015 (**Gráfico 19**).

2.6.1.3. Oficinas e cursos nos espaços públicos de cultura

Os espaços públicos de cultura do município oferecem grande variedade de atividades de formação como oficinas, cursos livres, pílulas de formação, entre outros. As atividades têm tempo de duração e periodicidade variada, a depender do local, da frequência e das demandas apontadas pelo público. Essas atividades são ofertadas em espaços cuja centralidade não está necessariamente na formação, mas que promovem atividades formativas como meio de estimular o acesso à fruição e ao fazer cultural. Destacam-se as atividades permanentes – ou que se estenderam ao longo do tempo – nas bibliotecas, nos centros culturais e casas de cultura.

Gráfico 19 VAGAS NO PROGRAMA JOVEM MONITOR CULTURAL

FONTE: SMC, CENTRO CULTURAL DA JUVENTUDE, 2015



2.6.1.3.1. Sistema Municipal de Bibliotecas

As atividades ofertadas nas bibliotecas públicas municipais estão voltadas, em sua maioria, à formação para a leitura, sendo desenvolvidas como ações diretas de incentivo à leitura e também por meio de outras linguagens. Destacam-se as iniciativas dos cursos de formação para contadores de histórias, com carga horária de 60 horas, as palestras sobre as obras literárias exigidas pelos principais vestibulares (Veredas do Vestibular), o Timol, grupo de teatro infantil que há 50 anos oferece aulas de teatro na Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato e o curso de histórias em quadrinhos (Quadrinhos nas Zonas de Sampa), uma das atividades de maior sucesso entre o público jovem na rede de bibliotecas, com duração de três meses. São realizadas, ainda, oficinas de escrita com durações variadas, oficinas livres contemplando linguagens como dança, artesanato, origami, cinema etc., e oficinas específicas para a primeira infância, iniciadas em 2014 para atender as diretrizes do projeto São Paulo Carinhosa.

2.6.1.3.2. Centros Culturais

Os centros culturais ofertam vagas para formação variada em diversas linguagens e práticas artístico-culturais, desde oficinas livres à formação técnica e profissionalizante, até ações de mediação cultural.

O Centro Cultural São Paulo realiza, dentro do campo da formação, atividades com ênfase nas práticas de mediação cultural, que incluem edital de mediação em arte para experimentação de artistas-mediadores; estímulo a debates e produção de materiais teóricos e práticos de mediação; e o projeto “Centro Cultural, Seu Próprio”, que visa catalisar as impressões do sujeito sobre o espaço público e cultivar novas ideias e práticas culturais. Desenvolve, também, discussão sobre a produção cultural com professores (Professor no Centro), e oficinas abertas em diferentes linguagens artísticas como psicodrama, dança de salão e artes visuais.

O Centro Cultural da Juventude realiza regularmente ações de formação, capacitação e oficinas livres. As atividades de formação do CCJ abrangem oficinas teatrais, aulas de circo, dança, capoeira, gastronomia, consumo sustentável de alimentos e manutenção de bicicletas, além de cursos de formação profissional por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

O Centro Cultural da Penha oferece oficinas livres em diversas modalidades, incluindo artes visuais, capoeira, dança de salão, dramaturgia, elaboração de projetos culturais, xadrez, RPG (Role Playing Game), jogos cooperativos, contação de histórias, literatura, Hip Hop, música, clown, teatro ioga, pilates e artesanato. Realiza, também, palestras periódicas e o projeto “Terça tem Cinema”, com atividade de mediação cultural no campo do audiovisual e da formação crítica sobre a linguagem cinematográfica com diálogos a partir dos filmes apresentados.

O Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes (CFCCT) é um espaço estruturado para oferta de educação técnica e profissionalizante em áreas relacionadas à cultura. O CFCCT oferece cursos modulares de formação inicial e continuada, assim como cursos livres. As atividades são parte dos programas de formação da Secretaria Mu-

nicipal de Cultura e oficinas livres sobre temas como contação de histórias afro, teatro do oprimido, edição de vídeo, percussão, xadrez, elaboração de projetos culturais, oficinas cênicas, coral (em parceria com a Fundação Teatro Municipal de São Paulo) dança, esportes e práticas corporais, ginástica para a terceira idade, pilates, RPG, street dance, ioga, entre outros. A oferta de formação continuada nas áreas técnicas de iluminação, cenografia, sonografia e outros ofícios que compõem a arquitetura dos espetáculos está em fase de implantação, bem como diversos cursos que serão ofertados por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pro-natec). Com isso, o CFCCT passa a ser a referência para a política de formação cultural na cidade de São Paulo.

Por fim, a Galeria Olido, oferece, em especial, atividades de formação no campo da dança, com oficinas periódicas realizadas na Vitrine da Dança.

2.6.1.3.3. Casas de Cultura

As Casas de Cultura atuam como “porta de entrada” para o universo artístico de muitos coletivos e moradores das comunidades nas quais estão localizadas. A formação cultural é considerada uma de suas principais atividades desenvolvidas junto à população local. Esta formação geralmente acontece por meio de oficinas livres ofertadas pela Secretaria Municipal de Cultura, através do edital de credenciamento de oficineiros, ou de forma voluntária por artistas da região. As casas também desenvolvem atividades dos programas Vocacional, Programa VAI e Programa Jovem Monitor Cultural. Por vezes, a formação nas Casas acontece por meio de rodas de conversa, palestras e diálogos com a comunidade cultural local.

2.6.2. Programação e fruição cultural

A oferta de programação cultural tem o objetivo de garantir o acesso da população à arte e à cultura. Se há um aspecto que pode ser evidenciado em relação à programação cultural ofertada no município de São Paulo é a sua diversidade. Grandes eventos e festivais das mais variadas linguagens convivem com projetos experimentais, dirigidos a públicos específicos, e com atividades desenvolvidas localmente com a participação das comunidades.

Diversas áreas e equipamentos da Secretaria Municipal da Cultura pro-

movem atividades de programação artística. Centros Culturais, teatros, bibliotecas, CEUs, Casas de Cultura, entre outros espaços, compõem a extensa rede de difusão cultural para acesso da população, que é complementada pelos eventos que fazem parte do calendário oficial da cidade, como o Aniversário de São Paulo e a Virada Cultural.

Para ter uma ideia da dimensão da oferta pública de programação cultural na cidade de São Paulo, basta observar o número de contratações artísticas realizadas pela Secretaria Municipal de Cultura, que dobrou entre 2011 e 2015, passando de 10,4 mil para 21,9 mil (Gráfico 20). Os números incluem as contratações realizadas pela Biblioteca Mário de Andrade, Centro Cultural São Paulo, Centro Cultural da Juventude, Departamento de Expansão Cultural, Galeria Olido, Sistema Municipal de Bibliotecas, Circuito Municipal de Cultura e setor de eventos. Ainda que cada equipamento desfrute de relativa autonomia, o que favorece a adequação das atividades aos espaços e demandas de cada local, a fragmentação excessiva tem consequências nos processos de contratação artística e na elaboração de uma política integrada de programação. Além da sistematização das informações sobre o conjunto da programação desenvolvida, é fundamental que se produzam dados quanto ao perfil de público das atividades ofertadas, que possam subsidiar a elaboração desta política.

2.6.2.1. Circuito Municipal de Cultura de São Paulo

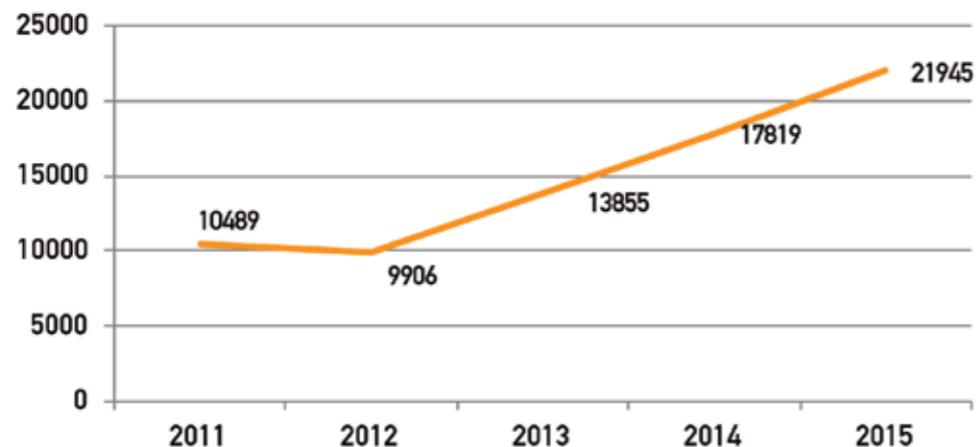
Desde junho de 2014, a Secretaria Municipal de Cultura desenvolve uma política de programação cultural que objetiva organizar e consolidar um plano integrado de atividades de difusão artística na cidade. A criação do Circuito Municipal de Cultura de São Paulo busca superar a fragmentação e permitir o planejamento articulado das atividades e a avaliação do conjunto que é oferecido pela Secretaria a partir de olhares transversais, incluindo recortes por linguagem, territórios, locais e faixas etárias, entre outros.

O Circuito Municipal de Cultura parte de algumas premissas:

- Estímulo à circulação de espetáculos por todas as regiões da capital, do centro à periferia;

Gráfico 20 NÚMERO DE CONTRATAÇÕES ARTÍSTICAS REALIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

FONTE: SMC, 2015



- Valorização da diversidade das manifestações artísticas da cidade;
- Mapeamento de vocações e públicos potenciais no entorno dos equipamentos culturais;
- Atenção à produção artística local;
- Padronização de cachês artísticos; e
- Integração das equipes de programadores em torno de uma política pública comum.

O Circuito Municipal de Cultura busca democratizar o acesso à cultura, tendo como diretriz geral o tripé programação, formação e território. Procura ampliar a ação da Secretaria Municipal de Cultura no território, descentralizar a oferta de programação cultural e idealizar um plano de ocupação territorial que fortaleça os vínculos da comunidade com os equipamentos culturais das diferentes regiões de São Paulo. O Circuito incorpora também regiões que não possuem equipamentos culturais e contribui com a ocupação integrada dos equipamentos culturais municipais e de outros espaços públicos da cidade, como ruas, praças e parques.

Para obter maior racionalidade na gestão, as ações do Circuito Municipal de Cultura são planejadas para impedir a pulverização de recursos financeiros, materiais e humanos. Uma das estratégias que definem a programação é que cada grupo ou artista contratado se apresente em mais de um equipamento, o que facilita a negociação de cachês, diminui custos, favorece a repercussão do artista e a oferta de programação nos diferentes locais da cidade, ampliando as oportunidades de acesso do público.

O Circuito Municipal de Cultura promove espetáculos de circo, dança, teatro, música e cinema. Um dos destaques é a programação infantil, que desenvolve, em parceria com o Programa São Paulo Carinhosa, da Prefeitura de São Paulo, atividades específicas para crianças, atendendo a uma das principais demandas da cidade e criando algo inédito em termos de política pública para a primeira infância.

Outra linha recente de programação é o Circuito Spcine, que atenderá uma rede de salas municipais de exibição cinematográfica em áreas centrais e em regiões periféricas da capital. O Circuito Spcine oferecerá ao público uma programação cinematográfica regular pautada pela diversidade de filmes, gêneros cinematográficos, formatos e expressões estéticas, em consonância com o calendário de estreias e lançamentos do circuito comercial. Trabalhará com filmes brasileiros e estrangeiros de maior potencial de público e com os chamados “filmes de arte”. O cinema brasileiro, e em especial paulistano, terá destaque na grade de programação, em acordo com as políticas de fomento e distribuição que a Spcine vem implementando no município.

A programação é fechada por meio de uma comissão curatorial mista e, em 2016, será definida a partir de um chamamento público de propostas. No total, entre junho de 2014 e dezembro de 2015, foram realizadas 2.752 atividades, abarcando um público de mais de 1 milhão de pessoas (Gráfico 21).

A programação do Circuito Municipal de Cultura alcançou 118 espaços públicos municipais, além dos eventos externos realizados em ruas, praças e entorno dos equipamentos (Mapa 9). O conjunto dos teatros foram os espaços que mais receberam ações do Circuito (1.168 atividades), seguidos pelos CEUS (654) e pelos centros culturais (436) e bibliotecas (269) (Gráfico 22).

Se há um aspecto que pode ser evidenciado em relação à programação cultural ofertada pelo município é a sua diversidade

Mapa 9 DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA PROGRAMAÇÃO DO CIRCUITO MUNICIPAL DE CULTURA (OUT-DEZ/2015)

FONTE: SMC, 2015

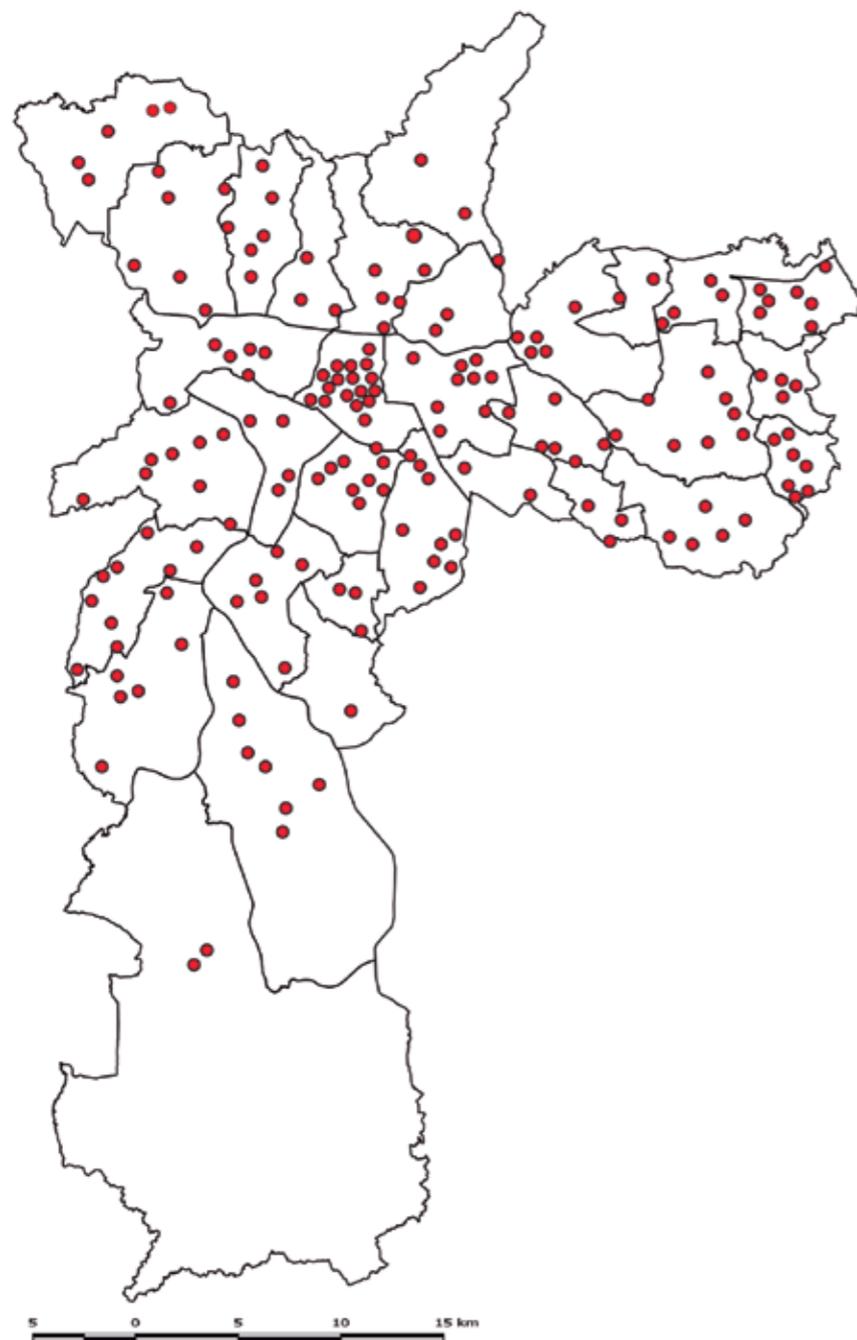


Gráfico 21 DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES DO CIRCUITO MUNICIPAL DE CULTURA POR LINGUAGEM

FONTE: SMC, 2015

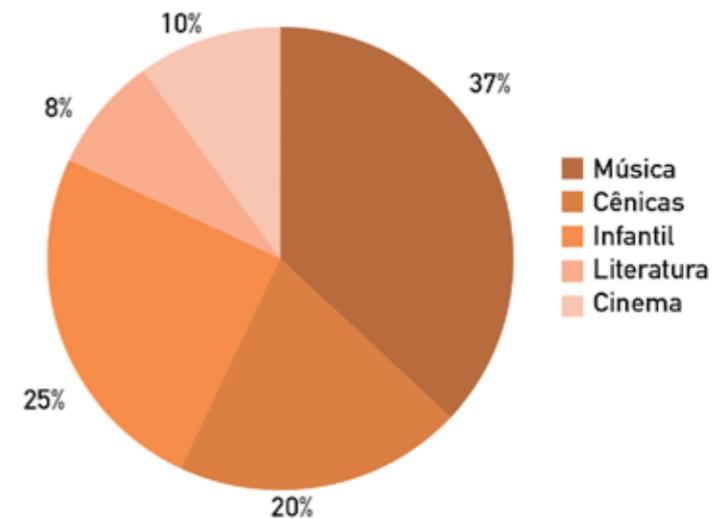
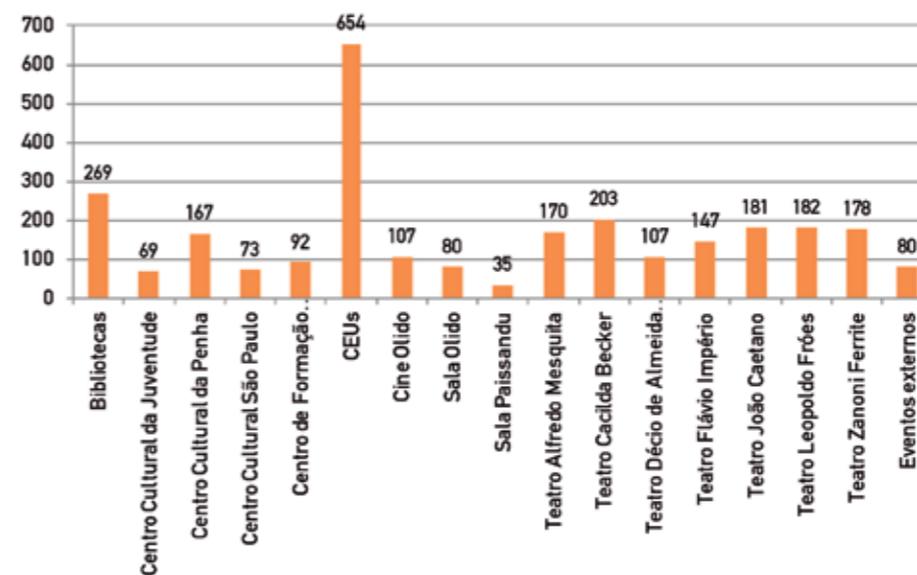


Gráfico 22 DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES DO CIRCUITO MUNICIPAL DE CULTURA POR ESPAÇO

FONTE: SMC, 2015



No primeiro ano do programa, equipamentos localizados no centro e na periferia, como Galeria Olido, Centro Cultural da Penha e os teatros municipais, tiveram aumento de 45% em sua frequência de público. O público total nos espetáculos do Circuito em 2014 foi de 852.715 pessoas. A taxa de ocupação da programação promovida pelo Circuito em 2014 e 2015 foi maior na Sala Olido (76%), nos CEUs (74%), e no Centro Cultural da Penha e Sala Paissandu (ambos com 71%) (Gráfico 23).

Os desafios do Circuito Municipal de Cultura são enormes, mas há o entendimento de que o programa contribui decisivamente para a vida cultural da cidade e atende a necessidade de políticas públicas de cultura amplas e democráticas. Assim, a Secretaria Municipal de Cultura dirigirá seus esforços para transformar o Circuito Municipal de Cultura em Lei Municipal, assegurando sua continuidade nas próximas gestões. A Lei do Circuito e sua incorporação ao Plano Municipal de Cultura pretendem garantir o direito do cidadão à programação cultural de qualidade, durante todo o ano e em todas as regiões da cidade.

2.6.2.2. Centros Culturais

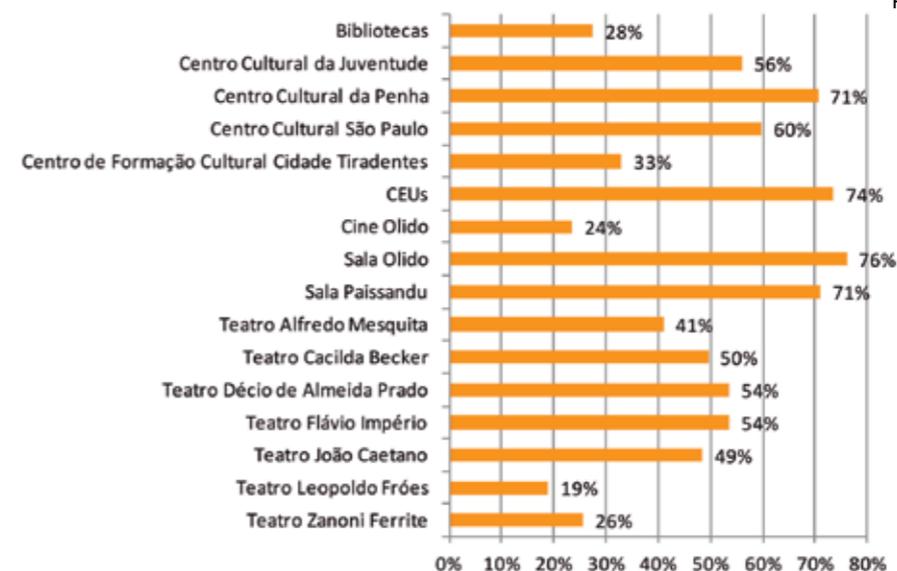
Os centros culturais oferecem uma programação ampla e variada, que contempla diversos formatos e linguagens artístico-culturais.

2.6.2.2.1. Centro Cultural São Paulo

O CCSP conta com uma programação gratuita ou a preços populares, com espetáculos, encontros, oficinas, festivais e mostras de teatro adulto e infanto-juvenil; espetáculos de dança e editais de novos coreógrafos para o desenvolvimento de pesquisas cujos resultados são apresentados no CCSP; lançamento de novos artistas e/ou produções, festivais de improvisação, concertos, shows com bandas e projetos solo e séries com música de câmara, solistas e pequenos conjuntos na área da música; séries, palestras, lançamento de livros e conversas informais com romancistas e contistas brasileiros contemporâneos e voltados à literatura e à poesia brasileira e internacional; contação de histórias e mediação de leitura para o público infantil; mostras e exposições de artes visuais; atividades ligadas aos acervos; projeções de cinema e vídeo, mostras e editais de premiação de curtas-metragens no campo do audiovisual; e seminários, conferências, debates e palestras relacionados a assuntos diversos e de relevância artística, política e cultural.

Gráfico 23 TAXA DE OCUPAÇÃO POR ESPAÇO ATENDIDO PELO CIRCUITO MUNICIPAL DE CULTURA

FONTE: SMC, 2015



No que tange à acessibilidade, há apresentações com audiodescrição e interpretação em libras, contação de histórias e mediação de leitura com interpretação em libras, produção de materiais em braille, oficinas e outras atividades que contemplam diversos tipos de deficiência. Quanto à elaboração da programação, o CCSP dispõe de uma curadoria interdisciplinar com uma linha de programação que inclui projetos de criação interdisciplinar e de residência artística.

2.6.2.2.2. Centro Cultural da Juventude

O CCJ oferece atividades que dialogam com a transversalidade das diversas temáticas relativas à vivência da condição do jovem, buscando o empoderamento e protagonismo da juventude a partir de uma grade diversificada. No âmbito do CCJ, o jovem é não somente espectador, mas promotor, organizador e realizador dos programas e projetos realizados tanto no espaço como difundidos pela cidade.

A programação abrange shows de música, espetáculos de circo e de dança, cinema, contação de histórias, debates, encontros, saraus e

a tradicional feira do livro. Há atividades voltadas à promoção de temáticas relativas à diversidade cultural, como o concurso “CCJ Drag Contest”, a comemoração do Dia da Mulher Negra, Latino Americana e Caribenha e o Racha na Arena. Ocorrem, também, visitas monitoradas aos equipamentos culturais e históricos da cidade de São Paulo por meio do programa “CCJ Visita”.

Em relação à elaboração da programação, destaca-se o Fórum CCJ, espaço permanente para participação de grupos, entidades, coletivos, frequentadores e moradores da região interessados em debater e construir coletivamente os processos de gestão participativa do Centro. No final de 2014 foi lançado também o Orçamento Participativo da Programação, projeto que estabelece metodologias participativas para a definição de programações ao longo do ano.

2.6.2.2.3. Centro Cultural da Penha

O Centro Cultural da Penha promove a inclusão e o acesso a atividades culturais à população da região, oferecendo shows, espetáculos teatrais, circenses e de dança, mediação e roda de leitura bem como exposições, projeções audiovisuais e saraus, que reúnem agentes envolvidos na arte e na cultura para compartilhar da música, poesia, teatro e dança. Como destaque na programação, o CCP promove a Ocupação Preta, projeto realizado em parceria com grupos e coletivos culturais que atuam com o objetivo de refletir sobre as relações raciais no Brasil e ampliar as possibilidades de grupos culturais e artistas negros terem seus trabalhos expostos em apresentações e rodas de conversas.

2.6.2.2.4. Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes

O Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes oferece programação artística principalmente nas áreas de teatro, música, dança, cinema, circo, exposições, intervenções e saraus, além das atividades desenvolvidas através de cessão de espaço para a comunidade. Em 2015, a programação artística e cultural desenvolvida alcançou um público de cerca de 30.100 pessoas, além dos frequentadores da Biblioteca Temática de Direitos Humanos (cerca de 28.000 pessoas) e dos programas de formação (3.500 pessoas).

2.6.2.2.5. Galeria Olido

A Galeria Olido oferece eventos gratuitos como exposições, exibições de filmes e espetáculos. Entre as principais atividades de caráter permanente, destaca-se a programação do Cine Olido, que oferece especial atenção a cinematografias pouco contempladas pelo circuito de cinema da capital; a programação semanal de espetáculos de dança, oficinas, encontros, ensaios e residências artísticas; e apresentações musicais com oferta dedicada aos diferentes gêneros da música popular brasileira.

2.6.2.3. Centros Educacionais Unificados (CEUs)

Os CEUs dispõem de programação variada para todas as idades, de modo a garantir aos moradores de seu entorno o acesso a equipamentos públicos de lazer, cultura, tecnologia e práticas esportivas. A programação cultural nos CEUs é feita pelo acolhimento de eventos e atividades definidos pelas Secretarias Municipais de Educação e Cultura, pelo envolvimento dos grupos culturais locais, atendimento às solicitações de escolas e da comunidade e por projetos próprios do Núcleo de Ação Cultural (NAC). Em geral, os projetos elaborados pelo NAC são concebidos a partir da experiência de seus coordenadores; alguns núcleos criaram uma grade fixa de programação com o intuito de fomentar o hábito cultural no público. Com a retomada da gestão compartilhada nos CEUs, a Secretaria Municipal de Cultura vem fortalecendo a oferta de programação cultural nesses espaços, seja por meio de eventos como a Virada Cultural e o Mês do Hip Hop, seja por meio do Circuito Municipal de Cultura.

Por vezes, os CEUs são únicos espaços nos territórios com condições de abrigar espetáculos de maior produção, por conta da estrutura de seus anfiteatros. Com isso, é da natureza deste equipamento receber grandes espetáculos de referência na cidade ou no país. É um espaço cobiçado por muitos artistas locais e de menor visibilidade para apresentação de seus trabalhos.

Outra característica da ação cultural nos CEUs, sobretudo por causa da relação com o núcleo educacional interno, é seu caráter formativo. Diversos espetáculos em que os artistas dialogam com o público antes ou depois da apresentação são bem recebidos pela população local.

2.6.2.4. Casas de Cultura

As Casas de Cultura, sobretudo por conta das regiões onde estão localizadas, se caracterizam como espaços de fomento à produção cultural local, seja por meio de oficinas livres ou programações de grupos do entorno. Isso exige que mesmo as atrações artísticas programadas pela Secretaria Municipal de Cultura também envolvam a participação de artistas locais, do entorno dos espaços ou de outras regiões da cidade.

No entanto, as Casas de Cultura também são espaços que podem receber atrações de maior porte. Cada Casa de Cultura possui uma arquitetura própria, com características singulares, exigindo que a programação seja pensada de acordo com a infraestrutura e espaços disponíveis. Há Casas que se localizam dentro de parques, outras que possuem extensos galpões, etc. As atrações com artistas de visibilidade também são possíveis de acontecer nas Casas, contanto que o espetáculo leve em consideração as condições de cada uma delas. Outras ações como encontros de grupos, ensaios, debates e reuniões de movimentos culturais do entorno também fazem parte da programação das Casas de Cultura.

2.6.2.5. Teatros municipais

2.6.2.5.1. *Theatro Municipal de São Paulo e Praça das Artes*

O Theatro Municipal e a Praça das Artes oferecem intensa programação cultural por meio da apresentação dos corpos estáveis:

- Orquestra Sinfônica Municipal de São Paulo: grupo orquestral especializado em ópera, foi criado na década de 1920 para substituir os instrumentistas e coros completos que acompanhavam as companhias líricas internacionais que se apresentavam no Theatro Municipal, tornando-se regular em 1939 e sendo oficializada em lei de 1949.

- Balé da Cidade de São Paulo: criado em 1968 com o nome de Corpo de Baile Municipal, com a proposta de acompanhar as óperas do Theatro Municipal e se apresentar com obras do repertório clássico. Em 1974, assume o perfil de dança contemporânea que mantém até hoje.

- Coro Lírico Municipal de São Paulo: criado em 1939, é formado por cantores que se apresentam regularmente como solistas nas montagens de óperas das temporadas do Theatro Municipal, em concertos com a Orquestra Sinfônica Municipal e com o Balé da Cidade.

- Coro Paulistano Mário de Andrade: criado em 1936 com a proposta de levar a música brasileira ao Theatro Municipal de São Paulo, é um dos desdobramentos da Semana de Arte Moderna de 1922.

- Orquestra Experimental de Repertório: criada em 1990 a partir da Orquestra Jovem Municipal de São Paulo, ocupa lugar de destaque nas temporadas sinfônicas e líricas do Theatro Municipal.

- Quarteto de Cordas da Cidade São Paulo: fundado em 1935 por iniciativa de Mário de Andrade para difundir a música de câmara e estimular compositores, passou a ser chamado de Quarteto de Cordas Municipal a partir de 1944, chegando à sua forma definitiva em 1981.

Todos os corpos artísticos se apresentam no Theatro Municipal e em diversos espaços, tanto no Brasil quanto em outros países. A programação é elaborada anualmente com curadoria da direção artística e curadoria própria dos concertos e do balé. A direção geral da Fundação Theatro Municipal promove a integração das ações de programação, gerando sinergia entre os corpos estáveis.

Como ações de formação do público, são realizados ensaios abertos, palestras sobre as óperas em cartaz e visitas guiadas, que recebem um público anual de cerca de 25 mil pessoas, em geral oriundas de escolas públicas. Para contribuir com a ampliação do público e democratização do acesso à programação, foi lançado em junho de 2015 o programa “Municipal na Cidade”, que realiza apresentações gratuitas de música erudita, canto coral, dança e ópera em terminais de ônibus¹⁸, Centros Educacionais Unificados (CEUs) e apresentações na escadaria interna do teatro – com as portas abertas para a Praça Ramos de Azevedo –, com o Coro Lírico Municipal e o Coral Paulistano. Promove, também, concertos especiais para professores, familiares e alunos da rede municipal de ensino.

2.6.2.5.2. *Rede de teatros municipais*

Os teatros municipais – anteriormente denominados distritais – são equipamentos públicos destinados à apresentação de

¹⁸ A programação em 2015 incluiu os terminais Parque Dom Pedro II, na região central; Sacomã e Capelinha, na Zona Sul; Pirituba, na Zona Norte; e Cidade Tiradentes, na Zona Leste.

espetáculos de diversas linguagens artísticas, de modo a possibilitar o acesso à produção cultural da cidade e a difusão da produção artística, alcançando públicos diversos. Sua programação é formada, prioritariamente, de espetáculos de grupos profissionais nas linguagens de teatro, dança, artes circenses e música.

Os critérios para definir a programação são a qualidade artística dos espetáculos, o atendimento às demandas das comunidades e a diversidade de expressões, linguagens, técnicas e temáticas, de modo que possa propiciar à população o acesso ao pluralismo, à criatividade e à inventividade do fazer cultural e artístico. Em 2012 foram realizados 898 eventos nos sete teatros em funcionamento¹⁹, havendo uma significativa ampliação na oferta de programação a partir de 2013 (Gráfico 24).

Os eventos realizados em 2013 atraíram um público total de 70.861 pessoas, média de 47,2 pessoas por evento. Em 2014, o número de eventos diminuiu ligeiramente – contudo, contaram com um público 15% maior que o de 2013, totalizando 81.431 pessoas, média de 54,9 pessoas por evento.

2.6.2.4. Bibliotecas

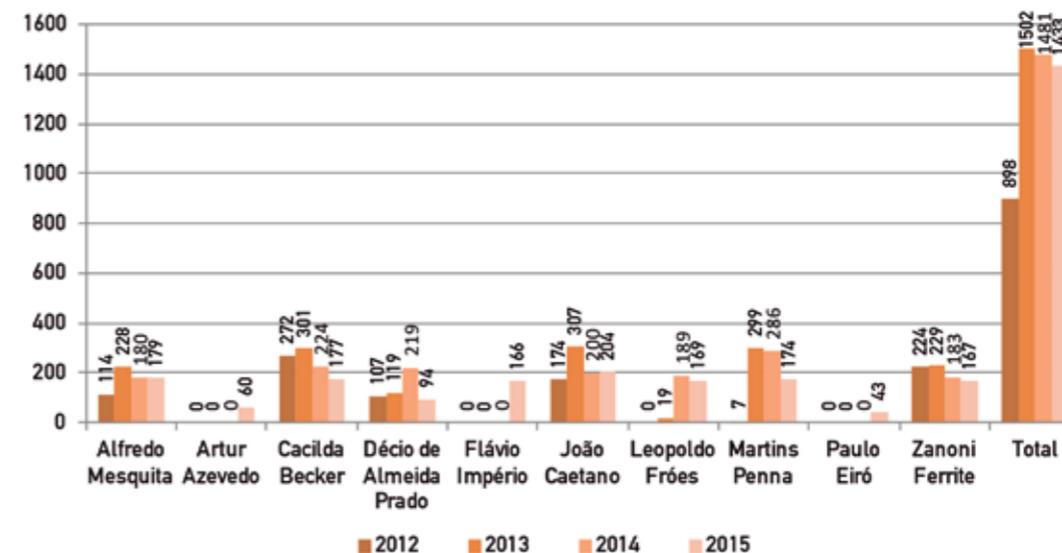
2.6.2.4.1. Biblioteca Mário de Andrade

A Biblioteca Mário de Andrade desenvolve uma programação mensal de seminários e colóquios, exposições, mostras de cinema, semanas comemorativas, palestras e debates, lançamentos de livros, eventos musicais e atividades teatrais. A programação cultural faz com que a biblioteca proporcione acesso à cultura e à leitura, mediado por meio de outras linguagens. A BMA oferece as seguintes atividades de forma contínua: CineMário, com exibição periódica de filmes; Mostra Internacional de Cinema e Mostra de Cinema Independente; Programação mensal de espetáculos teatrais; BMA Instrumental, Chorinho no terraço e Samba na Varanda como ciclos de apresentações semanais, quinzenais e mensais nas diversas vertentes musicais; saraus, lançamentos de livros, Feira Primavera dos Livros reunindo editores e autores; Festival de Contação de Histórias e Clube de Leitura; ciclo de seminários “Democracia na História” e “Imagens do Brasil Profundo”. O público presente nas atividades de programação da BMA foi de aproximadamente 20 mil pessoas em 2014, média de 1.600 pessoas por mês.

¹⁹ Os teatros Arthur de Azevedo, Flávio Império e Paulo Eiró se encontravam em reforma, tendo sido reabertos em agosto, janeiro e setembro de 2015, respectivamente.

Gráfico 24 NÚMERO DE EVENTOS REALIZADOS NOS TEATROS MUNICIPAIS

FONTE: SMC, DEPARTAMENTO DE EXPANSÃO CULTURAL, 2015



2.6.2.4.2. Sistema Municipal de Bibliotecas

A centralidade das atividades das bibliotecas é a mediação da leitura, com foco no leitor, na pessoa, no público, na comunidade e na cidade. Para tanto, o Sistema Municipal de Bibliotecas oferece acervo diversificado para empréstimo e atividades culturais como contação de histórias, saraus, palestras, oficinas e programação em diferentes linguagens artísticas. Em 2014, mais de 1 milhão de pessoas frequentaram as bibliotecas e espaços de leitura do SMB (Quadro 28).

Quadro 28 PÚBLICO DO SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS (2014)

Tipo de equipamento	Frequência total	Público médio
Bibliotecas	855.902	16.459
Pontos de leitura	60.098	4.292
Bosques de leitura	89.872	6.913
Ônibus-biblioteca	317.661	4.411
Total	1.323.533	8.019

FONTE: SMC, SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS. RELATÓRIO SOBRE PERFIL DEMOGRÁFICO DO PÚBLICO, 2015

Gráfico 25 PÚBLICO FREQUENTADOR DO SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS POR TIPO (2014)

FONTE: SMC, SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS. RELATÓRIO SOBRE PERFIL DEMOGRÁFICO DO PÚBLICO, 2015

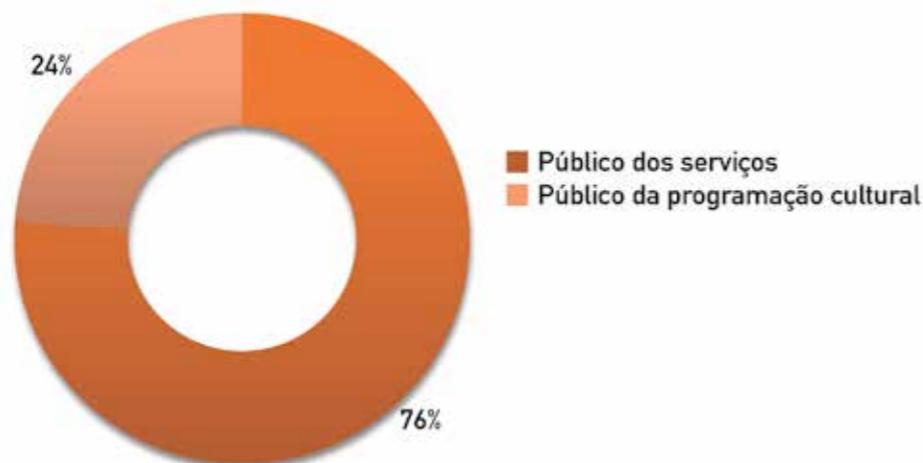
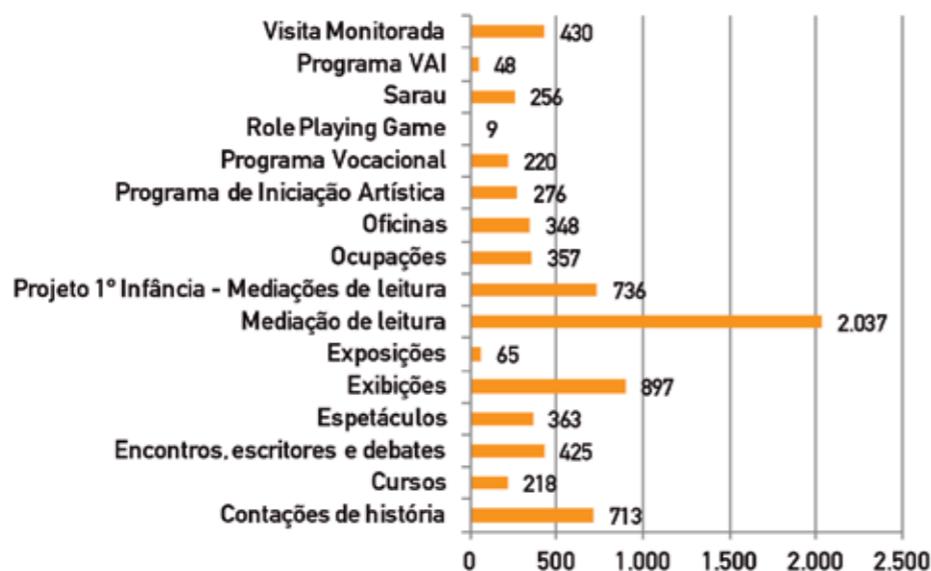


Gráfico 26 FREQUÊNCIA DE PÚBLICO DAS BIBLIOTECAS POR TIPO DE PROGRAMAÇÃO CULTURAL (2014)²⁰

FONTE: SMC, SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS. RELATÓRIO SOBRE PERFIL DEMOGRÁFICO DO PÚBLICO, 2015



¹⁹ Dados referentes às unidades subordinadas diretamente à Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas, que inclui 51 Bibliotecas Públicas de Bairro, Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato, 14 Pontos de Leitura, 13 Bosques da Leitura e 72 roteiros fixos do Ônibus-Biblioteca.

Os frequentadores das bibliotecas dividem-se em dois tipos: público que usufrui dos serviços oferecidos, como consultas e empréstimos de livros, periódicos, gibis etc.; e público das programações culturais. Ainda que esteja em curso uma ressignificação dos espaços das bibliotecas, em termos quantitativos, ainda predominam os frequentadores das bibliotecas do primeiro grupo (Gráfico 25).

Com relação aos tipos de programação, a contação de história e a mediação de leitura atraíram os maiores públicos em números absolutos, reforçando o papel predominante desses espaços no estímulo à leitura (Gráfico 26).

Em relação à faixa etária, a maioria dos frequentadores das bibliotecas municipais é adulta (37%), sendo similar a proporção de crianças (29%) e jovens (28%). Merece destaque o programa de acessibilidade desenvolvido pelo SMB, que inclui a oferta de serviços e programação acessíveis a pessoas com deficiência. O Quadro 29 mostra a presença de pessoas com deficiência nos espaços do SMB, considerando o público de portaria.

2.6.2.7. Eventos

2.6.2.7.1. Virada Cultural

Criada para refletir o espírito tipicamente paulistano de uma cidade que “nunca para”, a Virada Cultural é um evento promovido pela Prefeitura de São Paulo, com duração de 24 horas, que oferece atrações culturais para pessoas de diversas faixas etárias, classes sociais, gostos e “tribos”. Tendo como foco a ocupação do Centro da cidade, o evento atualmente conta uma programação diversa distribuída em diversos pontos da cidade. A Vi-

Quadro 29 PÚBLICO FREQUENTADOR DO SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (2014)

	Visual	Auditiva	Motora	Mental	Total com deficiência	Sem informação	Frequência total
Bibliotecas	3.172	17.454	2.316	9.116	32.058	611.124	643.182
Pontos	299	196	297	715	1.507	86.537	88.044
Bosques	-	-	-	-	0	89.872	89.872
Ônibus	-	-	-	-	0	316.195	316.195
Total SMB	3.471	17.650	2.613	9.831	33.565	1.103.728	1.137.293

rada Cultural busca, antes de tudo, promover a convivência em espaço público, convidando a população a se apropriar desses locais por meio da arte, da música, da dança e das manifestações populares.

Desde sua primeira edição, em 2005, a Virada Cultural atrai milhares de pessoas de todas as partes de São Paulo e do Brasil até a região central da cidade. Ao longo dos anos, a festa foi se difundindo por este perímetro, incorporando a região da Luz, da República e do Anhangabaú. Além da rede municipal de equipamentos – incluindo os Centros Educacionais Unificados (CEUs) –, a organização da Virada Cultural conta com parceiros estratégicos como o Sesc e o Governo do Estado, que aderem ao evento em suas redes de equipamentos culturais.

Em 2013, a programação da Virada contou pela primeira vez com a contribuição de uma curadoria colegiada, formada por especialistas em diversas áreas como teatro, dança, cinema, artes visuais, entre outras. Também nessa edição, o público infanto-juvenil ganhou um palco exclusivo com a realização da “Viradinha”. Em 2014, a celebração dos 10 anos do evento teve parceria com o Programa Braços Abertos e ampliou a oferta de ações no campo das artes visuais, que contou com instalações em vários locais do Centro.

Em 2015, a Virada contou com quase 1.500 apresentações, entre shows, concertos, espetáculos de dança e teatro, gastronomia e atrações infantis. Teve destaque, nesse ano, a realização de um chamamento público de projetos e a incorporação de artistas populares na programação descentralizada – realizada em polos nos CEUs – e no Centro, com vários palcos na região do Anhangabaú apresentando culturas tradicionais e da periferia. Vem se ampliando, portanto, o escopo do evento, tanto do ponto de vista territorial quanto da diversidade cultural (Mapa 10).

2.6.2.7.2. Aniversário de São Paulo

O aniversário de São Paulo compõe o calendário de eventos da cidade e é comemorado tradicionalmente com a realização de shows e programação cultural no Centro. A partir de 2014, o evento foi também descentralizado, deixando de ser realizado somente em um grande palco e alcançando diversas regiões. Desde então, cinco grandes palcos, programação infantil, feira gastronômica e festas nas ruas ocupam a cidade. Em 2015, seguindo a diretriz de diversificação de sua programação, a curadoria também foi ampliada, sendo composta por artistas que nasceram ou possuem vínculo com cada região.

Mapa 10 DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA VIRADA CULTURAL (2015)

FONTE: SPCULTURA

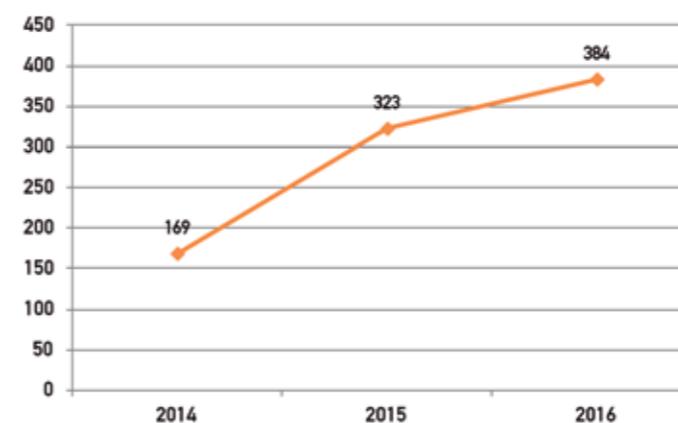


2.6.2.7.3. Carnaval de Rua

Mais de 1 milhão de foliões participam do Carnaval de Rua de São Paulo, que cresceu exponencialmente nos últimos três anos, após ações concretas da Secretaria Municipal de Cultura para valorizar e ampliar a celebração desta festa popular no município. Nesse período foram realizados dois seminários com a participação de blocos e o relato de experiência de outras cidades. Em 2014 houve pela primeira vez o ca-

Gráfico 27 NÚMERO DE BLOCOS CADASTRADOS NO CARNAVAL DE RUA DE SÃO PAULO

FONTE: SMC, 2016



O apoio do poder público para a realização do Carnaval impactou no número de blocos, que vem se ampliando significativamente

dastramento dos blocos que desejavam participar oficialmente do carnaval, viabilizando a mobilização de apoio em termos de infraestrutura. Em 2015, o carnaval passou a envolver toda a Prefeitura de São Paulo para viabilizar a organização, segurança e infraestrutura do evento. O apoio do poder público para a realização da festa impactou no número de blocos, que vem se ampliando significativamente nos últimos três anos. Alinhado com a política mais ampla de ocupação dos espaços públicos pela cultura e pela cidadania, o Carnaval de Rua de São Paulo volta a se inserir na agenda nacional desta festividade brasileira (Gráfico 27).

2.6.2.7.4. Mês da Cultura Independente (MCI) e SP na Rua

O Mês da Cultura Independente é um festival que aborda formas alternativas de produção, difusão e distribuição das artes, estimulando a convivência entre público, artistas e suas obras por meio de atividades culturais fora das salas formais de difusão cultural (como coretos, praças, ruas e pistas de skate) e por meio da resignificação de espaços (ruas transformam-se em playgrounds, cemitérios em sala de cinema, prédios em espaços expositivos etc.). O SP na Rua é uma programação que integra vários coletivos urbanos para ocupação noturna do centro da cidade com atividade de dança, música e intervenções artísticas.

2.6.3. Fomento à cultura

A atividade de fomento é caracterizada pelo apoio a agentes culturais, coletivos e organizações da sociedade civil, voltada ao desenvolvimento de determinada linguagem ou manifestação artística e à ampliação do acesso à cultura. O financiamento é dado a projetos ligados à pesquisa, produção e circulação, que podem contemplar também ações de formação, contribuindo para fortalecer o direito ao fazer e à fruição cultural.

No município de São Paulo, a atividade de fomento se dá tanto a projetos desenvolvidos nas linguagens artísticas – em especial teatro, dança, cinema e circo – como na área da cidadania cultural, que engloba projetos de diversas expressões culturais e busca priorizar aqueles desenvolvidos em áreas com pouca oferta de serviços e equipamentos culturais. Cada modalidade de fomento existente tem histórico próprio e reflete as necessidades colocadas pelos movimentos e setores da cultura e pelo poder público municipal.

Na atual gestão, a atividade de fomento consta do Programa de Metas da Cidade de São Paulo, que prevê a marca de 160 projetos anuais de fomento ao teatro, à dança, ao cinema e outras linguagens (Meta 27), assim como o alcance de 500 projetos fomentados pelo Programa para Valorização das Iniciativas Culturais – VAI (Meta 28), a criação do Programa Cultura Viva Municipal, com a ativação de 300 Pontos de Cultura (Meta 30), e a concessão de 300 Bolsas Cultura para agentes culturais da cidade (Meta 32).

O número de projetos fomentados pela Secretaria Municipal de Cultura é crescente; entre 2013 e 2014 saltou de 297 para 703 projetos, representando um aumento de 137% (Gráfico 28). Isso se dá pela criação de novos programas e linhas de fomento, tanto às linguagens – como é o caso do Prêmio Zé Renato (teatro), do Fomento ao Circo e do Redes e Ruas (cultura digital) – quanto à cidadania cultural, com a criação dos Programas VAI II, Pontos de Cultura, Agentes Comunitários de Cultura e Aldeias.

O crescimento se expressa também em termos orçamentários. Nos últimos três anos, o valor investido em programas e editais de fomento mais que duplicou, considerando o fomento ao cinema, ao teatro – incluindo o Programa de Fomento ao Teatro e o Prêmio Zé Renato –, à dança, ao circo, à cultura digital e aos programas de cidadania cultura (VAI, Pontos de Cultura, Agentes Comunitários de Cultura e Aldeias) (Gráfico 29).

2.6.3.1. Fomento às linguagens

O fomento às linguagens surge no município de São Paulo como apoio a grupos artísticos para o desenvolvimento de processos criativos, garantindo meios de financiamento para a realização de pesquisa continuada. O fomento ao teatro e à dança, cujos programas contam com mais de dez anos de existência, são exemplos paradigmáticos deste tipo de política, criada devido à ausência de políticas públicas específicas de fomento desvinculadas das leis de incentivo fiscal.

Os programas de fomento às linguagens da Secretaria Municipal de Cultura são estruturados com base no repasse direto de recursos financeiros por meio de seleção via editais. Os programas municipais de Fomento ao Teatro (2002) e à Dança (2006) e o Prêmio Zé Renato (2014) são regidos por leis próprias e são frutos, em especial, da mobilização desses segmen-

Gráfico 28 NÚMERO DE PROJETOS CONTEMPLADOS EM PROGRAMAS DE FOMENTO CULTURAL (2005-2015)²¹

FONTE: PLATAFORMA OBSERVASAMPA, 2016

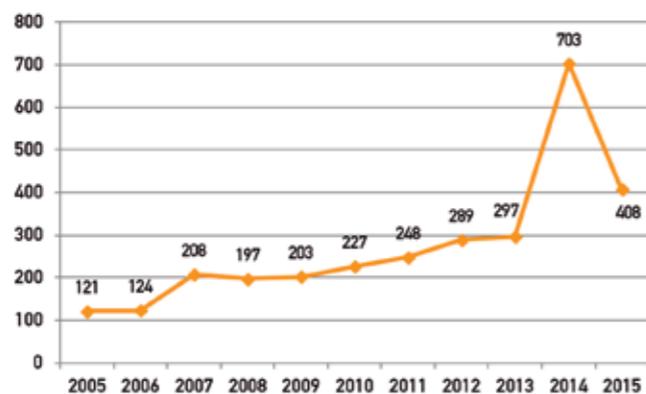
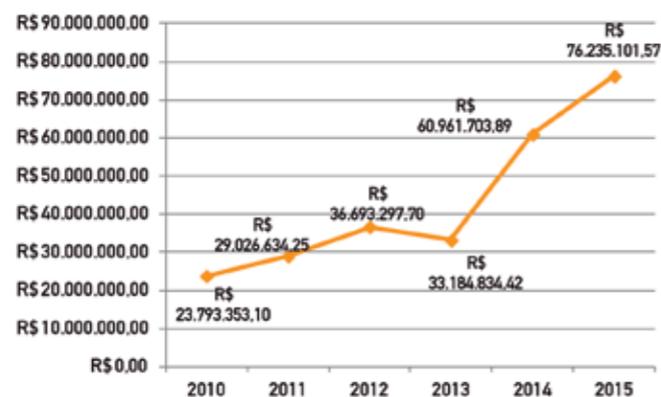


Gráfico 29 VALOR INVESTIDO EM PROGRAMAS E EDITAIS DE FOMENTO (2005-2015)²²

FONTE: NÚCLEO DE FOMENTO ÀS LINGUAGENS E NÚCLEO DE CIDADANIA CULTURAL, SMC, 2015



²¹ Os dados indicam o número de novos projetos contemplados em editais de fomento, considerando seu ano de seleção. Não é considerado, portanto, o total de projetos em andamento a cada ano. Em 2015, por exemplo, não foram contabilizados os projetos selecionados por editais de 2014, como é o caso dos Pontos de Cultura, dos Agentes Comunitários de Cultura e dos projetos do Redes e Ruas – cujas ações foram realizadas, sobretudo, em 2015 –, além dos projetos apoiados pelo Fomento à Dança e ao Teatro que possuem duração bianual.

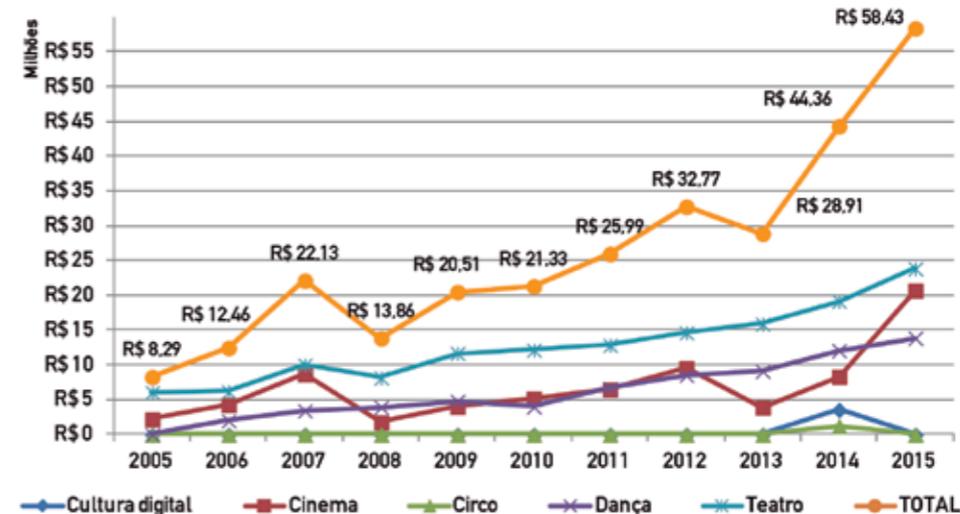
²² Os valores correspondem ao orçamento total destinado aos projetos selecionados a cada edição dos programas, considerando o ano de lançamento dos editais. Trata-se, portanto, da soma do valor dos projetos selecionados a cada ano, independente do ano de execução orçamentária das diversas parcelas de cada projeto. Apenas no caso dos Pontos de Cultura, cujo apoio é bianual, e dos Agentes Comunitários de Cultura, que recebem bolsas mensais, considerou-se a execução orçamentária. Além disso, os valores consideram apenas os recursos destinados diretamente aos projetos, não incluindo custos complementares de implantação dos programas, como comissão de seleção, ações de formação, mostras, festivais e encargos.

tos. Há, também, uma linha de fomento ao cinema, que viabiliza projetos na área desde os anos 1990 e hoje é coordenada pela Spcine, empresa de cinema e audiovisual de São Paulo, criada em 2013. As outras iniciativas surgiram nos últimos dois anos e buscam a ampliação do fomento a outras linguagens, de acordo com a demanda e disponibilidade de recursos. É o caso do fomento ao circo e do programa Redes e Ruas, que ofereceu apoio a projetos de cultura digital em parceria com as Secretarias Municipais de Direitos Humanos e Cidadania e Serviços.

As políticas de fomento às linguagens no município vêm se ampliando nos últimos anos (Gráfico 30), tanto em frentes de atuação e linguagens quanto em valores investidos e número de projetos apoiados. O gráfico 30 demonstra a distribuição dos valores investidos entre os diversos programas de fomento. Além dos valores absolutos é preciso considerar os custos de produção de cada universo e a demanda existente na cidade. Comparando

Gráfico 30 VALOR INVESTIDO EM PROGRAMAS E EDITAIS DE FOMENTO ÀS LINGUAGENS (2005-2015)²³

FONTE: NÚCLEO DE FOMENTO ÀS LINGUAGENS E NÚCLEO DE CIDADANIA CULTURAL, SMC, 2015



²³ Os valores referentes ao teatro correspondem, a partir de 2014, à soma dos investimentos do Programa Municipal de Fomento ao Teatro e do Prêmio Zé Renato.

o número de projetos inscritos e o de projetos apoiados em cada programa, é possível ter um panorama desta relação (Gráfico 31).

A proporção de inscritos e contemplados e o histórico das ações desenvolvidas no município contribuem para a formulação de uma política articulada de fomento às linguagens, que ultrapasse a capacidade organizativa de cada segmento. Além da continuidade e consolidação das políticas já existentes, é essencial que o Plano Municipal de Cultura contribua para o desenvolvimento de uma ação integrada de planejamento que contemple a diversidade do campo artístico, a complexidade de suas demandas e a integração com outras políticas no campo da cultura.

2.6.3.1.1. Fomento ao cinema

Desde o início da década de 1990, a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo incentiva a produção cinematográfica por meio de editais. O fomento ao cinema esteve voltado à produção, finalização e distribuição de obras audiovisuais em diversos estágios e formatos: longas e curtas-metragens, roteiros, documentários e filmes de animação. No período de 2005 a 2015 foram fomentados 460 projetos (Gráfico 32).

Recentemente, o fomento ao cinema passou a integrar uma política mais ampla por meio da criação da empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo (Sp cine), que funciona como um escritório de desenvolvimento, financiamento e implementação de programas e políticas para o setor audiovisual na cidade de São Paulo. Criada pela Lei nº 15.929, de 20 de dezembro de 2013, a Sp cine é resultado de uma articulação com o segmento do audiovisual, que visa mapear e complexificar as leituras socioeconômicas e culturais do setor e fortalecer a atuação do poder público no desenvolvimento de políticas específicas.

Com isso, a partir de 2015, os editais de fomento ao cinema passaram a integrar as linhas de financiamento da Sp cine. A novidade (além do apoio à comercialização e lançamento de produções cinematográficas) é o equilíbrio entre critérios artísticos e econômicos. Como os recursos não são concedidos a fundo perdido, há possibilidade de retorno financeiro para a empresa, por meio de receitas e bilheterias no cinema e em outras janelas de exibição. Os editais solicitam aos distribuidores o compromisso de lançamento mínimo no circuito exibidor – segundo o acordo, as produções contempladas em 2015 estarão em aproximadamente três

Gráfico 31 PROPORÇÃO PROJETOS INSCRITOS X PROJETOS CONTEMPLADOS POR PROGRAMA (2002-2015)

FONTE: NÚCLEO DE FOMENTO ÀS LINGUAGENS E NÚCLEO DE CIDADANIA CULTURAL, SMC, 2015

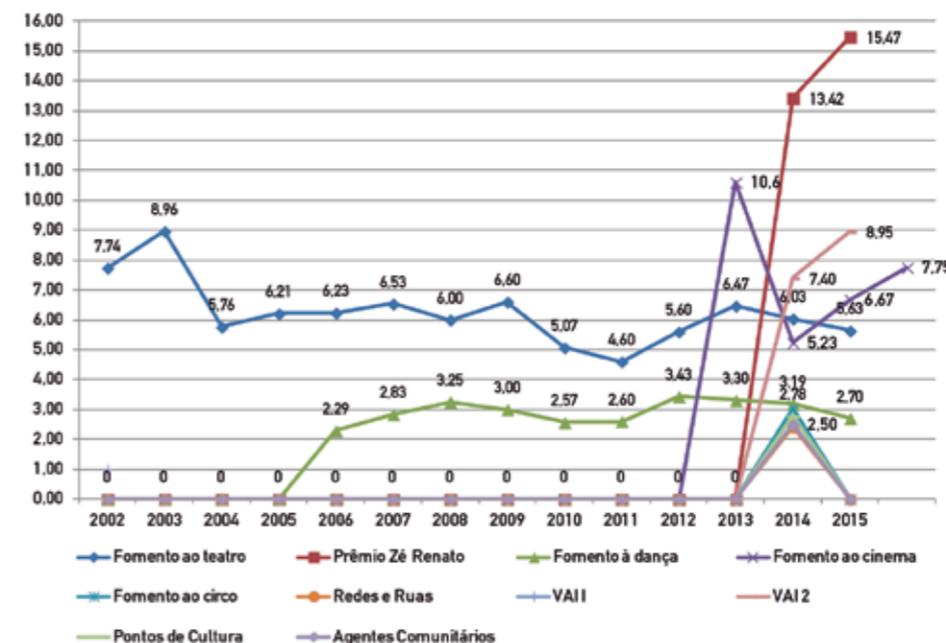
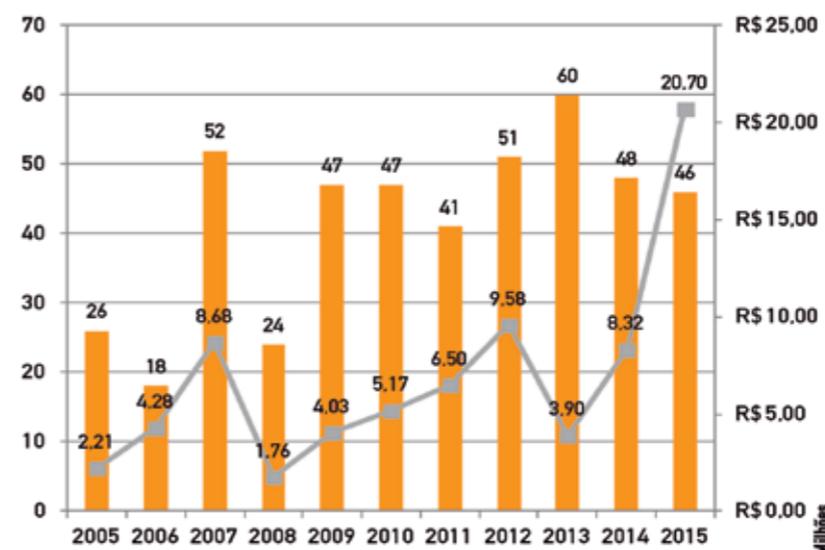


Gráfico 32 Nº DE PROJETOS CONTEMPLADOS E ORÇAMENTO DESTINADO AOS EDITAIS DE FOMENTO AO CINEMA (2005-2015)

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, FOMENTO AO CINEMA, 2015



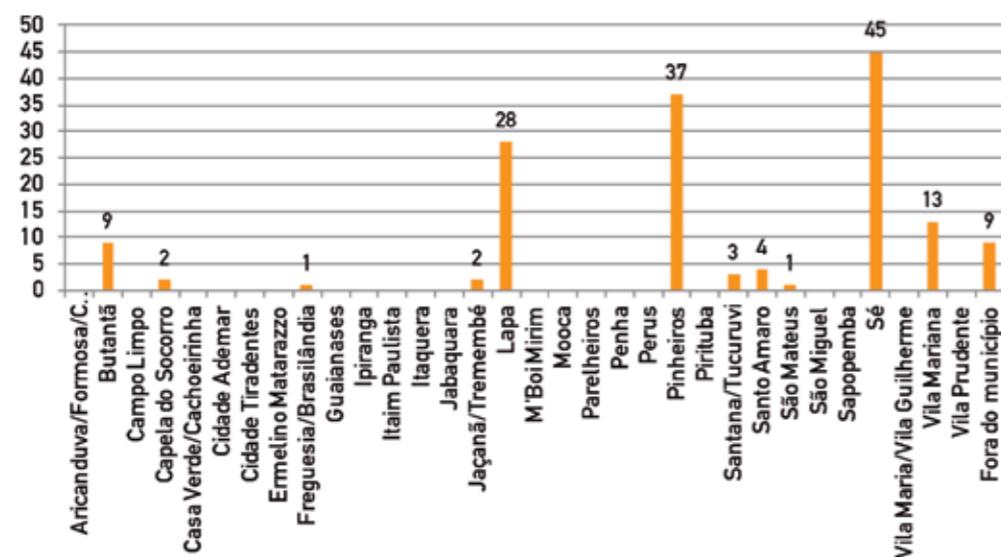
mil salas de cinema pelo Brasil, sendo 1.635 até o primeiro trimestre de 2016 e 1.344 até 2017. A escolha dos projetos buscou respeitar a pluralidade do cinema paulista e a garantia de acesso das produções ao público (Quadro 25).

Apesar de a natureza da atividade cinematográfica ter relação menos direta com o território, os responsáveis pelos projetos contemplados nos editais de fomento encontram-se, em sua maioria, nas subprefeituras da Sé, Pinheiros e Lapa, seguidas da Vila Mariana, Butantã e de fora do município. Isso corresponde, sobretudo, à concentração territorial das produtoras de cinema nas regiões centro e oeste da cidade de São Paulo. (Gráfico 33)

Ainda assim, o impacto dos projetos desenvolvidos ultrapassa a distribuição territorial dos produtores, sobretudo com relação ao desenvolvimento da linguagem e acesso à fruição por parte do público. A criação de um circuito público de salas ampliará este impacto garantindo o acesso à produção cinematográfica em todas as regiões da cidade.

Gráfico 33 Nº DE PROJETOS CONTEMPLADOS NOS EDITAIS DE FOMENTO AO CINEMA POR SUBPREFEITURA (2013-2015)

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, FOMENTO AO CINEMA, 2015



Quadro 25 LINHAS DE FINANCIAMENTO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO DA SPCINE				
Linha de investimento	Objetivo	Condições de participação	Nº de projetos contemplados	Valor destinado
Linha 1	Produção de longas-metragens	– Produtora estabelecida no Estado de São Paulo há pelo menos dois anos. – Diretor residente no Estado de São Paulo há pelo menos dois anos.	16	R\$ 8 milhões
Linha 2	Distribuição de longas-metragens	– Distribuidora estabelecida há pelo menos dois anos em São Paulo. – Projetos com, no mínimo, dez e, no máximo, 100 salas de exibição.	19	R\$ 2,95 milhões
Linha 3	Produção de longas-metragens	– Produtora estabelecida no Estado de São Paulo há pelo menos dois anos. – Contrato com distribuidora estabelecendo lançamento em número mínimo de salas conforme inscrição e investimento em despesas de comercialização (P&A) de ao menos R\$ 1 milhão.	7	R\$ 5,75 milhões
Linha 4	Distribuição de longas-metragens	– Distribuidoras de fora do Estado de São Paulo devem estar associadas a uma distribuidora estabelecida há pelo menos dois anos no estado. – Contrato de distribuição com previsão de lançamento em, no mínimo, 300 salas e investimento em despesas de comercialização (P&A) de ao menos R\$ 1 milhão.	4	R\$ 4 milhões
TOTAL			46	R\$20,7 milhões

2.6.3.1.2. Fomento ao teatro

O Programa Municipal de Fomento ao Teatro para a Cidade de São Paulo apoia “a manutenção e criação de projetos de trabalho continuado de pesquisa e produção teatral, visando o desenvolvimento do teatro e o melhor acesso da população”²⁴. O programa é resultado da mobilização da área teatral reunida no Movimento Arte Contra a Barbárie, iniciado por artistas e grupos teatrais paulistas em 1998, que resultou na Lei n.º 13.279/2002. Com a institucionalização do Programa, grupos profissionais de teatro foram contemplados com recursos para pesquisar, experimentar e compartilhar sua criação artística por meio de dois editais ao ano – um a cada semestre.

São selecionados no máximo 30 projetos por ano com duração de até 24 meses. No período de 2002 a 2015 inscreveram-se 2.499 projetos, dos quais 403 foram selecionados – o que representa, em média, seis projetos inscritos para cada contemplado (Gráfico 34). Os grupos contemplados podem voltar a participar de outros editais para desenvolver seus projetos – ao longo da existência do programa, dos 403 projetos selecionados foram contemplados 139 grupos distintos.

Ao longo dos 13 anos de existência e de 27 edições realizadas, o orçamento destinado ao programa quase triplicou. Dos R\$ 5,8 milhões disponibilizados no primeiro ano, saltou para cerca de R\$ 15,8 milhões nas edições lançadas em 2015 (Gráfico 35).

Em relação à distribuição do fomento ao teatro na cidade, considerando-se o endereço da sede dos grupos contemplados, a maioria advém da subprefeitura da Sé, seguida da subprefeitura da Lapa. Assim, a distribuição do fomento indica a própria concentração historicamente constituída das atividades de cunho artístico-teatral na cidade, fazendo com que o programa reflita a lógica vigente da produção cultural na cidade, ainda concentrada territorialmente. É importante destacar que o número de projetos contemplados corresponde à proporção semelhante do número de projetos inscritos por subprefeitura (Gráfico 36).

Além disso, os dados baseados na origem dos proponentes não representam o alcance territorial dos projetos, pois não demonstram os locais de realização das atividades e circulação das obras produzidas com apoio do fo-

Gráfico 34 Nº DE PROJETOS INSCRITOS E CONTEMPLADOS NO PROGRAMA DE FOMENTO AO TEATRO (2002-2015)

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE FOMENTOS, 2015

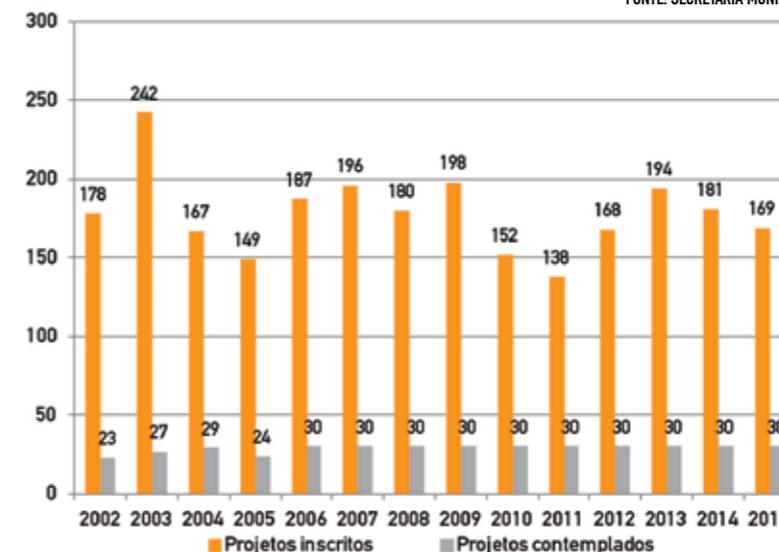
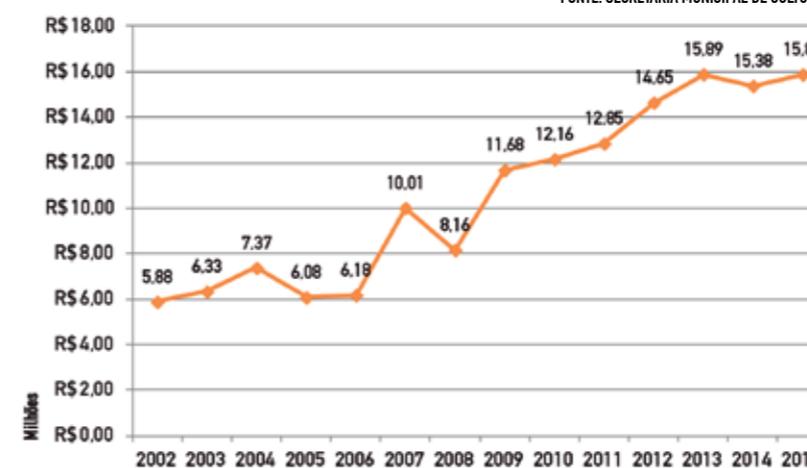


Gráfico 35 VALOR INVESTIDO NO PROGRAMA DE FOMENTO AO TEATRO POR ANO (2002 A 2015)²⁵

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE FOMENTOS, 2015

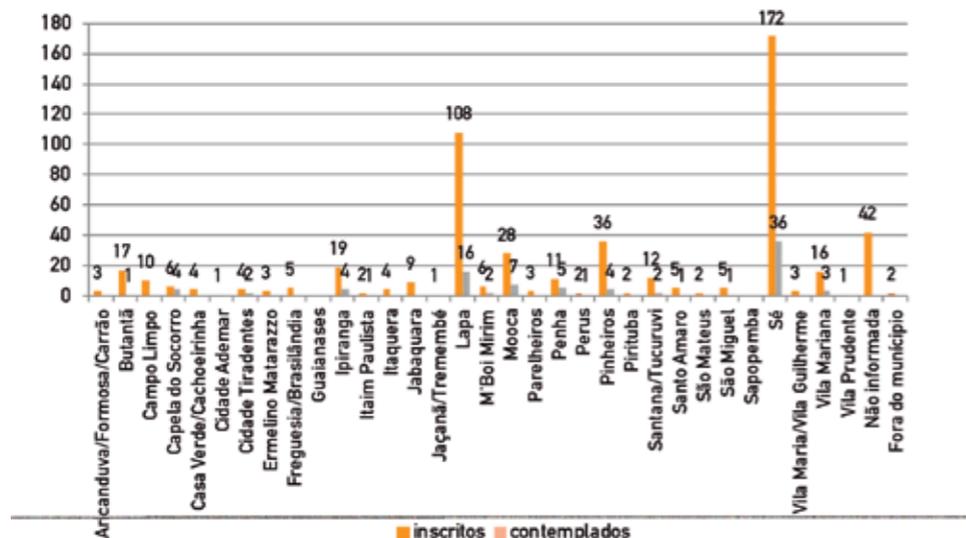


²⁵ O montante investido no Programa resulta do valor total dos projetos selecionados a cada ano, somando-se as duas edições anuais. Não corresponde, portanto, à execução orçamentária anual, uma vez que os valores não são totalmente desembolsados no ano da seleção, mas de acordo com o cronograma dos projetos, que pode estender-se por até 24 meses, sendo a primeira parcela paga na assinatura do termo de copatrocínio (40%), a segunda após o término da primeira etapa (40%) e a terceira após a conclusão do projeto (20%).

²⁴ Lei n.º 13.279/02, artigo 1º, parágrafo único.

Gráfico 36 Nº DE PROJETOS INSCRITOS E CONTEMPLADOS NO FOMENTO AO TEATRO POR SUBPREFEITURA (2013-2015)²⁶

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE FOMENTOS, 2015



mento ao teatro. Segundo avaliação publicada em 2014, “em 22 edições foram produzidos 339 espetáculos, a circulação e realização de temporadas alcançou 976 pontos espalhados pelo território, perfazendo um total de 12.560 apresentações”²⁷. O levantamento sistemático de informações sobre os grupos e projetos fomentados, suas atividades e locais de circulação, é assim um desafio para compreender o real alcance do fomento ao teatro na cidade de São Paulo.

2.6.3.1.3. Prêmio Zé Renato

O Prêmio Zé Renato de Teatro foi criado em 2014 por meio da Lei nº 15.951, para apoiar núcleos artísticos e pequenos e médios produtores independentes a produzirem espetáculos e realizarem temporadas ou circulação na cidade de São Paulo. Esta nova modalidade de apoio ao desenvolvimento do teatro homenageia o diretor teatral paulistano José Renato Pécora (1926-2011), um dos ide-

²⁶ Os dados se referem ao local de sede dos grupos contemplados e, nos casos em que não há sede, ao local de residência dos responsáveis pelos projetos. Para o total por subprefeitura considera-se a soma de projetos inscritos e contemplados entre 2013 e 2015.

²⁷ Fomento ao Teatro. 12 anos. (São Paulo: SMC, 2014).

Gráfico 37 Nº DE PROJETOS INSCRITOS E CONTEMPLADOS E ORÇAMENTO DESTINADO AO PRÊMIO ZÉ RENATO POR EDIÇÃO

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE FOMENTOS, 2015

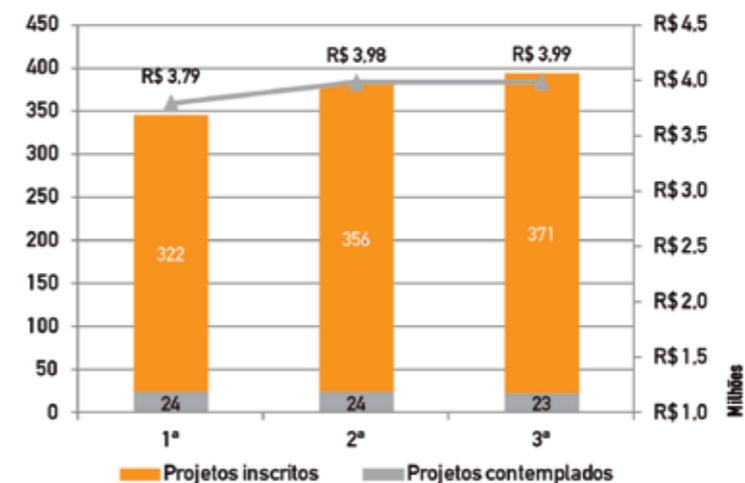
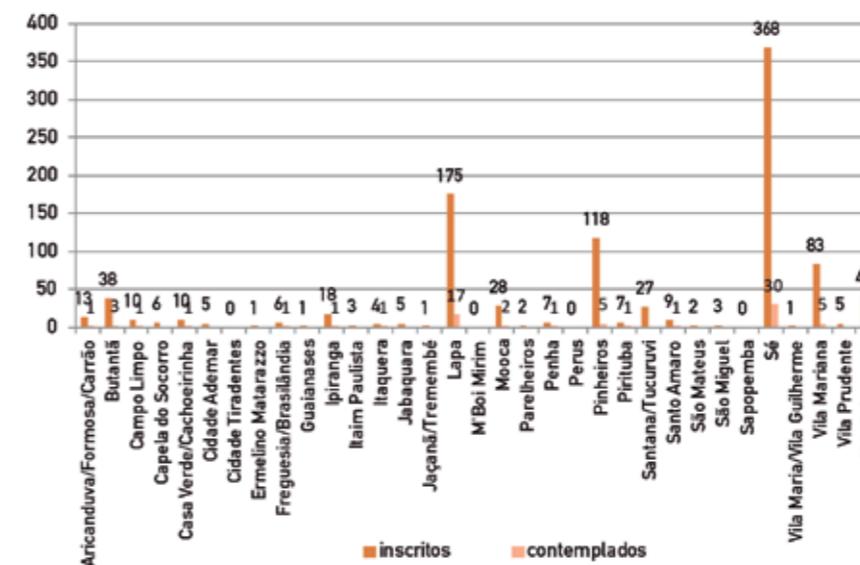


Gráfico 38 Nº DE PROJETOS INSCRITOS E CONTEMPLADOS NO PRÊMIO ZÉ RENATO POR SUBPREFEITURA (2014-2015)²⁸

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE FOMENTOS, 2015



²⁸ Os dados se referem ao local de sede dos grupos contemplados e, nos casos em que não há sede, ao local de residência dos responsáveis pelos projetos. Para o total por subprefeitura considera-se a soma de projetos inscritos e contemplados entre 2014 e 2015.

alizadores e fundadores do Teatro de Arena. O prêmio surgiu como demanda da classe teatral, discutida por um grupo de trabalho com representantes do poder público e da sociedade civil. Por meio desta modalidade de fomento foram contemplados até 24 projetos por edição, com prêmios de até 200 mil reais cada. A primeira edição do programa, realizada em 2014, contou com 322 projetos inscritos. A segunda e terceira edições foram lançadas em 2015, contando com 727 projetos inscritos e 47 selecionados (Gráfico 37). A maioria dos projetos aprovados foi apresentada por proponentes da subprefeitura da Sé (42,2%), seguido pela subprefeitura da Lapa (23,9%). Ainda uma vez, a concentração territorial de projetos contemplados reflete de algum modo a demanda de projetos inscritos, como apresentado no caso do Programa de Fomento ao Teatro (Gráfico 38).

2.6.3.1.4. Fomento à dança

O Programa Municipal de Fomento à Dança para a Cidade de São Paulo teve início em 2005, com a Lei 14.071, tendo como objetivo subsidiar grupos, selecionar projetos de trabalho continuado em dança contemporânea e difundir a produção artística da dança independente, promovendo o acesso da população. Assim como no fomento ao teatro, também é resultado da mobilização da sociedade civil, através do movimento Mobilização Dança.

A Lei de Fomento à Dança prevê que até 30 propostas sejam apoiadas anualmente. Ao longo dos seus quase dez anos, o programa promoveu a criação e a circulação de espetáculos, debates, oficinas, estágios, residências, mostras, laboratórios, palestras, momentos de reflexão sociocultural, entre outras ações, contando com a participação de diretores, coreógrafos, bailarinos e pesquisadores. A lei vem contribuindo para o crescimento da criação, produção e difusão da dança na cidade de São Paulo: entre 2006 e 2015 foram realizadas 19 edições do programa, inscritos 772 projetos e 261 selecionados, contemplando 72 núcleos artísticos distintos (Gráfico 39).

Os valores investidos nos projetos contemplados ampliaram-se quase sete vezes no período de dez anos, garantindo constantes aportes em uma área que, em geral, carece de apoio no Brasil (Gráfico 40).

O Gráfico 41 demonstra a distribuição do fomento à dança no município de São Paulo por subprefeitura, nos anos de 2013 a 2015.

Embora haja uma maior concentração de projetos nas subprefeituras da

Gráfico 39 NÚMERO DE PROJETOS INSCRITOS E CONTEMPLADOS NO PROGRAMA DE FOMENTO À DANÇA (2006-2015)

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE FOMENTOS, 2015

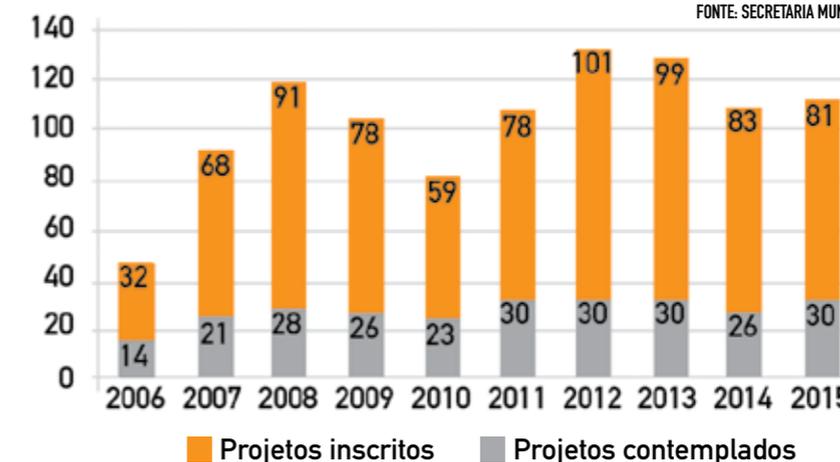
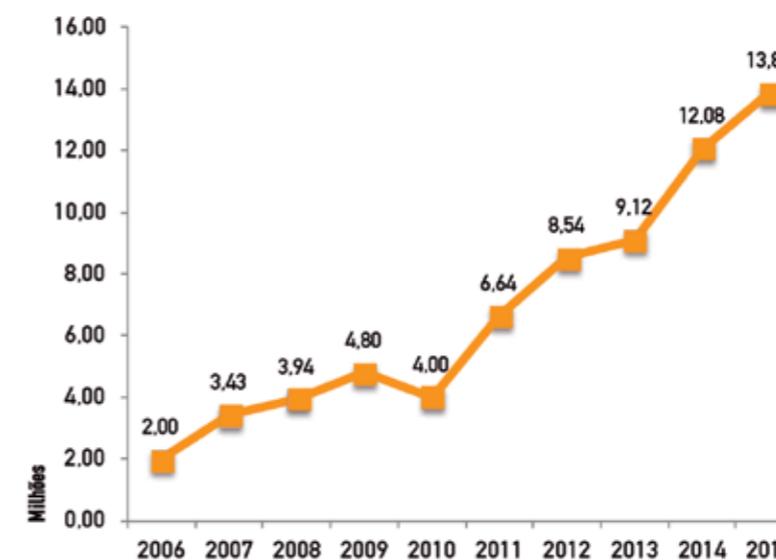


Gráfico 40 VALOR INVESTIDO NO PROGRAMA DE FOMENTO À DANÇA POR ANO (2006 A 2015)²⁹

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE FOMENTOS, 2015



²⁹ O montante investido por ano refere-se à soma do valor total dos projetos selecionados nas duas edições anuais. Da mesma forma que no Programa de Fomento ao Teatro, não corresponde à execução orçamentária anual, uma vez que em geral os valores não são totalmente desembolsados no ano da seleção, mas de acordo com o cronograma dos projetos, que pode estender-se por até 24 meses.

Lapa, Pinheiros e Sé, seguidas da Vila Mariana e Butantã, novamente nota-se uma correspondência com relação ao número de projetos inscritos. Apesar de as atividades ocorrerem em diversas regiões da cidade, coloca-se como desafio a necessidade de que o programa consiga abarcar a multiplicidade e amplitude temporal das produções e a diversidade dos agentes culturais e da produção cultural no campo da dança.

2.6.3.1.5. Fomento ao circo

O fomento ao circo surgiu como uma das demandas apontadas pela classe circense nos diálogos realizados com a Secretaria Municipal de Cultura a partir de 2013. Com base no encontro temático de circo do programa *#existediálogo-emSP* e em encontros específicos com a participação de entidades representativas do setor, foi elaborado o 1º Edital de Fomento ao Circo, que contemplou circos itinerantes de lona, grupos e artistas circenses. O edital foi elaborado de forma participativa, de modo que a primeira experiência municipal de fomento ao circo estivesse a mais próxima possível das necessidades do campo circense.

Dos 76 projetos inscritos foram contemplados 25, sendo: sete de circo itinerante; 11 de grupos circenses; e sete projetos de artistas circenses (Gráfico 42).

O orçamento total destinado ao edital foi de R\$ 1.225.000,00. O Gráfico 43 apresenta a distribuição territorial dos projetos contemplados.

Esta primeira experiência permitiu identificar desafios, sobretudo no que diz respeito aos circos itinerantes, indicando a possibilidade de fomento à manutenção e aquisição de equipamentos e a importância de diálogo e articulação permanente com as subprefeituras nas diversas regiões da cidade para que abriguem as atividades circenses. O fomento ao circo permite incentivar a circulação dos circos itinerantes e dos grupos circenses nos equipamentos da Prefeitura, aumentando a programação de circo na cidade.

2.6.3.1.6. Redes e Ruas – apoio a projetos de inclusão, cidadania e cultura digital

Criado em 2014, o edital Redes e Ruas apoiou projetos nas áreas de inclusão, cidadania e cultura digital. Resultado da articulação das Secretarias Municipais de Cultura, Direitos Humanos e Cidadania e Serviços, a iniciativa objetivou promover e fortalecer ações de cultura e formação na área

Gráfico 41 Nº DE PROJETOS INSCRITOS E CONTEMPLADOS NO FOMENTO À DANÇA POR SUBPREFEITURA (2014-2015)³⁰

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE FOMENTOS, 2015

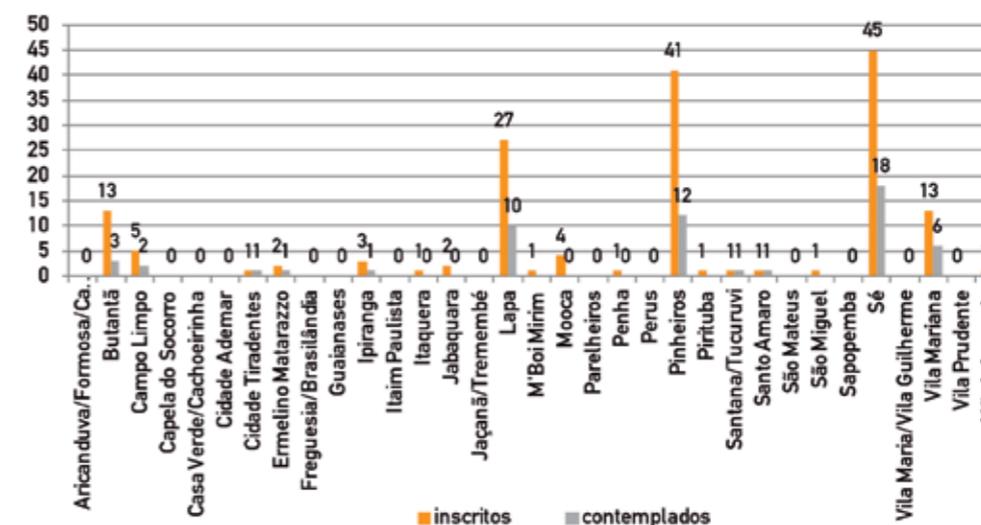
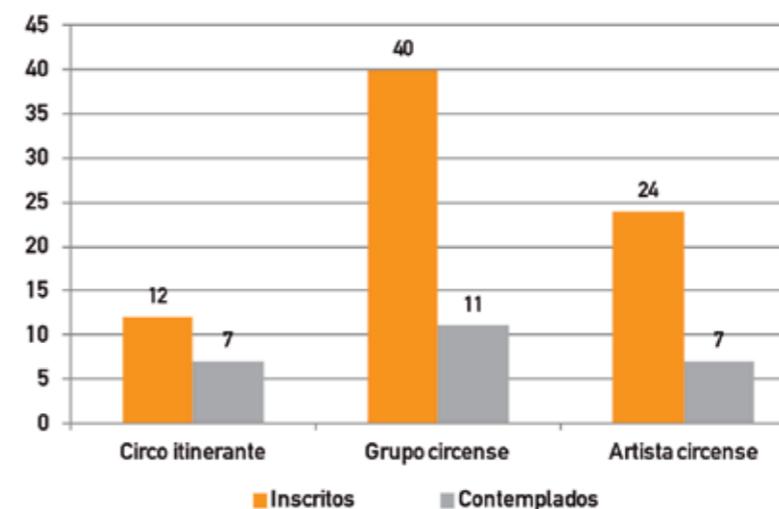


Gráfico 42 NÚMERO DE PROJETOS INSCRITOS E CONTEMPLADOS NO EDITAL DE FOMENTO AO CIRCO (2014)

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE FOMENTOS, 2015



³⁰ Os dados tomam como referência o local de sede dos grupos contemplados e, nos casos em que não há sede, o local de residência dos responsáveis pelos projetos. Para o total por subprefeitura considera-se a soma de projetos inscritos e contemplados entre 2014 e 2015.

digital, estimular a realização de ações culturais em diálogo com as redes e promover iniciativas de ocupação cidadã do espaço público em diversos territórios da cidade, com ênfase nos telecentros, praças do Programa Wifi Livre SP e Pontos de Cultura.

O edital apoiou ações já existentes ou novas propostas de pessoas físicas ou jurídicas com linhas de ação sintetizadas em cinco temas – formação, produção artístico-cultural, comunicação, desenvolvimento e ocupação do espaço público pela cidadania – permitindo a realização de atividades coletivas como debates, encontros, oficinas, criação de blogs, sites, veículos de jornalismo comunitário, interações e inovações artísticas, desenvolvimento de aplicativos, entre outros. A primeira edição contou com investimento de cerca de R\$ 3,7 milhões de reais e selecionou 59 projetos de um total de 146 projetos inscritos (Gráfico 44). Foram contempladas três categorias: A e B destinadas à pessoas jurídicas – no valor de R\$ 120 mil e R\$ 60 mil, respectivamente – e C, destinada à pessoas físicas, no valor de R\$ 35 mil.

Previamente à etapa de seleção foram realizadas oficinas para elaboração de projetos em todas as regiões da cidade, de modo a ampliar a divulgação da iniciativa e alcançar projetos de forma abrangente pelos diferentes territórios da cidade. Um dos critérios adotados na seleção foi a distribuição territorial dos projetos, sendo considerados no processo de seleção a regionalização e a diversidade das ações (Gráfico 45).

2.6.3.2. Cidadania cultural

Os programas de fomento da área de cidadania cultural contemplam diversas iniciativas em termos de linguagens e tipos de ação, que dialogam, em especial, com as questões identitárias e territoriais. O precursor desse tipo de política no município é o Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), surgido em 2004 como forma de suprir a ausência de políticas públicas de cultura específicas para juventude e da demanda de grupos culturais da periferia de São Paulo, cuja efervescência criativa e de mobilização cultural não dispunha de meios de financiamento e apoio que possibilitassem o seu desenvolvimento.

A partir de 2013, houve um considerável aumento nas modalidades de fomento da cidadania cultural, com a ampliação do programa VAI e a criação da modalidade VAI II, a implantação do Programa Cultura Viva, a cria-

Gráfico 43 NÚMERO DE PROJETOS CONTEMPLADOS NO EDITAL DE FOMENTO AO CIRCO POR SUBPREFEITURA (2014)³¹

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE FOMENTOS, 2015

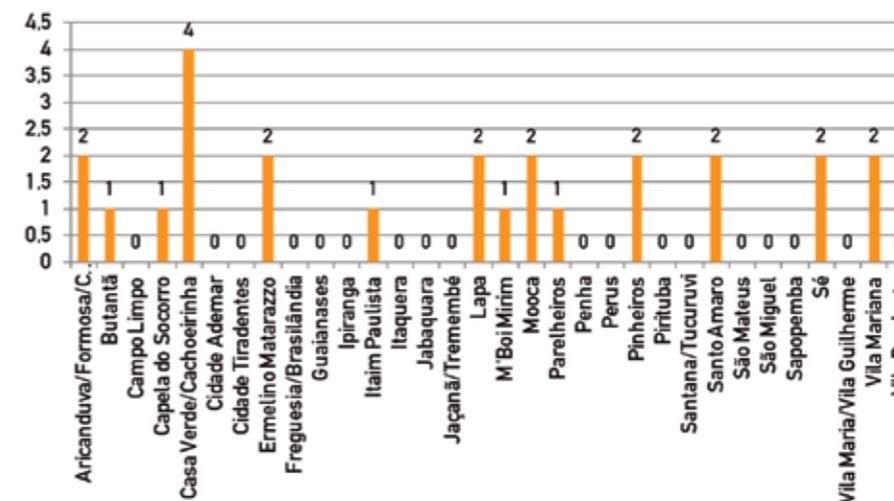
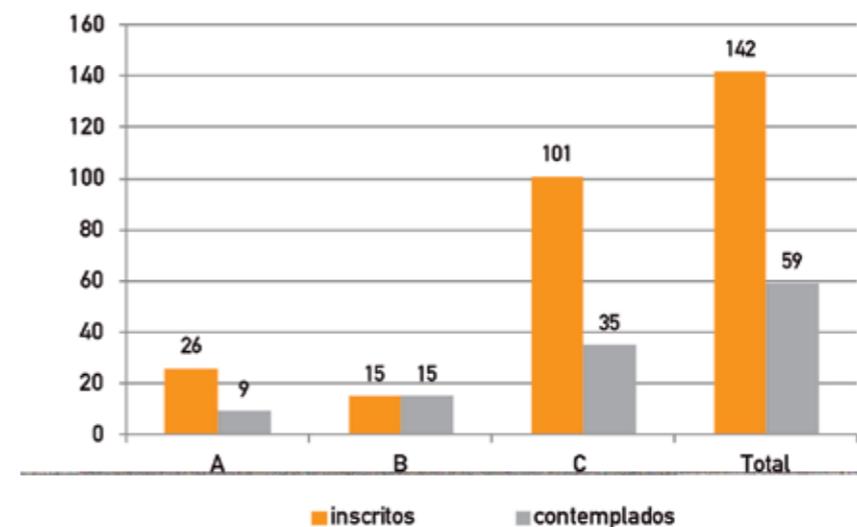


Gráfico 44 NÚMERO DE PROJETOS INSCRITOS E CONTEMPLADOS NO EDITAL REDES E RUAS (2014)

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE FOMENTOS, 2015



³¹ Os dados tomam como referência o endereço do artista, do grupo contemplado ou do local onde a lona do circo foi montada, para o caso dos circos itinerantes.

ção do programa Agentes Comunitários de Cultura e a reestruturação do Programa Aldeias. Com isso, houve um incremento de 175 projetos apoiados em 2013 para 474 em 2014, quase triplicando o número de projetos fomentados. Esta ampliação também se refletiu no orçamento destinado aos programas de cidadania cultural. Em 2013 o valor investido em projetos – via Programa VAI – chegou a R\$ 4,2 milhões. Em 2014 e 2015 o orçamento foi quadruplicado, superando R\$ 17 milhões de reais (Gráfico 46).

Em 2014, o lançamento do primeiro edital de Pontos de Cultura fez com que os recursos destinados a este programa corresponderem a cerca de 40% do valor destinado aos projetos da área de cidadania cultural, seguido pelo VAI I (30%) e VAI II (22%). O valor investido por região, considerando a distribuição territorial dos projetos apoiados pelos programas de cidadania cultural, a Zona Sul responde pela maior parte dos recursos (36%), seguida pela Zona Leste (32%) (Gráfico 47)³².

A distribuição do orçamento destinado aos projetos de cidadania cultural por região da cidade é similar à distribuição populacional (Gráfico 48), o que os destaca notadamente quanto ao alcance e disseminação geográfica das ações fomentadas. Isso se dá pela natureza dos programas e por critérios territoriais presentes nos editais, fazendo com a sua distribuição na cidade seja bastante capilarizada, como demonstra o Mapa 11.

2.6.3.2.1. Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI I e II)

O Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI) tem a finalidade de apoiar financeiramente atividades artístico-culturais, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do município desprovidas de recursos e equipamentos culturais. Criado pela lei nº-13.540/2003, o VAI busca estimular a criação, o acesso, a formação e a participação do pequeno produtor e criador no desenvolvimento cultural da cidade, promover a inclusão cultural e a criação artística e estimular dinâmicas culturais locais.

O Programa VAI inovou ao destinar recursos a um público que raramente conseguiria apoio para realizar suas atividades culturais, prioritariamente à juventude de baixa renda. Além disso, foi o primeiro programa de

³²Não foi considerado o valor referente ao Programa Aldeias, uma vez que é destinado exclusivamente à subprefeitura de Pirituba/Jaraguá, localizada na região Norte, e à subprefeitura de Parelheiros, na região Sul.

Gráfico 45 NÚMERO DE PROJETOS CONTEMPLADOS NO EDITAL REDES E RUAS POR SUBPREFEITURA (2014)

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE FOMENTOS, 2015

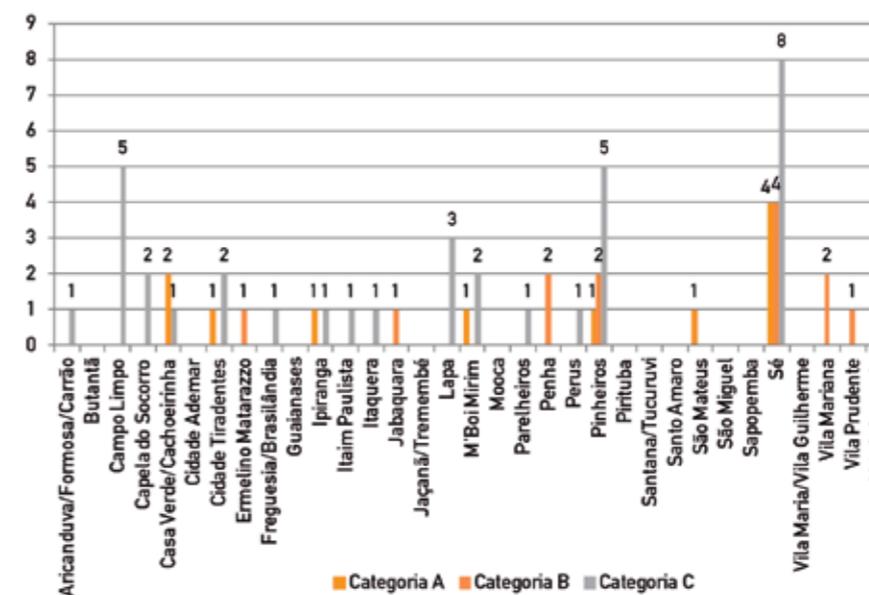


Gráfico 46 VALOR INVESTIDO EM PROGRAMAS DE CIDADANIA CULTURAL (2004-2015)

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE CIDADANIA CULTURAL, 2015

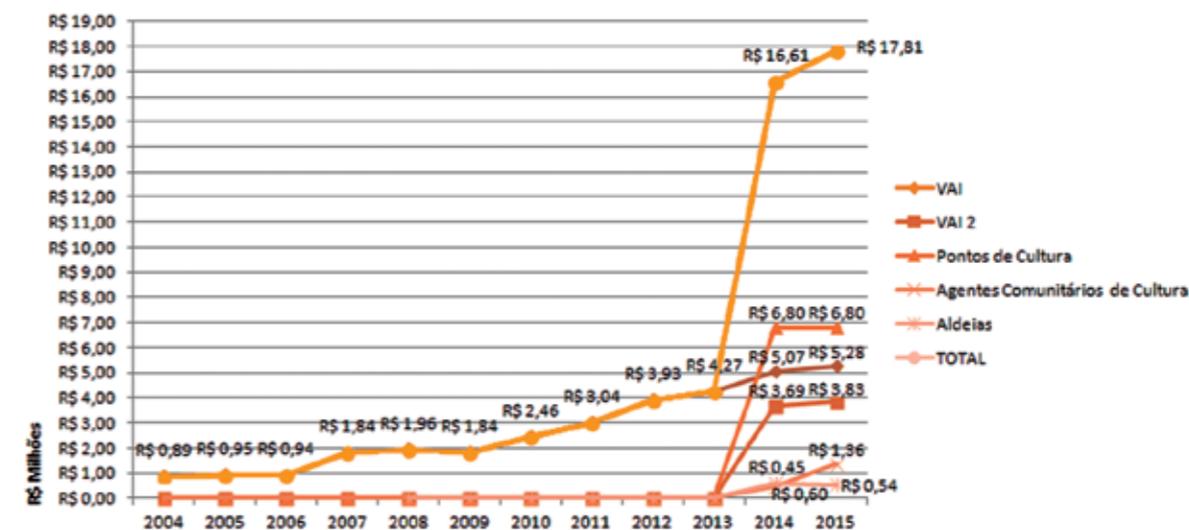


Gráfico 47 VALOR INVESTIDO NOS PROJETOS APOIADOS PELOS PROGRAMAS DE CIDADANIA CULTURAL POR REGIÃO (2014)

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE CIDADANIA CULTURAL, 2015

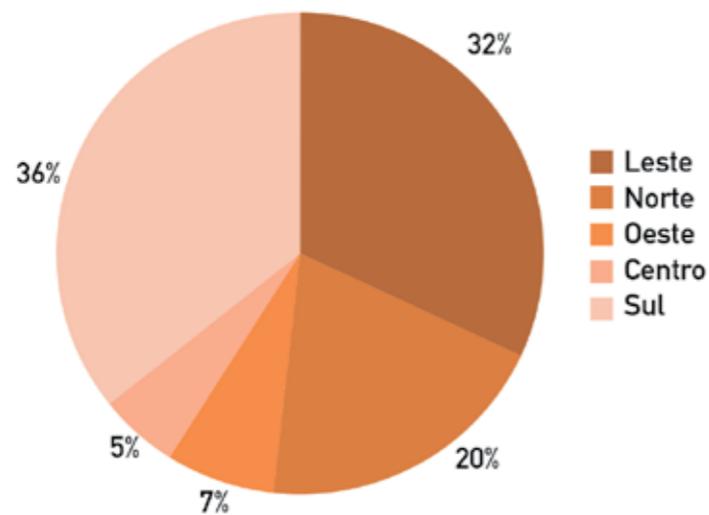
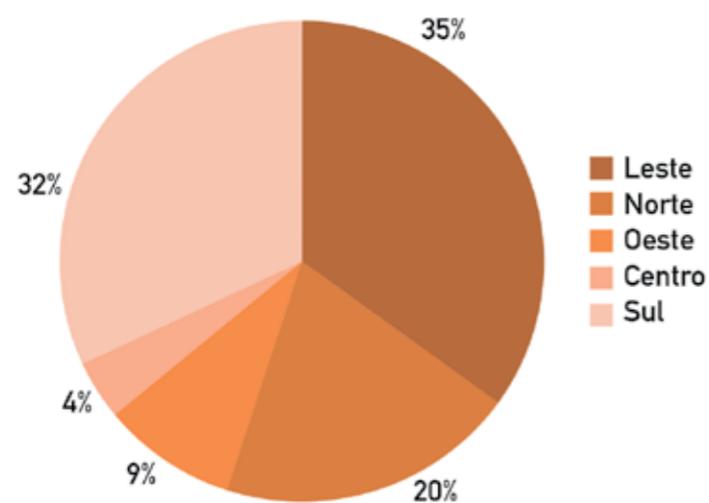


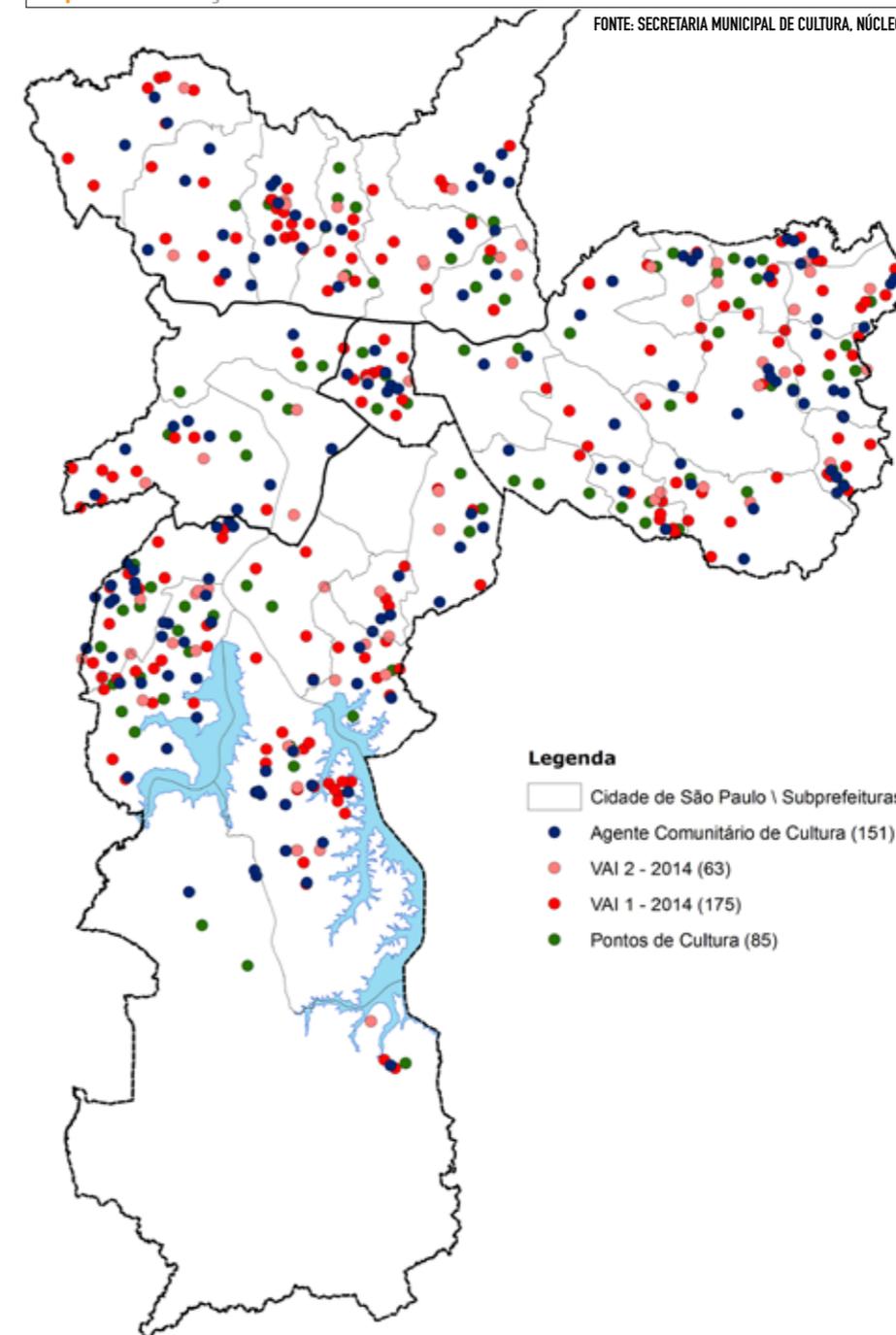
Gráfico 48 DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL POR REGIÃO (2014)

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE CIDADANIA CULTURAL, 2015



Mapa 11 DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS PROJETOS APOIADOS PELOS PROGRAMAS DE CIDADANIA CULTURAL (2014)

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE CIDADANIA CULTURAL, 2014



fomento a apoiar projetos por meio de pessoas físicas, não exigindo representação jurídica e desburocratizando o acesso aos recursos públicos.

Após dez anos e mais de 1.300 projetos contemplados, foi criada a modalidade VAI II, destinada a grupos e coletivos compostos por pessoas físicas, jovens ou adultos de baixa renda, que tenham histórico de no mínimo dois anos de atuação (Lei nº 15.897/2013). A instituição do VAI II ampliou o escopo de atendimento do programa, contemplando grupos mais experientes e não necessariamente formados unicamente por jovens.

A seleção dos projetos é anual e realizada por uma Comissão de Avaliação composta por representantes do governo e da sociedade civil, a partir de critérios ligados à atividade proposta, perfil dos proponentes e local de realização, sendo observada, em especial, a diversidade de linguagens e territórios. Os recursos são liberados em duas parcelas, sendo a primeira adiantada e a segunda condicionada à aprovação das prestações de contas. A equipe técnica do programa é responsável pelo acompanhamento e pela orientação ao longo do desenvolvimento dos projetos, o que contribui para a formação dos participantes na gestão dos projetos e é considerada de grande importância para o VAI.

De 2004 a 2015 foram inscritos 8.819 projetos no VAI I, dos quais 1.476 foram contemplados com recursos. Nas duas edições realizadas pelo VAI II, foram 1.012 projetos inscritos e 124 apoiados (Gráficos 49 e 50).

Desde a sua criação, o VAI investiu cerca de R\$ 40 milhões. Em 2015, os projetos inscritos na modalidade I puderam solicitar até R\$ 32.000,00 e os na modalidade II até R\$ 64.000,00 (Quadro 31).

Nos projetos contemplados com recursos do VAI há uma distribuição bastante equitativa nas diversas regiões da cidade, com maior número de projetos nas subprefeituras de Capela do Socorro e M'Boi Mirim (Zona Sul), seguidas de Campo Limpo (Zona Sul), São Miguel (Zona Leste), Freguesia/Brasilândia e Pirituba (Zona Norte) (Gráfico 51).

Além do alcance territorial, a diversidade de linguagens e manifestações é uma das principais características do programa, que abarca: a montagem, produção e apresentação de espetáculos e performances nas áreas de teatro, dança, música e artes integradas; exibição e produção de vídeos e gravação de cds; rádios comunitárias; produção e publicação de jornais, revistas e livros; saraus, contação de histórias, bibliotecas comunitárias; manifestações da cultura indígena, cultu-

ra popular, capoeira e hip hop; oficinas ligadas às diversas linguagens artísticas; eventos culturais e festivais com manifestações de rua e em espaços fechados; formação de produtores culturais; memória; cultura digital, entre outros. O escopo das ações fomentadas pelo VAI não se restringe aos projetos notadamente artísticos, mas abrange toda iniciativa que vise promover valores de cidadania e que contribua para o desenvolvimento cultural da cidade (Gráfico 52).

Com relação ao perfil dos proponentes dos projetos contemplados pelo VAI, tem-se um acesso bastante distributivo no que diz respeito à raça/cor. Somando os proponentes dos programas VAI I e II, tem-se 34% de pretos e 26% de pardos, totalizando cerca de 60% de negros frente a 31% de brancos (Gráficos 53, 54 e 55). Segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE), a população de São Paulo é 60,6% branca e 37% negra (sendo 30,6% parda e 6,4% preta). Trata-se de um caso excepcional de política não explicitamente afirmativa que garante o acesso da população negra a recursos públicos. Isso está relacionado especialmente ao alcance do programa nas regiões periféricas da cidade. No que diz respeito ao gênero, no entanto, há ainda uma predominância masculina (62%), resultado em grande parte do perfil dos proponentes dos projetos inscritos, também predominantemente masculino.

Gráfico 49 NÚMERO DE PROJETOS INSCRITOS E CONTEMPLADOS NO PROGRAMA VAI I (2004-2015)

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE CIDADANIA CULTURAL, 2014

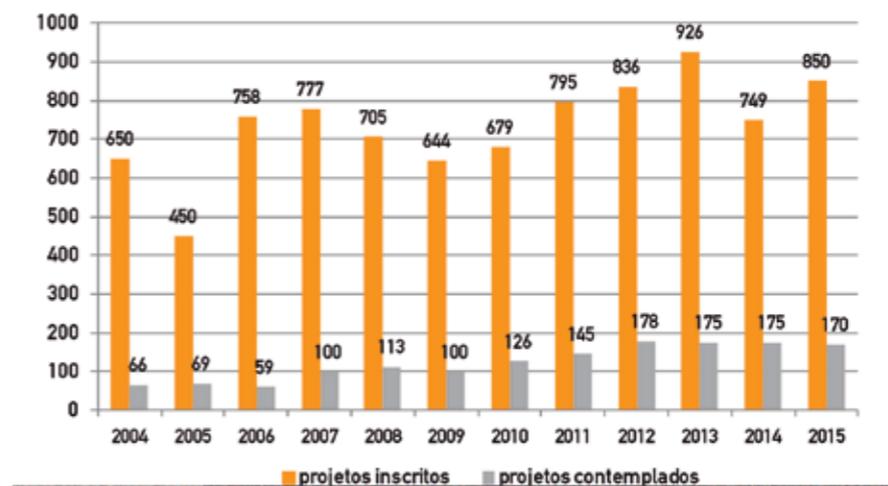
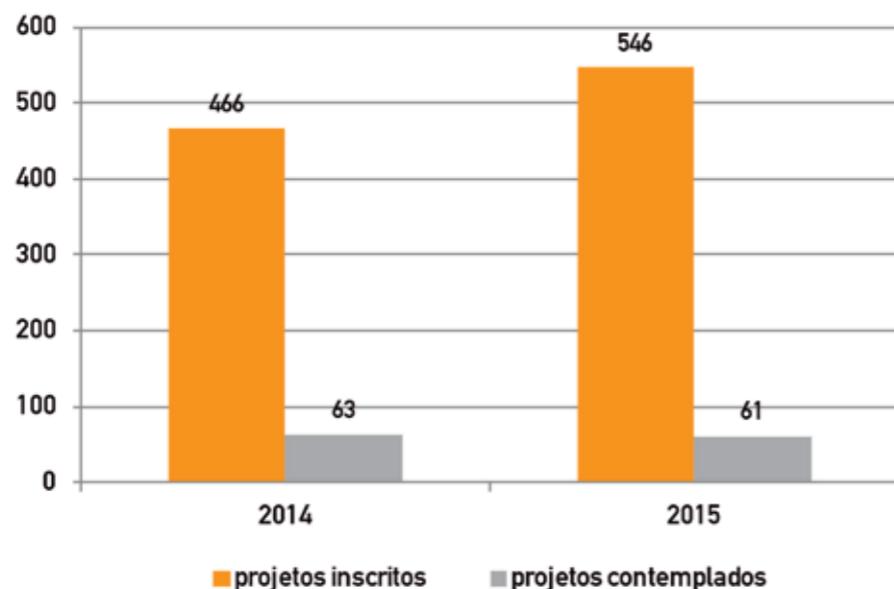


Gráfico 50 Nº DE PROJETOS INSCRITOS E CONTEMPLADOS NO PROGRAMA VAI II (2014-2015) CONTEMPLADOS NO PROGRAMA VAI I (2004-2015)

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE CIDADANIA CULTURAL, 2014



Quadro 31 RECURSOS INVESTIDOS NO PROGRAMA VAI (2004-2015)

Ano	Recurso investido	Recurso máximo por projeto
2004	R\$ 888.127,28	R\$ 15.000,00
2005	R\$ 945.650,00	R\$ 16.000,00
2006	R\$ 935.294,12	R\$ 17.000,00
2007	R\$ 1.841.126,86	R\$ 18.000,00
2008	R\$ 1.961.902,03	R\$ 18.600,00
2009	R\$ 1.842.261,63	R\$ 19.500,00
2010	R\$ 2.462.771,34	R\$ 20.692,95
2011	R\$ 3.037.504,34	R\$ 21.694,45
2012	R\$ 3.928.275,88	R\$ 23.000,00
2013	R\$ 4.274.130,12	R\$ 25.500,00
2014	R\$ 8.752.901,03	R\$ 30.000,00 (modalidade I) R\$ 60.000,00 (modalidade II)
2015	R\$ 9.108.801,43	R\$ 32.000,00 (modalidade I) R\$ 64.000,00 (modalidade II)
TOTAIS	R\$ 39.978.746,06	

Gráfico 51 NÚMERO DE PROJETOS CONTEMPLADOS NO PROGRAMA VAI POR SUBPREFEITURA (2014-2015)³³

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE CIDADANIA CULTURAL, 2015

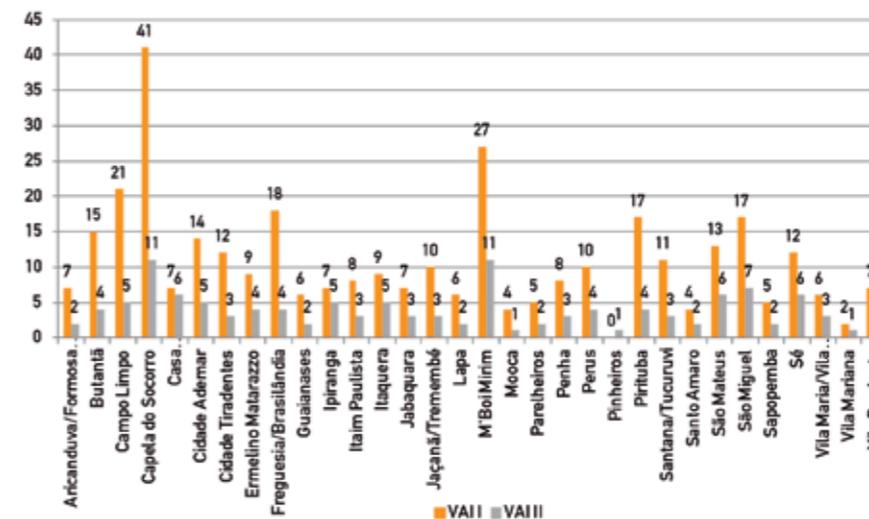
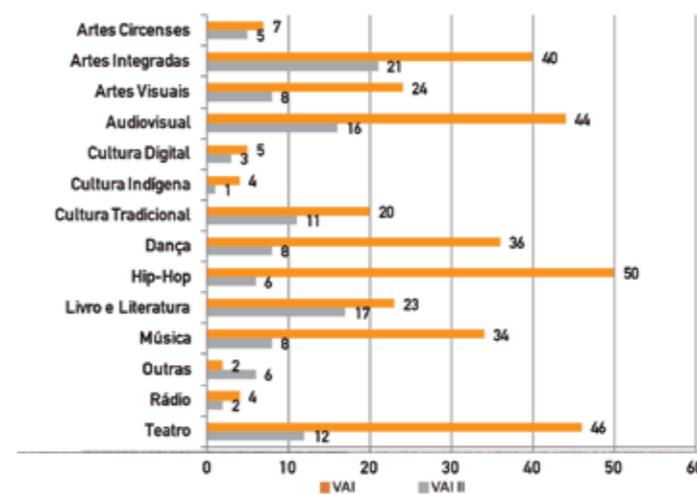


Gráfico 52 PROJETOS APOIADOS PELO PROGRAMA VAI POR LINGUAGEM (2014-2015)³⁴

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE CIDADANIA CULTURAL, 2015



³³ Os dados se referem ao local de residência dos proponentes dos projetos. Para o total por subprefeitura considera-se a soma de projetos contemplados em 2014 e 2015.

³⁴ Os dados referem-se à soma de projetos contemplados em 2014 e 2015.

Gráfico 53 e 54 RAÇA/COR DOS PROPONENTES DOS PROJETOS CONTEMPLADOS PELO PROGRAMA VAI I E VAI II (2015)

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE CIDADANIA CULTURAL, 2015

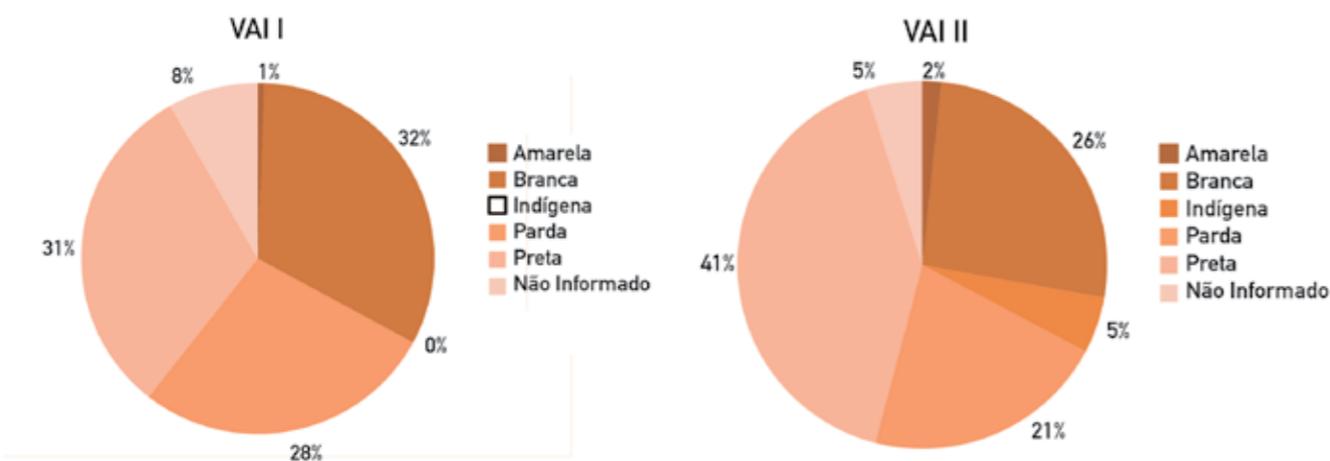
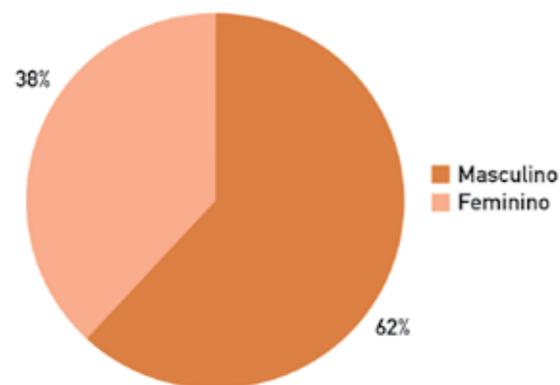


Gráfico 55 GÊNERO DOS PROPONENTES DOS PROJETOS CONTEMPLADOS PELO PROGRAMA VAI I E II (2015)

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE CIDADANIA CULTURAL, 2015



2.6.3.2.2. Rede Municipal de Pontos de Cultura

Os Pontos de Cultura são a expressão de uma iniciativa que teve início no governo federal em 2004, o Programa Cultura Viva.

Com o objetivo de garantir a ampliação do acesso da população aos meios de produção, circulação e fruição cultural, o Cultura Viva tornou-se uma das políticas culturais com mais capilaridade e visibilidade do Ministério da Cultura, presente em todos os estados brasileiros e em mais de mil municípios. Em 22 de julho de 2014, foi sancionada a Lei nº 13.018, que institucionalizou o programa e estabeleceu a Política Nacional de Cultura Viva.

Os Pontos de Cultura articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades, agregam agentes culturais e compõem uma rede de articulação, recepção e disseminação de iniciativas culturais. Embora já houvesse Pontos e Pontões de Cultura na cidade de São Paulo por meio de convênios celebrados com o governo federal ou com o governo do estado, a cidade lançou o seu primeiro edital de credenciamento e seleção do Programa Cultura Viva no Município de São Paulo em dezembro de 2013, a partir de convênio assinado com o Ministério da Cultura (MinC) no valor total de R\$ 15,35 milhões³⁵. A primeira edição contou com 236 instituições inscritas, 229 credenciadas e 85 selecionadas para apoio financeiro, resultando na criação da Rede Municipal de Pontos de Cultura (Gráfico 56).

A distribuição territorial dos Pontos de Cultura foi um dos grandes avanços do edital municipal, que adotou critério de distribuição proporcional à população de cada uma das cinco regiões da cidade (Centro, Oeste, Norte, Sul e Leste), somado a um critério de pontuação dos projetos por índice de vulnerabilidade social do local de sede das instituições. O edital contemplou instituições capilarizadas por todo o território, abrangendo todas as regiões da cidade com ênfase nos territórios mais vulneráveis (Gráfico 57).

O Mapa 12 demonstra o alcance da Rede Municipal de Pontos de Cultura, frente aos anteriormente apoiados por convênios diretos com o Ministério da Cultura e pela rede estadual.

³⁵ O Ministério da Cultura (MinC) apoiou o Programa Cultura Viva na cidade de São Paulo com R\$ 6 milhões e a contrapartida da Prefeitura foi de R\$ 9,35 milhões.

Desde a sua criação, o VAI beneficiou 1.476 projetos com um total de R\$ 40 milhões

Gráfico 56 Nº DE INSCRITOS, CREDENCIADOS E APOIADOS FINANCEIRAMENTE PELO EDITAL DO PROGRAMA CULTURA VIVA NO MUNICÍPIO

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE CIDADANIA CULTURAL, 2015

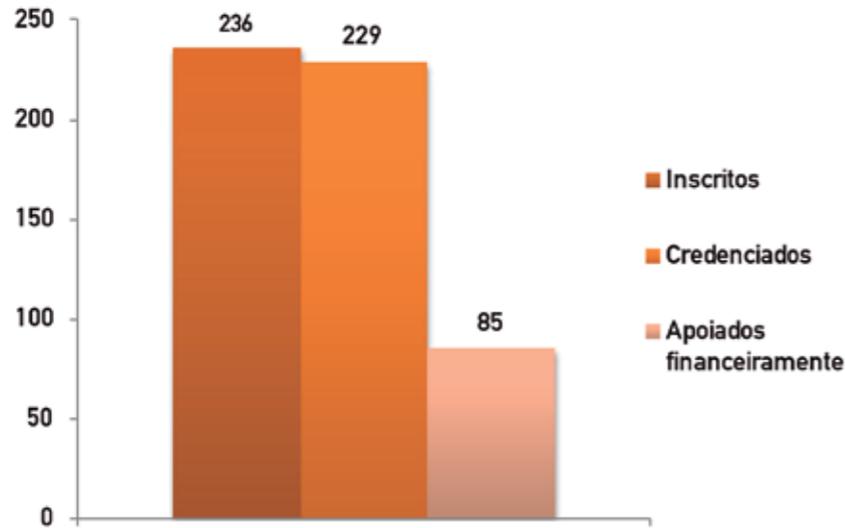
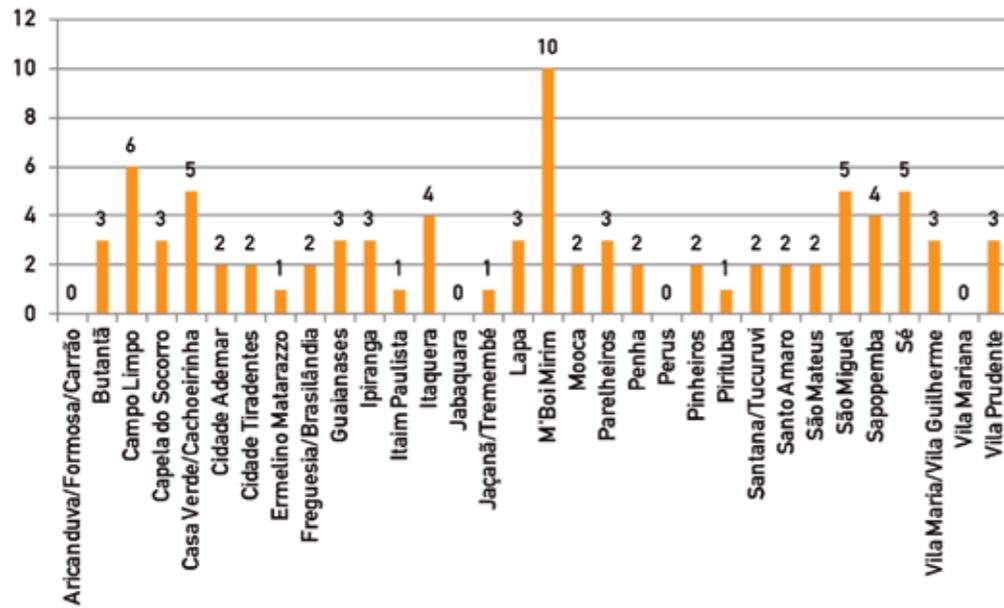


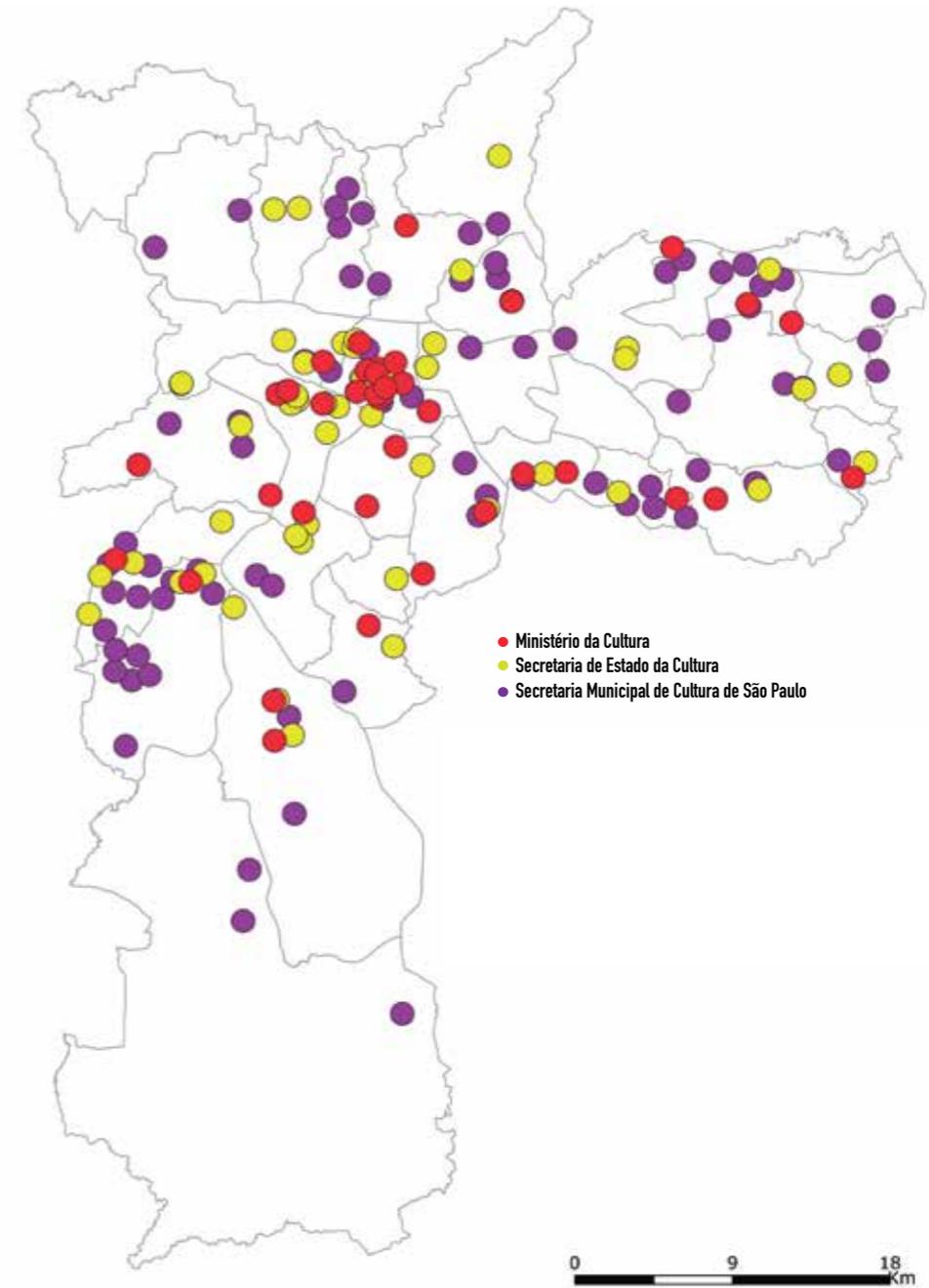
Gráfico 57 NÚMERO DE PONTOS DE CULTURA POR SUBPREFEITURA (2014-2015)

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE CIDADANIA CULTURAL, 2015



Mapa 12 DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS DE CULTURA NA CIDADE DE SÃO PAULO

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE CIDADANIA CULTURAL, 2014



2.6.3.2.3. Agentes Comunitários de Cultura

O programa Agente Comunitário de Cultura fornece apoio financeiro, por meio de bolsas, a indivíduos envolvidos na produção e na promoção do acesso à cultura, priorizando aqueles com menores condições socioeconômicas e residentes em áreas com menor oferta de serviços e equipamentos culturais. O Agente Comunitário de Cultura é reconhecido por sua atuação cultural em um território, em determinada linguagem artística ou, ainda, em assuntos relevantes para a promoção da cidadania cultural, constituindo-se como uma referência na democratização das formas de produção, circulação e fruição de bens culturais. Para o atendimento das premissas do programa, foi utilizado como critério para distribuição das vagas disponíveis a proporcionalidade de “domicílios particulares com renda per capita de até meio salário mínimo” (IBGE, 2010) nos distritos da cidade, sendo criadas 3 áreas (Quadro 32).

Área	Percentual de famílias com renda até meio salário mínimo per capita	Número de vagas
1	10%	10
2	Entre 10% e 20%	35
3	Mais de 20%	105

Além disso, foi adotado como critério de participação a obrigatoriedade de que os candidatos escolarizados tivessem cursado escola pública nos três últimos anos da trajetória escolar no ensino básico (não havendo, no entanto, exigência mínima de escolaridade). Com base nestes critérios, o programa busca garantir o fomento à atuação de agentes culturais em menores condições socioeconômicas e nos territórios mais vulneráveis da cidade.

A primeira edição do programa teve início em setembro de 2014 e duração de doze meses consecutivos para execução das propostas e recebimento das bolsas. No período, 151 Agentes Comunitários de Cultura foram contemplados, estando distribuídos por todas as subprefeituras da cidade, com predominância nas regiões Sul e Leste (Gráficos 58 e 59).

Gráfico 58 AGENTES COMUNITÁRIOS DE CULTURA POR SUBPREFEITURA (2014-2015)

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE CIDADANIA CULTURAL, 2015

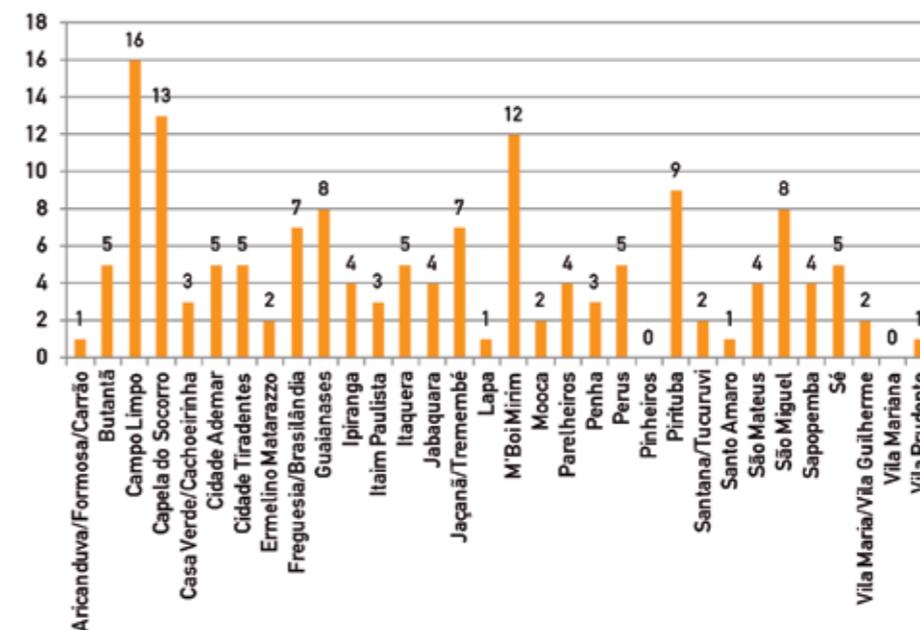
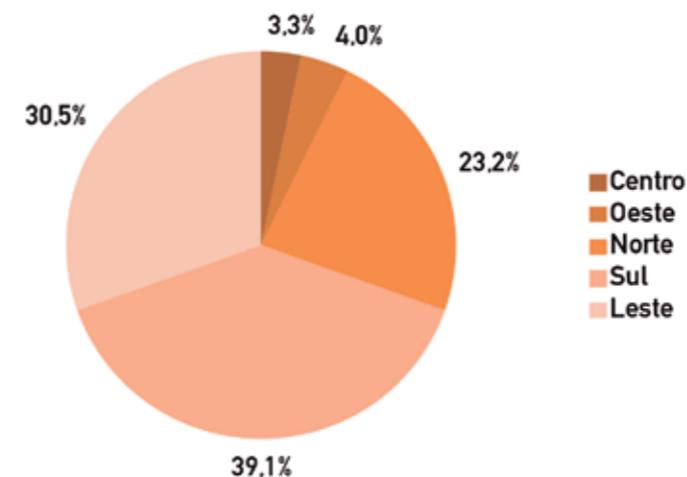


Gráfico 59 PERCENTUAL DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE CULTURA POR REGIÃO (2014-2015)

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE CIDADANIA CULTURAL, 2015



Quanto ao perfil dos Agentes, tem-se uma relação bastante distributiva em termos de raça/cor, tendo sido contemplados, na primeira edição do Programa, 29% de pretos e 29% de pardos (Gráficos 60). Assim como o VAI, o programa possibilita a inclusão da população negra em nível que supera a média atual desse segmento na cidade, o que se deve à forte presença dessa população nas áreas periféricas da cidade, contempladas de forma majoritária pelo programa. Quanto à questão de gênero, novamente há predominância masculina, resultante em grande parte do perfil dos Agentes inscritos (35% feminino e 65% masculino) (Gráficos 61).

2.6.3.2.4. Programa Aldeias

O Programa Aldeias é originário do Programa Vocacional, que desenvolveu atividades artístico-pedagógicas nas aldeias Guarani do município, no período de 2008 a 2013. A partir dessa experiência, foi apontada a necessidade de aprimorar os objetivos e as atividades do programa em consonância com a cultura tradicional Guarani Mbya, dando origem, em 2014, ao Programa Aldeias, que tem como objetivo geral fortalecer as expressões culturais tradicionais do povo Guarani, incluindo:

- Apoio à manutenção, fortalecimento e revitalização dos contextos de transmissão de saberes tradicionais Guarani;
- Promoção de iniciativas voltadas à visibilidade e legitimação da cultura Guarani, tendo os representantes indígenas como protagonistas desses processos;
- Estruturação de atividades e encontros para difusão e troca entre culturas;
- Instauração de processos criativos híbridos, que envolvam a valorização, o registro e a reelaboração de saberes tradicionais.

O programa é desenvolvido em sete aldeias (tekoa) da cidade de São Paulo: Tekoa Krukutu, Tekoa Tenonde Porã, Tekoa Kalipety e Tekoa Yyrexãkã, inseridas na Terra Indígena Tenondé Porã, no extremo sul do município (distritos de Parelheiros e Marsilac), e Tekoa Pyau, Tekoa Ytu e Tekoa Itakupe, inseridas na Terra Indígena Jaraguá, região noroeste, totalizando aproximadamente dois mil indígenas.

A equipe de agentes culturais do Programa Aldeias é formada por indígenas e não indígenas, que norteiam as suas ações buscando adequá-las ao calendário

Gráfico 60 RAÇA/COR DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE CULTURA (2014-2015)

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE CIDADANIA CULTURAL, 2015

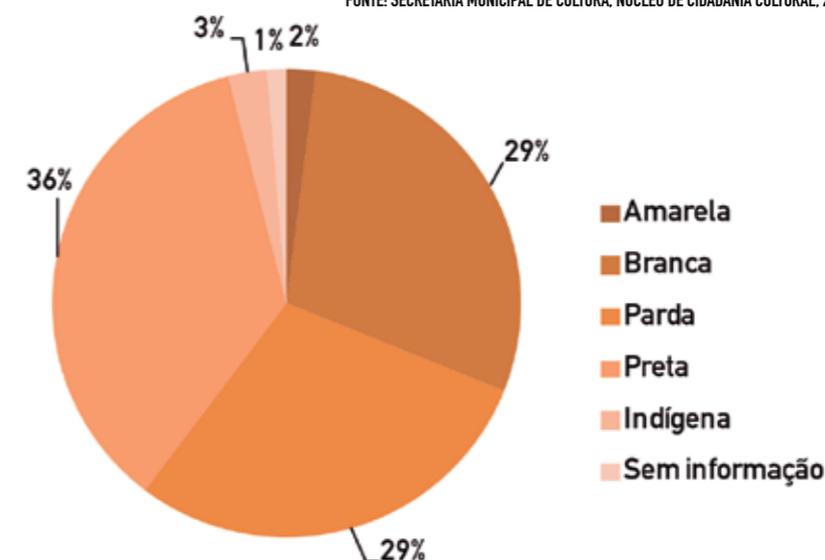
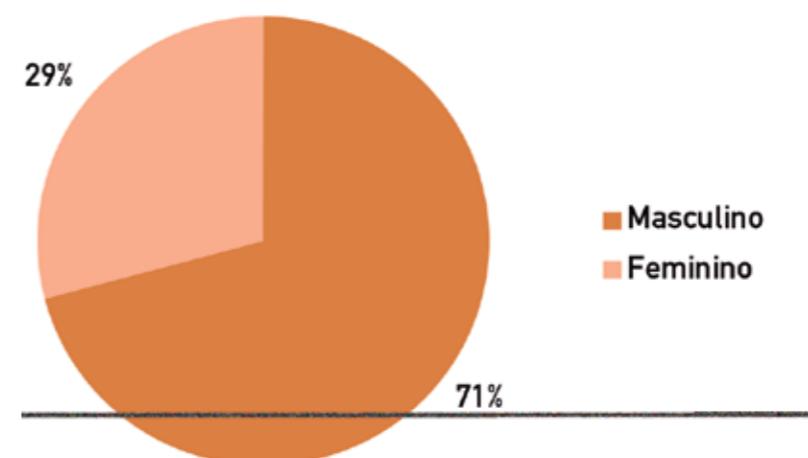


Gráfico 61 GÊNERO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE CULTURA (2014-2015)

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, NÚCLEO DE CIDADANIA CULTURAL, 2015



próprio das aldeias, em respeito aos ritos característicos e sempre em diálogo com as lideranças indígenas, protagonistas na condução das políticas que afetam diretamente suas comunidades e territórios. A escolha e contratação dos agentes culturais não indígenas são conduzidas pela Secretaria Municipal de Cultura por meio de edital, contando com uma comissão de avaliação formada pelas lideranças das comunidades Guarani do município. Os agentes culturais indígenas são escolhidos diretamente pelas lideranças e recebem uma bolsa de formação por meio do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) (Quadro 33).

O Plano de Trabalho de cada ciclo é desenvolvido em reuniões gerais e locais, nas quais cada aldeia estabelece as suas prioridades. São eixos comuns de atuação do programa:

- Alimentos tradicionais e preservação da *yvyrupa*: fortalecimento da alimentação tradicional; planejamento, recuperação e manejo ambiental; plantio de espécies tradicionais.
- Xondaro Reko: articulação política; apoio e fortalecimento das casas de reza; realização de encontros e intercâmbios entre aldeias;
- Educação entre dois mundos: formação audiovisual e registros das ações do programa; visibilidade dos Guarani no município.

O programa busca valorizar o povo e a cultura Guarani Mbya como algo importante a ser fortalecido em São Paulo, tanto nas próprias aldeias quanto no restante da cidade. Para isso, o Aldeias realiza ações articuladas com outras políticas da SMC e com outros órgãos da Prefeitura Municipal de São Paulo, como as Secretarias Municipais de Educação, Direitos Humanos e Cidadania, Promoção da Igualdade Racial, que resultaram em ações como a participação dos Guarani na Virada Cultural; a realização de Mostra Cultural Agosto Indígena, em 2014; a exposição “Nhande kuery São Paulo Pygua – Os Guarani da cidade de São Paulo”, no Centro Cultural São Paulo; a Mostra de Cinema Indígena na Galeria Olido; e a participação de agentes culturais guarani no Festival “Arte de Contar Histórias”, realizado nas Bibliotecas Municipais em 2015.

Além da articulação entre as aldeias do município e na cidade, o programa contribui para articulação com outras instituições como a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Ministério da Justiça e organizações indígenas nacionais, o que tem tornado os Guarani de São Paulo referência nas mobilizações públicas e na visibilidade de sua luta pela demarcação de terras.

Quadro 33 COMPOSIÇÃO DO PROGRAMA ALDEIAS	
1º Ciclo: maio 2014 a fevereiro 2015	2º Ciclo: março a dezembro 2015
Conselho de lideranças Guarani	Conselho de lideranças Guarani
11 agentes culturais Guarani, sendo um coordenador (contratado pelo CTI)	16 agentes culturais Guarani, sendo dois coordenadores (contratados pelo CTI)
6 agentes culturais não indígenas, sendo um coordenador (edital)	8 agentes culturais não indígenas, sendo um coordenador (edital)
Centro de Trabalho Indigenista (convênio)	Centro de Trabalho Indigenista (convênio)
SMC – Núcleo de Cidadania Cultural	SMC – Núcleo de Cidadania Cultural

SYLVIA MASINI



Lideranças indígenas

O Programa Aldeias tem como objetivo geral fortalecer as expressões culturais tradicionais do povo Guarani

3. DIRETRIZES, AÇÕES E METAS: BASES PARA A CONSULTA PÚBLICA



Conjunto de proposições que irão nortear as políticas culturais no município a curto, médio e longo prazos e que servirão de base para a construção do Plano Municipal de Cultura

AS DIRETRIZES, AÇÕES E METAS PROPOSTAS inicialmente para o Plano Municipal de Cultura têm como objetivo subsidiar o processo de consulta pública, etapa de fundamental importância para a construção de um instrumento representativo da diversidade e das demandas culturais do município.

A metodologia para esta elaboração levou em consideração o diagnóstico realizado pela Secretaria Municipal de Cultura e as propostas oriundas das três Conferências Municipais de Cultura (2004, 2009 e 2013), representativas do acúmulo da participação social na construção das políticas culturais em São Paulo.

A organização e aglutinação dessas propostas foram orientadas pelos eixos do PMC:

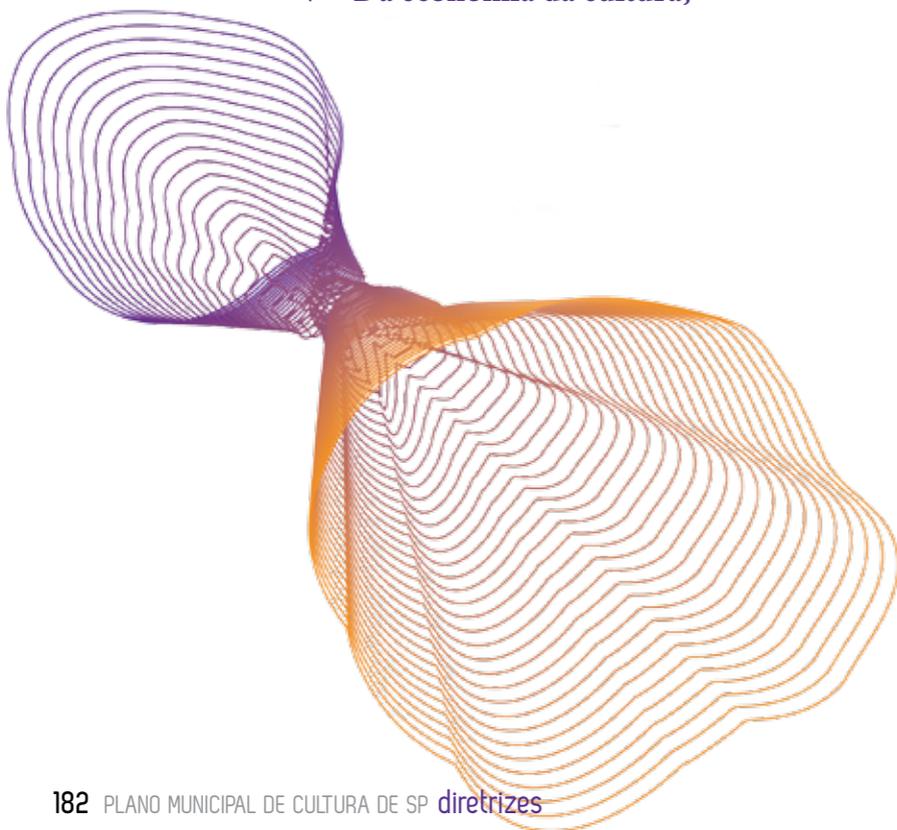
I – Do Estado e da participação social;

II – Da infraestrutura cultural;

III – Do patrimônio cultural e da memória;

IV – Da diversidade cultural;

V – Da economia da cultura;



Com base nessa sistematização, foram realizadas oficinas internas com as áreas da Secretaria Municipal de Cultura, responsáveis pelas políticas, programas, ações e espaços culturais, distribuídas nas seguintes frentes:

- Gabinete e assessoria técnica
- Projetos e Obras
- Patrimônio, Museu e Arquivo
- Bibliotecas
- Centros culturais
- CEUs e Casas de Cultura
- Spcine
- Teatros municipais
- Formação artística e cultural
- Programação cultural
- Fomento e cidadania cultural

Dessa elaboração interna resultaram, por fim, as diretrizes, ações e metas que aqui se apresentam como base para a consulta pública. As diretrizes são as instruções gerais que irão nortear o plano, as ações e as metas a serem alcançadas nos próximos dez anos. As ações são as atividades necessárias para obter determinado resultado – no caso, as metas propostas, que contêm indicadores e fontes de aferição que poderão ser monitorados por toda a sociedade.

Para monitoramento e efetividade na implantação do PMC, foram definidas metas de curto, médio e longo prazos – que correspondem, temporalmente, aos períodos dos Planos Plurianuais (2014-2017; 2018-2021; 2022-2025). Assim, o PMC deverá ser estruturante na construção dos outros instrumentos de planejamento e gestão das políticas culturais no município.

O resultado desse processo inicial contemplou 5 eixos, 15 Diretrizes, 50 metas. Você agora pode analisar e colaborar com a definição do PMC de São Paulo, presencialmente nas audiências públicas regionais ou temáticas e também pela plataforma <http://planomunicipaldecultura.prefeitura.sp.gov.br>

Participe ativamente dessa construção!



SILVIA MASINI

Princípios norteadores

A realização do diagnóstico das políticas culturais do município e a sistematização das propostas das Conferências Municipais de Cultura permitiram identificar alguns desafios iniciais para o PMC. Partindo destes, foram consolidados alguns objetivos estratégicos que deverão orientar todo o processo de planejamento para os próximos dez anos.

Assim, são princípios norteadores do Plano Municipal de Cultura:

- Desenvolver a territorialização das políticas, programas, projetos e ações públicas, com olhar atento para os territórios culturais da cidade e de modo a promover sistemas e circuitos que os valorizem e integrem;
- Expandir e qualificar a infraestrutura de espaços culturais aptos a oferecerem serviços públicos acessíveis e de qualidade em todas as localidades do município;
- Cristalizar a formação técnica, artística e de gestão cultural como base para o desenvolvimento da política cultural, com reflexos no campo artístico e econômico da cultura;
- Criar as condições para o oferecimento de programação cultural diversa, acessível e de excelência através de serviços que atinjam todas as regiões da cidade;
- Implementar políticas avançadas para as artes, que garantam a produção, circulação, acesso e fruição das diferentes linguagens artístico-culturais;
- Consolidar a cidadania cultural como pilar das políticas públicas de cultura, fortalecendo o acesso aos meios de produção e fruição cultural e incorporando a cultura como ferramenta indispensável de afirmação da dignidade e da garantia de direitos;
- Desenvolver estratégias que fortaleçam o potencial econômico da cultura, a partir da diversidade de cadeias produtivas e de instituições que atuam na cidade;
- Estruturar um sistema municipal de informações e indicadores culturais, que incorpore a esfera da participação e sirva de ferramenta para a formulação, implantação, monitoramento e revisão das políticas culturais no município.

Com base nesses princípios, são apresentadas a seguir as diretrizes, ações e metas para consolidação das políticas culturais em São Paulo no próximo decênio.

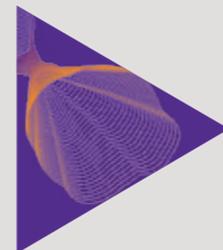
DIRETRIZ 1 (metas 1, 2 e 3): Reestruturar a Secretaria Municipal de Cultura para que sua capacidade administrativa corresponda às demandas culturais da cidade, com ampliação de seu quadro de funcionários, coordenação regionalizada e formação continuada dos gestores e servidores municipais de cultura.

META 1: Secretaria Municipal de Cultura reestruturada com planos de carreira implementados e concursos realizados.

A Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo precisa reforçar sua estrutura administrativa para atender as necessidades, demandas e desafios propostos pelo Plano Municipal de Cultura. Para isso, deverá rever seu modelo organizacional, criar planos de carreira e realizar concursos públicos para complementar o seu quadro de servidores.

AÇÕES: Aprovar a reforma administrativa da Secretaria Municipal de Cultura para viabilizar a implementação do Plano Municipal de Cultura, implantar plano de carreira dos servidores e realizar concursos públicos.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Reforma administrativa elaborada. 1.457 servidores.	Reforma administrativa da Secretaria Municipal de Cultura aprovada e implementada.	Carreiras e planos de carreiras criados e concursos realizados.	
<p>Indicadores: Organograma da Secretaria Municipal de Cultura. Número de cargos e servidores concursados. Fonte: Secretaria de Gestão e Secretaria Municipal de Cultura</p>			



META 2: Coordenações Regionais de Cultura em funcionamento em cada território correspondente às subprefeituras.

Atualmente, cada subprefeitura tem em seu quadro funcional um supervisor de cultura não atrelado à Secretaria Municipal de Cultura. O objetivo é criar uma Coordenação Regional de Cultura em cada subprefeitura ligada à Secretaria Municipal de Cultura para qualificar a gestão da política cultural territorial.

AÇÕES: Transferir as supervisões de cultura das subprefeituras para a gestão da Secretaria Municipal de Cultura e implantar uma coordenação regional de cultura em cada território correspondente às subprefeituras.

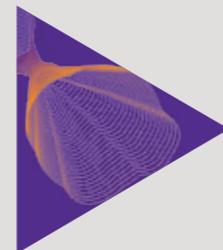
Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Supervisões de cultura vinculadas à subprefeitura. Comitês Regionais de Articulação Territorial de Gestores em funcionamento.	Cargos das supervisões de cultura das subprefeituras transferidos para a Secretaria Municipal de Cultura.	Coordenações regionais de cultura implantadas em cada território correspondente às subprefeituras.	Coordenações Regionais de Cultura em funcionamento nas 32 subprefeituras.
<p>Indicadores: Cargos de supervisores de cultura vinculados à gestão da Secretaria Municipal de Cultura. Coordenações regionais de cultura implantadas. Fonte: Secretaria Municipal de Cultura e Secretaria Municipal de Gestão.</p>			

META 3: Plano de formação continuada implantado junto a 100% dos gestores e servidores da Secretaria Municipal de Cultura.

Qualificar a equipe de gestores e servidores da Secretaria Municipal de Cultura por meio de capacitação em cursos de gestão cultural e áreas técnicas específicas de forma continuada permitirá implementar as políticas de cultura, avaliar as ações, modernizar a gestão e melhorar o atendimento à população.

AÇÕES: Realizar formação continuada dos gestores e servidores da Secretaria Municipal de Cultura em cursos específicos de gestão em política cultural e atualização técnica de acordo com as necessidades de cada área, em parceria com instituições públicas e privadas de ensino, pesquisa, gestão e inovação cultural.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Cursos oferecidos de maneira pontual para 1457 servidores.	Plano de formação continuada elaborado com base nas necessidades específicas de cada área.	Plano de formação continuada implantado junto a 50% dos gestores e servidores da Secretaria Municipal de Cultura.	Plano de formação continuada implantado junto a 100% dos gestores e servidores da Secretaria Municipal de Cultura.
Indicadores: Percentual de servidores com formação continuada. Fonte: Supervisão de Gestão de Pessoas/SMC.			



DIRETRIZ 2 (metas 4, 5 e 6): Implantar o Sistema Municipal de Cultura – composto pelo Conselho Municipal de Política Cultural, Plano Municipal de Cultura e Fundo Municipal de Cultura – e promover a participação social na gestão das políticas culturais do município.

META 4: Conselho Municipal de Política Cultural implantado e Conferências Municipais de Cultura realizadas a cada 4 anos.

O Conselho Municipal de Política Cultural é o principal espaço de representação e participação da sociedade civil na estrutura do Sistema Municipal de Cultura. Está em tramitação o Projeto de lei 01-00248/2015, que confere nova disciplina a este órgão e fortalece a participação por meio de representantes e comissões regionais e setoriais. Outro componente fundamental para a participação na definição das políticas culturais no município é a Conferência Municipal de Cultura, que deve ocorrer a cada quatro anos.

AÇÕES: Implantar e consolidar o Conselho Municipal de Política Cultural como órgão de caráter consultivo, deliberativo e propositivo em questões referentes à política cultural municipal com representação regional e setorial, e realizar Conferências Municipais de Cultura com ampla participação social.

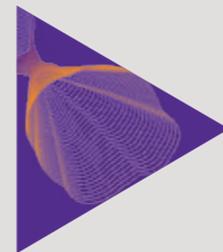
Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Projeto de Lei do Conselho Municipal de Política Cultural em votação na Câmara dos Vereadores de São Paulo. Três Conferências Municipais de Cultura realizadas (2004, 2009 e 2013).	Conselho Municipal de Política Cultural implantado e IV Conferência Municipal de Cultura realizada.	V Conferência Municipal de Cultura realizada	VI Conferência Municipal de Cultura realizada.
Indicadores: Conselho Municipal de Política Cultural implantado. Número de reuniões e plenárias do Conselho. Conferências Municipais de Cultura realizadas. Fonte: Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Política Cultural/ SMC.			

META 5: Sistema de financiamento à cultura criado e implantado com base no Fundo Municipal de Cultura e no Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais (Pro-Mac).

O Fundo Municipal de Cultura é o componente do Sistema Municipal de Cultura voltado para o financiamento à cultura. O Fundo Municipal de Cultura apoiará financeiramente projetos de natureza cultural e artística, terá o acompanhamento de um Conselho Gestor e mecanismos de transparência pública. O Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais (Pro-Mac) é o instrumento de renúncia fiscal para que contribuintes destinem um percentual do valor dos impostos devidos a projetos culturais.

AÇÕES: Criar um sistema de financiamento à cultura com base no Fundo Municipal de Cultura como instrumento complementar de financiamento articulado às políticas de fomento e ao Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais (Pro-Mac) para incentivo fiscal à realização de projetos culturais.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Leis que criam o Fundo Municipal de Cultura e o Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais (Pro-Mac) aprovadas.	Fundo Municipal de Cultura e Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais (Pro-Mac) regulamentados e implantados.		
<p>Indicadores: Fundo Municipal de Cultura e Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais (Pro-Mac) implantados. Número de projetos apoiados. Fonte: Secretaria Municipal de Cultura.</p>			



META 6: 100% dos espaços culturais municipais com canais ou dispositivos de participação implantados.

Há vários canais ou dispositivos de participação social na definição das políticas públicas, como conselhos, audiências e consultas públicas, orçamento participativo, entre outros. Os espaços culturais municipais devem contemplar canais de participação social que permitam um constante diálogo com a gestão, de modo a contemplar às demandas locais.

AÇÕES: Implantar canais ou dispositivos para promover a participação social na gestão dos espaços culturais.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Fórum Participativo de Gestão, Conselho Consultivo e Orçamento Participativo da Programação implantados no Centro Cultural da Juventude.	Canais ou dispositivos de participação implantados em 50% dos espaços culturais municipais.		Canais ou dispositivos de participação implantados em 100% dos espaços culturais municipais.
<p>Indicadores: Percentual de espaços com canais ou dispositivos de participação implantados. Fonte: Secretaria Municipal de Cultura.</p>			

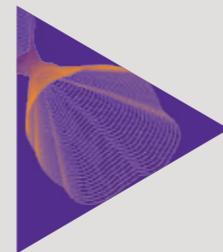
DIRETRIZ 3 (meta 7): Criar o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, integrado ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e disponível para consulta pública em plataforma online.

META 7: Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais implantado.

O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC) irá disponibilizar informações, dados e indicadores sobre a cultura na cidade, utilizando tecnologias inovadoras. O SMIIC contemplará o mapeamento dos espaços e agentes culturais, agenda de programação, editais, consultas públicas, orçamento e financiamento, contribuindo para a qualificação da gestão, o planejamento e a avaliação das políticas culturais e o fortalecimento da transparência pública, do acesso à informação e da participação social.

AÇÕES: Criar o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais em plataforma aberta e disponível para consulta online, com ferramentas que contemplem o mapeamento dos espaços, agentes e eventos culturais, programas e projetos, transparência pública, publicações, bases de dados e indicadores culturais do município.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Ferramenta de mapeamento SPCultura implantada.	Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais formulado.	Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais implantado.	Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais avaliado.
<p>Indicadores: Ferramentas implantadas. Número de espaços, agentes, eventos e projetos culturais cadastrados. Bases de dados e indicadores disponibilizados. Fonte: SPCultura/Secretaria Municipal de Cultura.</p>			



DIRETRIZ 4 (metas 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14): Ampliar, requalificar e adequar a rede de espaços culturais em todo o território da cidade, considerando a escala de abrangência local e regional, ampliando seu atendimento e integrando diferentes vocações e linguagens artísticas.

META 8: 100% dos espaços culturais atendendo às normas de acessibilidade arquitetônica e segurança.

A manutenção e modernização dos espaços culturais deve garantir a acessibilidade plena, atendendo as normas técnicas nacionais e internacionais e a legislação vigente no Brasil e na cidade de São Paulo. A regularização dos espaços culturais quanto às normas de segurança vigentes é essencial para garantir a proteção de seus funcionários e frequentadores.

AÇÕES: Adequar todos os espaços culturais municipais de acordo com as normas de acessibilidade e segurança.

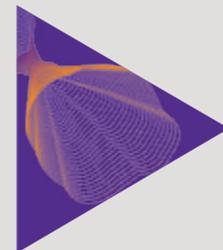
Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
47% dos espaços culturais geridos pela Secretaria Municipal de Cultura atendem às normas de acessibilidade (49 do total de 104) Espaços culturais em processo de regularização de acordo com as normas de segurança.	75% dos espaços culturais atendendo às normas de acessibilidade arquitetônica e 100% dos espaços culturais atendendo as normas de segurança.	100% dos espaços culturais atendendo às normas de acessibilidade arquitetônica.	
<p>Indicadores: Percentual de espaços culturais com acessibilidade plena e atendendo às normas de segurança. Fonte: Gerência Técnica de Obras/SMC.</p>			

META 9: 100% dos espaços culturais reformados e requalificados.

Os espaços culturais devem ser renovados de modo a garantir uma estrutura adequada para o desenvolvimento de atividades culturais, contemplando os conceitos de sustentabilidade e integração aos espaços públicos.

AÇÕES: Adaptar e modernizar os espaços culturais que necessitam de reformas e requalificação aos conceitos de sustentabilidade ambiental e integração aos espaços públicos.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
58 espaços culturais necessitam de reforma e requalificação (do total de 104 espaços geridos pela Secretaria Municipal de Cultura).	20% dos espaços que necessitam requalificação adaptados e modernizados (11 espaços previstos nas metas).	90% dos espaços que necessitam requalificação adaptados e modernizados.	100% dos espaços culturais reformados e requalificados.
Indicadores: Número de espaços culturais reformados e requalificados. Fonte: Gerência Técnica de Obras/SMC.			

**META 10: 100% dos distritos com ao menos um espaço cultural multiuso implantado.**

Os espaços culturais com capacidade para atender a diversidade de expressões e dinâmicas culturais em um mesmo equipamento devem estar presentes em todo o território da cidade.

AÇÕES: Implementar espaços culturais multiuso com escala de abrangência local nos distritos, construindo novos espaços ou adaptando os já existentes.

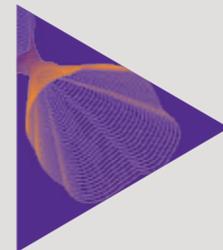
Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
19 distritos possuem equipamentos culturais multiuso, considerando centros culturais e Casas de Cultura. 58 distritos possuem espaços culturais que podem ser adaptados para abrigar espaço multiuso. 19 distritos não possuem nenhum equipamento cultural.	50% dos distritos com espaços culturais multiuso com escala de abrangência local em funcionamento.	80% dos distritos com espaços culturais multiuso com escala de abrangência local em funcionamento.	100% dos distritos com espaços culturais multiuso com escala de abrangência local em funcionamento.
Indicadores: Número de distritos com equipamentos multiuso. Fonte: Gabinete / Gerência Técnica de Obras - GTO.			

META 11: 100% dos distritos de São Paulo com pelo menos uma sala de cinema pública implantada.

A implantação de uma rede pública de salas de cinema, com qualidade e preços de ingresso reduzidos, pretende garantir o acesso à produção audiovisual em todos os distritos da cidade. Distribuir o conteúdo produzido pela Spcine é uma das prioridades na programação.

AÇÕES: Implantar um circuito público de salas municipais de cinema e espaços alternativos de exibição em São Paulo, com programação regular e diversificada oriunda de todas as cinematografias do mundo, para todas as faixas etárias, com ênfase ao cinema brasileiro e à produção audiovisual local.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
20 salas de cinema em processo de implantação e/ou modernização (16 novas salas em espaços culturais e 4 existentes: Cine Olido, Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes e 2 Centro Cultural São Paulo), abrangendo 19 distritos.	50% dos distritos com salas implantadas (50 salas em 48 distritos).	72% dos distritos com salas de cinema públicas implantadas (70 salas implantadas em 69 distritos).	100% dos distritos com salas de cinema públicas implantadas (97 salas implantadas em 96 distritos).
<p>Indicadores: Número de distritos com salas públicas de cinema. Indicadores de frequência de público nas salas de cinema. Fonte: Spcine e SPCultura.</p>			



META 12: 100% das macrorregiões com ao menos 1 espaço cultural com escala de abrangência regional (10 novos espaços implantados como centros culturais).

A territorialização da política cultural deve contemplar espaços culturais com abrangência regional, funcionando como centros culturais. Para isso será necessário adaptar, modernizar ou criar novos espaços culturais providos de estrutura para multiuso que atendam às necessidades regionais.

AÇÕES: Construir e/ou implantar novos espaços culturais com escala de abrangência regional, priorizando as regiões não atendidas pelos centros culturais existentes.

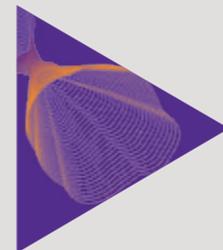
Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
6 centros culturais existentes (Centro Cultural São Paulo, Centro Cultural da Juventude, Centro Cultural da Penha, Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes, Galeria Olido e Praça das Artes). 8 equipamentos em reforma ou requalificação (Biblioteca Prestes Maia, Casa de Cultura Palhaço Carequinha, Casa de Cultura Tendal da Lapa, Centro Cultural do Jabaquara, Chácara do Jockey e Vila Itororó). 1 equipamento com escala de abrangência regional em projeto (Centro Cultural do M'Boi Mirim).	Reforma ou requalificação de 8 espaços com escala de abrangência regional (Biblioteca Prestes Maia, Casa de Cultura Palhaço Carequinha, Casa de Cultura Tendal da Lapa, Centro Cultural do Jabaquara, Chácara do Jockey e Vila Itororó).	Construção de 1 espaço cultural com escala de abrangência regional (Centro Cultural do M'Boi Mirim).	Construção de 2 espaços culturais com escala de abrangência regional nas macrorregiões não atendidas pelos centros culturais.
<p>Indicadores: Número de espaços culturais com escala de abrangência regional implantados. Fonte: Gabinete / Gerência Técnica de Obras - GTO.</p>			

META 13: Programa de Equipamentos Móveis implantado para circulação de ações culturais em localidades desprovidas de espaços culturais.

Distritos que não possuem espaços culturais devem ser atendidos por equipamentos móveis que viabilizem a realização de ações culturais nestas localidades.

AÇÕES: Elaborar e implantar um programa de equipamentos móveis não convencionais para circulação de ações culturais em localidades desprovidas de espaços culturais.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
12 ônibus bibliotecas em funcionamento em 72 roteiros distribuídos na cidade.	Programa de Equipamentos Móveis elaborado.	Programa de Equipamentos Móveis implantado.	
Indicadores: Programa elaborado e implantado. Fonte: Núcleo de Projetos de Equipamentos Culturais/SMC			



META 14: 100% dos espaços culturais municipais com horário de atendimento ampliado.

A ampliação do horário de atendimento dos espaços culturais aumentará o acesso do público e permitirá o desenvolvimento de novas experiências e atividades culturais.

AÇÕES: Ampliar o horário de atendimento dos espaços culturais municipais.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Todos os Centros Culturais com horário de atendimento estendido, 6 bibliotecas com horário de atendimento estendido e uma biblioteca 24 hora (Biblioteca Mário de Andrade).		Todos os espaços culturais municipais com horário de atendimento ampliado.	
Indicadores: Número de espaços culturais com horário de atendimento ampliado. Fonte: Sistema Municipal de Bibliotecas, Centros Culturais, Casas de Cultura/SMC.			

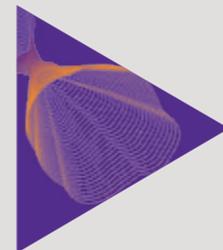
DIRETRIZ 5 (metas 15, 16 e 17): Desenvolver políticas de apoio e gestão compartilhada dos espaços públicos ociosos e espaços culturais independentes em parceria com instituições e/ou coletivos culturais.

META 15: Política de apoio a bibliotecas comunitárias implantada com apoio a 5 bibliotecas comunitárias por ano.

As bibliotecas comunitárias cumprem um importante papel na difusão e formação de público leitor. O apoio a estes espaços visa a atender os territórios que não possuem espaços de leitura públicos implantados.

AÇÕES: Estabelecer uma política de apoio a bibliotecas comunitárias priorizando os territórios não atendidos pelos espaços de leitura municipais.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Aproximadamente 200 bibliotecas comunitárias sem apoio público.	10 bibliotecas comunitárias apoiadas.	30 bibliotecas comunitárias apoiadas.	50 bibliotecas comunitárias apoiadas.
Indicadores: Número de bibliotecas comunitárias apoiadas. Fonte: Sistema Municipal de Bibliotecas.			



META 16: Política de regulamentação da ocupação de espaços públicos implementada.

Muitos espaços públicos estão ociosos na cidade, encontrando-se fechados, não sendo utilizados ou estando ocupados por agentes culturais de forma não regularizada. Mapear, regularizar esses lugares e ocupá-los por meio de parcerias com instituições e coletivos culturais dará novas possibilidades de produção e fruição cultural para a sociedade.

AÇÕES: Mapear os espaços públicos ociosos, realizar parcerias com instituições de interesse público para ocupação destes espaços e regularizar e apoiar os imóveis ocupados por coletivos culturais com comprovada relevância cultural e tempo mínimo de existência de três anos.

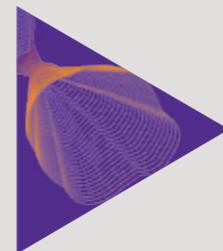
Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Levantamento das ocupações existentes realizado. Centro de Referência da Dança implantado.	Mapeamento das ocupações existentes e Política de regulamentação e apoio aos espaços públicos ocupados elaborada.	Regularização das ocupações dos espaços existentes e Política de regulamentação e apoio aos espaços públicos ocupados implantada.	
Indicadores: Número de espaços públicos ocupados por coletivos culturais na cidade de São Paulo. Número de parcerias realizadas para gestão compartilhada dos espaços. Fonte: Núcleos de Fomento às Linguagens e Cidadania Cultural/ SMC.			

META 17: Zonas Especiais de Proteção Cultural – ZEPEC-APC implantada e espaços culturais independentes isentos de IPTU de acordo com a demanda.

A cidade de São Paulo possui atualmente cerca de 74 teatros além de outros espaços independentes criados e administrados por grupos, associações e cooperativas que se utilizam de editais federais, estaduais e municipais para sua manutenção. Estes espaços culturais independentes foram contemplados pela isenção de IPTU pela prefeitura de São Paulo em 2015, teatros foram reconhecidos como patrimônio cultural da cidade em 2014, além de fazerem parte das Zonas Especiais de Proteção Cultural – ZEPEC-APC.

AÇÕES: Consolidar uma política de estímulo aos espaços culturais independentes, por meio de isenção fiscal, simplificação de procedimentos para obtenção de alvará e mecanismos de proteção.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
ZEPEC-APC regulamentada. Isenção de IPTU para cinemas de rua implantada. Isenção de IPTU para teatros regulamentada.	ZEPEC-APC implantada com 30 espaços protegidos. 100 espaços culturais isentos de IPTU.	ZEPEC-APC implantada com 60 espaços protegidos. Espaços culturais independentes isentos de IPTU de acordo com a demanda.	
<p>Indicadores: Número de ZEPEC-APC implantadas. Número de espaços culturais isentos de IPTU. Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal de Cultura e Secretaria Municipal de Finanças.</p>			



DIRETRIZ 6 (metas 18 e 19): Ampliar os espaços de guarda dos acervos municipais.

META 18: Construção ou requalificação de espaço existente e recebimento do arquivo geral da administração pública municipal com relevância histórica.

O Arquivo Histórico de São Paulo – AHSP é responsável pela conservação, guarda permanente, identificação, ordenação e divulgação do valioso conjunto documental produzido pela administração pública municipal desde a sua fundação. A construção ou requalificação de espaço existente atende à demanda para viabilizar o recebimento de todos os documentos da administração do município classificados arquivisticamente como de valor permanente.

AÇÕES: Construir e/ou requalificar espaço existente para receber o arquivo geral da administração pública municipal classificado arquivisticamente como de valor permanente.

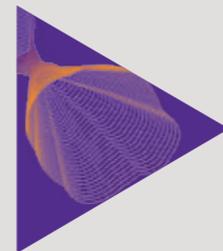
Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Processos e documentos com relevância histórica até 1922 sob a guarda do Arquivo Histórico Municipal. Processos e documentos com relevância histórica entre 1922 e 1935 em processo de higienização e descontaminação.	Requalificação de espaço existente.	Construção ou aquisição de novo espaço ou ampliação de espaço existente.	Recebimento do arquivo geral da administração pública municipal até 2025.
<p>Indicadores: Espaço adequado para armazenamento e arquivo geral recebido. Fonte: Arquivo Histórico Municipal/ SMC.</p>			

META 19: Plano integrado de expansão e qualificação das reservas técnicas e dos espaços de guarda de acervos do município elaborado e implementado.

Todo acervo necessita ter uma reserva técnica, onde é feita a manutenção, higienização e guarda do acervo. Criar e ampliar as reservas técnica nos espaços que possuem acervos irá garantir a segurança e proteção dos acervos, bem como permitirá a ampliação dos mesmos e o recebimento de novos itens.

AÇÕES: Criar um plano integrado de expansão e qualificação das reservas técnicas e dos espaços de guarda de acervos do município.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Museus, bibliotecas, centros culturais, centro de arqueologia e arquivo com reservas técnicas locais.	Plano integrado de expansão e qualificação das reservas técnicas e dos espaços de guarda de acervos do município elaborado.	Plano de expansão e qualificação das reservas técnicas e dos espaços de guarda de acervos do município implementado.	
<p>Indicadores: Plano de expansão das reservas técnicas e dos espaços de guarda de acervos do município elaborado e implementado. Fonte: Arquivo Histórico Municipal, Museu da Cidade, Centro Cultural São Paulo.</p>			



DIRETRIZ 7 (metas 20, 21 e 22): Conhecer, reconhecer e salvaguardar os bens e paisagens culturais do município.

META 20: Cinquenta pesquisas para inventários dos bens culturais realizadas por ano.

Os bens culturais da cidade de São Paulo que ainda não foram inventariados necessitam de estudos para que possam ser salvaguardados pelos mecanismos existentes, tais como tombamentos e reconhecimento como ZEPEC-APC e Territórios de Interesse da Cultura e Paisagem.

AÇÕES: Ampliar e descentralizar a realização de inventários participativos com inserção urbana dos bens culturais por meio de pesquisas e parcerias.

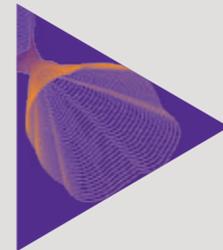
Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
30 pesquisas de bens culturais realizadas.	30 pesquisas de bens culturais realizados por ano.	40 pesquisas de bens culturais realizados por ano.	50 pesquisas de bens culturais realizados por ano.
<p>Indicadores: Número de tombamentos, regulamentações, concessão de selos e chancelas, ZEPEC APCs e Territórios de Interesse da Cultura e Paisagem. Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico.</p>			

META 21: Plano de conservação e restauro implementado com 100% dos monumentos e obras artísticas em espaços públicos conservados.

A manutenção de monumentos e obras artísticas existentes nos espaços e vias públicas é de responsabilidade compartilhada entres várias secretarias. No entanto, não existe um Plano de conservação e restauro que atenda de forma qualificada a essa demanda.

AÇÕES: Implementar Plano de conservação e restauro de monumentos e obras artísticas em espaços públicos por meio da realização de parcerias.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
436 monumentos e obras existentes em espaços públicos sem conservação.	Plano de conservação e restauro elaborado.	40% dos monumentos e obras artísticas conservadas.	100% de monumentos e obras artísticas conservadas.
<p>Indicadores: Número de monumentos e obras artísticas em áreas públicas conservadas e restauradas. Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico.</p>			



META 22: Política de registro do patrimônio imaterial da cidade de São Paulo implantada com ao menos 1 registro de patrimônio imaterial realizado por ano.

A Lei 14.406 de 2007 instituiu o Programa Permanente de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial do município de São Paulo. No entanto, foram realizados até o momento 3 registros do patrimônio imaterial paulistano, não havendo uma política integrada de preservação do patrimônio material e imaterial.

AÇÕES: Implantar uma política de registro do patrimônio imaterial paulistano e articular o patrimônio imaterial e material dentro da política de preservação.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
3 registros de patrimônio imaterial realizados (Casa Godinho; samba paulistano; 22 Teatros independentes).	Política de registro do patrimônio imaterial da cidade de São Paulo elaborada.	Política de registro do patrimônio imaterial da cidade de São Paulo implantada com ao menos 1 registro de patrimônio imaterial por ano.	
<p>Indicadores: Número de registros de patrimônio imaterial. Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico.</p>			

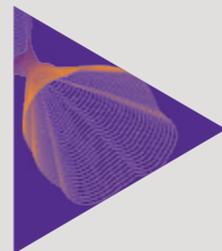
DIRETRIZ 8 (metas 23, 24 e 25): Valorizar e difundir os bens e paisagens culturais da cidade de São Paulo.

META 23: Política de educação patrimonial participativa implementada.

Para a conscientização da importância dos bens culturais da cidade de São Paulo é preciso formar os cidadãos de modo que a preservação e a proteção dos bens sejam parte da cidadania cultural. Para o desenvolvimento das ações educativas a política de educação patrimonial poderá ser desenvolvida em parceria com a rede pública de ensino e iniciativa privada.

AÇÕES: Criar e implementar uma Política de educação patrimonial participativa para difusão e valorização do patrimônio histórico e cultural da cidade.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Ações pontuais, núcleos educativos, seminários e jornadas.	Política de educação patrimonial participativa elaborada.	Política de educação patrimonial participativa implantada.	
Indicadores: Política elaborada e implantada. Número de pessoas formadas. Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico.			



META 24: 100% das subprefeituras com programa de registro e difusão da memória local implantado nos espaços culturais.

Conhecer e preservar a memória local dos bairros e territórios é uma forma de entender a construção das identidades que compõe a cidade de São Paulo. A implantação de centros de memórias nos espaços culturais em cada uma das subprefeituras contribuirá com a valorização da cultura paulistana.

AÇÕES: Criar Programa de registro e difusão da memória local nos espaços culturais para valorizar a cultura, história e contemporaneidade dos territórios correspondentes a cada uma das subprefeituras.

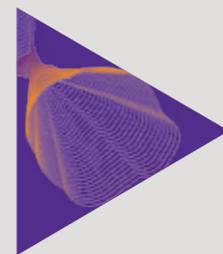
Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Três centros de memória e documentação existentes (Centro Cultural São Paulo, Centro Cultural do Jabaquara e Galeria Olido).	Programa de registro e difusão da memória local elaborado.	Programa de registro e difusão da memória local implantado nos espaços culturais em 16 subprefeituras.	Programa de registro e difusão da memória local implantado nos espaços culturais em 32 subprefeituras.
Indicadores: Número de subprefeituras com programa implementado nos espaços culturais. Fonte: Casas de Cultura, Centros Culturais, Museus, Sistema Municipal de Bibliotecas.			

META 25: 18 debates ou seminários realizados e 6 revistas especializadas publicadas sobre patrimônio, museus, acervos, arquivos e arqueologia por ano.

O bens culturais de São Paulo precisam ser conhecidos pela sociedade. Divulgar e discutir a importância desse patrimônio por meio de seminários, debates e publicações permitirá complementar uma educação patrimonial e a valorização da memória e dos acervos.

AÇÕES: Realizar debates, seminários e publicações com o intuito de promover a reflexão e a difusão do patrimônio cultural paulistano.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Jornadas, debates e seminários realizados, a exemplo da Jornada do Patrimônio, Semana do Patrimônio e série Patrimônio em Debate. Publicação da Revista do Arquivo Histórico Municipal.	Realização anual de 12 eventos – entre jornadas, debates e seminários - e de uma publicação especializada.		Realização anual de 18 eventos – entre jornadas, debates e seminários – e de seis publicações especializadas na área de patrimônio, arquivos, arqueologia, museus e acervos.
<p>Indicadores: Número de debates, seminários e publicações realizados. Fonte: Arquivo Histórico Municipal, centros culturais, Departamento de Patrimônio Histórico e Museus.</p>			



DIRETRIZ 9 (metas 26, 27, 28 e 29): Ampliar o acesso aos bens culturais e acervos municipais.

META 26: Política de gestão arquivística e Sistema Municipal de Arquivos implementados.

O Arquivo Histórico de São Paulo – AHSP, responsável pelo depósito dos documentos municipais classificados arquivisticamente como de valor permanente precisará criar o Sistema Municipal de Arquivos, que fará a gestão dos documentos desde a parte administrativa até a política de descarte e disponibilização ao público.

AÇÕES: Criar e implementar uma política de gestão arquivística de documentos no âmbito da administração municipal, consolidada pela criação do Sistema Municipal de Arquivos.

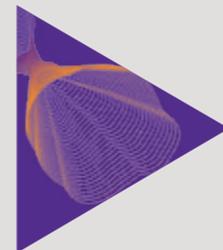
Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Arquivo Histórico Municipal guarda e disponibiliza documentação até 1922. Política de Gestão Arquivística está desatualizada em relação às leis federais de Arquivos (8.159/1991) e de Acesso à Informação (12.527/2011).	Política de gestão arquivística elaborada.	Política de gestão arquivística e Sistema Municipal de Arquivos implementados.	
<p>Indicadores: Planos de classificação arquivística e tabelas de temporalidade aprovadas nas Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos. Portarias intersecretariais e Decretos publicados. Projetos de Lei enviados e aprovados. Fonte: Arquivo Histórico Municipal/ SMC.</p>			

META 27: Política e sistema integrado de gestão de acervos formulados e implantados.

Para exposição ou disponibilização dos acervos para consulta e pesquisa, há um processo complexo que passa pela higienização, catalogação, descarte, proteção e guarda de cada objeto. A política e o sistema integrado de acervos visam estabelecer fluxos e rotinas para a manutenção e disponibilização dos acervos, permitindo a circulação de forma otimizada e atendendo a demanda dos espaços culturais.

AÇÕES: Instituir uma política integrada de gestão de acervos considerando a aquisição, descarte, conservação, restauro, documentação, digitalização e catalogação dos acervos municipais, com implantação de um sistema informatizado de gestão dos bens culturais disponível para pesquisa e consulta.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
A gestão de acervos é feita por diferentes departamentos da Secretaria Municipal de Cultura, de forma contínua mas não integrada. Sistema Alexandria para consulta aos acervos das bibliotecas; Cadastro de Imóveis Tombados; Portal de Acervos; Relíquias virtuais do Arquivo Histórico; catálogos de coleções e bases de dados diversas.	Política e sistema integrado de gestão de acervos formulados.	Política e sistema integrado de gestão de acervos implantados.	Acervos de bibliotecas, museus, centros culturais, produção audiovisual e produtos desenvolvidos com apoio público digitalizados e disponibilizados.
<p>Indicadores: Política e sistema integrado de gestão de acervos municipais implantados. Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico, Museus e Centros Culturais. Tema: Gestão de acervos.</p>			



META 28: Política integrada de desenvolvimento de coleções implantada com aquisição e renovação permanente dos acervos bibliográficos.

O processo de aquisição de acervos para bibliotecas deve contemplar a bibliodiversidade e a demanda existente em cada território. A criação de uma política de desenvolvimento de coleções possibilitará a aquisição e renovação desse acervo de forma continuada.

AÇÕES: Implantar uma política integrada de desenvolvimento de coleções para os acervos das bibliotecas contemplando a bibliodiversidade, as necessidades territoriais e a produção independente.

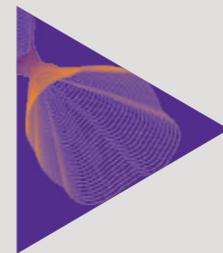
Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
As aquisições de itens para os acervos são realizadas de forma independente pelos diferentes departamentos que compõem o Sistema Municipal de Bibliotecas.	Política integrada de desenvolvimento de coleções elaborada.	Política integrada de desenvolvimento de coleções implantada.	
<p>Indicadores: Número de itens adquiridos por meio da política integrada de desenvolvimento de coleções. Fonte: Sistema Municipal de Bibliotecas.</p>			

META 29: 100% dos sistemas de consulta e pesquisa aos acervos com interfaces acessíveis implantadas.

Para o acesso aos acervos existentes, os sistemas de informação devem contemplar interfaces acessíveis que atendam às necessidade de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, multilíngue, crianças e idosos de modo que tenham pleno acesso aos acervos.

AÇÕES: Ampliar o acesso a pesquisa e consulta dos acervos por meio de interfaces amigáveis para diferentes públicos (crianças, idosos, multilíngue, cegos, surdos e de baixa visão), contemplando catálogos, equipamentos e tecnologias assistivas.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
6 interfaces acessíveis e amigáveis implementadas nas bibliotecas. Biblioteca Braile e Biblioteca de Culturas Surdas no Centro Cultural São Paulo, 7 Bibliotecas-pólo em Braile do Sistema Municipal de Bibliotecas.			Interfaces acessíveis implementadas em todos os catálogos dos acervos, bibliotecas e museus.
Indicadores: Número de interfaces acessíveis e amigáveis implantadas. Fonte: Arquivo Histórico Municipal, Centros Culturais, Museus e Sistema Municipal de Bibliotecas.			



DIRETRIZ 10 (metas 30, 31 e 32): Promover iniciação artística e cultural e formação técnica e profissionalizante nas diversas áreas da cultura, das artes e da gestão cultural, com ênfase na descentralização territorial.

META 30: 12 mil vagas oferecidas nos programas de iniciação artística e cultural para primeira infância, crianças, adolescentes, jovens, idosos e público em geral.

A iniciação artística e cultural visa ampliar o acesso à cultura para diferentes públicos, promovendo a experimentação artística e a criação de um repertório simbólico para os participantes, por meio de ações que acontecem em equipamentos culturais e espaços públicos na cidade.

AÇÕES: Ampliar o número de vagas e linguagens artísticas nos programas de formação artística e cultural voltados para crianças, adolescentes, jovens e público em geral e realizar ações de formação artística e cultural destinadas a idosos e à primeira infância, com ações distribuídas em todas as regiões da cidade.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
5280 vagas oferecidas no Programa Vocacional. 2670 vagas oferecidas no Programa de Iniciação Artística (PIÁ). Programa de Formação Artística na Primeira Infância (PIAPI) em elaboração.		4.000 vagas oferecidas por ano para crianças e adolescentes no Programa de Iniciação Artística (PIÁ) e 6 mil vagas oferecidas pelo Programa Vocacional.	1.000 vagas para a primeira infância e 1000 vagas para idosos oferecidas por ano em programas de formação artística e cultural.
Indicadores: Número de vagas oferecidas. Número de linguagens. Fonte: Programas de formação/SMC.			

META 31: Dez atividades formativas por mês oferecidas em cada espaço cultural, contemplando um público de 100 mil pessoas por ano.

Os espaços culturais oferecem atividades formativas variadas, incluindo oficinas, cursos e seminários. Ampliar estas atividades para atender à demanda dos frequentadores irá potencializar o estímulo à fruição e ao fazer cultural, respeitando a vocação de cada espaço.

AÇÕES: Ampliar a oferta de ações formativas de natureza artística e cultural nos espaços culturais, de acordo com a vocação de cada biblioteca, centro cultural, CEU e Casa de Cultura.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Oficinas e cursos diversos oferecidos nas bibliotecas, centros culturais, CEUs e Casas de Cultura com frequência variada.	5 atividades formativas por mês em cada espaço cultural, contemplando 50 mil pessoas por ano.		10 atividades formativas por mês em cada espaço cultural, contemplando 100 mil pessoas por ano.
<p>Indicadores: Número de atividades formativas ofertadas. Número de espaços culturais. Número de frequentadores. Fonte: Bibliotecas, centros culturais, CEUs e Casas de Cultura.</p>			



META 32: Programas de formação técnica e profissionalizante para as artes, gestão e produção cultural ampliados e implementados.

Recursos humanos qualificados para atuarem como técnicos, gestores ou produtores culturais são um desafio constante na administração dos espaços e ações culturais. A oferta de cursos de capacitação técnica e experimentação profissional no campo das artes, da gestão e da produção cultural visa a atender esta demanda, bem como ampliar o acesso à formação técnica no campo da cultura para o público interessado, por meio de atividades práticas e teóricas de caráter formativo.

AÇÕES: Ampliar o número de vagas para a formação de jovens no campo da gestão cultural e criar programa de formação técnica para as artes, gestão e produção cultural, contemplando as áreas técnica, criativa, crítica e reflexiva.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
237 Jovens Monitores Culturais. Programa de formação técnica em cenografia, biblioteconomia, gestão e produção cultural em elaboração com processo de consulta e orientação do Conselho Municipal de Educação aberto para regulamentação de cursos como técnicos de nível médio, em parceria com a Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura.	Programa de formação técnica para as artes, gestão e produção cultural elaborado e implementado.	280 Jovens Monitores Culturais formados por ano.	370 Jovens Monitores Culturais formados por ano.
<p>Indicadores: Número de pessoas formadas. Número de cursos realizados. Número de vagas do Programa Jovem Monitor Cultural. Fonte: Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes e Programa Jovem Monitor Cultural.</p>			

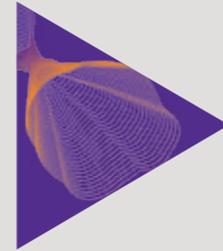
DIRETRIZ 11 (metas 33, 34 e 35): Desenvolver ações que promovam a formação de público e a fruição cultural, ampliando o acesso da população às atividades desenvolvidas nos espaços culturais municipais.

META 33: Programa de formação de público implantado com uma atividade semanal em cada equipamento, formando 340 mil pessoas por ano.

A formação de público para fruição cultural, do livro à exposição de artes visuais, passando pelo teatro, dança e audiovisual precisa de uma dinâmica que vá além de ações esporádicas. O programa deve contemplar uma metodologia que permita ampliar o acesso à cultura a diferentes segmentos etários, sociais e níveis de escolaridade.

AÇÕES: Criar programa de formação de público que contemple todos os espaços culturais com ações de mediação cultural vinculadas à programação e aos acervos.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Ações pontuais vinculadas à programação desenvolvida nos espaços culturais.	Programa de formação de público elaborado e implementado com ao menos uma atividade por mês em cada espaço cultural, formando 85 mil pessoas por ano.	Programa de formação de público implementado com ao menos duas atividades por mês em cada espaço cultural, formando 170 mil pessoas por ano.	Programa de formação de público implementado com ao menos uma atividade semanal em cada espaço cultural, formando 340 mil pessoas por ano.
<p>Indicadores: Número de atividades realizadas. Número de público formado. Fonte: Bibliotecas, centros culturais, Casas de Cultura, CEUs, museus, teatros e salas de cinema.</p>			



META 34: 1 milhão de pessoas frequentando as atividades dos teatros municipais por ano em até 10 anos.

Os teatros são o tipo de equipamento cultural mais antigo na cidade de São Paulo. O primeiro teatro construído é o Theatro Municipal, inaugurado em 1911. Além dele, a prefeitura dispõe de dez teatros nos bairros e do Auditório do Ibirapuera. Ampliar o acesso e o público dos teatros pelo próximos 10 anos é o objetivo dessa meta.

AÇÕES: Desenvolver políticas, programas e ações que ampliem o público dos teatros municipais, incluindo concertos didáticos, oficinas e visitas monitoradas, democratizando o acesso à arte à cultura em diferentes regiões.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Público de 118.490 pessoas nas atividades realizadas na rede de teatros municipais e aproximadamente 100.000 no Theatro Municipal.	500 mil de pessoas frequentando as atividades dos teatros municipais por ano.	750 mil pessoas frequentando as atividades dos teatros municipais.	1 milhão de pessoas frequentando as atividades dos teatros municipais por ano.
<p>Indicadores: Público frequentador dos teatros municipais. Fonte: Fundação Theatro Municipal e Teatros Municipais.</p>			

META 35: Programa de agentes de leitura implementado em 100% dos espaços de leitura e bibliotecas municipais.

O estímulo a leitura deve acontecer em diferentes lugares e situações, com apoio de mediadores que possam proporcionar o interesse e o gosto pela leitura. Os agentes de leitura deverão atuar nas comunidades do entorno dos espaços de leitura, levando acesso a livros e desenvolvendo dinâmicas com a realização de contação de histórias e oficinas que despertem o interesse pela leitura junto à população destas regiões.

AÇÕES: Criar Programa de agentes de leitura com a finalidade de promover o acesso à leitura e coletar e difundir informações junto à comunidade do entorno dos espaços de leitura e bibliotecas municipais.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
146 espaços de leitura municipais com ações de estímulo a leitura diversas, incluindo contação de histórias, oficinas etc.		Programa de agentes de leitura implementado em 50% dos espaços de leitura e bibliotecas municipais.	Programa de agentes de leitura implementado com ao menos 2 agentes atuando em 100% dos espaços de leitura e bibliotecas municipais.
<p>Indicadores: Número de agentes de leitura. Número de espaços de leitura e bibliotecas municipais. Fonte: Sistema Municipal de Bibliotecas/ SMC.</p>			



DIRETRIZ 12 (metas 36, 37, 38, 39 e 40): Desenvolver uma política de programação cultural integrada para a cidade de São Paulo, em diálogo com os acervos, os públicos, os territórios e as diferentes linguagens e práticas culturais.

META 36: Lei do Circuito Municipal de Cultura aprovada e implantada.

O Circuito Municipal de Cultura organiza um plano integrado de atividades de difusão artística na cidade. A regulamentação do programa permitirá a consolidação dessa política de programação cultural, garantindo que a produção cultural circule por todas as regiões da cidade, otimizando os recursos e ampliando o espaço de apresentações, exposições, mostras e festivais.

AÇÕES: Criar Lei do Circuito Municipal de Cultura de São Paulo, que defina uma programação integrada de forma continuada em todo território da cidade.

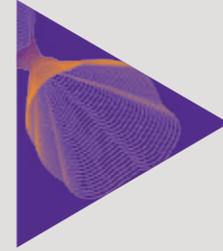
Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Circuito Municipal de Cultura implantado desde 2014, sem legislação correspondente.	Lei do Circuito Municipal de Cultura aprovada.		
<p>Indicadores: Publicação Diário Oficial da Cidade. Fonte: Diário Oficial da Cidade.</p>			

META 37: Circuito de exposições implantado em 100% dos centros culturais e dos museus municipais.

A Secretaria Municipal de Cultura possui múltiplos acervos, bem como espaços disponíveis para exposições. Criar um circuito de exposições envolvendo, em especial, os centros culturais e museus dará a oportunidade para a sociedade ter contato com estas obras, bem como fomentará a produção no campo das artes visuais.

AÇÕES: Criar um circuito de exposições para a difusão dos acervos e promoção das artes visuais.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Exposições realizadas de forma não integrada nos centros culturais e museus e pelo Circuito Municipal de Cultura.	40% dos centros culturais e museus municipais integrados ao circuito de exposições.	70% dos centros culturais e museus municipais integrados ao circuito de exposições.	100% dos centros culturais e museus municipais integrados ao circuito de exposições.
<p>Indicadores: Número de exposições realizadas. Número de espaços incluídos no circuito de exposições. Fonte: Centros culturais e museus.</p>			



META 38: 100% das bibliotecas, Casas de Cultura, centros culturais, CEUs e teatros municipais com no mínimo quatro atividades de programação cultural por mês.

Os espaços culturais promovem diversas atividades de programação, tendo em vista o acesso à fruição cultural por parte de diferentes públicos. Ampliar estas ações contemplando artistas locais contribuirá com o estímulo às dinâmicas culturais locais e a articulação destes espaços com o seu entorno.

AÇÕES: Ampliar a oferta de atividades culturais na programação nas bibliotecas, Casas de Cultura, centros culturais, CEUs e teatros municipais, contemplando artistas locais do entorno dos espaços e de outras regiões da cidade.

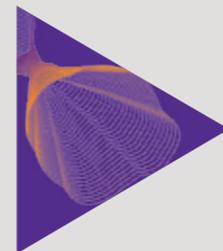
Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Programação cultural diversa oferecida nas bibliotecas, centros culturais, CEUs e Casas de Cultura com frequência variada.	100% dos espaços culturais com no mínimo uma atividade de programação cultural por mês.	100% dos espaços culturais com no mínimo duas atividades de programação cultural por mês.	100% dos espaços culturais com no mínimo quatro atividades de programação cultural por mês.
<p>Indicadores: Número de atividades de programação cultural em bibliotecas, Casas de Cultura, centros culturais, CEUs e teatros municipais. Fonte: SPCultura.</p>			

META 39: 100% dos distritos com pelo menos uma atividade de programação cultural por mês.

Atualmente, a oferta de programação cultural acontece de forma contínua nos espaços culturais municipais, sendo realizadas atividades em espaços externos de maneira pontual e vinculadas aos eventos e/ou ações desenvolvidas pelo Circuito Municipal de Cultura. A ampliação do acesso à fruição cultural por parte do público das regiões desprovidas de espaços culturais é o objetivo dessa meta.

AÇÕES: Ampliar a oferta de programação cultural em regiões que não dispõem de espaços culturais municipais, desenvolvendo atividades em espaços públicos abertos e/ou em parceria com outros espaços e instituições.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Atividades de programação desenvolvidas de forma pontual em regiões desprovidas de espaços culturais municipais.		Ao menos uma atividade mensal de programação cultural realizada nos distritos onde não existem espaços culturais municipais.	Ao menos uma atividade mensal de programação cultural em todos os distritos.
Indicadores: Número de distritos contemplados com atividades de programação cultural. Fonte: SPCultura.			



META 40: 100% das subprefeituras com eventos anuais realizados.

As atividades desenvolvidas como parte do calendário anual de eventos tem buscado a descentralização no território, garantindo a oferta de programação em todas as regiões da cidade. A realização de atividades em todas as subprefeituras irá ampliar o acesso a esses eventos por parte da população, contando com o apoio das Coordenações Regionais de Cultura.

AÇÕES: Realizar eventos culturais de pequeno, médio e grande porte que contemplem a diversidade cultural em diferentes regiões da cidade ao longo do ano.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Aniversário da Cidade, Carnaval de Rua e Virada Cultural com programação em todas as regiões da cidade. Apoio pontual a aniversários de bairros.			32 subprefeituras com eventos anuais realizados.
Indicadores: Número de subprefeituras eventos anuais realizados. Fonte: Secretaria Municipal de Cultura.			

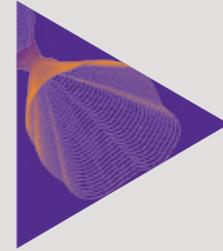
DIRETRIZ 13 (metas 41, 42, 43 e 44): Ampliar o acesso à produção e à fruição cultural nas diversas linguagens, manifestações e processos artísticos e culturais, contemplando a diversidade cultural, a pluralidade de segmentos da população e todas as regiões da cidade.

META 41: Política para as artes criada e implantada.

As linguagens artísticas precisam de uma política para além dos editais atualmente existentes, abarcando um conjunto de ações integradas que contemplem a pesquisa, produção, difusão, circulação e formação e que articulem as diferentes atividades desenvolvidas no âmbito do município.

AÇÕES: Formular e implementar uma política para as artes, contemplando múltiplas formas de apoio à pesquisa, produção, difusão, circulação e formação e abarcando a diversidade de linguagens artísticas.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Programas e editais de fomento ao cinema, ao teatro, à dança, ao circo e à cultura digital e ações pontuais que estimulam a difusão da produção artística, com a realização de fóruns, mostras e festivais.	Política para as artes formulada.	Política para as artes implantada.	Política para as artes consolidada.
Indicadores: Política implantada. Linguagens artísticas contempladas. Fonte: Núcleo de Fomento às Linguagens/ SMC.			



META 42: Dobrar o número de projetos fomentados nas diversas linguagens artísticas.

A demanda não atendida pelas leis e editais de fomento existentes precisa ser diminuída ao longo dos próximos 10 anos. Para tanto, deve-se considerar a atualização das leis existentes, a ampliação dos programas e a criação de novos mecanismos de apoio às linguagens artísticas, visando o aumento do número de projetos e ações contempladas.

AÇÕES: Consolidar e ampliar as políticas de fomento às linguagens artísticas por meio do apoio a projetos de manutenção, pesquisa, produção, montagem, apresentação e circulação de espetáculos e eventos em diversas linguagens artísticas, incluindo audiovisual, teatro, dança, circo, música e outras linguagens, conectadas às demandas existentes e à dinâmica cultural da cidade.

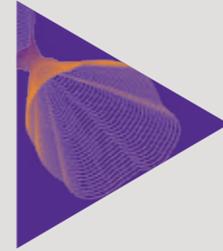
Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
237 projetos fomentados (Audiovisual: 46 contemplados nas linhas de financiamento da Spcine; Teatro: 30 contemplados no Programa de Fomento ao Teatro e 47 no Prêmio Zé Renato; Dança: 30 contemplados pelo Programa de Fomento a Dança; Circo: 25 contemplados pelo edital de fomento ao circo; Cultura digital: 59 contemplados pelo Edital Redes e Ruas).	Ampliação de no mínimo 20% do número de projetos fomentados por ano (total de 285 projetos).	Ampliação de no mínimo 50% do número de projetos fomentados (total de 355 projetos).	Ampliação de no mínimo 100% do número de projetos fomentados (total de 474 projetos).
Indicadores: Número de projetos fomentados. Linguagens contempladas nas políticas de fomento. Fonte: Núcleo de Fomento às Linguagens/ SMC. SPCultura. Diário Oficial da Cidade.			

META 43: Política de fomento às culturas periféricas, marginais e populares implantada.

As culturas periféricas, marginais e populares passaram a ser apoiadas por meio de subsídio direto com o sugimento do Programa VAI e apenas tiveram esse apoio ampliado muito recentemente. No entanto, os editais atualmente existentes são ainda insuficientes para contemplar as demandas dessa produção cultural e da diversidade de manifestações e articulações existentes. A política de fomento deverá abarcar um conjunto de ações integradas para atender a esta demanda.

AÇÕES: Criar uma política de fomento às culturas periféricas, marginais e populares por meio do apoio a agentes, coletivos e instituições culturais prioritariamente de baixa renda e atuantes em territórios desprovidos de espaços culturais.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Programas VAI I e II, Pontos de Cultura, Agentes Comunitários de Cultura e Aldeias implantados. Política de fomento às culturas periféricas em elaboração.	Política de fomento às culturas periféricas, marginais e populares implantada.		
Indicadores: Política implantada. Fonte: Núcleo de Cidadania Cultural/ SMC.			



META 44: Dobrar o número de agentes, coletivos e instituições apoiados.

Atualmente, o apoio a agentes, coletivos e instituições culturais comunitárias se dá pelo programa de Valorização de Ações Culturais - VAI, pela Rede Municipal de Pontos de Cultura e pelos programas Agentes Comunitários de Cultura e Aldeias. Os programas têm em comum o apoio financeiro ao desenvolvimento de projetos e ações que visam a produção e a promoção do acesso à cultura, priorizando indivíduos com menores condições socioeconômicas e residentes em áreas com menor oferta de serviços e equipamentos culturais. A ampliação e consolidação das políticas para promoção da diversidade cultural garantirá o apoio a diferentes segmentos da produção cultural na cidade.

AÇÕES: Manter, consolidar e criar programas de subsídios a agentes e coletivos culturais compostos por pessoas físicas prioritariamente de baixa renda e organizações culturais comunitárias.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
491 agentes, coletivos e instituições apoiados (231 no Programa VAI I e II; 85 Pontos de Cultura; 151 Agentes Comunitários de Cultura; 24 Agentes culturais do Programa Aldeias).	Aumento de no mínimo 20% no número de agentes, coletivos e instituições apoiados (total de 590 projetos).	Aumento de no mínimo 50% no número de agentes, coletivos e instituições apoiados (total de 736 projetos).	Aumento de no mínimo 100% no número de agentes, coletivos e instituições apoiados (total de 982 projetos).
Indicadores: Número de agentes, coletivos e instituições apoiadas. Fonte: Núcleo de Cidadania Cultural/ SMC. SPCultura. Diário Oficial da Cidade.			

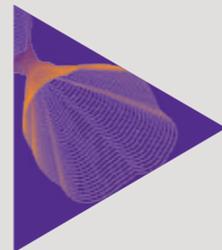
DIRETRIZ 14 (metas 45 e 46): Desenvolver economicamente as cadeias do audiovisual paulistano, qualificando a produção, articulando mercados regionais e internacionais, ampliando seu público e transformando São Paulo em um pólo nacional e internacional no campo do audiovisual.

META 45: Lei de Filmagens implantada com 1000 filmagens por ano realizadas na cidade de São Paulo.

A Lei de Filmagens pretende potencializar e regulamentar a Comissão Fílmica (ou film commission) que é uma organização dedicada a atrair a realização de produções audiovisuais no seu local de atuação. Além de promover o uso das locações para filmagens, as film commissions oferecem incentivos para os produtores de TV e cinema, como vantagens fiscais e bancos de dados com profissionais locais.

AÇÕES: Implantar a Lei de Filmagens para desburocratizar e dotar os poderes públicos de eficácia na autorização de filmagens em edificações e logradouros públicos, bem como implantar incentivos fiscais e financeiros para atrair produções na cidade.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Lei de Filmagens em elaboração. 50 filmagens realizadas na cidade por ano.	Lei de Filmagens aprovada e implantada.	500 filmagens realizadas na cidade por ano.	1.000 filmagens realizadas na cidade por ano.
Indicadores: Número de filmagens por ano. Fonte: Spcine.			



META 46: Realizar 30 co-produções anuais em cinema e televisão e atingir a participação de 50% dos conteúdos audiovisuais produzidos e distribuídos a partir de São Paulo na bilheteria e público de cinema nacional até 2025. A SPcine é responsável pelo incentivo e promoção do audiovisual em várias linhas de financiamento, entre elas a co-produção que permite viabilizar várias produções para distribuição em cinemas e televisão.

AÇÕES: Criar ações de apoio ao desenvolvimento de roteiros, produção e distribuição dos conteúdos audiovisuais a partir de São Paulo para ampliar seu público, alcance e visibilidade.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Participação de 20% da produção paulistana na bilheteria e público de cinema nacional.			Realizar 30 co-produções anuais em cinema e televisão e atingir 50% da bilheteria e público de cinema nacional com produção apoiada pela SPcine.
Indicadores: Percentual de participação do audiovisual apoiado pela SPcine nas bilheterias nacionais. Fonte: SPcine, Ancine, Filme B, Ibope, GFK.			

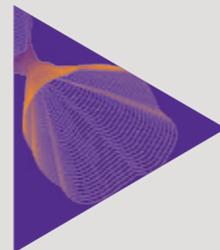
DIRETRIZ 15 (metas 47, 48, 49 e 50): Desenvolver uma política estratégica para a economia da cultura que contemple as diferentes cadeias e arranjos produtivos, a promoção da sustentabilidade e a interação com os mercados e instituições culturais.

META 47: Cadeias produtivas e arranjos produtivos locais mapeados e estimulados.

Mapear as cadeias produtivas da cultura para criar políticas que possam contemplar o desenvolvimento do segmento permitirá o estímulo à produção artística e cultural e a construção de indicadores de monitoramento.

AÇÕES: Mapear e estimular as cadeias produtivas da cultura e os arranjos produtivos da cidade de São Paulo.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Cadeia produtiva do audiovisual mapeada pela SPcine. Iniciativas pontuais mapeadas em outros campos da produção artística e cultural.	Cadeias produtivas e arranjos produtivos mapeados.	Cadeias produtivas e arranjos produtivos mapeados e estimulados.	
Indicadores: Cadeias produtivas e arranjos produtivos locais mapeados e estimulados. Fonte: Secretaria Municipal de Cultura.			



META 48: Dez feiras e eventos estratégicos de negócios apoiados e realizados por ano nas diversas linguagens e segmentos artísticos.

A produção artística e cultural necessita de espaços para circulação e realização de negócios, que permitam a troca de experiências e a articulação dos mercados.

AÇÕES: Apoiar e promover ambientes de negócios em feiras, mostras, seminários, festivais, encontros e eventos estratégicos nas diversas linguagens e segmentos, para indução e promoção da diversidade e sustentabilidade no mercado.

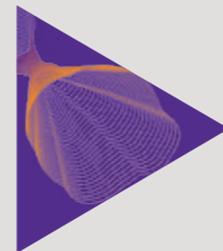
Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Sete feiras de negócios e 60 mostras, seminários, festivais, encontros e eventos realizados ou apoiados.	Vinte feiras de negócios realizadas.	Cinquenta feiras de negócios realizadas.	Cem feiras de negócios realizadas.
Indicadores: Número de feiras de negócios, mostras, seminários, festivais, encontros e eventos realizados ou apoiados por ano. Fonte: Secretaria Municipal de Cultura.			

META 49: Trinta ações de formação em sustentabilidade realizadas por ano e 70% dos mecanismos de financiamento com critérios de sustentabilidade implantados.

Oferecer capacitação para o gestor cultural de modo a atender a sustentabilidade de seu empreendimento, estabelecendo estratégias e ações que garantam sua continuidade. O incentivo e financiamento a cultura por meio de editais ou patrocínios não levam em consideração a sustentabilidade do projeto para que ele possa continuar após o término do plano de trabalho. Priorizar esses critérios será uma maneira de garantir a continuidade dos projetos.

AÇÕES: Promover a sustentabilidade no campo da cultura por meio de ações de formação e critérios de sustentabilidade nos mecanismos de financiamento.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
As atividades de formação e mecanismos de financiamento atuais contemplam apenas pontualmente a questão da sustentabilidade.	Dez ações de formação e critérios de sustentabilidade implantados em 30% dos mecanismos de financiamento.	Trinta ações de formação e critérios de sustentabilidade implantados em 50% dos mecanismos de financiamento.	Critérios de sustentabilidade implantado em 70% dos mecanismos de financiamento.
<p>Indicadores: Número de ações de formação em sustentabilidade. Percentual de mecanismos de financiamento com critérios de sustentabilidade implantados. Fonte: Secretaria Municipal de Cultura</p>			



META 50: Cem ações de promoção e apoio a modelos colaborativos promovidas.

A economia colaborativa se estabelece a partir da cultura de abertura de informações e produção articulada entre profissionais de diversas áreas. Essa abordagem inova os processos produtivos nas empresas, associações, grupos e entre pessoas, abrindo possibilidades como o financiamento colaborativo (crowdfunding) e a colaboração para criar conteúdos, ideias e serviços (crowdsourcing). Mapear e permitir a troca dessas experiências é o objetivo dessa meta.

AÇÕES: Promover e apoiar modelos colaborativos no desenvolvimento das atividades no campo da cultura.

Situação Atual	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
2015	2017	2021	2025
Ações pontuais de promoção de modelos colaborativos.	Ações de promoção e apoio a modelos colaborativos elaboradas.	Ações de promoção e apoio a modelos colaborativos promovidas e apoiadas.	
<p>Indicadores: Número de ações de promoção e apoio a de modelos colaborativos promovidas e apoiadas. Fonte: Secretaria Municipal de Cultura</p>			

BONDUKI, Nabil. “Secretaria Municipal de Cultura, 80”. Folha de São Paulo, São Paulo, 17 jun. 2015, Tendências/Debates. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/06/1642983-nabil-bonduki-secretaria-municipal-de-cultura-80.shtml>. Acesso em 27 jun. 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural em ação - 1989/1992.** Prestação de contas da Secretaria Municipal de Cultura aos cidadãos. São Paulo: SMC, 1992.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Censo demográfico”. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA. As metas do Plano Nacional de Cultura. São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012. Disponível em <<http://pnc.culturadigital.br/2013/01/01/2533/>>

MINISTÉRIO DA CULTURA. Como fazer um plano de cultura. São Paulo: Instituto Via Pública. Brasília: MinC, 2013. Disponível em <<http://pnc.culturadigital.br/2013/12/06/como-fazer-um-plano-de-cultura/>>

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO. Org: Ana Paula do Val; Luciana Piazzon Barbosa Lima; Maria Carolina Vasconcelos-Oliveira; Viviane Cristina Pinto. Participação e cidadania cultural: a experiência da III Conferência Municipal de Cultura de São Paulo. São Paulo: SMC, 2014. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/3ConfPublicacaoPDF_1402497067.pdf>

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. “Programa de Metas da Cidade de São Paulo 2013-2016”. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://planejasampa.prefeitura.sp.gov.br/metas/>

LEGISLAÇÃO

BRASIL. 2010. Lei nº 12.343 de 02 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.

SÃO PAULO. 2014. Lei nº 16.050 de 31 de julho de 2014. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002.

SITES

ObservaSampa – Observatório de Indicadores da cidade de São Paulo:
<http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br/>

Planeja Sampa:
<http://planejasampa.prefeitura.sp.gov.br/>

Plataforma SNIIC (Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais):
<http://sniic.cultura.gov.br/>

Plataforma SP Cultura - Mapas Culturais:
<http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/>

Portal da Transparência da Prefeitura de São Paulo:
<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/>

Portal de Acervos Artísticos e Culturais da Prefeitura de São Paulo:
<http://acervosdacidade.sp.gov.br/PORTALACERVOS/>

Portal Geosampa:
<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/>

Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo:
<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/>

Este Caderno foi composto nas fontes tipográficas
Minion Pro, Din e Zag. Impresso em papel offset 75 gramas,
na gráfica Imprensa Oficial, em fevereiro de 2016.

